Walter [illegible] 9/1988

HISTÓRIA
DAS
ORIGENS DO CRISTIANISMO

LIVRO VI

(QUE COMPREENDE OS REINOS DE ADRIANO
E DE ANTONINO, O PIO)

(117-161)

ARTES GRÁFICAS — PORTO

ERNESTO RENAN

A IGREJA CRISTÃ

Tradução de EDUARDO PIMENTA

LELLO & IRMÃO — EDITORES
144, Rua das Carmelitas — PORTO

OBRAS DO MESMO AUTOR

Publicadas pela LIVRARIA LELLO & IRMÃO

HISTÓRIA DAS ORIGENS DO CRISTIANISMO

(Traduções portuguesas)

Vida de Jesus . . . . 1 vol.
Os Apóstolos . . . . 1 vol.
S. Paulo . . . . 1 vol.
O Anticristo . . . . 1 vol.
Os Evangelhos e a Segunda Geração Cristã . . . 1 vol.
A Igreja Cristã . . . . 1 vol.
Marco Aurélio e o Fim do Mundo Antigo . . . 1 vol.

PREFÁCIO

Cuidei que o sexto volume fecharia a série consagrada à história das origens do cristianismo. É certo que à data da morte de Antonino, no ano 160, já a religião cristã era uma religião completa; possuía todos os livros sagrados, todas as lendas, o gérmen de todos os dogmas, a essência da sua liturgia. Para a maioria dos seus adeptos constituía uma religião inconfundível, separada e até oposta ao judaísmo. Portanto, era conveniente que se juntasse aos livros anteriores um último onde se lesse a história eclesiástica do reinado de Marco Aurélio; porque este reinado pertence, com muita verdade, às origens do cristianismo. O montanismo é um fenómeno passado proximamente no ano 170; ora o montanismo é um dos factos mais notáveis do cristianismo nascente. Passado mais de um século sobre as extravagantes alucinações do Cenáculo dos Apóstolos de Jerusalém, renascem, subitamente, em alguns rincões perdidos da Frígia, a profecia, a glossolalia, os carismos, contados com tanta admirativa pelo autor dos *Actos dos Apóstolos*. Mas era tarde; no reinado de Marco Aurélio a religião precisava menos de milagres do que de disciplina, por causa das desordens do gnosticismo. A cons-

tituição da Igreja estabilizou-se pela resistência da ortodoxia, representada no episcopado, e opondo-se aos profetas da Frígia. Admitiu-se que o juízo médio da consciência universal sobrepujava a inspiração individual. Esta opinião, representativa de um bom senso relativo, e triunfando sempre no decorrer da história eclesiástica, e que foi a força da Igreja, já se caracterizava perfeitamente nos tempos de Marco Aurélio. Parece-me indispensável traçar o quadro das primeiras lutas entre a autoridade eclesiástica e a liberdade intelectual, como parte integrante da história do cristianismo nascente.

Mas há outra razão ainda que me levou a detalhar o reinado de Marco Aurélio nas suas correlações com a comunidade cristã. Seria parcial e injusto supor-se que a tentativa cristã foi um facto isolado, um esforço único e, por assim dizer, miraculoso, de reforma religiosa e social. A obra realizada definitivamente pelo cristianismo, outros a tentaram. Timidamente no século I, com brilho e abertamente no século II, pela aspiração dos homens de bem do mundo antigo a uma suavização das leis e dos costumes. Constituiu-se em necessidade do tempo o sentimento piedoso. Visto pelo lado da elevação intelectual, o século decaía, não possuindo espíritos da estatura de César, Lucrécio, Cícero ou Séneca; mas um esplêndido trabalho de aperfeiçoamento moral alastrava por toda a parte, concorrendo para a sua expansão a filosofia, o helenismo, os cultos orientais e a honradez romana. Não há direito a ser injusto para com essas nobres tentativas, pelo facto de o cristianismo, na mesma corrente de sentimento, haver triunfado, porque elas falharam somente pela sua excessiva aristocracia e pelo desprendimento do carácter místico, absolutamente indispensável, em outras eras, para atrair o povo. Para se ser justo e completo, é preciso estudar simultaneamente as duas tentativas, analisando a acção incidente de qualquer delas e as razões do êxito de uma e da falência da outra. O nome de Marco

Aurélio é o mais ilustre dessa escola de virtude que pensou salvar, pela razão, o mundo antigo. Não se podia dispensar o estudo perfunctório da psicologia desse grande homem. Porque é que a reconciliação, mais tarde efectuada, no tempo de Constantino, entre o Império e a Igreja, não foi possível no reinado de Marco Aurélio? Esta questão importante começará a ser resolvida neste volume, porque nele já diremos como é que a Igreja principiou a identificar-se com os destinos do Império Romano. Na segunda metade do século II, os doutores cristãos de maior autoridade encaram a sério a possibilidade de fazer do cristianismo a religião oficial do Império. Parece que adivinham o grande acontecimento do século IV. Vista de perto, a revolução que levou o cristianismo a assumir antes o papel de protector do que o de protegido do Estado, depois de ter sido a sua vítima, é uma revolução surpreendente. E disso tiveram um pressentimento nítido Melitão e S. Justino. O princípio de S. Paulo: «Todo o poder, seja ele qual for, vem de Deus», produzirá seus frutos; e, o que escaparia fatalmente às previsões de Jesus, realiza-se pelo facto do Evangelho se tornar uma das bases do absolutismo. O Cristo teria vindo ao mundo para garantir as coroas nas cabeças dos príncipes. Não tentou um pontífice romano, nos nossos dias, provar que Jesus Cristo pregou e morreu para conservar aos ricos a sua fortuna e para garantir o capitalismo?!

À medida que se progride nesta história, são cada vez mais certos os documentos e mais dispensáveis as discussões prévias. Bastam as notas no fundo das páginas para esclarecimento das questões críticas, levantadas pelos textos citados. Foi tantas vezes tratada nos outros volumes a questão do quarto Evangelho, que não vale a pena repisar esse assunto.[1] Foi demonstrada preceden-

[1] Vide apêndice da *Vida de Jesus*, depois da 13.ª ed.

temente a falsidade das epístolas atribuídas a S. Paulo e dirigidas a Tito e a Timóteo;[1] o carácter apócrifo da *segunda Petri* resulta das poucas páginas que dedicamos a este opúsculo. O problema das epístolas atribuídas a Santo Inácio e o da carta referida a S. Policarpo são integralmente conexos; basta lembrar o que foi dito na introdução do livro precedente.[2] A idade presumível do *Pastor* de Hermes não pode ser posta em dúvida. A narrativa da morte de Policarpo tem os mesmos caracteres da autenticidade que a epístola dos fiéis de Leão e de Viena, à qual nos referiremos no nosso último livro. Finalmente o discernimento das obras autênticas e pressupostas de S. Justino não reclama o longo desenvolvimento, quase obrigatório para os proémios dos livros anteriores.[3]

Todos os sinais revelam o fim das origens. Vai começar a história eclesiástica. Não é menor o interesse; mas, como tudo se passa em plena luz, a crítica não topará

[1] *S. Paulo*, introd.
[2] *Os Evangelhos*.
[3] Este volume foi impresso quando me veio às mãos uma publicação dos mekhitaristas de Veneza. (*S. Aristidis, Philosophi Atheniensis, Sermones Duo*, S. Lázaro, 1878). Contém ela em arménio e com tradução latina, dois trechos; um será a Apologia dirigida a Adriano por Aristides. Não sofre exame a autenticidade deste trecho. É uma composição banal, mal correspondendo ao juízo que do autor formam Eusébio e S. Jerónimo, especialmente porque a obra era *Contextum Philosophorum Sententiis* (S. Jerónimo, Epís. 83 ad Magnum, op. IV). O escrito arménio não tem uma só citação de autor profano. A teologia que aí se expõe é posterior ao século IV, no que se refere à Trindade, à Encarnação e à qualidade da Mãe de Deus atribuída a Maria. A erudição histórica, ou melhor, mitológica, era indigna de um escritor do século II. O segundo sermão dos mekhitaristas também não pode ser da lavra do Filósofo cristão de Atenas; o manuscrito dia *Aristoeus;* é uma insignificante homilia sobre o bom ladrão.

com mais trevas, de onde só se pode sair por hipóteses ou arrojadas adivinhações. *Hic caestus artemque repono.* Bastam os nossos trabalhos de história eclesiástica a partir de Ireneu e de Clemente de Alexandria. Para sentir bem a diferença, basta ler em Fleury as duzentas e vinte páginas correspondentes aos nossos sete volumes. O século XVII não pensava em estudar o que era claro; ora, as origens são sempre nebulosas; mas têm um interesse sem rival para os espíritos filosóficos. Pela sua essência, a embriogenia é uma ciência das mais interessantes; é por ela que se penetra nos segredos da Natureza, no seu poder plástico, na sua visionação final, na sua fecundidade inexaurível.

CAPÍTULO I

ADRIANO

AGRAVAVA-SE, dia a dia, a saúde de Trajano.[1] Partiu para Roma deixando o comando das legiões de Antioquia a Adriano, seu primo e sobrinho, por afinidade. Uma doença intestinal demorou-o em Selinunte,[2] na costa da Cilícia. Lá morreu a 11 de Agosto de 1117 com sessenta e quatro anos de idade. Era bem triste a situação. Deflagrava-se em guerras o Oriente; ameaçavam os Mouros, os Bretões e os Sármatas.[3] Parecia convulsionar-se, em novas arremetidas, a Judeia irrequieta.[4] Uma intriga obscura e urdida por Plotínio e Matídio deu o Império a Adriano, nestas críticas circunstâncias. Foi uma boa escolha. Adriano era um homem de moral

---

[1] Vid. *Evangelhos*.
[2] Selindi actualmente.
[3] Spartiano, *Adriani Vita*, 5.
[4] Spartiano. (Eusébio e S. Jerónimo, *Chron.* Comp. Eutrópio, VIII, 7).

equívoca; mas foi um grande rei. Espirituoso, inteligente, investigador, teve um espírito mais rasgado que qualquer dos outros Césares. A sua capacidade administrativa foi excepcional. Pelo nosso juízo, administrou muito, mas administrou bem. Foi o definitivo organizador do governo imperial[1] e fez época na história do direito romano. Até ao seu reinado, a casa do príncipe fora a casa do primeiro personagem do Estado, uma casa como qualquer outra, com criados, libertos, secretários particulares. Adriano organizou os cargos palatinos; para se servir no palácio era preciso ser-se cavaleiro, e os criados do imperador transformavam-se em funcionários do Estado. O conselho permanente do príncipe, composto essencialmente por jurisconsultos, revestiu-se de atribuições definidas; os senadores adjuntos ao governo já são *comites* (condes); tudo se faz nas secretarias, formadas sob as indicações do Senado e com membros seus e sem a interferência da vontade directa do príncipe. É sempre o despotismo; mas um despotismo semelhante ao da antiga realeza francesa, temperado por conselhos e tribunais constituídos por magistrados independentes. São mais importantes ainda as melhorias sociais. Manifesta-se em tudo um grande e benéfico espírito de humanidade e verdadeiro liberalismo; têm garantias os escravos; exalça-se a condição da mulher; limitam-se os excessos da autoridade paterna; suprime-se o que ainda resta de sacrifícios humanos. O carácter do imperador correspondia à excelência destas reformas. Adriano era encantadoramente afá-

[1] Aurélio Vítor, *Epít.*, 14.

vel com os humildes e não admitia, apesar da sua majestade, que intentassem inibi-lo do seu maior prazer, o direito de ser amável.[1]

Com todos os seus defeitos, possuía viveza de espírito, originalidade e largueza de vistas. Adorou Epicteto;[1] compreendeu-o sem se comprometer a seguir a orientação das suas máximas. Não lhe escapava coisa alguma; queria saber tudo. Sem misoneísmos e sem a intenção restrita que isolava o Romano do resto do mundo, Adriano adorava os exotismos.[2] Deleitavam-no, embora se risse deles. Iniciava-se em todas as bizarrias, compunha oráculos da sua lavra e fabricava antídotos chasqueando a medicina. Foi, como Nero no trono, um letrado e um artista. Tinha rara habilidade para a pintura, escultura e arquitectura; versejava com elegância; mas não tinha pureza de gostos; tinha autores favoritos e preferências singulares. Não negando nenhumas, nunca seguiu qualquer religião ou qualquer filosofia. O seu espírito, cheio de distinção, volitou como um cata-vento ao sabor das correntes aéreas; dá, à medida do seu sentir, o adeus à vida, alguns instantes antes da morte,

Animula vagula, blandula...

Toda a investigação morria num gracejo, toda a curiosidade num sorriso. Nem tomava a sério a sua soberania; as suas atitudes tinham a naturalidade

[1] Spartiano, *Adr.*, 20.
[2] Spartiano, *Adr.*, 16.
[3] Tertuliano, *Apol.*, 5.

e o abandono do homem mais «ondulante e inconstante» que jamais existiu.

Daí a sua tolerância. Não postergou as leis restritivas que indirectamente hostilizavam o cristianismo e o reduziam a uma perene contravenção; deixou-as até aplicar mais que uma vez; mas, pessoalmente, atenuou-lhes os rigores. Foi, debaixo deste ponto de vista, superior a Trajano, que, não sendo filósofo, tinha uma doutrina governativa assaz estável, e a Antonino e Marco Aurélio que, sendo homens de princípios, entendiam ser justa a perseguição em pró do bem-estar geral. É vulgar que os defeitos dos soberanos aproveitam mais ao bem público do que as suas qualidades. A leviandade de um zombeteiro com espírito, de um Luciano coroado, considerando o mundo um jogo frívolo, foi mais propícia à liberdade do que a austera gravidade e o elevado moralismo dos imperadores perfeitos.

O primeiro acto do seu governo foi liquidar a situação difícil deixada por Trajano. Adriano não era um general, mas um escritor militar distinto. Sentiu claramente a impossibilidade de conservar as províncias reconquistadas, a Arménia, a Mesopotâmia, a Assíria. Por isso abandonou-as. Batera a hora solene em que as águias recuavam pela primeira vez e em que o Império reconhecia ter ido além do seu programa; mas o acto do imperador era de sã prudência. A Pérsia como a Germânia foram inacessíveis aos Romanos. As grandes expedições contra tais nações, como a de Crasso, Trajano e Juliano, falharam sempre, enquanto que as de Lúcio Vero e Séptimo Severo, cujo objectivo não fora atacar no âmago o Império Parta, mas tirar-lhe as províncias

feudatárias do Império, foram coroadas do melhor êxito.

A dificuldade de um abandono, tão humilhante para o orgulho romano, duplicava-se pela incerteza de que Trajano adoptasse Adriano. Lúsio Quieto e Márcio Turbo tinham adquirido tanta importância com o êxito das suas últimas comissões, que rivalizavam com ele a título igual. Quieto foi assassinado,[1] e deve supor-se que os Judeus, atentos à morte dos seus inimigos para nela descobrirem castigos de Deus, pensassem ver vingança do Céu no fim trágico do berbere feroz que tanto dano lhes havia causado.

Levou Adriano cerca de doze meses a chegar a Roma; inaugurando desde então os hábitos errantes que fizeram do seu reinado uma viagem perpétua de amador através das províncias do seu império. Gasto mais um ano pelos cuidados sérios da administração, e pródigo em reformas constitucionais, partiu para uma jornada às Gálias, às margens do Reno, à Bretanha, à Espanha, à Mauritânia, a Cartago. Vaidoso e com pretensões de antiquário, almejava ser fundador de cidades e restaurador do mundo antigo. Detestando para os soldados os ócios das guarnições, utilizava-os em trabalhos públicos. Como consequência, as inumeráveis construções datadas desse tempo, as estradas, os portos, os teatros e os templos. Viajava com uma legião arregimentada de arquitectos, engenheiros e artistas. Por onde

[1] Spartiano, Díon Cássio, Ammien Marcelino. É erradamente que Cavedoni supõe apagado o nome de Quieto na inscrição 4 616 do corpo grego. Waddington. *Inscr. da Síria*, n.º 2 305.

ele passava tudo renascia. Formavam-se, a instigações suas, inúmeras sociedades, subscrevendo para as grandes empresas; e o Estado era quase sempre um dos subscritores. Por pouco célebre que fosse qualquer cidade, mas citada nos autores clássicos, logo tinha muitas probabilidades de ser reedificada pelo César arqueólogo. Assim se embelezou Cartago e acresceu com um novo bairro; saíam por toda a parte das ruínas as cidades decadentes e tinham o nome de *Colonia Aelia Hadriana.*[1]

Depois de uma curta demora em Roma, onde restabeleceu o recinto do *pomoerium,*[2] pelo ano 121, partiu novamente por um lapso de tempo de quatro anos e meio, visitando todo o Oriente. Esta viagem foi ainda mais brilhante do que a primeira. Dir-se-ia que o mundo velho ressuscitava sob as pegadas de um deus benfazejo. Muito ao corrente da história antiga, Adriano via tudo, interessava-se por tudo e queria tudo restaurado. Para lhe ser agradável, reviviam-se as artes perdidas; criava-se um estilo neo-egípcio, que foi o estilo da moda e um estilo neo-fenício. Pululavam na sua corte os filósofos, os retóricos, os críticos. Era um Nero sem loucura. Aspiravam a um renascimento as velhas civilizações idas, não efectivamente, mas nos escritos dos arqueólogos e dos historiadores. Foi assim, e talvez sob a inspiração directa do imperador, que Herenénio Fílon, de Biblo, tentou encontrar a velha Fenícia.

[1] Tenas, na Bizacena, e Zama, na Numídia. *(Corpus inscr. late,* VI, n.os 1 685, 1686; c. 1 684). Os prodigiosos monumentos de Petra são do tempo de Adriano.

[2] Orelli, n.º 811.

Novas festas, copiadas das gregas, *hadriânicas,* rememoravam a vida helénica; o mundo como que surgia de uma ressurreição universal, embora essa renascença fosse pouco sincera e até bastante teatral; cada país, dentro da grande pátria romana, recuperava os seus títulos nobiliárquicos. Ao estudar este fenómeno singular, relembra o que se passou no nosso século, quando, ao impulso de universal benevolência, se começou a restaurar tudo, reconstruindo as igrejas góticas, restabelecendo as peregrinações de há muito abandonadas, popularizando as festas e antigas usanças.

Adriano, muito mais grego do que romano, pela cultura do seu espírito, favorecia este movimento ecléctico, contribuindo largamente para a sua expansão. Foi verdadeiramente prodigioso o que ele fez na Ásia Menor. Cizico, Niceia, Nicomedia foram reconstruídas pela sua vontade solícita: por toda a parte templos votivos celebrizaram o nome de um imperador letrado, cuja aspiração pareceu ser o advir dele o rejuvenescimento do mundo antigo. Não foi menos favorecida a Síria. Os melhores lugares do mundo foram Antioquia e Dafne; nelas se esgotaram as combinações da arquitectura pitoresca, as fantasias dos paisagistas e as maravilhas da hidráulica. Palmira também foi em parte reconstruída pelo grande arquitecto imperial e dele houve, como outras cidades, o título de *Hadrianópolis.*[1]

Nunca no mundo houve mais esperanças nem gozos mais deliciosos. Mal se pressentiam os bár-

[1] Estêvão de Bizâncio; Wadington, *Inscr. gr. de Syr.,* n.os 2 440, 2 585; de Vogüe, *Inscr. semitas de Syr.,* n.º 16.

baros de além do Reno e do Danúbio. Um grande bem-estar dimanava do espírito liberal do imperador. Os próprios judeus compartilhavam desse bem-estar geral. Só os que viviam amontoados em Béter e nas aldeias do sul de Jerusalém deflagravam em sombria raiva. Só uma ideia os dominava: revolucionar a cidade cujo acesso lhes era proibido e glorificar a colina votada a Deus com as honrarias tradicionais. Adriano ao princípio não desagradou aos partidos moderados, especialmente aos sobreviventes das catástrofes egípcias do tempo de Trajano. Chegaram a imaginar que a morte de Quieto fora a consequência das suas crueldades para com os Judeus. Talvez concebessem a esperança de que a ressurreição de Israel seria mais um dos caprichos do imperador. Um alexandrino de espírito piedoso recorreu à forma já consagrada para inculcar essas ideias. Imaginou que uma sibila, irmã de Ísis, visionara as provações reservadas aos últimos séculos.[1]

Estala logo de entrada o ódio contra Roma: «Ó virgem, amolecida e opulenta filha da Roma latina, reduzida à condição de escrava ébria de vinho, que himeneus te estão reservados! Quantas vezes uma dura senhora te arrancará os teus finos cabelos».[2] O autor, judeu e cristão, considera Roma a inimiga natural dos santos. A sua admiração só envolve Adriano.[3]

---

[1] Livro V das Sibilas. V. Alexandre, *Orac. sib.*, I, págs. 117 e seguintes, etc.
[2] *Carmen Sibyllae*, III.
[3] Livro V, versos 49-50. Prova-se por estes versos que o livro foi escrito no tempo de Adriano. Tal adulação seria incompreensível depois da sua morte. O autor é tão judeu, amaldiçoa com tanto rancor os destruidores da nação, que seria impossível falar assim depois de Bar-Coziba. O modo breve como se fazem referências aos outros imperadores prova que Adriano vivia, visto que, no caso contrário, ele entraria, como os outros, singelamente, na sua enumeração. Finalmente o que se diz de Jerusalém deve ser anterior à construção de Aelia.

Enumerando os imperadores romanos, desde César a Trajano, por meio dos processos anfigúricos da *gematria*, a sibila vê subir ao trono «um homem de crânio de prata, cujo nome é o de um mar». «Ninguém o excederá em perfeições». «Ele será omnisciente». «É no teu reinado, ó excelente, ó eminente, ó brilhante soberano, e sob a tua descendência, que se passará o que vou relatar».[1]

Como é da praxe, a sibila traceja quadros sombrios; desencadeiam-se todos os flagelos e os homens atingem o cume da perversidade. São as dores do parto messiânico. Nero, já falecido, há mais de cinquenta anos, ainda é o pesadelo do autor. Esse dragão funesto, histrião e matador, assassino do povo eleito, atiçador de guerras sem-fim, tornará a vir, para ser o igual de Deus. Trama os maiores crimes contra os Medas e os Persas que o acolheram. Transportado aereamente pelas Parcas, será o novo flagelo do Ocidente. O autor invectiva ainda mais violentamente do que na primeira apóstrofe dirigida a Roma:

> «Instável, perversa, com destino ao pior fim, início e final do sofrimento, pois que é no teu seio que morre e incessantemente renasce a criação, origem do mal, fla-

---

[1] Vers. 50.

gelo e centro para onde convergem todos os mortais, quem te amou alguma vez? Quem te não odiará? Que rei destronado acabará em paz, dentro de ti, a sua vida respeitada? Tu revolveste o mundo nos mais íntimos refolhos. Havia outrora na humanidade o clarão do sol brilhante, o raio do espírito unânime dos profetas, que a todos dava vida e alimento. Tu destruíste todo o bem. Eis por que sobre ti, imperial dominadora, origem e causa dos maiores males, cairão a espada e os desastres... Escuta, flagelo dos homens, a voz que te anuncia a desgraça.»

Habitará Jerusalém uma raça divina de judeus bem-aventurados, oriundos do Céu, que irá do ponto onde ora queda até Jafa e subirá até às nuvens. Nem mais clarins nem mais guerras; por toda a parte erguidos os troféus eternos consagrando as vitórias vencidas sobre o mal.

«Então descerá do Céu um homem extraordinário, que abriu as mãos sobre um lenho frutificante, o melhor dos Hebreus, que outrora fez parar o Sol, com as lindas palavras saídas dos seus santos lábios.»

Com certeza que era Jesus, Jesus alegoricamente, desempenhando, pela crucificação, o papel de Moisés com os braços estendidos, de Josué salvador do povo.

«Não laceres mais teu coração, ó filha de raça divina, ó tesouro, ó flor imaculada, luz encantadora, planta esquisita, gérmen adorado, graciosa e bela filha da Judeia, sempre vibrante dos hinos inspirados. Não calcará teu solo o pé impuro dos gregos traiçoeiros; cercar-te-á o respeito dos teus filhos, que erguerão a ara ao som dos cânticos das musas santas, com sacrifícios e rezas piedosas. Os justos, que suportaram as maiores angústias,

terão mais felicidade do que os males sofridos. Os que, porém, blasfemaram, sacrilegamente, contra o Céu, serão obrigados a calar-se e a esconder-se até que se mude a face do mundo. Uma chuva de fogo cairá das nuvens; os homens não colherão os loiros frutos; não haverá mais sementeiras até que os homens reconheçam o Deus supremo e imortal e eterno, e que não mais adorem as coisas mortais, os cães e os abutres, a quem o Egipto votou a homenagem das bocas profanas e dos lábios insensatos. Só a terra sagrada dos Hebreus terá o que será recusado aos outros homens; sairão das fontes e das rochas rios de mel, correrá para os justos o leite da ambrósia, porque eles esperaram, com fé viva e piedade ardente, num só Deus, pai de todas as coisas, único e supremo.»

Entra em cena o fugitivo parricida, já três vezes anunciado. O monstro inunda a terra de sangue. Conquista Roma e incendeia-a com um incêndio nunca visto. Segue-se a confusão geral. Morrem todos os reis e todos os aristocratas, a fim de que advenha a paz aos justos, isto é, aos cristãos e aos judeus. Mais uma vez explode a alegria do autor, ante a ruína de Roma.

«Parricidas, quebre-se o vosso orgulho culpado e a vossa soberba, vós que tendes para as crianças ósculos infames e encerrais em prostíbulos as virgens puras e as expondes aos maiores aviltamentos e às maiores violências. Emudece o teu riso, cidade maldita. Não mais encontrarão as virgens, no teu seio, o fogo divino, que elas conservam; porque se apagou esse fogo, guardado tão preciosamente, quando vi pela segunda vez cair outro templo, presa das chamas ateadas por mão impura, templo sempre florescente, santuário permanente de Deus, obra dos santos, incorruptível por toda a eternidade... Não é um deus de argila que essa raça adora; nela, o obreiro hábil não afeiçoa o mármore; não é objecto de

culto o ouro sedutor das almas. Eles honram pelo santo sacrifício, pelas hecatombes sagradas, o Deus grande cujo sopro tudo anima.»

Um eleito, o Messias, desceu do Céu e vence os pagãos, constrói a cidade dilecta de Deus, que renasce mais brilhante do que o Sol, funda nela o seu templo, uma torre de vários estádios de testa, atingindo as nuvens, para que os fiéis vejam a glória de Deus. Desaparecem as sedes das civilizações antigas: Babilónia, Egipto, Grécia e Roma; caem muito especialmente os colossos do Egipto; mas um dos seus sacerdotes, vestido de linho, leva-os a abandonar os velhos ritos e a erguer um templo ao verdadeiro Deus.[1] Mas não pára aqui o fim do mundo antigo. Chocam-se as constelações; caem sobre a terra os corpos celestes e o céu fica sem astros.

No tempo de Adriano havia no Egipto um grupo de piedosos monoteístas, para quem os Hebreus eram o povo justo e santo, aos olhos dos quais a destruição do templo de Jerusalém fora um crime irremissível e a única causa da ruína do Império Romano, vivendo no rancor e propalando calúnias contra os Flávios, esperando a ressurreição do Templo e de Jerusalém, concebendo o Messias como o homem eleito de Deus, vendo esse Messias em Jesus e lendo o Apocalipse de João.[2] De há muito, o Egipto nos habituara às singularidades da história

---

[1] Verso 491. Ideia inspirada por Isaías, XIX, 18-25 (*Jos.*, *Ant.* XIII, III).

[2] Comparai por exemplo *Carmen Siby.*, V, 154-160, com o Apoc., XI, I; XVII, 5.

judaica e cristã; o seu desenvolvimento religioso não era sincrónico com o resto do mundo. O que acabamos de ler não devia encontrar eco nem no judaísmo puro nem nas Igrejas de S. Paulo. A Judeia não consentiria, uma hora que fosse, em considerar Adriano o melhor dos homens, nem tão-pouco em fundar sobre ele qualquer esperança.

CAPÍTULO II

RECONSTRUÇÃO DE JERUSALÉM

NAS suas peregrinações pela Síria, Adriano viu o local onde fora Jerusalém. Havia cinquenta e dois anos que a cidade quedava na sua desolação, oferecendo à vista um montão de pedras soltas; só de onde a onde uma mancha de casas pobres, refúgio de cristãos, erguidas a medo no monte de Sião. O recinto do Templo era guarida de chacais. Num dia que aí foi o rabi Aquiba, com alguns companheiros seus, um desses animais fugiu do local sagrado onde outrora demorava o santo dos santos. Os peregrinos choravam longamente: «Então é aqui, diziam eles, o lugar de que se disse: "Quem de profano se aproximar deste sítio morrerá", e é neste mesmo ponto que os chacais fazem a sua habitação!» Mas Aquiba desatou a rir-se, e, de tal maneira provou a realidade das profecias, que eles conclamaram: «Aquiba, tu consolaste-nos: Aquiba, tu consolaste-nos». [1]

---

[1] Talmude de Bab., *Maccoth*, 24 *b;* Midrash raba sobre *Lament.*, v, 18 (fol. 81).

As ruínas inspiraram a Adriano as mesmas ideias de todas as outras ruínas, isto é, o desejo da reedificação da cidade, da sua colonização e o de a cognominar, como às outras, com o seu nome e o da sua família. A Judeia seria cultivada.[1] Jerusalém, considerada praça forte nas mãos dos Romanos, tinha a vantagem de conter em respeito a população judaica. Todas as cidades da Síria eram reconstruídas à Romana, Gerasa, Damasco, Gaza, Petra, inaugurando eras novas ou tomando o nome do deus viajante. Como Jerusalém era bastante célebre, não poderia facilmente esquivar-se ao movimento de diletantismo histórico da reconstituição universal.

É provável que, se os judeus fossem menos íntegros nas suas ideias, se tivessem um Fílon de Biblo que representasse o passado judaico, como uma variante gloriosa e interessante entre as literaturas, as religiões e as filosofias da humanidade, o imperador curioso e inteligente, encantado no sentimento arqueológico, reconstituiria o Templo, não à vontade dos doutores, mas com o seu feitio ecléctico de grande amador de antigos cultos. Há no Talmude imensos diálogos do imperador com Rabinos célebres,[2] diálogos fictícios, por certo, mas correspondendo ao carácter de Adriano, belo espírito, bom conversador, argumentador arguto, ávido das coisas bizarras, sedento de saber tudo para de tudo zombetear. Mas não há maior injúria para o absolutismo do que a tolerância. Os judeus neste ponto não dis-

[1] É a ideia dos bois que se vêem nos cunhos das primeiras moedas. Madden (p. 212-213), etc.

[2] Rabi Josué, *Bereschith Rabba*, cap. XXVIII.

crepavam dos católicos exaltados dos nossos dias. Tais convicções não se contentam com o seu quinhão, querem tudo para si. Para a religião que se julga a verdadeira, ser tratada como seita, eis a maior afronta que se lhe pode fazer; antes estar fora da Lei, ser-se perseguido; as situações violentas dão-lhe um cunho de divindade. Os crentes adoram as perseguições; porque é no rancor dos homens que os mártires encontram a característica das suas prerrogativas, a maldade dos homens que é, na sua opinião, o maior inimigo da verdade.

Nada nos prova que Adriano, para reconstruir Jerusalém, consultasse os Judeus ou procurasse acordos com eles;[1] nem tão-pouco que mantivesse relações com os cristãos da Palestina, exteriormente menos afastados dos judeus do que os cristãos dos outros países. Para os cristãos, a reconstituição do Templo destruiria as profecias de Jesus. Pelo contrário, para os Judeus, a reedificação correspondia às aspirações universais. O judaísmo de Iabné, sem templo, nem culto, seria um curto interregno. Conservavam-se os usos do Templo. Continuavam os fiéis a pagar os dízimos aos sacerdotes; guardavam-se os preceitos levíticos com todo o rigor. Dilatavam-se, para quando se reconstruísse o Templo, os sacrifícios obrigatórios; mas só os Judeus poderiam fazer essa reconstrução. A menor infracção era logo motivo para se gritar sacrilégio. Era melhor para os bons Israelitas que as feras habitassem nocturnamente o santuário, do que a sua reconstrução se devesse a um escarnicador profano, que, por certo,

[1] Cf. Epifânio, «*De mensuris*».

depois de concorrer para a reedificação, não perderia o ensejo de alfinetar com epigramas os deuses bizarros com altares tanta vez por ele erguidos.

Jerusalém era para os Judeus uma coisa tão santificada como o Templo. Falando com verdade, não os distinguiam um do outro, e já então designavam a cidade com o nome de *Beth hammiqdas*. Logo a raiva se acendeu nos *hasidim*, quando tiveram a notícia de que se reconstruía, sem o seu concurso, a cidade de Deus. Estavam ainda presentes os extermínios de Quieto e de Turbo. Pesava sobre a Judeia um terror extraordinário; convulsionar as massas era tentar o impossível; mas desde logo se sentiu que no futuro estalaria uma revolta mais terrível ainda do que as precedentes.

Talvez fosse em 122 que Adriano deu as suas ordens para se começar a reconstrução. A população era na sua maioria constituída por veteranos e estrangeiros. Não houve ensejo de se afastarem os judeus; os sentimentos destes os distraíam naturalmente da nova cidade. Parece, ao contrário, que os cristãos reentraram na cidade, desde que foi possível habitá-la, e até com uma certa pressa. Foi dividida a cidade em sete bairros, governado cada um deles por um anfodarco.[1] Como existissem ainda os alicerces do Templo, tentavam a que aí se edificasse o santuário principal da cidade nova. Adriano tinha o maior cuidado em que os templos, levantados por sua ordem, nas províncias orientais, lembrassem o culto de Roma e o laço que unia as províncias com

[1] Crón. de Alex., ano 119.

a metrópole.[1] Para rememorar a vitória de Roma sobre o culto local, foi elevado um templo a Júpiter Capitolino, o deus de Roma, e cuja atitude e porte grave lembrava Jeová, e ao qual os Judeus, desde Vespasiano, pagavam um tributo. O edifício tinha quatro estilos; como na maioria dos templos da Síria erguidos depois de Adriano, o entablamento da frontaria era cortado por um arco sob o qual se via a estátua colossal do Deus.[2]

O culto de Vénus merecia igualmente as atenções do fundador da colónia. Adriano erguia por toda a parte templos à divindade protectora de Roma e a mais notável das construções pessoais foi o Templo de Vénus e Roma, cujos restos ainda se vêem próximos do Coliseu. Era provável que Jerusalém tivesse um Templo de Vénus e Roma, junto do de Júpiter Capitolino. Quis o acaso que esse templo ficasse próximo do Gólgota. Este facto levou mais tarde o espírito cristão a reflexões singulares. Viu-se nesta vizinhança uma injúria ao cristianismo, coisa em que com certeza não pensou Adriano. Os trabalhos iam com grande lentidão e, quando dois anos depois o imperador retomou o caminho do Ocidente, a nova *Colonia Aelia Capitolina* era mais um projecto do que uma realidade.

Circulou entre os cristãos e durante largo tempo uma versão singular; um Grego de Sinope,[3] chamado

[1] Templo levantado em Éfeso à Fortuna.

[2] Vide as moedas de Aelia em Madden, pág. 212 e seg. Saulcy, *Numismatic Jud.*, pl. XVI-XVIII, etc.

[3] Epifânio, *De Mens.*, 14-15. Nós temos a narração de Epifânio por verídica; mas confundiu Áquila, tradutor da Bíblia, com um homónimo; o tradutor parece ter sido um

Áquila, tinha sido nomeado por Adriano, como intendente dos trabalhos para a reconstrução de Aelia. Este grego conheceu em Jerusalém os discípulos dos apóstolos e fez-se baptizar, comovido pela sua piedade e pelos seus milagres. Mas a mudança de costumes não seguiu a mudança de crenças. Áquila era dado à horoscopia astronómica; tirava todos os dias o seu horóscopo e passava por um grande sábio nestes assuntos. Os cristãos olhavam-no com maus olhos; os chefes da Igreja censuravam o novo confrade que lhes não ligou importância e se indispôs com os avisos da Igreja. A astrologia induziu-o em graves erros sobre o destino e a fatalidade. O seu espírito incoerente intentava reunir coisas opostas. A Igreja considerou-o incapaz de salvação, expulsou-o, o que provocou em Áquila um profundo rancor. Parece que os conhecimentos do imperador acerca dos cristãos lhes foram fornecidos por ele.

---

judeu, discípulo de Áquila. Talvez haja confusão com Aquiba, marido de Priscila e com Teodócio que S. Epifânio dá como nascido em Sinope. O *Sifra* pode seguir um dado criado pelos cristãos. Em todo o caso neste dédalo de nomes e opiniões não é verdadeiro ser qualquer Aquiba parente de Adriano.

CAPÍTULO III

TOLERÂNCIA RELATIVA DE ADRIANO. PRIMEIROS APOLOGISTAS

Corriam tempos de tolerância.[1] Multiplicavam-se por toda a parte as associações pias e os colégios.[2] Pelo ano de 124,[3] o governador da Ásia, Quinto Licínio Silvano Graniano, endereçou ao imperador uma carta, escrita sob os mesmos sentimentos que levaram Plínio à redacção da sua bela carta de homem de bem. Repugnava aos funcionários romanos honrados tudo o que lembrasse um processo de crimes implícitos, supondo-se cometidos somente pelo facto de se usar um certo cognome. Por isso Graniano denunciava o que havia de injusto na condenação dos cristãos, simplesmente por vagos rumores, fruto da imaginação popular, sem haver outro motivo

---

[1] Cf. I Tim., II, 2.
[2] Waddington, *Fas. das Prov. Asiáticas*, págs. 197-199.
[3] Mommsen, *De Collegiis apud Romanos*, cap. IV e V.

para a classificação do crime além da sua própria profissão. Pelo sorteio das províncias consulares, sucedeu a Graniano, Caio Minício Fundano, filósofo e literato, amigo de Plínio e de Plutarco,[1] que o fez interlocutor num dos seus afamados diálogos filosóficos. Eis a resposta de Adriano a Fundano:

«Adriano a Minício Fundano. Recebi a carta do teu antecessor Licínio Graniano, homem ilustre. Não me parece que a questão deva ser abandonada sem uma inquirição. Receio que se vão inquietar pessoas tranquilas e que se abra um campo livre aos caluniadores. Se os habitantes da tua província têm agravos contra os cristãos e se os podem provar nos tribunais, que sigam as vias legais; mas o que eu lhes não consinto são petições e gritos tumultuários. Nessas circunstâncias é bem que tu conheças as queixas. Se alguém se apresenta como acusador e demonstra que os cristãos infringem as leis, ordena suplícios conformes com a gravidade do delito. Mas, por Hércules, se alguém denunciar caluniosamente, castiga-o com os suplícios mais cruéis, proporcionais à sua maldade.»[2]

Parece que Adriano respondeu do mesmo modo a outras consultas análogas.[3] Multiplicavam-se os libelos contra os cristãos. As delações constituíam um ofício lucrativo, porque o delator recebia a metade dos bens do condenado.[4] Na Ásia, especial-

---

[1] Plínio, *Cartas*.
[2] Há quem duvide da autenticidade da carta, porque não tem as mesmas garantias de autenticidade que a de Plínio. Apologia, cap. LXVIII e LXIX. Eus., *Hist. Ecc.*, IV, VIII e IX.
[3] Militão, *l. c. Tertuliano,* Apolo, 5.
[4] Quadratus, V. Athenagora, *Leg.*, c. 1.

mente, as reuniões provinciais, acompanhadas de jogos, findavam por execuções. Como remate da festa, a multidão pedia o suplício dos desgraçados. O grito terrível «Cristãos aos leões» era vulgar nos teatros; ora era raro que as autoridades não aquiescessem às exigências do povo reunido.[1] Como se viu, o imperador opunha-se a estas maldades; o verdadeiro culpado eram-no as leis do Império, que apoiavam as acusações vagas, interpretadas a capricho pelas multidões.

Adriano passou o Inverno em Atenas.[2] Foi neste ágape de todos os homens ilustres que ele sentiu os seus maiores prazeres. A Grécia fora o ponto de reunião para o gozo dos literatos romanos. Tranquilos acerca das consequências políticas, intentavam restaurar o Pnice, as assembleias populares, o Areópago, levantavam estátuas aos grandes homens do passado, ensaiavam velhas constituições, refaziam a *pan-helenia,* a confederação das pretensas cidades livres. Aí habitaram Mecenas ilustres, particularmente Herodes Ático, um dos mais altos espíritos do tempo, e Filópapos, últimos descendentes dos reis da Comagena e dos Selêucidas, que ergueram por esse tempo, na colina do Museu, um monumento que ainda hoje existe.[3]

O verdadeiro elemento de Adriano era esse mundo de professores, filósofos e homens de espírito. A sua vaidade, o seu talento, o seu gosto pela conversação brilhante, punham-no à vontade num meio de con-

---

[1] Tertuliano. *Apol.*, 40; S. Cipriano, *Epíst.*, 53-56.
[2] Euséb., *Chron.*, págs. 166-167.
[3] *Corp. Inscr. Gr.*, n.º 362.

frades que ele distinguia com atenções, de igual para igual, não abdicando contudo das suas prerrogativas. Era um fino argumentador, e supunha que a sua supremacia derivava somente dos seus dotes pessoais.[1]

Mas mal ia àqueles que o magoassem ou o vencessem nas discussões. Despertariam esse Nero, bem dissimulado, que existia no seu imo. Não se calcula o que o imperador criou de novas cadeiras nem o número de pensões literárias que distribuiu. Levava a sério os títulos de arconte e de agonóteta. Redigiu ele próprio uma constituição para Atenas, combinando em doses iguais as leis de Sólon e as de Drácon, e quis ver-lhe os resultados práticos. Renovou-se a cidade. Acabou-se essa maravilha do mundo, que foi o Templo de Júpiter Olímpico, perto de Iliso, já começado por Pesístrato e de onde o imperador houve o título de Olímpico. Data do seu tempo o conjunto de templos, pórticos, ginásios e outros estabelecimentos de instrução. É claro que tudo isto dista muito das perfeições da Acrópole; mas essa construção sobreexcedia tudo o que até então fora visto pela raridade dos mármores e pela riqueza das decorações. No Panteão central havia o catálogo dos templos que o imperador construíra, reparara ou ornamentara, e das dádivas que ele concedera às cidades gregas ou bárbaras. Numa ala especial havia uma biblioteca aberta a todos os cidadãos de Atenas. Num arco que ainda existe foi Adriano equi-

[1] Apareceu em Téspias um epigrama da sua lavra (*Relatório à Acad. de Inscr.*, 1870, págs. 56-57).

parado a Teseu; chamou-se a um bairro de Atenas *Hadrianópolis.*[1]

Mas, se a actividade intelectual de Adriano era grande, pequeno era o seu espírito científico. Discutiram-se nessas reuniões de sofistas todas as questões humanas e divinas; mas nenhuma se resolveu. Não nos parece que se chegasse até ao racionalismo puro. O imperador na Grécia dava ideia de uma criatura muito religiosa[2] e até supersticiosa.[3] Quis iniciar-se nos mistérios de Elêusis.[4] Afinal, quem beneficiava com tudo isto era o paganismo. Mas, da liberdade de discussão, resultam sempre grandes benefícios. Flegon, secretário de Adriano, conheceu superficialmente o cristianismo. A clareira de controvérsia, rasgada no espírito de Adriano, originou um género novo de literatura cristã, a literatura apologética, com um grande brilho no ciclo dos Antoninos.

Frutificara em Atenas o cristianismo, já aí pregado setenta e dois anos antes. A Igreja de Atenas não teve a sequência e a estabilidade de muitas outras;[5] o seu carácter especial produziu, porém, pensadores cristãos muito individuais. A Apologética nasceu no seu seio e assim deveria ser.[6]

[1] Pausânias, I, v, 5; XIX, 9; Spartiano, 20; Leake, pág. 151 e seg.

[2] Pausânias, I, v, 5; S. Jerón., *De Viris Ill.*, c. 19; *Epist.*, 83 (84), etc.

[3] Díon, LXIX, 11, 22. Spartiano, *Adr.*, 16, 25, 26, etc.

[4] Spartiano, 13. Eusébio, *Chron.*, Schœne, págs. 166-167, etc.

[5] Dinis de Cor., em Euséb., *H. E.*, IV, 23.

[6] Aristides e Atenágoras foram quase com certeza filósofos atenienses.

Muitos indivíduos, chamados «filósofos», aderiram ao cristianismo. Filósofo significava homem de costumes austeros e vestuário especial, que o designava ou às mofas dos transeuntes ou, as mais das vezes, ao seu respeito.[1]

Adoptando o cristianismo, os filósofos não renunciavam nem aos seus hábitos nem ao seu vestuário. Daí uma nova categoria de cristãos, até então desconhecida. Escritores e palradores de profissão, os filósofos transformavam-se, pela sua conversão, em doutores e polemistas da seita. Iniciados na cultura grega, tinham mais dialéctica e aptidões para a controvérsia do que os pregadores puramente apostólicos. Momento solene que marca o advento da plena consciência! A partir deste momento, já o cristianismo tem os seus advogados! Eles discutiam e discutia-se com eles. Aos olhos do governo, eram pessoas para serem tomadas mais a sério do que os bons adeptos, sem educação e eivados das superstições orientais. Até então, nunca o cristianismo ousara dirigir-se abertamente às autoridades romanas, para que lhe fosse rectificada a sua falsa posição. Não convidava a tais explicações o carácter dos outros imperadores romanos. A petição seria desprezada e ninguém a leria. A curiosidade de Adriano, a ductilidade do seu espírito, a ideia de que lhe era sempre agradável um facto ou um argumento novo, encorajaram as primeiras tentativas, com certeza fúteis, no tempo de Trajano. Havia um pensamento aristocrático que era lisonjeiro para o imperador e para o apologista. Já o cristianismo patenteia a polí-

[1] Justino, *Dial. com Tryph.*, 1.

tica que seguirá depois do século IV e que consistirá em tratar com os soberanos por cima da cabeça dos povos. «Convosco nós queremos discutir; mas o povo não merece a honra das nossas explicações».

O primeiro ensaio deste género[1] foi a obra de um tal Quadrato, personagem importante da terceira geração cristã, e que disse ter sido discípulo dos apóstolos. Quadrato deu ao imperador uma apologia do cristianismo, que se perdeu, mas de grande valia durante os primeiros séculos. Queixava-se altamente das calúnias levantadas aos fiéis por pessoas mal-intencionadas, e demonstrava a inocuidade da fé cristã. Avançando mais, intentava converter o imperador à fé cristã, pelo argumento tirado dos milagres de Jesus. Quadrato pretendia que, ainda no seu tempo, havia vivas algumas pessoas que o Salvador curara e ressuscitara. Com certeza que Adriano gostaria de ver um desses velhos centenários e que o seu liberto Flegon enriqueceria, com mais essa observação, o seu tratado *Sobre os casos de longevidade;* mas o imperador não se deixou convencer. Vira muitos outros milagres; e se não tirara deles qualquer conclusão, é porque o número das coisas incríveis é infinito no nosso mundo. Flegon, no seu colectâneo teratológico, referira milagres de Jesus, e com certeza que Adriano discutira com ele esse assunto. Também apresentaram a Adriano outra apologia de um tal Aristides, filósofo ateniense, convertido ao cristianismo. Dela nada sabemos a não ser que ela teve entre os cristãos tanta voga, como a de Quadrato. Os que a leram admiraram-lhe a

[1] Eusébio, *Hist. Eccl.*, IV, 3.

eloquência, o espírito do autor e o belo uso que ele fez das passagens dos filósofos pagãos para demonstrar a verdade das doutrinas de Cristo.[1]

Talvez que estes escritos não ferissem demasiado a atenção do imperador, exactamente pela sua novidade. Tinha ideias muito singulares em matéria religiosa. Parece que algumas vezes dera provas de grande respeito pelo cristianismo. Construiu templos e basílicas sem inscrição nem destinos conhecidos. Muitos ficaram incompletos e sem inscrição votiva; chamaram-lhes *Adriânios*. Esses templos sem estátuas levam a crer que foram assim construídos propositadamente. Quando Alexandre Severo quis realmente construir um templo cristão, os cristãos espalharam que Adriano já tinha resolvido fazer outro tanto e que os *Adriânios* serviram para a instalação do novo culto. A razão por que Adriano não prosseguira, foi o facto de os oráculos consultados dizerem que, se tal templo se construísse, todo o mundo se converteria ao cristianismo e todos os outros templos seriam abandonados.[2] Alguns desses adriânios e especialmente os de Tiberíades e de Alexandria, transformaram-se em igrejas no século IV.[3]

As loucuras de Adriano com Antínoos foram um elemento de apologética cristã. Tal monstruosidade pareceu o ponto culminante do reino do Demónio. Este deus recente, que todo o mundo conhecia, foi exploradíssimo para bater na brecha os outros deuses mais antigos e menos fáceis de serem guerrea-

[1] Eusébio, *l. c.;* S. Jerón.. *De Viris Ill.*, 20.
[2] Lamprídio, *Alex. Sev.*, 43.
[3] Epifânio, *loc. cit.*

dos.[1] A Igreja triunfou. O templo de Adriano foi mais tarde considerado como o vértice luminoso de uma época esplendorosa, em que a verdade cristã radiou, sem sombras, ante todos os olhos.[2] Ninguém podia querer mal ao imperador, cujos defeitos e qualidades tanto o haviam favorecido. Não esqueceram as suas imoralidades, as superstições, a iniciação vã em mistérios impuros; mas, apesar de tudo isto, para uma parte da opinião cristã, Adriano foi um homem ponderado, de raras virtudes, que deu ao mundo os últimos dias belos.[3]

[1] *Carmen Syb.*, VIII, 57, 58.
[2] Eusébio, *Praep. Evang.*, IV, 17.
[3] *Carmen Syb.*, V, 46 e seg.

CAPÍTULO IV

OS ESCRITOS JOÂNICOS

PARECE que foi por este tempo que se ouviu falar de um livro misterioso, caso extraordinário sustentado pelos seus adeptos, um novo Evangelho, superior aos conhecidos, um Evangelho espiritual, tão elevado acima do de Marcos e Mateus como o espírito se eleva acima da matéria. Esse Evangelho era do apóstolo dilecto de Jesus, de João, o qual fora da sua intimidade[1] e portanto sabia muitas coisas que os outros ignoravam e rectificava inexactidões na apresentação dos factos sucedidos. O trecho em questão destacava efectivamente muito da simplicidade das primeiras narrativas evangélicas; aspirava a mais altas pretensões e com certeza que a intenção dos seus propagandistas era substituir as vidas modestas de Jesus, com que até aí os cristãos

---

[1] *Vida de Jesus*, págs. 537-538, 13.ª ed. e seg.

se haviam contentado. O historiador, ainda envolto no mistério, repousava a sua cabeça no peito de Jesus e só ele é que conhecia os segredos divinos do seu coração.

Saíra de Éfeso o novo livro,[1] isto é, de um dos focos principais da elaboração dogmática da religião cristã. Admitimos como possível que João passasse aí a sua velhice e aí morresse. É certo que muito cedo apareceu em Éfeso um partido que se apoderou do apóstolo João e fez todo o possível para o engrandecer. Paulo tinha muitas igrejas votadas à sua memória. Pedro e Tiago também tinham a sua família espiritual. Pretendeu-se o mesmo para João; houve o intento de o igualarem a Pedro; sustentou-se até, com menos consideração para com este, que em muitos casos ele houve o primeiro lugar na história evangélica; e como os Evangelhos existentes não apoiassem suficientemente esta pretensão, recorreu-se a uma pia fraude que ao tempo não provocava sombras de escrúpulo. Assim se explica como de Éfeso emergiu obscuramente, pouco depois da idade apostólica, uma classe de livros destinada a ocupar mais tarde, na teologia cristã, um lugar superior às outras inspiradas páginas.

Não se pode admitir que João escrevesse essa obra.[2] É mesmo duvidoso que ela se escrevesse

---

[1] Isto sai com probabilidades da passagem de Papias (*Livro de Euséb., H. E.*, III, 39). As relações pessoais de Papias com o *Presbyteros Joannes* e Arístion levam-nos a pôr estes personagens e as filhas de Filipe, na Ásia. É difícil não estabelecer um laço entre esse *Presbyteros* e o autor da 2.ª e 7.ª epístolas pseudo-joânicas.

[2] Veja-se discussão na *Vida de Jesus*, intr. e ap.

perto dele, na sua velhice e com o seu consentimento. O mais provável é que um discípulo do apóstolo, depositário de várias das suas recordações, se autorizasse a falar em nome do mestre e a escrever vinte e cinco ou trinta anos depois da sua morte o que se lamentava que João não tivesse escrito em sua vida. Éfeso tinha tradições especiais acerca da vida de Jesus; tinha, por assim dizer, uma vida de Jesus para seu uso. As tradições residiam na memória de duas pessoas, havidas, nestas paragens, pelas maiores autoridades em matéria de história evangélica, e que eram um seu homónimo, *Presbyteros Joannes*[1] e Arístion, que sabia de cor as orações de Jesus.[2] No tempo que referimos já Papias consultava estes dois homens como a dois oráculos, e notulava as tradições que deveria inserir na sua grande obra «Os Sermões do Senhor». Um traço notável do *Presbyteros* era o juízo que ele formava do Evangelho de Marcos. Reputava-o insuficiente e tumultuário; acusava-o de ignorância completa da sequência dos episódios da vida de Jesus. O *Presbyteros* julgava saber melhor o ocorrido e a sua tradição, se ele a escrevesse, saltaria fora do plano da de Marcos.

Pensamos que o quarto Evangelho representa as tradições do *Presbyteros* e de Arístion, as quais remontam ao apóstolo João. Parece ainda que para preparar a fraude se lançou uma epístola católica, atribuída a João, para habituar o público da Ásia

---

[1] *Evangelhos*, pág. 426 e seg.

[2] Papias, Euséb., *H. E.*, III, XXXIX, 4, 14.

ao estilo que se lhe pretendia fazer adoptar como sendo o do apóstolo.[1]

Enceta-se o ataque contra os docetas ou fantasistas, que eram o grande perigo do cristianismo na Ásia.[2]

Insistia-se com afectação sobre o valor do testemunho do apóstolo, testemunha ocular dos factos do Evangelho. O autor, bastante hábil, imitaria o tom da conversação do apóstolo João. O espírito da pequena obra é grande, elevado, apesar de algumas bizarrias elkasaístas.[3] A doutrina é excelente; é a caridade recíproca, o amor dos homens, o ódio do mundo corrompido. O estilo comovido, apurado e penetrante, é absolutamente o mesmo do quarto Evangelho; os defeitos do quarto Evangelho, a prolixidade, a aridez, consequências de intermináveis discursos cheios de metafísica abstrusa e de alegações pessoais, são aqui muito menos evidentes.

O estilo dos escritos pseudo-joânicos é uma coisa à parte, porque não existem modelos similares antes do *Presbyteros*. Foi muito admirado. É quente e até por vezes sublime, mas fátuo, falso e obscuro. Falta-lhe por completo a sinceridade. O autor não narra, demonstra. E nada há mais fatigante que as longas enumerações dos milagres e as discussões em torno de um mal-entendido em que os adversários

---

[1] É a primeira das três epístolas joânicas. Citada por Papias (Euséb., *H. E.*, III, XXXIX, 16); ora Papias não conhecia ou não admitia o quarto Evangelho. Ireneu, Clemente da Alexandria e os padres do século III citam a epístola no mesmo pé do Evangelho.

[2] I Joh., I, 1-3, IV; 2, 3; cf. II, Joh., 7. Veja Tertuliano, *De Carne Christi*.

[3] I Joh., I, 1 e seg.; IV, 14.

de Jesus são considerados idiotas. Como é preferível a esse *pathos* verboso o estilo suave, ainda hebraico, das narrações, que encanta na leitura dos evangelistas primitivos! Não precisam eles de repetir incessantemente que viram o que contam e que o que contam é a verdade.[1] A sua sinceridade, ignorando as objecções, não tem a sede febril das contestações repetidas, evidenciando a incredulidade e a dúvida já caracterizadas. Pelo tom ligeiramente excitado deste novo contista, parece que ele receia não ser acreditado e procura surpreender a religião do seu leitor por afirmações enfáticas.

Insistindo muito sobre a qualidade de testemunha ocular e sobre o valor do seu próprio testemunho, o evangelista do quarto Evangelho nunca diz «Eu João»; nunca este nome figura uma só vez em toda a obra; só aparece no título; mas não há dúvidas de que o discípulo inominado ou designado disfarçadamente no livro não seja ele. Também não resta dúvida que a intenção do falsário é fazer crer que o personagem misterioso é bem o autor do livro.[2] Pequeno artifício literário, muito do agrado de Platão. Daí resulta que a narrativa é preciosa, algumas vezes requintada, com subentendidos e pretensões literárias pouco dignas de um apóstolo. João nomeia-se sem citar o seu nome; elogia-se sem se tecer directamente elogios. Não se coíbe do processo literário de desvendar num claro-escuro segredos que se guardam para si e que se não dizem ao primeiro que apareça. É tão agradável ser adivinhado, deixar

---

[1] João, XIX, 35; XX, 30-31; XXI, 21.

[2] Vide Apêndice, *Vida de Jesus* (13.ª ed.).

concluir aos outros as coisas que nos são favoráveis, expressas só por meias palavras!

Provar Jesus aos que não acreditam n'Ele e especialmente fazer prevalecer uma concepção nova do cristianismo, tal o objectivo do autor. Como os milagres são a prova por excelência da missão divina, sobrepuja ainda mais as narrativas dos prodígios citados nos Evangelhos primitivos. Parece, além disso, que Cerinto foi um dos fautores destes livros singulares.[1] Cerinto foi como que um espectro de João. A mobilidade do seu espírito ora o aproximava, ora o afastava das ideias do círculo efésico; e tanto que ele passou tanto por ser o visado nos combates dos escritos joânicos como por ser o seu próprio autor.[2] É tal a escuridão do problema joânico que não parece impossível esta última ideia. Corresponderia ao que sabemos de Cerinto, que costuma cobrir os seus devaneios com o nome de um apóstolo; explicaria o mistério que envolveu o livro perto de cinquenta anos e a oposição ferrenha que ele teve. A insistência com que Epifânio combate tal opinião [3] leva a crer que ela se firmava com solidez. Tudo é possível nestas épocas obscuras; e, se a Igreja, venerando o quarto Evangelho como a obra de João, é um joguete do que ela supõe ser o seu maior inimigo, não é, em suma, mais estranho que outros mal-entendidos constituindo a trama da história religiosa da humanidade.

---

[2] Ireneu, III, XI, 1.
[1] Epifânio, LI, 3-4.
[2] Faz dela uma heresia, chamada, por um trocadilho, *aloges*. Nenhuma seita teve este nome.

O que é certo é que o seu autor é simultaneamente o pai e o adversário do gnosticismo, o inimigo dos que deixam evaporar-se no docetismo nevoento a real humanidade de Jesus e o cúmplice dos que o relegaram para a abstracção divina. Os espíritos são excessivamente severos para os que deles se separaram por um ténue fio. O Anticristo, que o pseudo-João apresenta como já existindo, esse monstro que é a negação de Jesus e que ele não distingue dos erros do docetismo, é quase ele próprio.[1] Quanto se amaldiçoa ao anatematizar os outros! A personalidade de Jesus tornava-se no seio da Igreja o objecto de lutas aguerridas. De um lado não se podia resistir à torrente que arrastava todo o mundo para as exageradas hipérboles sobre a divindade do fundador; por outro lado, importava sustentar o carácter real de Jesus e opor-se à tendência manifestada por um grande número de cristãos para o idealismo doentio de onde sairia o gnosticismo. Falavam muitos do éon Cristos como um ser distinto do homem chamado Jesus, com o qual vivera algum tempo e que o abandonara no momento da crucificação. Eis o que dizia Cerinto e o que já tinha dito Basilídio. A isto era preciso opor um Verbo tangível;[2] e foi essa a tarefa do novo Evangelho. O Jesus que ele apregoa é, em certos pontos de vista, mais histórico que o dos outros evangelhos e, apesar disso, é um arqueu metafísico, uma pura concepção da teosofia transcendente. Repugna ao gosto tal conúbio; mas a teologia não tem as exigências da estética. Encon-

---

[1] I Joh., II, 18, 22; IV, 3; II Joh., 7.
[2] I Joh., II, 22; IV, 2, 3; V, 7; II Joh., 7.

trara o repouso a consciência cristã tantas vezes em rebate, durante um século, sobre a ideia certa de Jesus.

«No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por Ele; e nada do que foi feito, foi feito sem Ele; n'Ele estava a Vida e a Vida era a luz dos homens; e a luz resplandece nas trevas; mas as trevas não na compreenderam.

Houve um homem enviado por Deus, que se chamava João. Este veio por testemunha, para dar testemunho da luz, a fim de que todos cressem por meio dele. Ele movera a luz, mas para que desse testemunho da luz.

Era a luz verdadeira que alumia a todo o homem que vem a este Mundo; estava no Mundo e o Mundo foi feito por Ele e o Mundo não n'O conheceu. Veio para o que era Seu e os Seus não n'O receberam; mas a todos que O receberam deu Ele poder de se fazerem filhos de Deus, aos que crêem no Seu nome; que não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do varão, mas de Deus.

E o Verbo se fez carne e habitou entre nós; e nós vimos a Sua glória, glória como de filho unigénito do Pai, cheio de graça e de verdade.»

O que segue não surpreende menos. Defrontamos com uma vida de Jesus que, de um modo grave, se afasta da que nos foi contada nos escritos de Marcos, Lucas e pseudo-Mateus. É evidente que esses Evangelhos não foram muito conhecidos na Ásia ou eram aí pouco autorizados. João, em vida, costumava, sem dúvida, contar a vida de Jesus de uma maneira diferente do plano galileu que os tradicionalistas da Betânia traçaram e que serviu de paradigma aos sucessores. Sabia que uma parte da actividade de Jesus se desenvolvera em Jerusalém. Conhecia personagens e pormenores ignorados ou desprezados pelos primitivos contistas. Quanto aos sermões de Jesus, tal como os referia a tradição galileia, se a Igreja de Éfeso os conhecesse deixá-los-ia no olvido. Com o espírito da época não era difícil inventar para Jesus discursos tendentes a estabelecer tal ou tal doutrina; e tanto assim que os autores da Tora e os antigos profetas faziam falar Deus segundo as suas paixões.

Tal a origem do quarto Evangelho, escrito sem valor, se se pensa no modo como Jesus falava, mas superior aos *Sinópticos* no que diz respeito à sequência dos factos.[1] As estadas de Jesus em Jerusalém, a instituição da Eucaristia, que o nosso autor filia num hábito de Jesus e não numa palavra dita num momento preciso, a agonia antecipada de Jesus, não referida na noite da véspera da sua morte, mil outras circunstâncias referidas à Paixão, à Ressurreição e à vida de além-túmulo do Salvador; certas particularidades: por exemplo o que se refere a Canaã, ao apóstolo Filipe, aos irmãos de Jesus, à menção de Cléopas [2] como membro da família de Jesus, são outros tantos traços que asseguram a pseudo-João uma superioridade histórica sobre Marcos e sobre o pseudo-Mateus. Grande número destas particularidades poderiam sair das próprias narrativas do apóstolo João, as quais seriam oportunamente recor-

---

[1] Ponto muito desenvolvido no apêndice da *Vida de Jesus*, 13.ª ed. e seg.

[2] João, XIX, 25. Se o quarto Evangelho não tivesse valor original, como documento, como se encontraria aí este particular confirmado no que nos dizem Hegesipo, as *Constituições Apostólicas*, etc., sob os parentes de Jesus?

dadas. Outras hauririam a sua origem numa tradição desconhecida de Marcos e daquela que se completou sob o nome de Mateus. Nos pontos onde pseudo-João se afasta da contextura da narrativa sinóptica, tem coincidências notáveis com Lucas e com o Evangelho segundo os Hebreus.[1] Encontram-se alguns traços do quarto Evangelho em Justino ou no romance pseudo-clementino, sem que qualquer deles conhecesse o quarto Evangelho. Havia, pois, além dos *Sinópticos,* uma série de tradições, de frases já feitas espalhadas pela tradição oral, que, em parte, surgem no quarto Evangelho; considerar este Evangelho como composição artificial, sem base tradicional, é desconhecer-lhe o carácter, como se se quisesse ver nele um documento de primeira mão, original do começo ao fim.

O que no quarto Evangelho é essencialmente artificial, sem bases na tradição, são os discursos de Jesus. A crítica deve dar-lhes o mesmo valor como àqueles com que Platão honra a Sócrates. Há nele duas omissões palpáveis: nem uma parábola, nem um só discurso apocalíptico sobre o fim do mundo e a aparição messiânica. Sente-se que a esperança de uma próxima explosão nas nuvens se minoriza.[2]

---

[1] Vide *Vida de Jesus,* 13.ª ed., p. LXXX-LXXXI, 515, 521, 527, etc. É provàvelmente com razão que o quarto Evangelho deu ao pai de Pedro o nome de *João* em vez de *Jonas.*

[2] Além de certas passagens, V, 28; VI, 39, 40, 44, 54; XI, 24, indicarem a ressurreição, a volta de Jesus está claramente expressa na epístola joânica (João, II, 18, 28; III, 2, 5; IV, 17 e no apêndice do Evangelho, cap. XXI, 22, 23, cuja concordância doutrinal com o Evangelho é absoluta).

Segundo o quarto Evangelho, o verdadeiro regresso de Jesus depois de deixar o mundo é a missão do Paracleto, outro como ele, que consolará os seus discípulos da sua partida.[1] O autor refugia-se na metafísica, porque lhe parecem quimeras as esperanças materiais. O mesmo parece ter sucedido a S. Paulo.[2] O gosto da abstracção faz com que se ligue pouca importância ao que nos parece realmente divino em Jesus. Em vez do fino sentimento da poesia terrena que perfuma os Evangelhos galileus, deparamos aqui com uma metafísica seca, uma dialéctica correndo sobre o equívoco do sentido literal e do sentido figurado. No quarto Evangelho Jesus fala para si só. Serve-se de uma linguagem que ninguém compreenderia, pois que as palavras têm um sentido diferente do vulgar e revolta-se por não ser compreendido. Esta falsa situação provoca uma sensação de fadiga; e afinal acaba-se por dar razão aos Judeus pela sua incompreensão dos novos mistérios que se lhe apresentam tão confusamente.

Esses defeitos provêm da atitude exagerada que o autor consigna a Jesus. Tal atitude exclui o natural. Jesus proclama-se a Verdade e a Vida; declara-se Deus; a Deus só se chega por seu intermédio. Não se podiam fazer presumíveis afirmações tão pesadas e solenes. Nos Evangelhos *Sinópticos* Deus não se afirma; revela-se pelo encanto das suas falas impessoais. Aqui Deus argumenta para demonstrar a sua divindade. É a rosa em disputa para revelar o seu perfume. O autor não cuida da verosimilhança

---

[1] João, c. XIV, XV, XVI.

[2] V. *Anticristo,* pág. 73 e seg.

ao ponto de não se saber, por vezes, onde acabam os discursos de Jesus e onde começam as dissertações do narrador.[1] Outras vezes refere conversas a que ninguém teria podido assistir.[2] Percebe-se que o seu desígnio não é relatar as palavras que se disseram, mas as que dão autoridade às ideias que ele professa, pondo-as na boca do Divino Mestre.

[1] Notai a sequência da conversa com Nicodemos. João, III.
[2] A de Jesus com Nicodemos, com a Samaritana, com Pilatos.

CAPÍTULO V

COMEÇO DA FILOSOFIA CRISTÃ

É bem pouco original a filosofia religiosa, base de todas estas amplificações, tão remotas do pensamento de Jesus. Fílon expusera com mais unidade e consequência os princípios essenciais.[1] Não tem importância para Fílon, como para o autor do quarto Evangelho, o messianismo e a crença apocalíptica. A metafísica, socorrida pela teologia egipcíaca e pela filosofia grega, substitui toda a imaginativa do judaísmo popular. A ideia de uma razão incarnada, a razão divina revestindo a forma finita, é caracteristicamente egipcíaca.[2] O Egipto, desde as épocas remotas até aos livros herméticos proclama um Deus, só, vivido em substância, engendrando eternamente o seu semelhante.[3] Deus duplo e único

[1] Compare-se a *Vida de Jesus*, pág. 257 e seg., com o *Anticristo*, pág. 81 e seg.
[2] Vide stèle C[3] do Luvre.
[3] Textos egípcios. *Revista de Arqueologia*, Junho 1860.

ao mesmo tempo. O Sol é o primeiro nado, procedendo eternamente do Pai, Verbo, que fez todo o existente e sem o qual nada existiria. De há muito que o judaísmo tendia a sair da sua teologia seca, para criar a variedade em Deus, personificando os atributos abstractos, a Sabedoria, a Palavra Divina, a Majestade, a Presença.[1] Já nos velhos livros da Sabedoria, nos Provérbios de Job,[2] a Sabedoria personificada desempenha o papel de um assessor da Divindade. A metafísica e a mitologia, refreadas severamente pelo mosaísmo, tiram a sua desforra e em breve invadem tudo.

Sobretudo um vocábulo se tornou fecundo; *dabar*, em caldaico *mémera*, «a Palavra». Os antigos textos fazem com que Deus fale em todas as ocasiões solenes; o que justifica frases como esta: «Deus fez tudo com a Sua palavra, Deus criou tudo com a Sua palavra». Assim a palavra foi considerada «como um ministro divino, intermediária entre Deus e o mundo exterior». Pouco a pouco nas teofanias, este intermediário substituiu Deus e bem assim nas aparições e em todas as relações do homem com a Divindade. Essa locução provocou maiores consequências nos judeus do Egipto que falavam o grego. A palavra *logos* correspondendo à hebraica *dabar* e à caldaica *mémera*, significando ao mesmo tempo «palavra» e «razão», abriu as portas a um mundo de ideias, em que se conjugavam os símbolos da teologia egipcíaca, de que há pouco falámos, com certas especulações

---

[1] Targum d'Onkelos, Gén., XXVIII, 13; Êxodo, XVII, 16; Números, XIV, 14; Deut., XXX, 20; Isaías, 1, 15; etc.
[2] Prov., VIII, IX; Job., XXVIII.

do platonismo.[1] O livro alexandrino da Sabedoria, atribuído a Salomão, já se comprazia nestas teorizações.[2] O *Logos* lá aparece como o *metatrone*, o assessor da Divindade. Criou-se o hábito de referir ao *Logos* tudo o que a antiga filosofia hebraica dizia da Sabedoria divina.[3] O «Sopro de Deus» *(rouah)*, já considerado como fecundo no Génese, é uma espécie de demiurgo ao lado do *dabar*.[4]

Fílon combinou com a filosofia grega estes usos de linguagem. O *Logos* de Fílon é o divino no Universo, é o Deus exteriorizado; o legislador, o revelador, o órgão de Deus com respeito ao homem espiritual. É o espírito de Deus, a Sabedoria dos Livros Santos. Fílon não teve a mínima ideia do Messias e não há relação entre o seu *Logos* e o ser divino sonhado pelos seus compatriotas da Palestina. Não se desvia do abstracto. O *Logos* é para ele o lugar dos espíritos, como o espaço é o lugar dos corpos; chega até a chamar-lhe um segundo Deus ou o «homem de Deus», isto é, Deus como antropomorfo. O fim do homem deve ser contemplar a razão, conhecer o *Logos*, isto é, Deus e o Universo. Por este conhecimento o homem encontra a vida, verdadeiro maná que o alimenta.

Tais ideias, por mais afastadas que fossem, pela sua origem, das ideias messiânicas, entrevê-se que

---

[1] Especialmente em *Timen*.
[2] *Sap. Salom.*, XVIII, 15. O versículo I, 5, da tradução latina do *Livro da Sabedoria* de Jesus filho de Sirach é uma interpolação.
[3] Comp. Fílon, Fragm., *Opp.*, II, pág. 665. Mangey, com *Sap. Salom.*, VII, 24; VIII, 1.
[4] Ps. XXXIII, 6, já apresenta uma espécie de Trindade

se daria uma certa fusão entre elas. A possibilidade de uma encarnação plena do *Logos* cai na ordem das teorias de Fílon. Com efeito, em todas as teogonias em que Deus queria tornar-se visível, o *Logos* tomava a forma humana.[1] Tal ideia favoreciam-na numerosas passagens dos velhos livros históricos, em que «o anjo de Jeová», *maleak Iehovah*, designa a aparência divina que se mostra aos homens, quando Deus, geralmente oculto, se revela aos olhos. O *maleak Iehovah* não difere do próprio Jeová, na maioria dos casos, e foi habitual nos tradutores de uma certa época substituir Jeová por este vocábulo de todas as vezes que era preciso que Jeová aparecesse na Terra. O *Logos* chegou até a desempenhar o papel de Deus antropomorfizado. Era natural que a aparição messiânica se referisse ao *Logos* e que se concebesse o Messias como sendo o *Logos* encarnado.

Com certeza que o autor do Livro de Daniel não teve ideia de que o filho do homem se aproximasse da Sabedoria divina, já erigida em hipóstase por certos pensadores judeus. Mas essa aproximação deu-se depressa nos cristãos. Já no Apocalipse, o Messias triunfante tem como nome glorioso «*Logos* de Deus». Jesus sai da humanidade nas Epístolas de S. Paulo. Consuma-se no quarto Evangelho a identificação do Cristo e do *Logos*. Desapareceu quase por completo no conceito metafísico o vingador nacional dos Judeus. De hoje em diante Jesus é o filho de Deus, não por metáfora hebraica, mas teologicamente falando. Explica-se pela pouca voga,

[1] *Alleg. da Lei*, livr. III.

que tiveram os escritos de Fílon na Palestina e nas classes populares do judaísmo, a tardia evolução tão necessária ao cristianismo. Essa evolução deu-se em vários pontos ao mesmo tempo; porque S. Justino tem uma teoria do *Logos* análoga à do pseudo-João e não foi do Evangelho do pseudo-João que ele a copiou. Com a teoria do *Logos* e do Espírito apareceu a teoria do Paracleto, que pouco se distingue do Espírito Santo. *Paracleto* era, na filosofia de Fílon, um epíteto ou um equivalente de *Logos*.[1] Foi para os cristãos uma espécie de substituto de Jesus, procedendo do Pai e que deveria consolar os discípulos da ausência do mestre quando este tivesse desaparecido. Esse espírito de verdade, ignorado pelo mundo, será o eterno inspirador da Igreja.[2] Tal processo de erigir abstracções em hipóstases divinas foi muito do gosto daquele tempo. Élio Aristides, contemporâneo e compatriota do autor do quarto Evangelho, pouco se afasta da maneira dos cristãos no seu sermão sobre Ateneu. «Habita com seu Pai, intimamente ligado à sua essência; respira n'Ele; é seu companheiro e conselheiro. Senta-se à Sua direita; é o ministro supremo das Suas ordens; a Sua vontade unifica-se com a d'Ele e tanto que se lhe podem atribuir todas as obras do Pai». Ísis desempenhava um papel análogo junto de Amon. Por aqui se vê a revolução profunda que tais ideias deveriam produzir na concepção da vida de Jesus. Jesus, daqui para o futuro, nada terá de humano; não conhecerá nem as tentações nem os desfaleci-

[1] Fílon, *De Mundi Opif.*, 6.
[2] João, XIV, 16, 26; XV, 26; XVI, 7.

mentos. Tudo preexiste n'Ele antes de realizado; tudo se regulamenta *a priori;* não suplica a Deus que o afaste da hora fatal.[1] Não se percebe esta vida de encomenda, desempenhada, como um papel, sem sinceridade. Mas essa transformação, que constitui uma surpresa para nós, era necessária. A consciência cristã queria, cada vez com mais fervor, que tudo, na vida do fundador, fosse sobrenatural. Márcion, desconhecendo a obra de pseudo-João, executará o mesmo que este. Refundirá o Evangelho de Lucas até o expurgar de qualquer laivo de judaísmo e de qualquer assomo de verdade. Irá mais longe o gnosticismo; Jesus será, nesta escola, uma pura entidade, um éon que nunca viveu. Valentim e Basilídio só dão um passo no caminho seguido pelo autor do nosso Evangelho.[2] São os mesmos vocábulos; Pai (no sentido metafísico), Verbo, *Arqueu,* Vida, Verdade, Graça, Paracleto, Pleroma, Filho único. As origens do gnosticismo e do quarto Evangelho perdem-se no obscurantismo remoto; saem do mesmo ponto do horizonte, sem que, por causa da distância, se possam precisar as circunstâncias da sua comum aparição. Confundem-se os raios visuais da crítica numa atmosfera tão turva.

A publicidade de um livro dava-se então em circunstâncias diferentes das actuais; e por isso não devem espantar singularidades impossíveis nos nossos dias. Não pode haver maior decepção do que

[1] João, I, 42; II, 19 e seg.; III, 4; VI, 71; XII, 27.
[2] *Philosophum,* VI, 35; VII, 22, 27. Heracléon, da escola de Valentim, escreveu um comentário sobre o quarto Evangelho. Basilídio parece que cita esse mesmo Evangelho.

a de supor esses livros, como se eles houvessem sido impressos, abertos à leitura de todo o mundo, discutidos pelos jornais que aderissem ou contraditassem as suas doutrinas. Os Evangelhos foram escritos para círculos restritos de pessoas; nenhum teve pretensão de realizar a redacção última e absoluta. Constituía um género de literatura, feito livremente, como ainda o são hoje, na Pérsia, as lendas do martírio de Hassan e de Hussein. O quarto Evangelho foi uma composição da mesma natureza. O autor escreveu-o para si e para alguns amigos, segundo a sua concepção da vida de Jesus. Naturalmente não tornou a sua obra conhecida, e isso com muita reserva, senão dos que sabiam que ela nunca poderia ser de João. Até ao fim do segundo século a obra não conseguiu mais do que a indiferença ou oposição. O quadro da vida de Jesus foi durante esse tempo o quadro dos Evangelhos, que nós chamamos *Sinópticos;* o tom das palavras de Jesus deriva do discorrer de Mateus e de Lucas. No fim do século II aceita-se, sem repulsa, a ideia de um quarto Evangelho e até se encontram lendas piedosas e razões místicas que apoiam esta tetrardia.

Neste delicado problema, e resumindo, o mais provável é que, anos depois da morte de João, alguém escrevesse, em seu nome e em sua honra, um Evangelho que representasse ou se reputasse como seguindo a sua tradição. Tanto os inícios do livro foram obscuros, tão retumbante foi o seu definitivo sucesso. O quarto Evangelho, último aparecido, tão deturpado e em que as tiradas filolianas substituíram as palavras verdadeiras de Jesus, levou-lhe meio século a ser admitido; depois triunfou em toda a

linha. Como era cómodo para as necessidades da teologia e da apologética do tempo ter uma espécie de drama metafísico, escapando-se às objecções que Celso já preparava, em vez de uma história humana de um profeta judeu da Galileia! O Verbo divino no seio de Deus; o Verbo criando todas as coisas; o Verbo fazendo-se carne, vivendo entre os homens, de tal modo que certos mortais privilegiados o viram e, suprema felicidade, o tocaram com suas mãos![1] Visto o contorno do espírito grego, tão rapidamente senhor do cristianismo, tal doutrina deveria parecer sublime. Daí poderia nascer uma teologia no gosto de Plotino. A frescura do idílio galileu, esclarecida pelo sol do reino de Deus, não servia ao paladar helénico. Deveriam preferir-lhe um Evangelho, em que o sonho esvoaçasse no mundo das abstracções e de onde desaparecesse a crença num próximo fim do mundo. Aqui, há mais aparições materiais nas nuvens, mais parábolas, mais possessos, mais reino de Deus, mais Messias judaico, mais milenarismo, e até mais judaísmo. Condena-se o judaísmo, os judeus são maus e inimigos da verdade. Não quiseram receber o Verbo que veio ao seu país.[2] O autor não quer saber deles; e se neles fala é só porque foram os matadores de Jesus, do mesmo modo que para os seiitas persas, árabe significa ímpio e maldoso, porque foram os Árabes que mataram os mais santos dos fundadores do Islão.[3]

---

[1] Evang. e Epístola, *init.*
[2] João, I, 11.
[3] Notai o papel dos Judeus no suplício de Policarpo em Esmirna.

O defeito literário do quarto Evangelho será o seu carácter universal. Esse Evangelho tira ao cristianismo as ligações originais; permite-lhe o atributo indispensável às coisas que querem viver, a ingratidão para com os seus predecessores. O autor crê que nunca houve profetas na Galileia.[1] Ultima-se no quarto Evangelho a metafísica cristã, já esboçada na Epístola aos Colossenses e aos Efésios. Evangelho caro a todos que se sentissem humilhados por Jesus ser um judeu e que não quisessem ouvir falar nem do júdeo-cristianismo, nem do milenarismo e que queimariam de boa vontade o Apocalipse. O quarto Evangelho, na grande cena da separação do cristianismo e do judaísmo, vai muito além de S. Paulo. Paulo quer que Jesus renunciasse à Lei; mas não nega que tivesse vivido sob a Lei. Lucas, seu discípulo, refina em demonstrar que Jesus cumpriu todos os preceitos. Para Paulo os Israelitas ainda gozavam de grandes prerrogativas. O quarto Evangelho demonstra um grande rancor contra os Judeus, quer como nação, quer como associação religiosa. Jesus dirigindo-se a eles diz: «a Vossa Lei». Não se pensa em justificação nem pela fé nem pelas obras. O problema vai além dos termos simples. O essencial é o conhecimento da verdade, a ciência. A salvação está na *gnosis*, na iniciação nos mistérios secretos. O cristianismo passa a ser uma espécie de filosofia oculta, da qual se não aperceberam, nem Pedro nem Paulo.

O futuro pertencia ao idealismo transcendente. Esse Evangelho, dimanado do discípulo bem-amado,

---

[1] João, IV, 52.

que nos arrebata ao pleno éter espiritual e amoroso, que a tudo substitui o apego à verdade, que proclama que o reino de Garizim e de Jerusalém acabaram igualmente, devia ser, com o tempo, o Evangelho fundamental. Será talvez um erro histórico e literário; mas é uma necessidade teológica e política de primeira ordem. O pior dos revolucionários é sempre o idealista. A condição essencial da fundação de um culto novo foi a ruptura indispensável com o judaísmo. Ora o cristianismo só triunfaria sendo um culto puro, independente de todo o símbolo material. «Deus é o espírito e é preciso que os que o adoram o façam em espírito e em verdade». Jesus assim já não é um profeta; o cristianismo compreendido deste modo não é uma seita do judaísmo, é a religião da Razão. O quarto Evangelho deu consistência e garantiu duração à obra apostólica. O seu autor, quem quer que ele fosse, era o mais fino dos apologistas. Fez com êxito, o que têm ensaiado em vão os oradores cristãos dos nossos dias; arrancou o cristianismo aos bastante angustiados limites primitivos. Traiu a Jesus para o salvar, como o fazem os predicantes falsos do liberalismo e até do socialismo para levarem para Jesus Cristo aqueles, que por um piedoso mal-entendido, se deixam seduzir pela sua loquela. O autor do quarto Evangelho tirou Jesus da realidade judaica, onde se perdia, para o transportar à plena metafísica. A maneira filosófica puramente espiritualista de compreender o cristianismo, em detrimento dos factos e em proveito do espírito, encontrou neste livro o exemplo que o encoraja e a autoridade que o justifica.

Os que estão pouco ao facto da história religiosa ficarão surpresos por ver tão alto papel desempenhado por um anónimo. Os redactores da *Tora*, a maioria dos salmistas, o autor do *Livro de Daniel*, o primeiro redactor do Evangelho hebreu, o autor das Epístolas atribuídas a Paulo e dirigidas a Tito e a Timóteo, emitiram textos de grande importância e no entanto eles são anónimos. Admitindo que o Evangelho e a epístola anexa são do *Presbyteros Joannes*, pode pensar-se que houve menos dificuldade em aceitar estas obras como originais de João, porque, chamando-se a si mesmo o falsário, fácil foi o confundir-se com o próprio apóstolo. Designavam-no pelo simples título de *Presbyteros.*[1] Justamente, em seguida à epístola pseudo-joânica, há duas cartas de um personagem que parece designar-se pelo nome de *Presbyteros*. O estilo, os pensamentos, a doutrina são os mesmos do Evangelho e das epístolas reputadas joânicas.[2] Cremos que o *Presbyteros* seja o seu autor; mas agora não quis ele que as suas obras passassem, como sendo de João.[3] São antes pequenos formulários de cartas, do que cartas propriamente ditas, análogas às epístolas a Tito e a Timóteo, lugares comuns da epistolografia apostólica destinados a dar paradigmas do estilo pastoral. Assim, na primeira, o nome da destinatária está em branco e substituído pela fórmula:

[1] Papias em Euséb., *H. E.*, III, XXXIX, 15. Devia ser judeu; porque ainda não adoptavam nomes judaicos os cristãos de origem pagã.
[2] Notai a oposição ao docetismo.
[3] Orígenes (Eus., VI, XXV, 10) duvida da autenticidade das cartas.

«À eleita ***». Na segunda o destinatário é Caio que é o mesmo que dizer «a um tal». Parece notar-se-lhe imitação da epístola pseudo-joânica e das Epístolas de S. Paulo. É provável que atrás dos *presbyteri* anónimos «que viram os apóstolos», cujas tradições são referidas tão misteriosamente por Ireneu, esteja escondido o nosso *Presbyteros.*[1]

Falava-se no fim do terceiro século em dois túmulos venerados em Éfeso; a ambos se ligava o nome de *João.* Quando no século IV se organizou, com a passagem de Papias, o sistema da existência distinta do *Presbyteros Joannes,* atribuiu-se um dos túmulos ao apóstolo e o outro ao *Presbyteros.* Nunca se saberá o segredo desta combinação bizarra, em que a história, a lenda e a fábula e até também a pia fraude se combinaram em proporções actualmente impossíveis de discernir. Um efésio, Polícrates, mais tarde o eixo de toda a família cristã, convertia-se no ano de 131; ora Polícrates admitia plenamente a tradição pseudo-joânica e citava-a na sua velhice com uma confiança absoluta.[2]

Na opinião geral, o último capítulo do quarto Evangelho é um apenso posterior à sua realização; mas podia ser da lavra do seu autor. A proveniência é pelo menos a mesma. Quis-se completar por um traço comovente a relacionação de Pedro e João. O autor destas linhas mostra-se um acérrimo partidário de Pedro e rende-lhe a homenagem de pastor

[1] Vide colecção dos fragmentos dos *presbyteri* nos *Patres Apost.* de Gebhart e Harnack, I, II, p. 105.
[2] Polícrates. Euséb., *H. E.*, V, XXIV, 3, 7, 8, carta escrita em 196.

supremo já atribuída em graus diferentes. Intenta explicar o sistema que prevaleceu sobre a longa vida de João e demonstrar como o velho apóstolo podia morrer sem que por isso desabasse o edifício das promessas de Jesus e das esperanças dos cristãos. Receava-se então que o inigualado privilégio dos que tinham visto o Verbo não desanimasse as gerações ulteriores. Já se ligava muita importância à frase profunda atribuída a Jesus: «Bem-aventurados os que não viram e creram»![1]

Pelos escritos joânicos se inicia a era da filosofia cristã e das especulações abstractas às quais se tinha até aí ligado pouca importância. Crescia, ao mesmo tempo e deploravelmente, a intolerância dogmática.[2] Considerava-se um acto de comunhão entre os dois o facto de cumprimentar um herege. Que longe estamos de Jesus! Jesus queria que se desejasse a paz universal,[3] mesmo saudando os indignos, porque o Pai celestial vê tudo com olhos paternais. E agora cria-se uma nova obrigação, que é a de antes de cumprimentar alguém, saber quais são as suas opiniões. A essência do cristianismo passa para o terreno do dogma; a *gnosis* é tudo; a salvação está em conhecer Jesus, mas de uma certa maneira. O que saiu do quarto Evangelho foi teologia, isto é, uma malfazeja aplicação do espírito, em que se gastou o mundo bizantino, depois do quarto século, e

[1] João, XX, 29.
[2] Lembremos o deplorável versículo de João, XV, 6: «LANÇÁ-LO-ÃO NO FOGO E ALI ARDERÁ», que acendeu as fogueiras da Inquisição.
[3] Mat., X, 12, 13.

que seria também funesto para o Ocidente se o demónio da subtileza não tivesse aqui a lutar com melhores músculos e com cérebros mais cerrados.

O cristianismo voltava as costas ao judaísmo; e não foi sem razão que o gnosticismo, a mais alta expressão do cristianismo especulativo, odiou até ao exagero o judaísmo. Este, fazendo consistir a religião nas suas práticas, reduzia o dogma filosófico ao estado de opinião particular; a cabala e o panteísmo podiam aí desenvolver-se à vontade, concomitantemente com observâncias levadas até à minúcia.[1] Um meu amigo israelita, tão livre-pensador quanto se pode ser, mas escrupuloso talmudista, dizia-me: «Um compensa o outro. A estreita observância é a compensação das liberdades do pensamento. A pobre humanidade não tem inteligência suficiente para poder com duas liberdades ao mesmo tempo. Vós outros, cristãos, andais mal em apertar o nó da comunhão com certas crenças. Faz-se o que se quer mas acredita-se só o que se pode. Eu acho melhor não comer nunca carne de porco do que ser obrigado a acreditar nos dogmas da Trindade e da Encarnação».

[1] Sucedeu o mesmo com o antigo bramanismo. *Journal des Sav.*, Nov. 1878.

CAPÍTULO VI

PROGRESSOS DO EPISCOPADO

Os progressos da Igreja no dogma corriam parelhas com os progressos na ordem da disciplina e da jerarquia. Como os seres vivos, desenrolava uma espantosa habilidade instintiva, completando o que lhe faltava para cimentar os alicerces sólidos que garantissem um equilíbrio perfeito. Ao passo que se afastavam as hipóteses do fim do mundo e da aparição messiânica, o cristianismo obedecia a duas tendências; acomodar-se o melhor possível com o Império e organizar-se para manter a sua duração. Não tinham condições de vida a primeira igreja de Jerusalém nem as primeiras igrejas de S. Paulo. Não passavam de conventículos de santos da última hora, preparando a vinda de Deus pela reza e pelo êxtase. No entanto já a igreja sentia que deveria ser uma cidade permanente e uma verdadeira sociedade.

Operava-se no seu seio a evolução mais singular

da democracia. A *ecclesia*, agremiação livre de pessoas vivendo em pé de igualdade, é democracia por excelência; mas a *ecclesia*, o clube, sofre do defeito capital de todas estas agremiações; deve desaparecer no fim de um certo tempo; e esse defeito é a anarquia e a facilidade dos cismas. Mais mortais são ainda as lutas de precedência nas pequenas confrarias fundadas por uma vocação espontânea. A procura do primeiro lugar[1] fora o mal por excelência das Igrejas cristãs e o que mais aborrecia os simples fiéis. Para prevenir o perigo supôs-se que Jesus, em circunstâncias análogas, tomara uma criança e dissera: «Esse será o maior» às partes litigantes. Por vezes assegurou-se que o Mestre opusera a primazia eclesiástica fraterna à dos depositários da autoridade profana habituados a falar como mestres. Mas não bastava isto e um grande perigo ameaçava a associação cristã, se não a salvasse dos seus próprios abusos uma instituição salutar.

Toda a *ecclesia* pressupõe jerarquia; um presidente, assessores e um reduzido pessoal de serventes. Os clubes democráticos restringem essas funções tanto quanto é possível no tempo e nas atribuições; mas como consequência, há alguma coisa de precário que leva a que o clube não passe além das circunstâncias que o criaram. As sinagogas tiveram maior continuidade, ainda que o seu pessoal nunca fosse clero. Isso dependeu da situação subalterna que o judaísmo ocupou durante séculos; a pressão exterior minorizava os efeitos deletérios das lutas

[1] Hermas, mand. XI, 12.

intestinas. Sem direcção, a Igreja cristã falharia por certo ao seu destino. Se se continuassem a encarar os poderes eclesiásticos como emanando da própria Igreja, esta perderia o seu carácter jerárquico e teocrático.[1] Estava contrariamente escrito que o clero se apoderaria da Igreja cristã e a ela se substituiria. Levando a palavra em seu nome, apresentando-se sempre como fundamento do seu poder, será o clero a sua força e ao mesmo tempo o verme roedor que a minará.

Não há na História, repito, outro exemplo de uma transformação mais profunda. Deu-se na Igreja cristã o que se produziria num clube em que os assistentes abdicassem nas mãos da secretaria e em que a secretaria por seu turno abdicasse nas mãos do presidente, de tal modo que depois deste facto os sócios, mesmo os mais antigos, perdessem o voto deliberativo, a influência, a fiscalização dos fundos comuns e o presidente pudesse dizer: *Eu só sou o clube*. Os *presbyteri* (antigos) ou *episcopi* (oficiais, vigilantes) foram, em breve, os únicos representantes da Igreja e quase logo se operou uma outra revolução mais importante. Entre os *presbyteri* ou *episcopi* houve um que pelo hábito de se sentar no primeiro lugar absorveu o poder dos outros e se tornou o *episcopos* ou *presbyteros* por excelência. O culto contribuiu largamente para o estabelecimento desta unidade. Só um é que podia celebrar

[1] Há palavras de Jesus que parecem implicar tal ideia (Mat., XVIII, 17-20). Mas deve recordar-se que é só Mateus quem põe na boca de Jesus a palavra *ecclesia*.

o acto eucarístico e assim esse revestia-se de uma alta importância.[1] Esse *episcopos*, com uma rapidez espantosa, transformou-se no chefe do presbiterado e portanto de toda a Igreja. A sua *cathedra*, fora da fila e com a forma de um *fauteuil*, tornou-se um lugar de honra, um sinal de primazia.[2] Cada Igreja tem agora um *presbyteros* em chefe, que assim se chama com exclusão dos outros *episcopos*.[3] Junto deste bispo há diáconos, viúvas e um conselho de *presbyteri*; mas o maior passo já foi dado; só o bispo é que é o sucessor dos apóstolos; o fiel já desapareceu. A autoridade apostólica, transmitida pela imposição das mãos, abafou a autoridade das comunidades.[4] Depois, os bispos das diferentes Igrejas, relacionados uns com os outros, constituíram a Igreja universal como uma oligarquia, a qual reunirá assembleias, censurará os seus membros, decidirá as questões de fé e só por si formará um verdadeiro poder soberano.

Em cem anos quase se operou a mudança completa. Quando Hegesipo faz a sua digressão pela cristandade, na segunda metade do século II, não se entende senão com os bispos; para ele só há a questão da sucessão canónica; já não existe o sentimento vivo das Igrejas.[1] Provaremos que essa revolução se não operou sem protesto e que o autor do *Pastor* ainda tenta sustentar a igualdade primitiva dos *presbyteri* contra a autoridade crescente dos prelados. Mas acabou por triunfar a tendência aristocrática. De um lado os pastores, de outro o rebanho. Já não existe a igualdade primitiva; a Igreja não passa de um instrumento nas mãos dos dirigentes e estes têm o poder, não dado pela comunidade, mas por uma herança espiritual, por uma transmissão que pretende remontar em linha recta até aos apóstolos. Vê-se bem que o sistema representativo não será nunca a lei da Igreja cristã.

Em certo sentido pode dizer-se que isto foi uma decadência, um decréscimo da espontaneidade até aí eminentemente criadora. Era evidente que as formas eclesiásticas absorviam, abafavam a obra de Jesus; que se suspendiam todas as manifestações livres da vida cristã. Com a censura do episcopado, a glossolalia, a profecia, a criação das lendas, a produção de novos livros sagrados não passarão de faculdades mirradas; os carismas não serão mais do que sacramentos oficiais. Por outro lado, essa transformação foi a condição essencial da força do cristianismo. Ao princípio fora necessária a concentração dos poderes, visto que as Igrejas eram poucas; não seriam possíveis as relações entre essas pias sociedades se não tivessem um representante titulado encarregado de por elas actuar. É também incontestável que sem o episcopado as Igrejas reunidas um instante pela memória de Jesus se disper-

---

[1] Carta de Ireneu a Vítor, em Eusébio, *H. E.*, V, XXIV, 17.

[2] Ep. Petri ad Jac., 1; Epist. Clem. ad Jac., 2, 3, 6, 12, 16, 17, 19; Ignacio ad Philad., 3.

[3] Comp. I Tim., III, 1 e seg.; V, 17-19, e sobretudo Tit., 1, 5, 6, 7. Cf. Fil., I, 1, e *S. Paulo*, p. 238-239.

[4] I Tim., IV, 14. Paulo ordenou Timóteo e Tito; Timóteo e Tito ordenaram os *presbyteri* ou *episcopi* das igrejas por eles fundadas. Esses delegados têm autoridade sobre os *presbyteri*.

[1] Eusébio, *H. E.*, IV, XXII, 1-3.

sariam. As divergências doutrinais, as diferenças imaginativas, as rivalidades, o amor-próprio não satisfeito operariam o seu efeito de desagregação e esboroamento. O cristianismo finalizaria ao fim de trezentos ou quatrocentos anos, como o mitriacismo e outras seitas a quem não foi dado subsistir. A democracia é algumas vezes altamente criadora; mas com a condição de saírem dela instituições conservadoras e aristocráticas, que impeçam a febre revolucionária de se prolongar indefinidamente.

Tal o milagre do cristianismo nascente. Tirou a ordem, a jerarquia, a autoridade, a obediência da sujeição espontânea das vontades; organizou a multidão e disciplinou a anarquia. Quem fez este milagre tão palpitante com uma derrogação das leis físicas da Natureza? O espírito de Jesus, fortemente inoculado nos seus discípulos, o espírito de doçura, de abnegação, de renúncia do presente, a sequência única das alegrias íntimas que mata a ambição, a preferência altamente dada à infância, as palavras sempre repetidas, como sendo de Jesus: «Que o primeiro de vós seja como que o servidor de todos». Não contribuiu menos a impressão deixada pelos apóstolos. Tinham eles e os seus vigários imediatos um poder incontestado sobre todas as Igrejas. Ora o episcopado foi considerado como o herdeiro dos poderes apostólicos.[1] Os apóstolos reviveram governando depois da sua morte. Só uma vez é que aparece na literatura desse tempo a ideia de que o presidente da Igreja receba o seu mandato

[1] Clem. Rom., *Epist. I*, c. 42, 44.

dos membros da Igreja que o nomeou. Foi assim que a Igreja escapou ao que há de caduco na autoridade delegada pela origem sobrenatural do seu poder. A autoridade legislativa e executiva podem vir da multidão; mas os sacramentos e as graças celestiais nada têm com o sufrágio universal. Tais privilégios vêm do Céu; ou segundo a fórmula cristã, de Jesus Cristo, origem de toda a graça e de todo o bem.

Propriamente falando, nunca o bispo foi nomeado pela comunidade inteira. A designação do Espírito Santo, isto é, o emprego secreto das manobras eleitorais, desculpado por uma extrema ingenuidade, era suficiente para o entusiasmo das primeiras Igrejas. Quando passou a idade apostólica e que se tornou preciso suprir pela decisão eclesiástica à espécie de direito divino atribuído supostamente aos apóstolos e aos seus discípulos imediatos, foram os mais velhos que elegeram o presidente e submeteram essa eleição à aclamação popular.[1] Como esta escolha se não fazia sem se consultar previamente a opinião, a aclamação ou antes o voto com a mão erguida não passava de uma formalidade; mas era suficiente para conservar o ideal evangélico pelo qual o espírito de Jesus residia essencialmente na comunidade.[2] A eleição dos diáconos fazia-se em dois graus. A eleição era feita pelo bispo; mas para que se validasse a escolha era preciso a aprovação da comunidade. A lei geral da Igreja é que nunca o inferior nomeia o seu superior. Eis o que, no meio

[1] Clem. Rom., *Epist. I*, c. 44.
[2] Mateus, XVIII, 17-20.

da democracia moderna, dá ainda hoje, à Igreja, uma tão grande força de reacção.

Onde o movimento para a hierarquia e para o episcopado se acentuou sensivelmente foi nas Igrejas de S. Paulo. As Igrejas júdeo-cristãs, menos vivas, quedaram em sinagogas, e não convergiram tão nitidamente para o clericalismo. Foi pelos escritos atribuídos a Paulo que se inventaram os argumentos em prol da doutrina que se pretendeu inculcar. Gozavam de autoridade ilimitada as Epístolas de S. Paulo. Passagens das cartas autênticas do apóstolo já pregavam a hierarquia e o respeito pela autoridade dos velhos. E para arranjar argumentos mais decisivos inventaram-se mais três pequenas epístolas reputadas como escritas por Paulo aos seus discípulos Tito e Timóteo. O autor dos apócrifos não tinha nas suas mãos os *Actos dos Apóstolos;* só de um modo vago é que ele conhecia as peregrinações apostólicas de Paulo e não pormenorizadamente. Como bem poucas pessoas tinham noções precisas, não se comprometia com isso e não havendo senso crítico não ocorria a ninguém a ideia de aproximação dos textos em face de um debate contraditório. Algumas passagens destas três epístolas são tão belas que é lícito perguntar se o falsário não possuiria cartas autênticas de Paulo, que ele interpolara na sua composição apócrifa.

Esses três pequenos escritos, saídos evidentemente da mesma pena e provavelmente compostos em Roma,[1] são já uma espécie de tratado sobre os

[1] V. *S. Paulo,* LI-LII.

deveres eclesiásticos, um primeiro ensaio de falsas decretais, um código para uso dos homens da Igreja. Grande coisa é o episcopado.[1] O bispo é um modelo de perfeições proposto aos seus subordinados. É preciso que seja irrepreensível aos olhos dos fiéis e dos estranhos, sóbrio, casto, amável, benevolente, justo, sem arrogância, digno na sua vida, hospitaleiro, moderado, inofensivo, liberal, ganhando com honradez a sua vida sem desonestidades. Pode beber algum vinho pela sua saúde; mas deve ser casado só uma vez.[2] A família deve ser tão sisuda como ele; os filhos submissos, respeitosos e acima de toda a suspeita quanto à dissolução dos costumes. O que não sabe dirigir a sua família, como pode governar a Igreja de Deus? Antes de tudo ortodoxo, adjungido à verdadeira fé, inimigo professo do erro; que pregue e que ensine. Para tais funções não serve um neófito, porque a sua elevação tão prematura pode desvairá-lo, nem um colérico, nem pessoas que exercem profissões infamantes. Até os infiéis devem respeitar o bispo e nada ter de que o acusar.

Não são os diáconos menos sujeitos que os bispos; sérios, incapazes de duplicidade, sóbrios, com um ofício conveniente, guardando o mistério da fé com consciência pura. Sejam as suas mulheres graves, incapazes de maledicência, sóbrias e, antes de tudo fiéis. Que não casem senão uma vez; que eduquem bem os seus filhos e governem bem as suas casas. Uma prova é precisa para funções tão difíceis; por

[1] I Tim., III; Tit., I.
[2] Cf. *S. Paulo,* pág. 244.

isso ninguém será promovido antes de um ensaio prévio e de uma espécie de noviciado.

As viúvas são uma ordem na Igreja. Que antes de tudo ponham os seus deveres de família, se têm alguns a cumprir. A verdadeira viúva passa a vida solitária, em vigílias santas e em orações. A viúva que viveu licenciosamente é criatura morta aos olhos da Igreja. Essas interessantes, mas frágeis criaturas, estavam sujeitas a uma espécie de regra; tinham uma superiora; cada Igreja, ao lado do diácono, tinha a viúva, encarregada de vigiar as viúvas mais novas e de exercer uma espécie de diaconia feminina. O autor das falsas Epístolas a Timóteo e a Tito quer que a viúva eleita não tenha menos de sessenta anos, que fosse casada uma só vez, que se recomendasse pelas boas obras, pelo modo como educou os seus filhos, se exercitou a hospitalidade, se lavou os pés aos Santos. As viúvas, moças, não podem desempenhar estas funções; porque ao fim de algum tempo votado a Cristo, seu novo esposo, essas levianas são-lhe infiéis, não pensando senão em casar-se novamente, indo de casa em casa, passando a vida na ociosidade, curiosas e palreiras, falando o que não convém. «Quero que as moças se casem, criem filhos, governem a casa, não dêem ensejo ao adversário de dizer mal delas; porque já algumas se perverteram por irem após de Satanás. Se algum dos fiéis tem viúvas mantenha-as e não seja agravada a Igreja; a fim de que haja o que basta para as que são verdadeiramente viúvas».

Vê-se como a Igreja era uma sociedade perfeita. Cada classe tinha a sua função, representando um membro do corpo social; todas tinham deveres, outro

que não fosse senão o de fazer admirar, pela conduta virtuosa, a força dos preceitos de Jesus. Contava-se para isto sobretudo com os escravos. Dizia-se-lhes que ninguém como eles podia honrar melhor a nova doutrina. Se o seu senhor era pagão, recomendava-se-lhes que redobrassem de respeito para com eles, evitando assim que blasfemasse do nome de Deus e da fé por eles professada. Os que tinham um senhor fiel, aconselhava-se-lhes que não tivessem familiaridades embora a pretexto de fraternidade, e que o servissem o melhor que pudessem. É claro que não se pensava em emancipação. — Os velhos devem ser sóbrios, honestos, prudentes, sãos na fé, na caridade e na paciência; as anciãs devem mostrar no seu exterior compostura santa, não devem ser caluniadoras, dadas a muito vinho; serão como catequistas, tendo por missão ensinar as moças a amar seus maridos e seus filhos, a ser modestas, mulheres de casa, submissas aos esposos, «para que se não blasfeme da palavra de Deus». Os mancebos serão puros, reservados, dóceis.

O papel das mulheres casadas é ainda belo, embora humilde:

«Que as mulheres usem traje honesto, ataviando-se com modéstia e sobriedade e não com os cabelos encrespados, ou com ouro ou pérolas, ou vestidos custosos: mas sim como convém a mulheres que demonstram piedade por boas obras. A mulher aprenda em silêncio com toda a sujeição. Pois eu não permito à mulher que ensine nem que tenha domínio sobre o marido; senão que esteja em silêncio. Porque Adão foi formado primeiro; depois Eva. E Adão não foi seduzido; mas a mulher foi enganada em prevaricação. Contudo ela se salvará pelos filhos

que der ao mundo, se permanecer na fé e na caridade e em santidade junta com modéstia.»

Todos se mostram submissos, obedientes, dóceis, inofensivos, inimigos das revoluções, interessados pela paz pública, garantia da sua vida piedosa. Que não os apavore a perseguição; ela é o estado natural do cristão; este deve ser o inverso do pagão. O homem que vai atrás das tendências naturais é escravo dos seus desejos, dominado pela voluptuosidade, mau, invejoso, odiento e execrado. A transformação do homem num eleito é o fruto, não dos seus méritos, mas da misericórdia de Jesus Cristo e da eficácia dos seus sacramentos.

Tal é o pequeno livro, católico, protótipo do espírito eclesiástico, que foi durante dezassete séculos o manual do clero, o Evangelho dos seminários, o código político das almas, tal como o preceitua a Igreja. O seu fundo é a piedade. A piedade é a alma do padre, o segredo da sua resignação e da sua autoridade. Mas o padre piedoso tem os seus direitos; tem o de reprimendar, de corrigir, com respeito, quando se trata de velhos, mas sempre com firmeza. «Que pregues a palavra, que instes a tempo e fora de tempo; que repreendas, rogues, admoestes com toda a paciência e doutrina». O homem de Deus, simples na sua vida, nada pedindo além do alimento e do vestuário, será um mestre austero e algumas vezes director imperioso. «Não repreendas com aspereza ao velho, mas adverte-o como a pai; aos moços como a irmãos; às velhas como a mães; às moças como a irmãs, com toda a pureza». Já se pressente que a sociedade cristã não será uma socie-

dade livre. O indivíduo será vigiado e censurado; não terá o direito de dizer ao seu concidadão: «Que te importam a minha conduta e a minha crença? Eu não te faço mal algum». O fiel sustentará que qualquer crença que não seja a sua, é um agravo e que ele tem o direito de protestar. Concepção reaccionária contra que se revoltam os príncipes e os lacaios com toda a justiça. «Foge do homem herege depois da primeira e segunda correcção». Critério menos conforme com as máximas da boa educação! O herege tem a sua opinião, como nós temos a nossa, e quem sabe se é ele que tem razão. A polidez manda que se não contrarie nas suas convicções. O mundo não é um convento e as pretensas vantagens de moralidade que se obtêm pela censura e pela delação levam a inconvenientes que por intolerância se supunham evitáveis.

A ortodoxia nas Epístolas a Tito e a Timóteo não progrediu menos que o episcopado. Há já um regulamento da fé, um centro católico excluindo como ramos podres tudo o que não recebe a vida do tronco principal. O herege é um culpado, um ser perigoso que se deve evitar. Tem todos os vícios e é capaz de todos os crimes; os actos louváveis num padre cristão, tais como a direcção das mulheres, certas maneiras do arranjo doméstico, são atentados quando praticados pelos pagãos. Os heréticos visados pelo autor parecem ser os essénios, os elkasaístas, os sectários júdeo-cristãos, com a preocupação da genealogia dos éons, impondo-se a abstinência, rigorosas distinções entre as coisas puras e impuras, proibindo o casamento, mas grandes sedutores, conquistando as mulheres a quem, com o isco da voluptuosidade, prometem maneira fácil de expiar os seus pecados

Estamos a um passo do gnosticismo e do montanismo. A proposição de que a Ressurreição é já um facto definitivo faz pensar em Márcion. Ganham força as expressões sobre a Divindade de Jesus, embora ainda indecisas num certo embaraço.

O que domina tudo é o bom senso prático. O pietista ardente, autor das cartas, não se desvia um momento nos meandros perigosos do quietismo. Repete até se cansar que a mulher não tem direito à vida espiritual, senão quando já não há deveres de família a cumprir; que o dever principal da mulher é a gestação e a educação dos filhos; que é uma loucura pretender servir a Igreja, quando se não serviu completamente a sua casa. A piedade pregada pelo autor é uma piedade espiritual; reside no sentimento; as práticas corporais, as abstinências, de pouco valem. Sente-se a influência de S. Paulo; uma espécie de sobriedade no misticismo, e, através das mais estranhas aberrações da fé no sobrenatural, um grande fundo de rectidão e de sinceridade.

A composição das Epístolas a Timóteo e a Tito coincidiu verosìmilmente com o que se pode chamar a edição das Epístolas de Paulo. As cartas andavam esparsas, tendo cada Igreja guardado as que lhe haviam sido dirigidas; algumas já se tinham perdido. No tempo em que estamos, fez-se um colectâneo onde se inseriram os três pequenos escritos reputados como complemento indispensável à obra de Paulo. A edição devia ser de Roma.[1] Conservou-se sempre a

[1] É o que se deve concluir da Epístola aos Romanos. Parece que demonstramos que a epístola foi dirigida a várias igrejas *(S. Paulo,* pág. LXIII e seg.), e que o exemplar que serviu de tipo aos editores foi o enviado aos Romanos.

ordem destes primeiros editores. Dividiram-se em duas categorias: cartas às Igrejas; cartas aos particulares. Em cada categoria ordenaram-se as cartas pelo seu tamanho, guiando-se pela esticometria. Certos exemplares trouxeram a Epístola aos Hebreus. O lugar desta epístola, fora de toda a linha, no fim do volume, seria suficiente para demonstrar que ela fora apensa tardiamente aos outros escritos de Paulo.

CAPÍTULO VII

FALSOS ESCRITOS APOSTÓLICOS. A BÍBLIA CRISTÃ

TEIMAVA o mundo em não findar. Só a inesgotável dose de paciência, abnegação e doçura, qualidades comuns dos cristãos, os manteriam fora do desespero vendo cada vez mais remota a realização das profecias de Jesus. Corriam os anos; e a grande auréola boreal, em cujo centro se acreditava que o filho do homem faria a sua reaparição, não despontava no seio das nuvens. Cansava já a pesquisa da causa de tão dilatada demora. Uns murmuravam; outros desanimavam. A desforra próxima fora anunciada por Lucas no seu Evangelho; afirmara ele que a longanimidade de Deus teria um termo; e que, à força de rezas quotidianas e ininterruptas sob o jugo da perseguição, os eleitos obteriam justiça, como uma viúva que triunfasse pela insistência da negligência do juiz.[1] Mas fatigava a demora. Já descera

[1] Lucas, XVIII, 1 e seg. Cf. Apoc., VI, 9-11.

ao sepulcro a geração que não devia morrer antes da aparição do Cristo glorioso. Passaram cinquenta anos depois dos acontecimentos que deveriam em breve espaço anteceder o cumprimento das profecias de Jesus. Há muito que as cidades de Jerusalém tinham ouvido a palavra cristã. Os malévolos encontravam motivos de chacota. Os bem-intencionados respondiam que não era da conta dos verdadeiros crentes saber os tempos que o Padre reservou ao seu poder.[1] «Virá como um ladrão quando menos se pensar», diziam os prudentes. «Virá a seu tempo», asseverava-o o autor das Epístolas a Timóteo; e na expectativa o bom e o prático pastor dava regras, que a ser verdade o próximo fim, não tinham grande cabimento. Aspirava-se a que para sempre ficassem seguros aqueles que a todo o momento pensavam ver aparecer o Messias nos céus.

Foi então que um pio escritor teve a ideia, para deter as dúvidas, de espalhar por todos os círculos uma epístola atribuída a S. Pedro. Acabavam as Igrejas de Paulo de recolher a obra do seu mestre e de lhe inserirem grandes aditamentos. Parece que um letrado pretendendo reconciliar a Pedro e a Paulo, desejou aumentar a bagagem literária tão pobre do apóstolo galileu. Já circulava uma epístola atribuída ao príncipe dos apóstolos.[2] Apoiado sobre este pequeno escrito e misturando-lhe frases colhidas em diferentes pontos, arranjou uma «segunda

---

[1] *Act.*, I, 6.
[2] *Anticristo*, cap. V.

epístola de Pedro», na esperança de a fazer circular com o mesmo êxito da primeira.

Não se desprezou incidente algum para que, em autoridade, a segunda igualasse a primeira. É quase certo que o autor ao redigi-la tivesse sobre a sua mesa a carta existente de Judas e que, supondo ser um trecho pouco conhecido, não escrupulizasse em copiá-lo na íntegra.[1] Estava senhor das Epístolas de Paulo, cuja edição completa devia possuir.[2] Também se apegou ao Apocalipse de Esdras e de Baruch. Não se coibiu de atribuir a Pedro expressões e alusões directas aos factos e aos textos evangélicos, assim como uma alegação expressa das Epístolas de Paulo, que com certeza não foram ditadas por Cefas. O fim do pio falsário foi tranquilizar os fiéis sobre a longa demora do advento messiânico, demonstrar que Pedro e Paulo estavam de acordo com o mistério fundamental da fé cristã e combater os erros do gnosticismo nascente.[3] A sua obra foi acolhida com favor em várias Igrejas; suscitando, no entretanto, protestos que a adopção de um cânone ortodoxo só muito tarde conseguiu calar.[4]

Pela sua pureza e elevação é digna da idade apos-

---

[1] II Petri, especialmente o cap. II.
[2] II Petri, III, 15-16.
[3] O autor emprega as mesmas recriminações de Judas contra os que pensam erradamente.
[4] Eusébio, *H. E.*, III, III, 4; S. Jerónimo, De Viris *Ilustr.*, 1; basta uma simples leitura para se reconhecer a fraude. A inabilidade do falsário trai-se pelo modo como copia Judas e pela afectação em provar a autenticidade da carta e o modo como fala de Paulo; e por outras particularidades da carta apostólica (por exemplo, III, 2).

tólica a catequese deste doutor. O eleito «participa da natureza divina», renunciando ao mundo. A vida de um cristão restringe-se a isto: paciência, sobriedade, piedade, caridade fraterna, horror às heresias, e sobretudo a ter esperança, muita esperança, sempre esperança.

«Esta é já, caríssimos, a segunda carta que vos escrevo, em ambas as quais desperto com admoestações o vosso ânimo sincero: Para que tenhais presentes as palavras dos Santos Profetas, de que já vos falei, e os Mandamentos do Senhor e Salvador que ele vos deu pelos seus Apóstolos, sabendo bem que nos últimos tempos virão impostores artificiosos que andarão, segundo as suas próprias concupiscências, dizendo: "Onde está a promessa da vinda d'Ele? porque desde que os pais morreram, tudo permanece assim como que no princípio da Criação". Mas isto é porque eles ignoram voluntariamente que os Céus eram já de antes e a Terra foi tirada fora da água e por meio de água subsiste pela palavra de Deus; pelas quais coisas aquele mundo de então pereceu afogado em água. Mas os Céus e a Terra, que agora existem, pela mesma palavra se guardam com cuidado, reservados para o fogo no dia do juízo e da perdição dos homens ímpios: Mas isto só não se vos esconda, caríssimos, que um dia diante do Senhor é como se mil anos fossem um dia. Não retarda o Senhor a sua promessa como alguns entendem; mas espera com paciência por amor de vós, não querendo que algum pereça senão que todos se convertam à penitência. Virá, pois, como o ladrão o dia do Senhor; no qual passarão os Céus com grande ímpeto e os elementos com o calor se dissolverão e a Terra e todas as obras que há nela se abrasarão. Como, pois, todas estas coisas hajam de ser desfeitas, quais vos convém ser em santidade de vida e em piedade de acções, esperando e apropinquando-vos para a vinda do dia do Senhor, no qual os Céus ardendo se desfarão e os elementos com o ardor do fogo se fundirão. Porém

esperamos, segundo as suas promessas, uns novos Céus e uma nova Terra, nos quais habita a justiça. Portanto, caríssimos, esperando estas coisas, procurai com diligência que sejais d'Ele achados em paz, imaculados e irrepreensíveis; e tende por salvação a larga paciência de Nosso Senhor; assim como também nosso irmão caríssimo Paulo vos escreveu, segundo a sabedoria que lhe foi dada, como também em todas as suas Cartas, falando nelas disto, nas quais há algumas coisas difíceis de entender, as quais adulteram os indoutos e inconstantes, como também as outras Escrituras para ruína de si mesmos. Vós, pois, irmãos, estando já de antemão advertidos, guardai-vos para que não caiais da vossa própria firmeza, levados do erro desses insensatos.»

Fechou-se com a segunda Epístola de Pedro, cem anos depois da morte de Cristo, o ciclo dos escritos mais tarde chamados no Novo Testamento, em oposição ao Antigo. Esta segunda Bíblia, inspirada por Jesus, ainda que não tenha uma só linha sua, estava muito longe de ser um cânone definitivo; muitos opúsculos, mais ou menos pseudo-epígrafes, eram aceites por uns mas rejeitadas por outros. Os novos escritos, pouco espalhados ainda, eram desigualmente lidos.[1] Não se fechou a lista; porque veremos escritos vários, como o *Pastor* de Hermas, figurarem ao lado dos outros escritos já consagrados. No entanto corria com aceitação a ideia de uma nova revelação. Na pretensa «segunda Epístola de Pedro»,

---

[1] Assim o autor dos *Actos*, discípulo de Paulo, não conhecia «as Epístolas de Paulo». O autor das Epístolas a Tito e a Timóteo desconhecia os *Actos*. Lucas não conhece Mateus e o autor dos escritos joânicos parece desconhecer todos os outros que constituem o Novo Testamento.

as Epístolas de S. Paulo encontravam-se já entre as escrituras e já não era a primeira vez que tal expressão se empregava. O cristianismo possuía o seu livro sagrado, colectâneo admirável, que teria um grande êxito nos séculos afastados, em que, já perdida a recordação directa das origens, a religião só vale pelos seus textos escritos.

Isto não quer dizer que a Bíblia judaica perdesse a sua autoridade e não continuasse sendo considerada como a revelação directa de Deus. O velho cânone e os escritos apócrifos (como o *Livro de Henoch*, a Assunção de Moisés, etc.) eram reputados como depositários das palavras divinas. Nunca foi alterado; o que não sucedia com os novos escritos sujeitos a adições, supressões e até remodelações arbitrárias. Ninguém escrupulizava em atribuir a Cristo e aos apóstolos palavras e escritos logo que se reputassem bons, úteis e dignos de tão santa origem. Se eles não as tinham dito, poderiam tê-lo feito e era quanto bastava. Um costume eclesiástico provocava as fraudes e quase as tornava indispensáveis; era ele o das leituras nas igrejas. Todo o tempo livre, depois dos mistérios e dos sacramentos, devia nas reuniões ser consagrado à leitura dos escritos proféticos e apostólicos. Depressa se esgotaram os profetas hebreus, os escritos autênticos; eram precisas coisas novas. Suprindo as exigências sempre crescentes dos fiéis, os novos escritos acolhiam-se com fervor, desde que tivessem um ressaibo de apostolado ou um parentesco embora remoto com os dos antigos profetas.

Cumprira assim o cristianismo o primeiro dever de uma religião; dar ao mundo um livro sagrado.

Juntava-se à antiga uma bíblia nova, embora inferior como beleza clássica, mas muito mais eficaz para a conversão do mundo. Morrera há séculos a velha língua hebraica, instrumento aristocrático maravilhoso para exprimir a poesia, os sentimentos da alma, e a paixão. O dialecto semiariano da Palestina, grego popular, introduzido no Oriente pela conquista macedónica, elevado à categoria de língua sacra pelos tradutores alexandrinos da Bíblia, não era o instrumento próprio para as obras-primas literárias; mas, embora falha de génio, a nova Bíblia exprimia bondade; a falta de escritores supriu-se com homens cheios de Jesus, que nos transmitiram o seu espírito. O Novo Testamento trouxe ao mundo uma ideia nova, a da beleza popular. Foi o livro que secou mais lágrimas e melhorou mais corações.

De uma maneira genérica não podemos falar do estilo do Novo Testamento, pois que os seus escritos têm quatro ou cinco estilos diferentes.[1] Todos estes trechos têm alguma coisa de comum; e é isso o que lhes deu força e êxito. Escreveram-se em grego; mas foram concebidos em semita. Os contornos absolutos, rígidos, sem cambiantes — essa linguagem em que tudo é branco ou preto, sol ou trevas — que para exprimir «Eu amo mais a Jacob que a Esaú», diz: «Eu amo Jacob e odeio Esaú» — seduziram o mundo

---

[1] Estilisticamente há cinco categorias nos escritos do Novo Testamento: 1.º Marcos, Mateus, Apocalipse; 2.º Lucas e os *Actos;* 3.º Epístolas autênticas de Paulo, Epístola aos Hebreus, primeira de Pedro; 4.º Tiago, Judas, segunda de Pedro, Epístolas a Tito e a Timóteo; 5.º o Evangelho e as Epístolas joânicas.

pela sua agreste grandeza. As nossas raças não estavam habituadas à amplidão oriental, às enérgicas opiniões antecipadas, a esta maneira de proceder de uma só peça e como que aos saltos. Deixaram-se conquistar como que esmagadas; ainda hoje esse estilo é a grande força do cristianismo, que fascina as almas e as leva para Jesus.

O cânone dos livros do Antigo Testamento admitido pelos cristãos era, naturalmente para as obras essenciais, o mesmo dos Judeus.[1] Os cristãos desconhecedores do hebraico liam os velhos escritos na tradução alexandrina, chamada dos Setenta, reputando-a tão respeitável como o texto hebraico. Quando a versão grega intercalava aditamentos ao texto, o que se deu com os *Livros de Ester* e *de Daniel*, aceitavam-se as adições sem repugnância. Guardado com menos severidade que o cânone judaico, admitia o cânone cristão os livros excluídos dos livros sagrados pelos rabinos judeus e até por eles destruídos sistematicamente como os de *Judite, Tobias, Baruch, Apocalipse, de Esdras, Assunção, de Moisés, Enoch* e *Saltério de Salomão.* Contrariamente, os *Livros de Job*, o *Cântico*, os *Provérbios* e especialmente o *Eclesiastes* eram muito pouco lidos pelas pessoas que desejavam ser edificadas, por causa do seu carácter atrevido e profano. Os vários livros dos Macabeus foram conservados mais como livros instrutivos ou piedosos do que como fontes da verdadeira inspiração.[2]

---

[1] Vide *Evangelhos*, cap. II.
[2] S. Jerónimo, Praef. in Prob.; Santo Agostinho, *De Civ. Dei.*, XVIII, 36; *De Doctr. Christ.*, II, 13.

O Antigo Testamento empuxado em diversos sentidos, interpretado com a latitude de um texto despido de vogais, tal foi o arsenal dos argumentos da apologética cristã e da polémica judaica. Essas disputas faziam-se, na maioria dos casos, em grego. As versões alexandrinas, utilizadas, tornavam-se cada vez mais insuficientes. As vantagens nelas adquiridas pelos cristãos tornavam-nas suspeitas aos judeus; corriam palavras reputadas proféticas, em que os velhos sábios anunciavam o mal futuro advindo dessas versões malditas. O dia em que foi feita a *Versão dos Setenta* compararam-no àquele em que se fundiu o bezerro de ouro; chegou a asseverar-se que a esse dia se seguiram outros três de trevas.[1] Os Cristãos, porém, admitiam as lendas desta versão como revelações miraculosas.[2] O rabi Aquiba e a sua escola assentaram o princípio absurdo de que não há na Bíblia passagem insignificante, que cada letra tem o seu sentido e a sua intenção. A partir daí os tradutores alexandrinos, que fizeram as traduções humanisticamente e como filólogos, mas não como cabalistas, não podiam servir para as controvérsias do tempo. Os incidentes caíam sobre particularidades gramaticais sem importância. Foi pretensão geral que nas traduções da Bíblia cada palavra hebraica, ou melhor, cada raiz hebraica, tivesse um significado grego, ainda que a tradução não fizesse sentido.

O mais célebre desses tradutores foi Áquila, votan-

---

[1] Masseketh *Sepher Thora*, I, S. Masséketh *Soferin*, 1, 7.
[2] Just., *Apol. I*, 31; *Oratio ad Graec.*, 13, etc.

do-se a uma insensata literatice.[1] O seu trabalho data do ano XII de Adriano.[2] Embora simples prosélito,[3] talvez fosse discípulo de Aquiba porque a sua exegese é o paralelo perfeito da casuística do rabino. A cada palavra hebraica corresponde uma grega, mesmo quando resultam da sobreposição verdadeiros absurdos.

Contrariou muito os cristãos a tradução de Áquila rapidamente conhecida entre eles. Habituados a tirar os seus textos dos Setenta, viram nesta nova tradução uma anulação dos seus métodos e da sua apologética. Havia sobretudo uma passagem que os importunava. À viva força as Igrejas pretendiam ler um anúncio profético do nascimento virginal de Jesus, numa passagem de Isaías (VII, 14) com outro significado, mas onde a palavra παρθένος, empregada para traduzir a hebraica *alma* e designando a mãe do simbólico *Immanouël* (Deus connosco), tem alguma coisa de singular. Esta combinação destruiu-a Áquila traduzindo *alma* por νεᾶνις.[4] Con-

[1] Epif., *De Mensuris,* 2, 14, 15; Ireneu, III, XXI, 1; Orígenes, *Epist. ad Afric.,* 2; Eusébio, *H. E.,* V. 8; *Demonstrações Evang.,* VII, 1; S. Jerónimo, Epist. ad Pammach., Opp. IV, 2.ª part., pág. 255; *De Viris Ill.,* c. 54, etc.

[2] Epif., *De Mensuris,* 13. Epifânio encontraria esta data em algum manuscrito de Áquila.

[3] Ireneu, *l. c.* Eusébio e Jerónimo, *l. c.* Algumas vezes S. Jerónimo chama-lhe *judaeum.* O Talmude faz dele um prosélito. A exegese de Áquila está de tal modo de acordo com os princípios do rabi Aquiba que não resta dúvida de que aquele se inspirasse nas escolas judaicas. Nunca um prosélito, ganho para a sinagoga como o pretende Epifânio, teria tão elevado lugar num mundo tão restrito.

[4] Just., *Dial.,* 43, 67 e seg., 71, 77 e seg.; Ireneu, *Adv. Haer.,* III, XXI, I.

cluiu-se que esta interpretação fora da sua parte pura maldade; inventou-se um sistema completo de piedosas calúnias, para explicar como, tendo ele sido cristão e aprendendo o hebraico, se entregara a esse extraordinário labor, só para contradizer os Setenta e fazer desaparecer as passagens demonstrativas do messianismo de Jesus.[1]

Contrariamente, os Judeus, encantados pela pretensa exactidão da nova versão, preferiram-na à dos Setenta.[2] Dela usaram com frequência os ebionitas e os nazarenos. A maneira por que Áquila trasladou a passagem de Isaías serviu-lhe para provar aos exaltados das Igrejas gregas que Jesus era simplesmente o filho de José.[3]

Não foi só Áquila quem traduziu o hebraico segundo o método do rabi Aquiba. A tradução grega do *Eclesiastes* que faz parte da Vulgata grega oferece a particularidade essencial que o rabi Aquiba fez adoptar aos tradutores da sua escola, e no entretanto essa tradução não é de Áquila.[4]

[1] Epifânio, *De Mens.,* 14, 15.

[2] Orígenes, *Ad Afric., l. c.* Santo Agostinho, *De Civ. Dei, l. c.;* S. Jerónimo, *In Is.,* VIII, etc.

[3] Ireneu, *l. c.* Cf. S. Jerónimo. Ver os fragmentos da versão de Áquila em Montfaucon, *Hexapl.,* e em Dathe, *Opusc.*

[4] Figurava no Hexaples de Orígenes, uma versão diferente desta com o nome de Áquila.

CAPÍTULO VIII

O MILENARISMO. PAPIAS

DIVERSÍSSIMAS tendências se manifestavam na Igreja de Jesus, revelando a espantosa fecundidade da nova consciência brotando no seio da humanidade, mas originando ao mesmo tempo um grave perigo para a instituição nascente. Esquartejavam, por assim dizer, milhões de braços a nova religião; uns restringindo-a ao círculo judaico, outros procurando desprendê-la deste, que a originara. Notabilizavam-se os melhores dos dois espíritos contrários nas duas questões principais: a reaparição de Jesus e a ideia do reino dos mil anos, coroa dos apocalipses judaicos. Os gnósticos e, até certo ponto, o autor do Evangelho joânico, não pensam no dogma fundamental do primeiro século. Não os preocupa o fim do mundo; relegam-no para um plano afastado onde quase não significa coisa alguma. Era urgente que se esquecessem todos esses grandes sonhos. Na Ásia Menor, grande número de cristãos viviam deles

e só neles viam o verdadeiro pensamento de Jesus. A dois passos da escola onde se elaboravam, segundo parece, os escritos joânicos, um homem que poderia ter relações com os autores destes escritos trabalhava numa ordem de ideias diferentes, ou melhor, em sentido contrário.

Falamos de Papias, bispo de Hierápolis,[1] o personagem mais saliente da época em que ainda dois cristãos podiam diferir entre si, num ponto para nós desconhecido. Supôs-se que Papias fosse discípulo e ouvinte de João.[2] Isto deve ser um erro. Papias não viu nenhum apóstolo; pertence à terceira geração cristã; consultou os que viram os apóstolos. Era um homem cuidadoso, conhecendo as Escrituras a fundo e investigando à sua moda. A sua obra consistiu em recolher zelosamente, a certos respeitos, e com crítica, as palavras de Jesus, comentando-as no sentido literal, classificando-as por ordem de matérias, reunindo, numa palavra, as tradições da idade apostólica, já desaparecida. Fez para isto um largo inquérito, que dirigiu segundo algumas regras de um são juízo. Não gostando dos pequenos livros tidos como sendo o quadro exacto da vida de Jesus, pensou em fazer melhor e dar uma ideia exacta do ensinamento de Jesus. Não quis senão as informações originais. Passou a vida inteira a interrogar

---

[1] Ireneu, V, XXXIII, 3-4; Eusébio, III, XXXVI, 2; XXXIX inteiro; S. Jerónimo, *De Viris Ill.*, 18; cf. Epíst. 28 e 29. O nome de Papias é frequente na Ásia Menor, e particularmente em Hierápolis.

[2] Eusébio., *Hist. Eccl.*, III, XXXIX, 2, rectificando Ireneu e a sua própria *Crónica*. As suas relações com Policarpo não têm solidez; só repousam na indução de Ireneu.

os que poderiam saber alguma coisa da tradição primitiva.

«Eu não me prendi, diz ele no prefácio, como a maioria, a um fluxo de palavras; só amei os que ensinam a verdade. Cheio de desconfianças pelos preceitos bizarros em circulação, eu não quis conhecer senão os que foram confiados pelo Senhor à fé dos seus discípulos e que dimanaram da própria verdade. Se eu encontrava alguém que tivesse seguido os antigos, eu o interrogava sobre o que eles haviam dito. O que dizia André? O que dizia Pedro? O que diziam Filipe, Tomás, Tiago, João, Mateus ou outro qualquer dos discípulos do Senhor? Eu juntava o que disseram Arístion e o *Presbyteros Joannes*, discípulos (dos discípulos) do Senhor. Porque nenhum livro me seria tão proveitoso como os dados da tradição viva e permanente.»

Havia muito tempo que desaparecera o último apóstolo, quando Papias concebeu o seu projecto; mas existiam ainda pessoas que tinham conhecido os membros do cenáculo primitivo. Tinham disseminado narrativas maravilhosas, em Hierápolis, as filhas de Filipe, chegadas a uma velhice extrema e já com o espírito um pouco transtornado. Vira-as Papias. O *Presbyteros Joannes* e Arístion, em Éfeso e Esmirna, também se reputavam os depositários das preciosas tradições hauridas, segundo eles, do próprio apóstolo João. Papias não pertencia à escola de João, e de onde saiu, segundo a tradição, o Evangelho joânico. É provável, porém, que ele conhecesse a Arístion e ao *Presbyteros*.[1] O seu livro foi com-

---

[1] Eusébio, *H. E.*, III, XXXIX, 4, 7, 14; Ireneu, V, XXXIII, 3-4. A passagem de Papias citada por Eusébio não

posto sobre citações emprestadas às conversas dos dois personagens, que, aos seus olhos, eram os melhores representantes da cadeia apostólica e da doutrina autêntica de Jesus. Será inútil acrescentar que Papias nem directa nem indirectamente menciona o apóstolo S. Paulo.

Seria um paradoxo a tentativa de reconstituição da doutrina de Jesus pela tradição oral, cem anos depois da sua morte, se porventura Papias se interdissesse o uso dos textos escritos. O seu método neste ponto não foi tão exclusivo como se poderia depreender do prefácio. Preferindo sempre a tradição oral e não concedendo aos textos um valor absoluto, leu contudo os Evangelhos que lhe chegaram às mãos. É mau que nós não possamos julgar por nós próprios os seus conhecimentos a este respeito. Mas a vista de Eusébio parece ter sido aqui bem perspicaz. Eusébio leu com a pena na mão, segundo o seu método ordinário, a obra de Papias, para dela tirar as citações dos escritos canónicos. Aí só viu mencionados dois dos nossos Evangelhos, o de Marcos e o de Mateus. Sobre Marcos Papias referiu um curioso juízo do *Presbyteros* e as alegações pelas quais este tradicionalista pensava desculpar a desordem e o carácter fragmentário da redacção do

implica, à primeira vista, que Papias tivesse relações pessoais com Arístion e o *Presbyteros*. Mas Eusébio, para adoptar esta interpretação, tinha o conjunto da obra, em que Arístion e o *Presbyteros Joannes* eram frequentemente alegados e onde podia haver provas das relações mais apertadas do que na passagem citada. Ireneu chama aos discípulos depositários da tradição de Jesus *presbyteri*. Supõe-se nesta expressão oculto o nome de Papias. *Patres Apost.*, de Gebh. e Harn., I, II, págs. 106, 113-114.

mesmo evangelista.[1] Papias considerava o Evangelho, chamado de Mateus, como uma tradução livre e mediòcremente fiel da mesma obra escrita em hebraico pelo apóstolo desse nome. Estimava-o especialmente por ter palavras autênticas de Jesus. Eusébio encontrou, além disso, em Papias uma anedota que vem no Evangelho hebraico; mas não tendo a certeza de que fosse aí que a copiasse o bispo de Hierápolis.[2]

Assim, este homem tão instruído, tanto ao corrente das Escrituras, que, segundo a tradição, frequentara os discípulos de João e deles houvera as palavras de Jesus,[3] não conhecia o Evangelho de João, obra aparecida a poucas léguas da cidade que habitava. Certamente que, se Eusébio tivesse descoberto traços nos escritos do bispo de Hierápolis, di-lo-ia, como o fez para a primeira epístola joânica. É singular com efeito que Papias, não conhecendo o Evangelho de João, conhecesse a carta ao mesmo atribuída, que é por assim dizer um trecho destinado a preparar o Evangelho. Talvez que os falsificadores, temendo a severidade da sua crítica, lhe fornecessem a carta, mas não o Evangelho. Talvez que mediasse um intervalo entre a composição da

[1] É difícil distinguir, nesta passagem, o que é do *Presbyteros* e o que é de Papias.

[2] Eusébio, *H. E.*, III, XXXIX, 16. Talvez que esta frase levasse Vartan Vartabed a acreditar que Papias era o autor do episódio da mulher adúltera.

[3] Ireneu, V, XXXIII, 3-4. Para frisar a singularidade, as palavras de Jesus advindas até Papias pela boca de João ou dos seus discípulos, estão, pelo messianismo que nelas serve, em contradição flagrante com o Evangelho de João.

Epístola joânica e a do Evangelho. Nunca se aborda a questão dos escritos atribuídos a João sem se cair em contradições e anomalias.

No conjunto das conscienciosas investigações, compôs Papias cinco livros, intitulados: *Exegeses* ou «Exposições das palavras do Senhor», e que considerou como espelho do ensinamento de Jesus. A desaparição deste escrito constitui uma das perdas mais lamentáveis da literatura cristã. Se nós possuíssemos o livro de Papias, resolveríamos sem dúvida um sem-número de dificuldades que nos detêm no seguimento desta obscura história. E deve ser essa mesmo a razão por que ele não chegou até nós. A obra de Papias fora escrita debaixo de um ponto de vista tão pessoal, que constituiu um escândalo para a ortodoxia. Os quatro Evangelhos obtiveram uma autoridade exclusiva. Durante cinquenta anos haverá sempre razões místicas para provar que devia haver só quatro e nenhum mais do que os quatro. Não tinha aura favorável o autor que declarasse de pouca valia qualquer dos textos sacramentais.

Apesar das aparências de crítico exigente, Papias era muitíssimo crédulo. Juntava aos Evangelhos coisas, que, não sendo cobertas pela autoridade da inspiração, pareciam chocantemente absurdas. Marcos, apesar do seu maravilhoso atingir as raias da extravagância, era sóbrio ao pé dele. Bizarros eram os ensinamentos e parábolas por ele atribuídos a Jesus. O conjunto tinha um ressaibo de fábula que, pelo menos, os três primeiros cuidaram evitar. Os milagres tirados de Filipe e apoiados na autoridade das suas filhas, já velhíssimas e tresloucadas, excediam a expectativa; os milagres atribuídos a Justo Barsabás estavam fora da tradição. Contava a morte de João e especialmente a de Judas de uma maneira nova de que ninguém ouvira falar.[1] Não havia um ponto, mesmo nos devaneios gnósticos, em que ele não parecesse insinuar, pelo menos quando pretendia que Deus dera o governo da Terra aos anjos, que eles tinham cumprido mal os seus deveres.

Mas o que principalmente contribuiu para fazer perder Papias no conceito ortodoxo foi o milenarismo desenfreado. O seu defeito consistiu em considerar o Apocalipse do ano 68 no mesmo sentido em que o entendera o seu autor. Admitira, com o vidente de Patmos, que, depois da ressurreição dos mortos, haveria um reino material de Cristo na Terra e que duraria mil anos.[2] Aí vai o que ele fazia dizer a Jesus, conforme com a tradição transmitida pelos *presbyteri:*

«Virão dias em que nascerão vinhas; cada uma terá mil cepas, cada cepa dez mil braços; cada braço dez mil rebentos e cada rebento dez mil bagos e cada bago espremido dará vinte e cinco mil almudes de vinho. Quando um dos santos pegar num destes cachos logo outro dirá: "Eu sou melhor; colhe-me e abençoa por minha intenção ao Senhor". Do mesmo modo cada grão de trigo dará dez mil espigas e cada espiga dez mil sementes e cada semente dez mil libras de farinha. O mesmo sucederá com as árvores de fruto, com os cereais e com as ervas, segundo as suas propriedades especiais. E todos os animais, alimentando-se dos frutos da terra, serão pací-

---

[1] Oecumenius, *In Act.*, I, 18; Teofilacto, *In Math.*, XXVII, 5. *Vida de Jesus*, 13.ª ed. e seg., p. 454.

[2] Cerinto era da mesma opinião. Vide as passagens de Caio e de Dinis da Alexandria, em Euséb., *H. E.*, III, XXVIII, 25. Cf. *Os Evangelhos*, 418 e seg.

ficos, benevolentes, submissos e respeitosos para com o homem.»

Afirmava-se que Judas não acreditara estas lindas coisas e que se tornara meio incrédulo quando ouvira o seu mestre falar desta maneira.[1]

Papias não era rigoroso na escolha das palavras de Jesus, atribuindo-lhe frases dos apocalipses judeus e que se lêem especialmente no *Apocalipse de Baruch.*[2] O seu livro era uma prova contra a sua querida tese e mostrava os serviços dos Evangelhos escritos suspendendo a degradação das palavras tradicionais de Jesus. Já surgiam as ideias montanistas com o seu sincero materialismo. À imitação de certos gnósticos, Papias não concebe a inocência perfeita da vida sem a abstinência da carne dos animais. O bom senso relativo dos sonhos galileus desapareceu para dar lugar às enormidades do alto Oriente. Visiona-se o impossível, a doçura subversiva da humanidade como a Índia realizou em vida, à custa do seu aniquilamento político.

Muito depressa viu a Igreja ortodoxa o perigo

---

[1] Ireneu, V, XXXIII, 4.

[2] Vide *Os Evangelhos*, págs. 521-522. É evidente a coincidência entre o trecho das vinhas messiânicas atribuído a Jesus por Papias e o trecho do *Apocalipse de Baruch*, XXIX, 5. Mas Papias não copiou o pseudo-Baruch; o seu trecho é mais original e desenvolvido do que o deste. Tudo derivava de apocalipses naturalmente escritos na crise de 68, 69 e 70, atribuídos a Jesus e cujos discursos apocalípticos são formas reduzidas. V. *Anticristo*, pág. 393 e seg. Compare-a com *Henoch* e com as quimeras rabínicas em Gebhardt e Harnack, *Patres Apost.*, I, segunda parte, págs. 88 e 89.

de tais quimeras; para o cristão sensato tornou-se o milénio um objecto de verdadeira antipatia. Não emprestar a Jesus nem aos apóstolos uma opinião que dia a dia se transformava num absurdo cada vez mais evidente; afugentar do limiar do cristianismo a colossal objecção de que a ideia fundamental dos iniciadores fora um manifesto sonho, tal a preocupação dominante de espíritos como Orígenes, Dinis da Alexandria, Eusébio e os Padres helenistas que só viram na doutrina de Jesus uma filosofia revelada. Procuraram-se todos os meios para se desembaraçarem do Apocalipse. A fidelidade à tradição foi funesta a Papias, o qual era de todos os escritores eclesiásticos o mais fortemente compenetrado do pensamento primitivo. Envidou-se o melhor esforço em torná-lo esquecido; não se copiou mais; só os curiosos o leram. Eusébio, apesar de toda a sua veneração, trata-o de espírito tacanho e sem critério.

O grande mal de Papias foi o ser conservador. Pareceu fora da moda pelo seu aferro à tradição. O progresso do cristianismo tornava-o incómodo e digno de ser suprimido como testemunha. No seu tempo correspondeu por certo ao estado de muitos espíritos. Os milenistas consideraram-no como a sua principal autoridade. Ireneu estima-o muito e coloca-o logo abaixo dos apóstolos, no mesmo lugar de Policarpo e chama-lhe um nome bem apropriado ao seu carácter, «homem antigo». A discorrência sobre as vinhas do reino de Deus parece bela e autêntica ao bispo de Lião. Ireneu admite esses sonhos de um idealismo concreto no que eles têm de mais grosseiro. Justino não lhes é estranho; Tertuliano

e Comodiano excedem Papias em materialismo. Santo Hipólito,[1] Metódio,[2] Nepos, bispo de Arsínoe no Egipto,[3] Vitorino de Petau,[4] Lectance, os Apolinaristas,[5] Santo Ambrósio,[6] Sulpício Severo,[7] e talvez S. Martinho pertencem à velha tradição neste ponto de vista. Até ao século v os cristãos autenticamente fiéis sustentam ainda que, depois da vinda do Anticristo e da ruína das nações, haverá uma primeira ressurreição para os justos; que os que viverem sobre a Terra, bons e maus, serão conservados com vida, os bons para obedecer aos justos ressuscitados como príncipes, os maus para lhes serem sujeitos. Uma Jerusalém de ouro, cipreste e cedro, reconstituída pelas nações que virão, levadas pelos seus reis, trabalhar na reconstrução dos seus muros; um templo restaurado e centro do mundo; um montão de vítimas ante o altar; as portas da cidade patentes dia e noite para receberem os tributos dos povos; peregrinos chegando, por seu turno, conforme se lhes permita o virem às semanas, aos meses ou aos anos: os santos, os patriarcas e os profetas passando mil anos num sábado perene, no perfeito contentamento do Cristo que lhes dará, ao cêntuplo, o que lhe ofereceram, tal é o paraíso essencialmente judaico,

---

[1] Em Pócio, cod. CCII.
[2] *Conv. Dec. Virg.*, IX, pág. 698 *(Bibl., Max., Patr., Ludg.*, III.
[3] Euséb., *H. E.*, VII, 24, 25. S. Fulg., *Pro Fide Cath.*, c. 2.
[4] S. Jerónimo, *in Ezech.*, XXXVI. Na obra que nós temos de Vitorino é antes combatido o milenarismo.
[5] Idem.
[6] *Enarr. in Psalm.*, I, c. 54. *De Vide Resurr.*, II, 59.
[7] *Dialog.*, II, c. 16.

ainda sonhado pelos coevos de S. Jerónimo e Santo Agostinho. A ortodoxia combatia estas ideias; no entanto elas eram expressas em tantas passagens dos Padres, que nunca foram consideradas uma heresia estritamente qualificada. Santo Epifânio, rigoroso inquiridor, que procurou enriquecer o seu catálogo de heresias, fazendo duas e três seitas quando havia realmente uma só, não abriu o capítulo especial para os milenários. Para ser consequente, teria de expulsar previamente o Apocalipse do Cânone. Ora tal não foi conseguido, apesar dos engenhosos esforços dos Padres gregos.

Eram diferentes os graus de materialismo nesses crentes sinceros. Uns, como Santo Ireneu, não viam na primeira ressurreição mais que um início de incorrupção, um meio de se habituar à vista de Deus, uma idade durante a qual os santos gozariam da conversa e do convívio dos anjos, praticando exercícios espirituais. Sonhavam outros um grosseiro paraíso de comedores e bebedores. Pretendiam que os santos passariam este tempo em festins carnais; que nasceriam filhos durante o reino do Messias; que os senhores do novo mundo rolariam sobre o ouro e as pedras preciosas, obedecendo todas as criaturas aos seus menores desejos.

Fugiam destes sonhos judaicos as ideias de infinito e de imortalidade da alma; e tanto que chegavam mil anos para os mais exigentes. Era preciso ser-se muito avaro da vida para se não estar «saciado de dias» ao fim desse tempo. Para nós um paraíso de mil anos seria bem pouca coisa, pois que cada ano passado nos aproximaria do fim em que tudo se esvairia. Parecer-nos-iam os dias precedentes do

nada um inferno e a perspectiva do ano 999 seria veneno suficiente para empeçonhar a felicidade dos anos precedentes. Mas não se pode pedir lógica nas soluções inventadas pelo homem para sair do intolerável destino que o agrilhoa. Levado invencivelmente a acreditar no justo e vivendo num mundo que é a própria injustiça, necessitando da eternidade para as suas reivindicações e bruscamente detido pela morte, o que quereis que ele faça? Agarra-se ao caixão, dá a carne ao osso descarnado, a vida ao cérebro roído de podridão, luz aos olhos apagados; imagina quimeras que fariam rir uma criança, para não confessar que Deus pôde zombar da sua criação até lhe impor o fardo do dever sem compensações.

CAPÍTULO IX

INÍCIO DO GNOSTICISMO

PODIA comparar-se o cristianismo desta época a um recém-nascido. Saindo das faixas infantis, quase o atabafou de morte um terrível garrotilho. A causa desta doença fora em parte exterior e em parte interna. Sob certos aspectos o infante vinha desde o nascimento já infeccionado. No entanto o maior mal foi o exterior; o meio malfazejo em que vivia a Igreja intoxicou-o de molde a quase o fazer sucumbir.

À medida que a Igreja aumentava e que se esboçava uma jerarquia, começou a ter merecimento a docilidade e a abnegação do fiel. Parecia fastidioso marchar como ovelha comprimida entre as filas cerradas do rebanho; urgia sair do monte comum e ter um regulamento próprio; era pouco distinto subordinar-se à lei geral. Por toda a parte se constituíram na Igreja pequenas aristocracias que iam rasgando a túnica inconsútil do Cristo. Duas delas

salientaram-se pela rara originalidade. Uma, piedosa, foi o montanismo; a outra, científica, foi o gnosticismo.

A última destas foi a primeira a manifestar-se. Pareciam mesquinhas, aos espíritos iniciados nas subtilezas filosóficas do tempo, as ideias e o regimen da igreja. Não convinha a todos a mediania de bom senso relativo em que se mantinha a ortodoxia. Os mais finos pretendiam possuir acerca dos dogmas e da vida de Jesus, um senso mais elevado do que o vulgo, o qual acreditava simplesmente os factos e se entregava, sem vislumbre de raciocínio, nas mãos dos seus pastores. Procurou-se em ensinamentos que pretendiam somente ser aceites com a satisfação das almas puras e com a simplicidade da fé.

Jesus e os seus discípulos haviam relegado a parte do espírito humano que deseja saber; nada cederam ao raciocínio; somente falaram às imaginações e ao coração. A cosmologia, a psicologia e a alta especulação teológica foram para eles página em branco, e talvez tivessem razão. O cristianismo não viera para satisfazer vãs curiosidades; vinha consolar os que sofrem, fazer vibrar as fibras do senso moral, pôr em contacto o homem piedoso, não com um éon ou um *logos* abstracto, mas com o Pai celestial, cheio de indulgências, autor de todas as harmonias e de todas as alegrias do universo. O cristianismo primitivo não teve assim nem ciência nem filosofia. S. Paulo, especialmente, já sentia no fim da sua vida a necessidade de uma teologia especulativa, aproximando-se de Fílon que, já cem anos antes, pretendera dar ao judaísmo um contorno racionalista. As igrejas da Ásia Menor lançavam-se por esse tempo

numa espécie de cabala que ligava o papel de Jesus a uma ontologia quimérica e a uma série indefinida de avatares.[1] A escola de onde dimanou o quarto Evangelho teve a mesma necessidade de explicar os factos miraculosos da Galileia por uma teologia. Jesus foi o *logos* divino feito carne; a ideia essencialmente judaica da aparição futura do Messias foi substituída pela teoria do Paracleto. Obedeceu Cerinto a uma tendência análoga. Em Alexandria acentuou-se ainda mais essa rede de metafísica e produziu os resultados bizarros que já é tempo de se estudarem.

Lá, com efeito, a mistura de todas as teologias e de todas as cosmogonias formou um composto indigesto e malfazejo, iluminado muitas vezes pelos relâmpagos do génio; uma doutrina que teve a pretensão de achar a fórmula do absoluto e que a si própria se apelidava de *gnosis*, «ciência perfeita». O iniciado nesta doutrina quimérica chamava-se *gnosticos*, sábio perfeito.[2] Depois de Roma era Alexandria o lugar do mundo onde mais viva se acentuava a crise do espírito humano. A leviandade, o ecletismo superficial produziram efeitos imprevistos.[3] Nesses cérebros fantasistas e levianos, tudo se baralhava. Graças a um charlatanismo, talvez inconsciente, transformavam-se em escamoteações os mais graves problemas da vida; as questões do mundo e de Deus eram resolvidas com jogos de

---

[1] Col., II, 18; I Tim., I, 4; VI, 20. Cf. I Cor., I, 24, 30; II, 6.
[2] Tim., VI, 20.
[3] Vide a Carta de Adriano, a citar-se no decurso desta obra.

palavras e fórmulas ocas: falcatruava-se a ciência real. Haviam já desaparecido as grandes instituições fundadas pelos Ptolomeus ou haviam caído numa grande decadência. O único guia, capaz de desviar o homem da sua razão, a ciência séria, havia-se perdido.

Existia ainda a filosofia e com desejo de levantar-se; mas rareavam os bons espíritos. Tinha a supremacia o platonismo, no Egipto e na Síria, sobre todos os outros sistemas da Grécia, o que era uma desgraça, porque o platonismo torna-se perigoso quando não seja corrigido por uma forte educação científica. Já não havia conhecedores assaz delicados para sentirem a arte maravilhosa dos *Diálogos* de Platão; a maioria digeria a custo essas fantasias filosóficas tão interessantes. Tal disciplina, mais satisfatória para a razão do que para a imaginação, devia agradar no Oriente. O gérmen do misticismo nele abrigado teve êxito nas raças às quais não convinha o racionalismo. O cristianismo seguiu a moda universal. Já Fílon tentara fazer platonismo com a filosofia do judaísmo; todos os Padres da Igreja com algum valor serão também platónicos.

Para se adaptar a esta fusão contra a Natureza, deveu fazer muitos sacrifícios o génio da Grécia, tão são e tão claro. Os filósofos chegam a acreditar no êxtase e no milagre, nas relações sobrenaturais entre Deus e o homem. Transforma-se Platão num teósofo e num mistagogo; toma-se a sério a teurgia; desaparece de vez o espírito científico; sobreplantam-se os hábitos de espírito que entretém o mistério. Nas pequenas assembleias religiosas de Elêusis e da Trácia, em que se deitava poeira aos olhos para se

supor o conhecimento integral do que se não pode saber, já se proclamava que o corpo era a prisão da alma e que o mundo real não passa de uma proscrição do mundo divino; divide-se o ensino em exotérico e esotérico, os homens em espirituais, animais e materiais. Generaliza-se o hábito de revestir o ensino com fórmulas místicas à maneira de Platão, ou de explicar alegoricamente os velhos textos à moda de Fílon. Ser iniciado em pretensos segredos, numa *gnosis* superior, tal era a aspiração suprema. Ganhavam cada dia mais terreno essas ideias de uma quimérica aristocracia; supunha-se que a verdade era um privilégio reservado a um pequeno número de adeptos. Cada mestre transformava-se num charlatão, procurando haver maior clientela, vendendo-lhe o segredo do absoluto.

Eram vizinhos um do outro em Alexandria os campos da propaganda do cristianismo e o da *gnosis*. Os gnósticos e os cristãos assemelhavam-se pelo ardente desejo de penetrar o mistério religioso sem a ciência positiva, que desconheciam completamente. Assim se amalgamou o seu sublime. Por um lado os gnósticos com a pretensão de saber tudo e habituados a ver os deuses das nações como éons inferiores, muito inferiores ao Deus supremo, queriam conhecer o cristianismo, admitiam Jesus com entusiasmo como um éon encarnado digno de se pôr ao lado de tantos outros e consignavam-lhe um lugar nas fórmulas da filosofia da história. Por outro lado os cristãos, que tinham urgência de coligar o Evangelho com uma filosofia, encontravam na escura metafísica dos gnósticos aquilo que lhes era preciso. Passou-se desde então alguma coisa inteiramente análoga ao

que se dera, quase cinquenta anos atrás, quando uma certa filosofia, que tinha, como o gnosticismo, por programa, saber tudo e explicar tudo, adoptou o cristianismo e se proclamou cristã, num sentido elevado e que ao mesmo tempo se viu adoptar aos teólogos católicos e protestantes, para não parecerem estranhos ao século, uma série de ideias filosóficas por eles reputadas compatíveis com a sua teologia.

Querem os Padres da Igreja que esta floração tóxica se iniciasse nas seitas samaritanas saídas de Simão de Gitton.[1] Parece que Gitton já apresentava os traços característicos do gnosticismo, *A Grande Exposição*, com certeza não escrita por ele, mas que é um quadro das suas doutrinas, é um livro gnóstico. Os seus continuadores, Menandro, Cleóbio e Dosíteo, parecem ter perfilhado as mesmas ideias.[2] Os escritores católicos apresentam Menandro como o pai de todos os gnósticos do tempo de Adriano.[3] Mas segundo Plotino, contrariamente, o gnosticismo só teve uma origem na filosofia de Platão transformada e desfigurada. Parecem tais explicações inteiramente insuficientes para definirem um facto tão complexo. Houve gnósticos cristãos, judeus, samaritanos; mas também os houve que não foram cristãos. Plotino, escrevendo um livro contra os gnósticos,[1] não acredita que sejam seita cristã. Os sistemas dos gnósticos samaritanos, os de Basilides, Valentim, Saturnino, oferecem tais analogias entre si, que é preciso admitir um fundo comum. Ora parece que não copiaram uns dos outros estes chefes de seita. Portanto rebuscaram um fundo anterior, de que Fílon, Apolos, S. Paulo, quando escreveu a *Epístola aos Colossenses*, já se haviam tornado feudatários e de onde parece proceder também a cabala judaica.

[1] Vide *Apost.*, pág. 273 e seg., Ireneu, I, XXIII; Epif., haer., XXIII, 2; XXXII, 1; *Filos.*, l. VI; Eus., *H. E.*, IV, c. VII; S. Cirilo de Jer., *Catech.*, VI, 14-16, etc. Os simonianos tiveram uma existência durável. Justino, *Apol. I*, 26; Oríg., *Contra Celso*, l. 57. Os menândrios ainda preocupavam os ortodoxos no século IV. Zenob de Klag, no *Jornal Asiático*, Nov.-Dez. 1863, pág. 418, ou Langlois, *Coll. da História da Arménia*, I, p. 340.

[2] *Evang.* pág. 450 e seg.

[3] Ireneu, I, XXIII, 2; XXIV, 1; XXVII, 1; II, prof.; IV, 3; IV, XXXIII.

Desvendar o que de algum modo contribuiu para a formação desta filosofia religiosa é tarefa impossível. O neoplatonismo, tecido de sonhos poéticos, as ideias que se bordavam pelas tradições apócrifas do pitagorismo, já forneciam modelos de uma filosofia mítica confinando com a religião. No tempo mesmo em que Basilides, Valentim, Saturnino, desenvolviam os seus devaneios, um dos retóricos pensionados de Adriano, Fílon de Biblo, apresentava as velhas teogonias da Fenícia, misturadas, ao que parece, com a cabala hebraica, sob a forma de genealogias divinas muito análogas às dos primeiros gnósticos. A religião egipcíaca, ainda florescente, com cerimónias misteriosas e símbolos característicos, os mistérios gregos e o politeísmo clássico interpretados num sentido alegórico, o orfismo e as suas fórmulas ocas, o bramanismo transformado numa teoria de emanações infindáveis, o budismo, opresso pelo sonho das existências expiatórias e pelas suas miríades de budas, o dualismo persa, tão con-

[1] *Enneades*, II, IX, inteiro.

tagioso e ao qual talvez devessem a sua existência o milenarismo e o messianismo judaico, deviam parecer dogmas profundos e sedutores a imaginações sedentas de esperanças e de terrores. Conheciam-se a Índia e o budismo, em Alexandria. Aí se hauria a metempsicose, o modo de encarar a vida como um aprisionamento da alma no corpo e a teoria das libertações sucessivas. Não significa *Gnósticos* o mesmo que *Buda*, «o que sabe»? Na Pérsia considerava-se o dogma dos dois princípios independentes um do outro, a identificação da matéria e do mal, a crença de que as paixões que corrompem a alma são emanações do corpo, a divisão do mundo em repartições tuteladas por génios.[1] Nesta barafunda se confundiram o judaísmo e o cristianismo; mais do que um adepto de Jesus entendeu poder enxertar o Evangelho numa teologia anfigúrica, simulando dizer alguma coisa, mas realmente não explicando coisa alguma; já mais que um israelita preludiava nas loucuras da cabala, que é o mesmo que o gnosticismo dos judeus.[2]

Estas quimeras atingiram cedo a igreja de Alexandria. Já Fílon e Platão tinham muitos leitores entre os fiéis instruídos. Muitos entravam na Igreja, imbuídos de filosofia e achavam mesquinho e pobre o ensino cristão; parecia-lhes escassa a Bíblia judaica. Nela, como Fílon, só viam uma alegoria. Aplicaram

---

[1] V. J. Darmesteter, *Haurvatât e Ameretât*, Paris, 1875; o *Anticristo*, págs. 362-363, nota.

[2] Sobre o judeu gnóstico Elisa ben Abouyah *Aher*, vide *Evang.*, pág. 535; Darenbourg., *Mel. da Escola de Estudos Superiores*, 1878, págs. 182, 173.

o mesmo método ao Evangelho. Refizeram-no. Não fixada e maleável, a matéria evangélica prestava-se às transformações. Em todas as particularidades da vida de Jesus, segundo os novos evangelistas, havia coisas sublimes; tornaram-se simbólicos todos os milagres; agravaram-se e exaltaram-se as loucuras da *gematria* judaica. Os novos doutores, seguindo Cerinto, consideravam o Velho Testamento uma revelação secundária e não percebiam como o cristianismo se prendesse por qualquer laço com essa religião de um Deus particular, Jeová, que por nada é o ser absoluto. Onde maior prova da fraqueza desse Deus do que na ruína e abandono da sua cidade, Jerusalém?[1] Jesus, diziam eles, viu mais e melhor que os fundadores do judaísmo; mas não o compreenderam os seus apóstolos; estão alterados os trechos que pretendem representar a sua doutrina. Só a gnose, por uma tradição secreta, é que possui a verdade. Um vasto sistema de sucessivas emanações em todo o segredo da filosofia e da história. O cristianismo, que é o acto mais recente da tragédia desempenhado pelo universo, é a obra de um éon, *Christos*, que, pela sua íntima conjunção com o homem Jesus, salvou o que é digno de salvação na humanidade.

O cristianismo destes sectários era como o de Cerinto e dos ebionitas. O seu Evangelho condiz com o Evangelho hebreu.[2] Contam a cena do baptismo de Jesus tal qual como vem referida no Evangelho,

---

[1] Ireneu, I, III, 3; VIII, 2, 4; XIV, 6; II, c. XX e seg.

[2] Tertuliano, *Praescr.*, c. 48; Epif. XXVII, 6.

e acreditam, como todos os docetas, que só aparentemente é que Jesus fora homem.[1] Parecem-lhes as narrativas de Galileu infantilidades, indignas da divindade e cuja explicação devia ser alegórica. O homem Jesus nada é para estes sectaristas: mas fora tudo o éon *Christos;* e a sua vida terrestre, longe de ser a base doutrinal, não passa de uma dificuldade que se tem de vencer custe o que custar.

As ideias primitivas dos cristãos sobre a aparição messiânica nas nuvens, sobre a ressurreição, sobre o juízo final, foram consideradas como atrasadas. A ressurreição dava-se logo que qualquer se fazia *gnosticos.*[2] A consequência destas ideias falsamente aristocráticas fora uma certa relaxação de costumes; o misticismo foi sempre um perigo moral, porque deixa com facilidade compreender que a iniciação dispensa o cumprimento dos deveres ordinários. «O ouro, diziam os falsos cristãos, pode arrastar na lama que se não suja».[3] Sorriam-se dos escrúpulos relativos às carnes imoladas aos ídolos; assistiam aos espectáculos e às lutas dos gladiadores; eram acusados de falar levianamente dos crimes contra o pudor e de dizerem: «À carne o que é da carne; ao espírito o que é do espírito».[4] Exprimiam a sua antipatia pelo martírio em termos que deviam magoar profundamente os verdadeiros cristãos.[5] Se o Cristo

---

[1] S. Cirilo de Jer., *Catech.*, IV, 9; VI, 14.
[2] Comp. II Tim., II, 18. Comp. João, III, 18.
[3] Ireneu, I, VI, 2.
[4] Ireneu, I, VI, 3.
[5] Clem. de Alex., *Strom.*, IV, 4, 9; Ireneu, I, XXIV, 6; III, XVIII, 5; Agripa Castor, em Euséb., *H. E.*, IV, VII, 7; Filastre, haer. 32, 38, etc.

não sofreu, para que sofrer por ele? «O verdadeiro testemunho a dar a Deus, diziam, é conhecê-lo tal qual ele é; confessar Deus pela sua morte é um suicídio».[1] Na sua opinião os mártires padeciam mal; as penas que sofriam eram o justo castigo de crimes que mereciam a morte e de que não houvera notícia. Longe de se queixarem, deviam glorificar a lei que transformava num acto de heroísmo o suplício tão justamente sofrido. Se havia casos raros de mártires inocentes, era pela mesma razão por que as crianças sofrem; ninguém deve acusar senão a sua sorte.[2]

Não se haviam secado as fontes da piedade para um racionalismo orgulhoso que ordinariamente se liberta das práticas materiais. Uma liturgia misteriosa oferecia aos fiéis dessas igrejas singulares abundantes consolações sacramentais; a vida era um mistério, cujos actos eram todos sagrados. O baptismo revestia uma grande solenidade e lembrava o culto de Mitra. A fórmula pronunciada pelo iniciador dizia-se em hebraico e depois da imersão seguiam-se as unções com óleo, mais tarde adoptadas pela Igreja.[3] A extrema-unção para os agonizantes era administrada de um modo sensacional e que a Igreja católica adoptou. O culto e o dogma, nestes sectários, afastava-se mais da simplicidade judaica, do que nas igrejas de Pedro e de Paulo. Os gnósticos

---

[1] Filastre, *l. c.*
[2] Passagem de Basilídio, conservada por Clemente de Alexandria, *Strom.*, IV, 12.
[3] Epitáfio gnóstico, no *Corpus Instr. graec.*, n.º 9595ª, tomo IV, págs. 594, 595.

admitiam os ritos pagãos, os cantos, os hinos, as imagens do Cristo, pintadas ou esculpidas.[1]

Neste ponto de vista foi de primeira ordem a sua influência na história do cristianismo. Constituíram o ponto de partida dos ritos adoptados pela Igreja. Desempenharam papel capital na propaganda cristã. Foi pelo gnosticismo que o cristianismo se proclamou como uma religião nova, destinada a durar, tendo um culto, sacramentos, e podendo produzir uma arte. Foi pelo gnosticismo que a Igreja lançou mão dos mistérios antigos e se apropriou do que eles tinham de satisfatório para o povo. Graças a ele foi no século IV que o mundo passou do paganismo para o cristianismo, sem se aperceber e sem pressentir que se tornava judeu. Sentem-se de um modo frisante o eclectismo e a ingratidão da Igreja católica. Repelindo as quimeras dos gnósticos e anatematizando-as, a ortodoxia hauriu neles as mais felizes ideias da devoção popular. Da teurgia a Igreja fez os rituais. As suas festas, os seus sacramentos, a sua arte, dimanaram na sua maioria das seitas que condenou. O cristianismo não deixou nenhum objecto material; a primeira arqueologia cristã é gnóstica.[2] A vida dessas pequenas seitas livres e inventivas é desordenada mas poderosa. A sua própria metafísica se impôs; a lei foi coagida a raciocinar. Ao lado da Igreja, surgiu a escola; ao lado do ancião, apareceu o doutor.

Além disso alguns homens de um raro talento

[1] Ireneu, I, XXV, 6.
[2] Matter, *Hist. Crít. do Gnost.*, II, pág. 489 e seg., e pranchas. Garrucci, *Diss. Archeol.*, vol. II, pág. 73.

fizeram-se adeptos das doutrinas até aí sem autoridade, abstraíram-nas das especulações individuais onde ficariam eternamente e elevaram-nas à altura de um verdadeiro acontecimento na história da humanidade.[1]

[1] Para a cronologia desses sectários, v. Clem. de Alex. *Strom.*, VII, 17. Cf. pseudo-Tertuliano, *Praescr.*, c. 48. A gnose combatida nas Epístolas de Tito a Timóteo é a primeira gnose anterior a Valentim e a Basilídio. É para o autor como essencialmente judaica (essénia). I Tim., I, 4, 7, 17; II, 5; IV, 3, 4, etc. Deve dizer-se o mesmo da Epístola aos Colossenses.

CAPÍTULO X

BASILIDES, VALENTIM, SATURNINO, CARPÓCRATES

Basilides, segundo todas as probabilidades, viera da Síria para o baixo Egipto, para Alexandria e para os seus arredores. Foi ele o primeiro dos dogmatizadores estranhos, para os quais se hesita algum tempo em os considerar como cristãos. Diz-se haver sido discípulo de Menandro e ter dois ensinamentos diferentes; um para os iniciados, perdido nas regiões de uma abstracção metafísica, mais análoga à de Aristóteles do que à de Cristo;[1] o outro,

---

[1] *Philos.*, VII, 14. Os *Philosophumena* (livro VII), são quase que o único documento existente desse ensinamento. Encontram-se todavia alguns trechos esparsos em Clemente de Alexandria. O autor dos *Philosophumena* fez esta análise pelas obras de Basilides. Não se pode repelir o seu testemunho, nem servir-se dele para aniquilar o que Ireneu e Epifânio e os outros Padres da Igreja, o próprio Clemente de Alexandria, nos dizem dos mitos religiosos de Basilides.

uma variedade da mitologia fundada, como a cabala judaica, sobre abstracções consideradas como realidade. A metafísica de Basilides lembra, pela sua grandeza doentia, a de Hegel. Filiava-se na cosmologia estóica. A vida universal é o desenvolvimento de uma *panspermia;* do mesmo modo que a semente contém o tronco, as raízes, as flores e os frutos da planta futura, do mesmo modo o futuro do universo não passa de uma evolução. A filiação é o segredo de todas as coisas; a espécie é filha do género de que não é mais que um desabrochamento. A soma das aspirações das criaturas totaliza-se no sentido do bem. Opera-se o progresso pelo «espírito limítrofe» que, tendo um pé no mundo real e o outro no idealismo, faz circular a ideia na matéria e a eleva sem cessar. Um quase gemido universal da Natureza solicita o repouso final, que não passará de uma inconsciência geral dos indivíduos no seio de Deus, e na extinção absoluta de todos os desejos. «A boa nova» do progresso trouxe-a ao mundo Jesus, filho de Maria. Já antes d'Ele alguns pagãos de eleição e alguns judeus haviam feito triunfar o elemento pneumático sobre o elemento somático; mas Jesus realizou de um modo integral a separação dos dois elementos, tão bem que em si somente ficou o elemento pneumático. Desta maneira nada podia a morte ter com Ele. Todos os homens O devem imitar e atingir o mesmo fim. Para lá chegar é preciso acolher com fervor a «boa nova», isto é, a gnose transcendente.

Para tornar acessíveis tais ideias, Basilides deu-lhes uma forma cosmogónica, análoga às que eram familiares nas religiões da Fenícia, da Pérsia e da

Assíria. Uma espécie de epopeia divina, tendo por heróis os atributos divinos personificados e cujos episódios representam a luta do bem e do mal.[1] O bem é o Deus supremo, inefável, perdido em si mesmo. Seu nome é *Abraxas.* O ser eterno desenvolve-se em sete perfeições que com Ele formam a divina *ogdoade.* As sete perfeições *Nous, Logos, Sofia,* etc., conjugando-se, deram as ordens dos anjos inferiores (éons, mundos), em número de trezentos e sessenta e cinco. Este número é o resultado das letras do vocábulo «*abraxas*», somadas segundo o seu valor numérico.

Os anjos do último céu, cujo príncipe é Jeová, criaram a Terra que é o pior dos mundos, o mais manchado pela matéria, no modelo fornecido por Sofia, mas subjugado às necessidades que dele fazem um misto de bem e de mal. Jeová e os demiurgos dividiram o governo do mundo e entre si repartiam os povos e as províncias.[2] São eles os deuses locais dos diferentes países. Jeová escolheu os Judeus; é ele um deus invasor, conquistador. A lei, segundo a sua obra, é um misto de ideias e factos materiais. Os outros deuses locais tiveram de guerrear este vizinho agressivo, que, apesar da partilha convencionada, intentou submeter à sua todas as outras nações.

Para terminar a guerra dos deuses, o Deus

---

[1] Este é o processo próprio da mitologia persa. A lembrar a teoria dos *Amschaspands.* Vide J. Darmesteter, *Haurvatât* e *Ameretât,* Paris, 1875; *Ormasd* e *Ahriman,* Paris, 1887, pág. 38 e seg. Comparem-se os *Sephirot* da Cabala.

[2] Comp. Celso, nas Orig., V, 25.

supremo enviou o príncipe dos éons, *Nous*, seu primeiro filho, com a missão de subtrair os homens à tutela dos demiurgos. *Nous* não se encarnou propriamente. No momento do baptismo ligou-se à pessoa do homem Jesus e só o abandonou na crise da Paixão. Segundo alguns discípulos de Basilides, houve uma substituição, e no derradeiro instante foi crucificado Simão da Cirene em vez de Jesus. As perseguições sofridas por Jesus e seus apóstolos por parte dos Judeus dimanavam da cólera de Jeová, que, vendo o seu reino ameaçado, tentava o derradeiro esforço para conjurar os perigos do futuro.

O lugar atribuído a Jesus por Basilides na economia da história mundial não difere essencialmente do que lhe é consignado na Epístola aos Colossenses e no Evangelho pseudo-joânico. Basilides conhecia alguns vocábulos hebraicos e aprendera, com certeza, o seu cristianismo com os ebionitas.[1] Apontava como seu mestre um tal Gláucias, intérprete de S. Pedro.[2] Servia-se do Novo Testamento, como o admitira o consenso geral, excluindo certos livros, particularmente as Epístolas aos Hebreus, a Tito, a Timóteo, admitindo o Evangelho de João.[3] Escreveu vinte e quatro livros de exposições alegóricas sobre o Evangelho, sem que se possa saber ao certo qual lhe serviu de texto. Seguindo o exemplo de todas as seitas que rodeavam a igreja ortodoxa e a sugavam de qualquer maneira, Basilides fabricou livros apó-

[1] O nome *Kavlakav*, por ele dado ao Cristo, vem de Isaías, XXVIII, 10. Cf. *Philosoph.*, V, 8.
[2] Clemente de Alexan., *Strom.*, VII, 17.
[3] *Philos.*, VII, 22, 27.

crifos, tradições esotéricas atribuídas a Matias, revelações atribuídas a personagens quiméricos, Barcaban e Barcof, e profecias de Cam. Parece que, também, como Valentim, compôs salmos e cânticos sagrados.[1] Finalmente, além do comentário sobre os Evangelhos que ele redigiu, havia um Evangelho, diferindo um pouco do de Mateus, e que era da sua lavra. Seu filho Isidoro continuou o seu ensinamento, comentou as suas profecias apócrifas, desenvolveu os seus mitos.[2] Os cristãos, frouxos na sua fé, deixaram-se facilmente imbuir por estes devaneios. Um escritor eclesiástico douto e apreciado, Agripa Castor, foi desde a sua aparição um seu terrível adversário.

A teurgia é geralmente a companheira das intemperanças religiosas. Os basilidianos não intentaram, mas adoptaram as virtudes mágicas da palavra «*abraxas*». Foram muito censurados pela sua inconsciência moral. É certo que, quando se liga tanta importância a fórmulas metafísicas, a boa e simples moral parece coisa banal e quase indiferente. O homem tornado perfeito pela gnose tem liberdade para tudo. Parece que Basilides não dizia assim;[3] mas atribuiu-se-lhe este modo de pensar, e que até certo ponto era a consequência da sua teosofia. A frase que se lhe atribuiu: «Os homens somos nós, os outros não passam de cães e de porcos», não

[1] Passagens de Orígenes, discutidas em Hesse, *Muratori'sche Fragmen.*, pág. 292.
[2] V. frag. em Clemente de Alex., *Strom.*, II, 20; III, 1; VI, 6.
[3] Clemente, *Strom.*, III, 1.

passava da tradução brutal da expressão mais aceitável: «Eu falo por um acima de mil». O gosto do mistério que inebriava a seita, o seu hábito de fugir da luz e de se eximir aos olhos da multidão, o silêncio que se exigia aos adeptos, originavam esses boatos. Havia à mistura muita calúnia. Assim, Basilides foi acusado de sustentar, como os gnósticos, que se podia sem pecado renunciar às crenças pelas quais se era perseguido, prestar-se aos actos, indiferentes por si próprios, que exigia a lei civil, ir até a amaldiçoar o Cristo, dada porém a condição de discriminar no seu espírito a diferença entre o éon *Nous* e o homem Jesus. Ora nós possuímos o texto original de Basilides, e lá achamos uma crítica mais benigna do martírio do que a dos seus adversários. É verdade que, não dando importância ao Jesus real, não havia razão para que os gnósticos se deixassem matar por ela. Não eram senão semicristãos. Talvez que as superstições saídas da seita basilidiana não fossem da responsabilidade de Basilides. Eram muito belas algumas das suas máximas. O seu estilo, pelos trechos que conhecemos, devia ser obscuro e pretensioso.

Valentim foi-lhe com certeza superior. Algo triste, de fria resignação, o sistema de Basilides semelha um pesadelo. Valentim penetra tudo com amor e misericórdia. Tem para ele rebates de alegria a redenção; a sua doutrina foi uma consolação para muitos, e muitos cristãos verdadeiros o adoptaram ou pelo menos o admiraram.

Este iluminado célebre, nado, ao que parece, no baixo Egipto, formou-se nas escolas de Alexandria e aí fez o primeiro ensinamento. Parece que dogmatizou em Chipre. Os seus próprios inimigos confessaram o seu saber e a sua rara eloquência. Atraído pelas grandes seduções do cristianismo e afeiçoado à Igreja, mas eivado de Platão e das recordações da erudição profana, não se contentou com a nutrição espiritual que os pastores ministravam aos simples; queria alguma coisa de mais elevado. Concebeu uma espécie de racionalismo cristão, um sistema geral do mundo, onde o cristianismo tinha um lugar primacial, mas que ainda não seria tudo. Esclarecido, tolerante, admitia uma revelação tanto para os Judeus como para os Pagãos. Mil coisas no ensinamento da Igreja lhe pareceram grosseiras e inadmissíveis aos olhos de espíritos cultos. Apodava os ortodoxos de «galileus», com uma ponta de ironia. Como quase todos os gnósticos, negava a ressurreição dos corpos, ou melhor, sustentava que a ressurreição para os perfeitos, consistindo no conhecimento da verdade, só a alma se podia salvar.

Se Valentim se limitasse a alimentar internamente estes pensamentos, a falar com os seus amigos, a não frequentar a Igreja senão na medida correspondente aos seus sentimentos, a sua situação seria altamente correcta. Mas ele quis mais; queria pelas suas ideias ter importância na Igreja; e isso fora um erro; porque a ordem de especulação em que se comprazia não era aquela que a Igreja devia animar. O fim da Igreja era morigerar, diminuir o sofrimento do povo, e não a ciência nem tão-pouco a filosofia. Valentim deveria contentar-se com ser um filósofo. Longe disso, procurava, como os eclesiásticos, angariar discípulos. Quando se insinuava na confiança de alguém, propunha-lhe diversas ques-

tões para lhe evidenciar o absurdo da ortodoxia. Tentava demonstrar que havia coisa muito melhor; e essa verdade superior demonstrava-a com mistério. Às objecções, finalizava a discussão com um ar significativo: «Que vós não passareis de um simples fiel». Assim eram também os seus discípulos. Quando os interrogavam, franziam o sobrecenho, contraíam o rosto e escusavam-se dizendo: «Profundeza»! Instados, afirmavam, entre ambiguidades, a fé comum, e depois, volvendo às confissões, diziam: «Vós não entendeis nada».

Já a essência do catolicismo fora não tolerar aristocracias de qualquer espécie, nem as da filosofia altiva nem as da santidade pretensiosa. Era muito falsa a posição de Valentim. Para ser aceite pelo povo, adaptava os seus discursos aos da Igreja; mas os bispos estavam de prevenção e excluíam-no. Os simples fiéis deixavam-se levar, murmurando até dos bispos, por excluírem da comunidade tão bons católicos. Inútil simpatia! porque já o episcopado cercara a Igreja por todos os lados. Valentim era deste modo o pretendente infeliz ao ministério pastoral. Escrevia cartas, homilias, hinos de uma elevada moral. Os trechos que se conhecem têm convicção e brilho; mas é bastante bizarra a fraseologia. Lembra a mania dos sansimonianos, que urdiam grandes teorias numa linguagem abstracta, para exprimir realidades quase mesquinhas; não havia no seu sistema geral a aparência de bom senso que triunfa nas multidões. O pretenso Evangelho de João, com as suas combinações muito mais simples do *Logos* e do Paracleto, tinha um melhor destino e mais seguro êxito.

Valentim, como todos os gnósticos, parte de uma metafísica, cujo princípio fundamental estabelece que Deus se manifesta por emanações sucessivas e das quais a mais humilde é o mundo. O mundo é uma obra muito imperfeita para um obreiro infinito; é a cópia miserável do modelo divino. No começo é o abismo *(Bythos)* inacessível, insondável, também chamado *Proarché, Propator*. Seu eterno companheiro é o silêncio *(Sigé)*. Passados séculos de solidão e de contemplação muda do seu ser, o Abismo quer produzir-se exteriormente e origina, com a sua esposa, um primeiro par, uma *sizígia, Noûs* ou *Monogenes* e *Aletheia* (Verdade); estes concebem a seu turno *Anthropos* e *Ecclesia.*[1] Com o par primordial, estas três sizígias formam a agdoade, e com outras sizígias emanadas do *Logos* e de *Zoé*, de *Anthropos* e *Ecclesia*, o *pleroma* divino, a plenitude da divindade, doravante consciente de si própria. Esses pares isolam-se da perfeição à medida que se afastam da origem primitiva; ao mesmo tempo o amor da perfeição, a saudade, o desejo de volver ao princípio original, despertam-se em seu seio. *Sofia*, especialmente, tenta audaciosamente atingir *Bythos*, invisível, que só se manifesta pelo seu *Monogene* (filho único). Extenua-se e adelgaça-se incessantemente para abraçar o invisível; levada pela doçura do seu amor, está quase a ser absorvida por *Bythos*, a ser destruída. O pleroma inteiro vive na confusão. Para restabelecer a harmonia, *Noûs* ou *Monogene* engendra *Christos* e *Pneuma*, que pacificam os deuses e

[1] Compare-se a tríade hermética: «Deus, o Mundo e o Homem». *Asclepios*, 6.

disseminam a igualdade entre eles. Então, reconhecidos a *Bythos*, que os apaziguou, os éons deliberam comummente ceder o que têm de mais perfeito, e formam o éon Jesus, o primeiro nado da criação, como o Monogene o fora o primeiro da emanação. Jesus é assim uma esfera inferior ao que o *Christos* fora no pleroma divino.

Em consequência dos ardores da sua paixão insensata, *Sofia* produzira uma espécie de aborto hermafrodita e inconsciente, *Hakamoth,*[1] denominado também *Sofia Prunicos* ou *Prunice* que, expulsa do pleroma, se agitava no vácuo e na noite. Tocado de piedade por este ser infeliz, *Christos,* apoiado no *Stavros* (cruz), auxilia-a e dá ao éon falhado uma forma determinada de consciência; mas não lhe dá a ciência, e *Hakamoth,* afastada ainda do pleroma, arremessa-se nos espaços. Livre à violência dos seus desejos, ela concebe a alma do mundo, as substâncias psíquicas e a matéria. Alternam nelas as agonias com as esperanças. Ora teme o seu aniquilamento; ora desvanecem-na as lembranças do seu passado. As suas lágrimas criaram o elemento húmido, o seu riso foi a luz, a sua tristeza a matéria opaca. Finalmente, o éon Jesus veio salvá-la; e, no seu êxtase, a pobre criatura concebeu o elemento pneumático, o terceiro dos elementos constitutivos do mundo. Mas *Hakamoth* ou *Prunice* não descansa; a agitação é a sua essência; há nela como que o trabalho de Deus; produzir é toda a lei do seu ser; sofre um eterno fluxo de sangue. Concentra-se a

[1] Vocab. hebraico, *Sabedoria.*

parte má da sua actividade nos demónios; a outra parte, reunida à matéria, deixa nesta o gérmen de um fogo que a devorará um dia.

Criou Hakamoth com o elemento psíquico o Demiurgo, instrumento para a organização dos restos dos seres. O Demiurgo cria os sete mundos e o homem no último dos mundos. Mas, surpresa! no homem revela-se um princípio superior e divino; é o elemento pneumático, que, por descuido, Hakamoth pusera na sua obra. O criador tem ciúmes da sua própria criatura; arma-lhe uma cilada (a interdição de comer o fruto proibido); o homem deixa-se iludir. Perder-se-ia para sempre se não fosse a sua mãe Hakamoth pela sua extremosa afeição. Faz-se a redenção de cada mundo por um salvador especial. O salvador do homem foi o éon Jesus, revestido do princípio pneumático por Hakamoth, do princípio psíquico pelo Demiurgo, do princípio material por Maria, identificado finalmente com o *Christos,* que no dia do seu baptismo, desceu até ele na forma de uma pomba e só o deixou depois da condenação de Pilatos. Perseverará em Jesus o princípio pneumático até à agonia na cruz. Só sofrerão o princípio psíquico e o princípio material; elevar-se-ão ao Céu pela Ascensão. Antes de Jesus houve gnósticos; mas Jesus veio para os unir e formar uma Igreja pelo Espírito Santo. A Igreja não tem corpos nem almas; compõe-se de espíritos; só os gnósticos a constituem. No fim do mundo a matéria será devorada pelo seu fogo interior; reinará o Cristo em vez do Demiurgo e Hakamoth entrará definitivamente no pleroma, já agora pacificado.

Dividem-se os homens, pela sua natureza e inde-

pendentemente dos seus esforços, em três categorias, segundo dominam neles o elemento material, o elemento psíquico ou animal e o elemento pneumático. Os homens materiais, votados irremissìvelmente às obras da carne, são os pagãos; os homens psíquicos são os simples fiéis, o comum dos cristãos; podem, pela sua essência intermediária, elevar-se ou decair, perderem-se na matéria ou confundirem-se no espírito. Os homens pneumáticos são os gnósticos, quer sejam cristãos ou judeus, como os profetas, ou pagãos, como os sábios da Grécia. Reunir-se-ão um dia os pneumáticos ao pleroma.[1] Os materiais morrerão completamente; os pneumáticos serão condenados ou salvar-se-ão, conforme as suas obras. O culto externo é um símbolo, bom para os psíquicos e inútil para os puros contemplativos. Erro eterno das seitas místicas, pondo a iniciação das suas quimeras acima das boas acções que fingem deixar aos simples! Lá está a razão por que a gnose, faça o que fizer, atinge a indiferença pelas obras, o desdém pela virtude prática, isto é, a imoralidade.

Há por certo alguma coisa de grande nestes mitos estranhos. Quando se trata do infinito, das coisas que se não podem saber senão parcialmente às escondidas, ou que se não exprimem sem as falsificar, ainda o *pathos* tem seus encantos; deleita como as poesias um pouco corruptas cujo sentido é censurável, mas que ainda assim deleitam. A história mundial, concebida como a agitação de um embrião

[1] Fragm. de uma homilia de Valentim, em Clem. de Alex. *Strom.*, IV, 13.

que procura a vida, que penosamente atinge a consciência, que tudo perturba pelas suas convulsões, mas com elas fomentando o progresso e a realização dos vagos instintos do ideal, tais as imagens remotas das que nós escolhemos algumas vezes para exprimir o nosso ponto de vista sobre a vastidão do infinito. Mas tudo isto é irreconciliável com o cristianismo. Esta metafísica de sonhadores, esta moral de solitários, este orgulho bramânico, que produziria, se o deixassem à solta, o regímen das castas, mataria a Igreja, se esta se lhe não antecipasse. Não foi sem razão que a ortodoxia manteve uma posição média entre os Nazarenos, que só viam em Jesus a natureza humana, e os gnósticos, que só viam n'Ele a natureza divina. Valentim ria-se do eclectismo sincero que levava a Igreja à conjuração de dois elementos contrários.[1] Tinha razão a Igreja. Não há termo médio entre a razão e o livre-pensamento. «Falam como a Igreja, diz Ireneu, mas pensam de outro modo». Triste jogo! Pelas mesmas razões de Basilides, fraudou Valentim hipocritamente. Para se libertar da cadeia apostólica, intentou ligar-se às tradições secretas, a um ensinamento esotérico, que Jesus não poderia comunicar aos mais espiritualistas dos seus discípulos. Valentim afirmava que essa doutrina a recebeu de um tal Teodas, discípulo de Paulo.[2] É o que ele chamava o Evangelho da verdade. Em todo o caso o seu Evangelho aproximava-se muito do dos ebionitas.[3] A duração do período

[1] Frag. de Fócio, cod. CCXXX.
[2] Clem. de Alex. *Strom.*, VII, 17.
[3] Valentim conhecia o quarto Evangelho. *Phil.*, VI, 35.

das aparições de Jesus ressuscitado era de dezoito meses.

Esses esforços desesperados para conciliar em Jesus, Deus e o homem, derivavam das dificuldades inerentes ao próprio cristianismo. Com efeito o trabalho que agitava a consciência cristã no Egipto também se produzia na Síria. O gnosticismo surdiu na Antioquia ao mesmo tempo que na Alexandria. Saturnino ou Saturnilo,[1] que foi, ao que se diz, discípulo de Menandro, como Basilides, emitiu ideias análogas às deste e ainda mais eivadas do dualismo persa. Os dois pólos do universo são o pleroma e a matéria, Bythos e Satanás. O reino do bem e do mal tem confins onde se confundem. Foi nesses limites que nasceu o mundo, dos sete últimos éons ou demiurgos, errantes nas terras de Satã. Esses éons (Jeová é um deles) dividiram o governo da sua obra e cada um deles apreendeu um planeta. Não conheceram a inacessível Bythos; mas Bythos é-lhes favorável, revelando-se pela irradiação da sua beleza e ocultando-se em seguida ante a sua admiração. A imagem divina persegue-os incessantemente e foi por essa imagem que eles criaram o homem.

O homem saído das mãos dos demiurgos era matéria. Rastejava como um verme e não tinha inteligência. Dá-lhe a verdadeira vida uma centelha do pleroma. Pensa e ergue-se sobre os seus pés. Satã encoleriza-se e tenta opor ao homem regenerado, misto dos demiurgos e de Deus, um homem saído somente dele. Ao lado da humanidade divina, há hoje uma humanidade satânica. Por desgraça revol-

[1] Esta segunda fórmula é comum nas inscrições.

tam-se os demiurgos contra Deus e separam a criação do espírito superior onde ela deve haurir a vida. A centelha divina não circula do pleroma para a humanidade nem da humanidade para o pleroma. O homem é votado ao mal e ao erro. Cristo salva-o suprimindo a acção do deus dos Judeus; mas a luta dos homens do bem e dos homens do mal continua. Os bons são os gnósticos; a alma está toda neles; e por isso vivem eternamente. O corpo, esse não poderia ressuscitar e por isso está condenado a morrer. O que propaga o corpo propaga o império de Satanás; portanto o casamento é uma obra nefasta. Enfraquece no homem o princípio divino, subdividindo infinitamente este princípio.

Vê-se bem que todas as seitas tinham uma grande dificuldade em dar à moral uma assentada estável. Evitavam com dificuldade o escolho dos desregramentos secretos e das acusações de infâmia. A Alexandria não se susteve neste terreno escorregadio. Era seu destino ver despontar no seu seio todas as doenças na época do seu maior fastígio. Daí houve Carpócrates as consequências de uma péssima filosofia que tinha todos os exageros de um supernaturalismo intemperante, baldeando o homem do ascetismo para a imoralidade e raras vezes equilibrando-o no justo meio termo da razão. Não recuaram Carpócrates nem seu filho Epifânio diante dos excessos do misticismo sensual, proclamando a indiferença dos actos, a comunidade das mulheres, a santidade das perversões, como outros tantos meios de livrar o espírito da carne. Esta libertação do homem espiritual, que arranca a alma aos maus demiurgos para a unir ao Deus supremo, foi a obra de sábios como

Pitágoras, Platão, Aristóteles, Jesus, etc. As estátuas destes sábios eram adoradas, coroadas, ofereciam-lhe incenso e até sacrifícios. Jesus, filho de José, fora, segundo Carpócrates, o homem mais justo do seu tempo. Tendo praticado o judaísmo, reconheceu-lhe a vaidade, e libertou-se por esse acto de desdém. A nenhum se interdiz o igualá-lo ou excedê-lo até em santidade. A sua ressurreição é um impossível; só a sua alma entrou no Céu; o seu corpo quedou na terra. Os apóstolos Pedro, Paulo e os outros não foram inferiores a Jesus. Mas se se pudesse chegar ao mais completo desprezo pelo mundo dos demiurgos, isto é, pela realidade, eles seriam sobreexcedidos. Pretendiam os carpocráticos exercer esse poder por meio da magia, dos filtros, dos malefícios. É claro que eles não eram verdadeiros membros da Igreja de Jesus. Esses sectaristas apelidavam-se, contudo, cristãos, o que desolava os ortodoxos.[1] Passavam-se nos seus conventículos abominações do género das que os caluniadores dos cristãos atribuíam aos fiéis, e essa usurpação do nome só servia para enraizar nos fiéis os mais deploráveis prejuízos.

Longe da complacência por estes mistérios culposos, a Igreja só se horrorizava com eles. Aplicou-lhes os mais veementes anátemas existentes nos textos sagrados. Lembra-se o que se disse no Apocalipse contra os nicolaítas. O nome de nicolaítas, na intenção do vidente de Patmos, designa provavelmente os partidários de S. Paulo; em todo o caso, tal designação nada tem de comum com o diácono Nicolau, um dos sete da Igreja primitiva de Jerusalém. Mas acreditou-se ràpidamente essa falsa identificação. Atribuíam-se ao pretenso heresiarca histórias análogas à dos carpocratianos. Produziam-se por toda a parte imensas aberrações. Não havia paradoxo que não tivesse defensores. Havia quem defendesse Caim, Esaú, Coré, os Sodomitas e o próprio Judas. Jeová era o mal, o tirano cheio de ódio; era um acto de bondade afrontar as suas leis. Paradoxos literários, como há trinta ou quarenta anos era moda glorificar os criminosos, supondo-os em revolta heróica contra o mal social. Houve um Evangelho de Judas. Dizia-se, desculpando-o, que ele traíra Jesus com boa intenção, por haver descoberto que o seu mestre queriar falsear a verdade. Explicava-se a conduta do traidor por um motivo de interesse para a humanidade. As potências do mundo (Satã e os seus súbditos) intentavam impedir a obra de salvação evitando a morte de Jesus. Judas, que sabia quão vantajosa seria a morte de Jesus numa cruz, quebrou o encanto e entregou-o aos seus inimigos. Foi assim o pneumático mais puro. Estes cristãos tiveram o nome de cainitas. Ensinavam como Carpócrates, que, para obter a salvação, era preciso cometer todas as acções, e, de qualquer modo, esgotar as experiências da vida; a perfeição do homem consistia em cometer arrojadamente as obras mais tenebrosas. Cada acção tem um anjo que a ela preside; ao praticá-la invocavam o anjo. Os seus livros eram dignos dos costumes. Tinham o Evangelho de Judas e outros escritos para

---

[1] Justin., *Apol. I*, 4, 26; *Dial.*, 35. Justin., sem afirmar as suas infâmias, não deixa de acreditar nelas.

exortar a destruir a obra do Criador, um outro livro, a *Ascenção de S. Paulo*, parece que cheio de abominações.

Aberrações sem alcance verdadeiro e que os gnósticos sérios repeliam como ortodoxos. Grave era, porém, a destruição do cristianismo, base de todas as especulações. Suprimia-se realmente a Jesus vivo; ficava um fantasma de Jesus sem eficácia para a conversão do coração. Ao esforço moral substituía-o uma pretensa ciência; o sonho ocupava o lugar das realidades cristãs; cada um se julgava no direito de inventar à sua vontade um cristianismo de fantasia, tirado dos dogmas e livros anteriores. Não era já o cristianismo, era um parasita que intentava inculcar-se como ramo da árvore da vida. Jesus já não era um facto esporádico;[1] era uma das aparições do espírito divino. O fundo de todos os erros era o docetismo por dar só aparência à vida humana de Jesus. Moderado em Basilides e Valentim, é absoluto em Saturnino; e em Márcion toda a passagem mundana do Salvador não passa de uma pura aparição.

A ortodoxia resistirá a estes devaneios perigosos, deixando-se às vezes levar pelo que eles têm de sedutor. Espalhavam-se os evangelhos por vezes com ideias novas. O «Evangelho de Pedro» era a expressão do puro docetismo. O «Evangelho segundo os Egípcios», uma remodelação pautada nas ideias da teosofia alexandrina do «Evangelho segundo os

[1] A doutrina dos sucessivos Cristos já aparece nos elkasaístas. *Philo.*, X, 29.

Hebreus».[1] Lá se condena a união dos sexos. O Senhor, interrogado por Salomé sobre a chegada do seu reino, respondeu: «Quando calcarem aos pés os restos do pudor, quando dois fizerem um só, quando o exterior for semelhante ao interior, quando o macho, unido à fêmea, já não for nem macho nem fêmea».[2] Interpretadas segundo as regras do vocabulário de Fílon, estas palavras singulares significam que, no fim da humanidade, o corpo se espiritualizará e entrará na alma, de tal modo que o homem será somente puro espírito. As «túnicas de pele» com que Deus cobriu Adão serão inúteis; reinará de novo a inocência primitiva.

[1] *Evangelhos.* Confundem-se às vezes com o Evangelho de Basilides.

[2] Clem. de Alex., *Strom.*, III, 6, 9, 13, pretensa Epístola de Clemente Romano, ch. 1º

CAPÍTULO XI

A ÚLTIMA REVOLTA DOS JUDEUS

Depois de uma permanência em Roma, longa de dois anos, Adriano sentiu-se aborrecido com tão lato repouso e de novo delineou mais viagens. Visitou primeiro a Mauritânia, e depois pela segunda vez seguiu a caminho do Oriente. Em Atenas quedou um ano, consagrando os edifícios mandados construir na sua primeira viagem; foi um festival seguido para a Grécia. Reviviam as recordações clássicas; Adriano fixava-as por monumentos e cipos, edificando templos, academias e bibliotecas. Antes do seu derradeiro momento o mundo velho volvia em romagem aos seus lugares de origem e parecia celebrar as derradeiras panegírias. A estas solenidades inofensivas presidia o imperador; divertimento restrito para cabeças ocas e ociosas.

O augusto viajante retomou em seguida o itinerário do Oriente, visitou a Arménia, a Ásia Menor, a Síria e a Judeia. A avaliar pelas exterioridades.

foi recebido como um deus. Novos cunhos de moeda celebrizavam as boas-vindas de cada província.[1] Ainda existem os da Judeia. Mas que mentira! Subjacente à legenda ADVENTIVI AVG. IVDAEAE, vê-se o imperador, numa atitude nobre e digna, acolhendo benevolamente a Judeia que lhe apresenta os seus filhos. Já se sente no imperador a atitude doce e filosófica dos Antoninos, lembrando a personificação da civilização calma, morigerando o fanatismo. Na frente vão crianças levando palmas. No centro um altar pagão e um touro simbolizam a reconciliação religiosa. A Judeia, com uma pátera na mão, parece tomar parte no sacrifício em preparação.[2] E é assim que o optimismo oficial esclarece os monarcas. No fundo cada vez se acentuava mais a oposição entre o Oriente e o Ocidente, e não era lícita a dúvida ao imperador, dada a evidência de certos sinais, sentindo-se por vezes abalado no seu eclectismo benévolo.

Da Síria, Adriano seguiu para o Egipto, por Petra. Aumentava cada vez mais o seu mau humor e o seu descontentamento pelos orientais. Anos antes o Egipto tinha-se insurreccionado. O renascimento dos velhos cultos, alastrando por toda a parte, fermentou ali também. Já há muito que se não via um Ápis; já caíam no olvido essas quimeras, quando de repente um grande clamor se ouviu; aparecera o miraculoso animal; disputavam-no, todos o queriam. No Egipto o cristianismo não era tão rigoroso como

---

[1] Esses cunhos, com as letras S. C., parecem feitos em Roma, ou por balancés trazidos pelo próprio imperador.

[2] Eckhel, VI, págs. 495-496; Cohen, n.os 606-610; Madden, págs. 212-213.

nos outros sítios; andavam com ele muitas superstições pagãs. Adriano divertia-se imenso com estes devaneios. Chegou até nós uma linda carta escrita por ele a seu cunhado Sérvio:[1]

«O Egipto que tu me elogiaste, caro Sérvio, acho-o versátil, suspenso num fio, volteando a cada aragem da moda. Ali, os adoradores de Serápis são simultaneamente Cristãos, e os bispos do Cristo devocionam Serápis. Não há presidente de sinagoga judaica, nem samaritano, nem padre cristão, que não acumule as suas funções com as de astrólogo, adivinho e charlatão. O próprio patriarca,[2] quando vem ao Egipto, vê-se obrigado a adorar Serápis para condescender com uns, e ao Cristo para condescender com outros. Raça sediciosa, fútil e impertinente! Cidade opulenta, rica, produtora, em que não há vadios.[3] Uns sopram o vidro, outros fabricam papel, outros são tintureiros. Todos têm profissão. Os gotosos trabalham; os míopes têm emprego; não estão sem afazeres os cegos nem os manetas. O seu deus é o dinheiro. É esta a divindade que cristãos, judeus e todos adoram. É lamentável que haja tão pouca moderação nos costumes, numa cidade seguramente digna, pela sua produção, pela sua grandeza, de ser a capital do Egipto. Tudo lhe concedi; os antigos privilégios e ainda outros mais. Obriguei-os

---

[1] Vopiscus, *Saturninus*, 8. Vopiscus encontrou-a no Flégon. Eu segui a edição de Peter. É inconcebível que se tivesse levantado dúvidas acerca da autenticidade deste documento, de tão fina estilização, que traz tão clara a maneira literária do seu autor e que não desperta interesse de falsificações. Se ela fosse uma fraude cristã, como poderia ela iludir Flégon, secretário de Adriano? Como poderiam os cristãos inserir essa fraude nos apanhados, essencialmente pagãos, de Flégon e da *História de Augusto?*

[2] Naturalmente o *ab-beth-din judeu,* que Adriano viu na Palestina.

[3] Naturalmente Alexandria.

a agradecerem-me enquanto lá estive; mas logo que parti começaram a dizer mal de meu filho Vero;[1] e acerca de Antínoo aquilo que tu sabes,[2] segundo penso. Por única vingança desejo que comam eternamente as suas galinhas fecundadas de um modo impróprio de dizer-se. Aí te mando os copos *ailassontes* (de cores movediças) que me ofereceu o sacerdote do Templo; são especialmente dedicados a ti e à minha irmã. Serve-te deles nos jantares de gaia e acautela-te de modo que o Africano não faça deles um uso exagerado.»

Do Egipto, Adriano regressou à Síria. Aí saltearam-no disposições pouco amigáveis. Subia a audácia. Foi mal recebido em Antioquia; voltou a Atenas onde foi informado de acontecimentos gravíssimos. Pela terceira vez recorriam os Judeus às armas. Parecia recomeçar o acesso de loucura furiosa do ano 117. Mais que nunca Israel odiava a polícia romana. Todo o malfeitor revoltado era um santo; todo o salteador um patriota. Parecia traição prender os ladrões. «Vinagre, filho do vinho, dizia um rabino a um judeu, cujo cargo era prender malfeitores, para que denuncias os filhos de Deus?» Elias encontra esse bom polícia e aconselha-o a deixar depressa o seu odioso mister.

Parece que a autoridade romana andou mal. Fora a administração de Adriano cada vez menos tolerante para com as seitas orientais de que o imperador se ria. Para certos legisladores a circuncisão

[1] Ainda não adoptara Vero; mas em família podia usar esse tratamento em consequência de compromissos que Sérvio devia conhecer. A aproximação com Antínoo confirma esta asserção.

[2] Os manuscritos dizem *Antoninus*.

era, como a castração,[1] uma sevícia[2] digna de castigo. Foi proibida. Os casos em que os que haviam praticado o epispasmo eram forçados pelos fanáticos a circuncisar-se novamente, talvez originassem essas perseguições. Até onde foi a justiça imperial neste mau caminho tão contrário à liberdade de consciência? Ignoramo-lo. Não era por certo Adriano homem de excessos. Na tradição judaica recai todo o odioso destas medidas sobre Tineio Rufo, ao tempo legado pró-pretor da província da Judeia e a quem os descontentes mudaram o nome para *Tyrannus Rufus.*

Estas exigências, às quais era fácil escapar em casos que só importavam às famílias piedosas, como os casos relativos à circuncisão das crianças, não foram a causa principal da guerra. O que realmente revolucionou os Israelitas foi o horror da transformação de Jerusalém, ou melhor, os progressos de construção da Aelia Capitolina. A vista de uma cidade pagã, erguida sobre as ruínas da cidade santa, o recinto do templo profanado, os sacrifícios pagãos, os teatros edificados com as pedras do edifício venerado, os estrangeiros habitando a cidade amada por Deus, tudo isto era para os Judeus o cúmulo da provocação e do sacrilégio.

Em vez de volver a esta Jerusalém profana, eles fugiam dela como de uma abominação. Mais do que nunca o sul da Judeia era terra judaica. Aí se construíram fortes burgos, podendo defender-se, graças

[1] Suetónio, *Dom.*, 7; Iron Cassius, LXVII, 2; Euséb., *Chron.*, an. de Dom., etc.

[2] Os Romanos foram sempre muito contrários a esta prática do Oriente.

à disposição das casas, as quais se agremiavam compactamente nas cumeadas das colinas. Beter fora para os Israelitas destas paragens como que uma nova cidade santa, equivalente de Sião. Os fanáticos arranjaram armas por um estratagema curioso. Deviam eles fornecer aos Romanos uma certa quantidade de utensílios guerreiros; fabricavam-nos mal para serem rejeitados e para que as armas não aceites lhes ficassem nas mãos. Sem fortificações aparentes, construíram imensos subterrâneos. Completou-se a defesa de Beter com obras avançadas de cascalho. A engrossar a massa dos revoltosos acorriam os judeus do Egipto e da Líbia.

É preciso fazer justiça às pessoas esclarecidas da nação, que se afastaram de um movimento que revelava uma prodigiosa ignorância do mundo e uma completa cegueira. Mostravam-se os fariseus geralmente desconfiados e reservados. Muitos doutores fugiram para a Galileia e para a Grécia, evitando assim o temporal que avançava. Havia alguns que afirmavam alto e bom som a sua fidelidade ao Império, atribuindo-lhe até uma certa legitimidade. O rabi Josué ben Hanania parece que contribuiu largamente, até à sua extrema velhice, no sentido da conciliação; mas depois da sua morte, assim o afirmam os talmudistas, já não se atenderam os seus prudentes conselhos. Deu-se nesta circunstância o que sucedera sempre desde um século; o povo, facilmente ilusionado por esperanças messiânicas, avançava sempre, contra a vontade dos doutores; estes só pensavam na sua casuística e se morriam não era combatendo, mas evitando o não cumprimento da Lei.

Mais ainda resistiram os cristãos à tentação. Ainda que a revolta pudesse lisonjear as paixões de alguns deles contra o Império Romano, susteve-os no declive perigoso a desconfiança instintiva por tudo o que dimanava da fanática Israel. Os cristãos já haviam adoptado a sua linha de conduta. A sua forma de resistência ao Império não era a luta, mas o martírio. Eram muitos na Judeia; diferençando-se dos judeus ortodoxos, podiam muito bem viver na Aelia. Naturalmente os Judeus tentaram arrastar estes quase compatriotas; mas os discípulos de Jesus estavam muito longe da política terrestre. Jesus enterrara para sempre as esperanças de um patriotismo e de um messianismo materiais. O reino de Adriano estava longe de ser desfavorável às Igrejas. Portanto elas não deram sinal de si! [1] Ergueram-se até vozes predizendo aos Judeus as consequências da sua obstinação e do extermínio em que se precipitavam.

Todas as revoltas judaicas se prendiam com as esperanças messiânicas; mas nunca se vira um personagem a representar o Messias. Foi o que sucedeu desta vez. Sob a influência das doutrinas cristãs e à imitação de Jesus, apareceu um personagem, como o enviado celeste, tão desejado, e conseguiu seduzir o povo. É através de uma penumbra que nós podemos ver a história do extravagante episódio. Só os Judeus nos poderiam dizer qual foi o pensamento íntimo, o móbil dos agitadores; mas deles houvemos, unicamente, imagens confusas, como a memória de um homem que tivesse sido acometido

[1] Justin., *Apol. I*, 31; Eusébio, *Chron.*, no ano 17 de Adriano.

pela loucura. José já não existia. Barcoquebas, como lhe chamam os cristãos, é um problema insolúvel e sobre o qual a imaginação não pode exercitar-se com probabilidades de êxito para o restabelecimento da verdade.

O nome de seu pai ou do local do seu nascimento foi Coziba; e nunca se lhe chamou senão «filho de Coziba» (*Bar* ou *Ben-Coziba)*. Ignora-se o seu nome próprio. Talvez que os seus partidários ocultassem o seu verdadeiro nome e o de sua família, com um interesse messiânico. Parece ter sido sobrinho do R. Elezaro de Modin, agadista de grande fama, que vivera muito com o R. Gamaliel II e com os seus companheiros.[1] Talvez que a memória dos Macabeus, ainda palpitante em Modin, e consagrada por um monumento soberbo, excitasse em Bar-Coziba o sentimento patriótico. Não há dúvidas sobre a sua coragem; mas a penúria de informes históricos não nos deixa ir além. Foi sério o que ele sentiu? Tinha entusiasmo religioso, fanatismo? Seria um messianista retardado mas convicto? Ou seria este personagem equívoco um charlatão, um imitador sem senso de Jesus, um impostor grosseiro, um celerado, como o querem Eusébio e S. Jerónimo?[2] Ignoramo-lo. Só uma circunstância prevaleceu em seu favor e foi a de ele ter obtido a adesão do principal doutor judeu da época, que, pelos seus hábitos espirituais, mais se deveria afastar das quimeras de um embusteiro; falamos do rabi Aquiba.

[1] Midrash, *Eka*, II, 2 (Derenbourg, pág. 424).
[2] *In Ruf.*, III, 34, concebido segundo Isaías, XI, 4. O charlatanismo atribuído por S. Jerónimo a Bar-Coziba aparece muitas vezes nas tradições do Oriente.

Havia já vários anos que o rabi Aquiba fora a primeira autoridade entre os Judeus. Comparavam-no a Esdras e a Moisés. Geralmente os doutores não iam muito com os agitadores populares. Ocupados nas suas discussões, punham todo o destino de Israel na observância da Lei; os sonhos messiânicos reduziam-se ao ideal mosaísta realizado por devotos escrupulosos. Como pôde levar Aquiba o povo, cuja confiança captou, a um verdadeiro acto de loucura? Talvez que conseguissem abalá-lo a sua origem plebeia e as suas tendências democráticas para contradizer a tradição saduceia. Talvez também que o absurdo da exegese o afastasse da rectidão prática. Nunca impunemente se brinca com o bom senso nem se põem à prova molas espirituais, com risco de as quebrar. Parece, em todo o caso, que o facto foi certo. Por mais abstruso que pareça, Aquiba reconheceu o messianismo de Bar-Coziba. Deu-lhe, por assim dizer, a investidura diante do público, entregando-lhe solenemente o bastão do comando, pegando-lhe no estribo, quando ele montou no seu cavalo de batalha, para inaugurar o reino de Messias. Este nome de Bar-Coziba era infeliz; prestava-se a alusões pouco lisonjeiras.[1] Ao sagrá-lo como o salvador predestinado de Israel, Aquiba, segundo a tradição, aplicou-lhe o versículo dos *Números*, XXIV, 17: «Nascerá uma estrela *(kokab)* de Jacob» — versículo ao qual se atribuía um sentido messiânico. E assim se mudou o nome de *Bar-Coziba* em *Bar-Kokaba*, «o filho da estrela».

[1] O radical *kzb*, em todas as línguas semíticas significa «mentir».

Bar-Coziba, reconhecido como o homem que, embora sem título oficial, mas por aceitação geral, era o guia religioso do povo israelita, arvorou-se em chefe da revolução e decidiu a guerra. Ao princípio os Romanos não ligaram importância a esta agitação. Pouco atraiu Beter as suas atenções, pela sua posição remota e afastada das grandes estradas; mas abriram os olhos logo que o movimento invadiu a Judeia e que os Judeus se juntaram em grupos ameaçadores. Multiplicavam-se os ataques e as emboscadas contra a força romana e alastravam os assassinatos. Além disso, o movimento, como em 68 e em 117, tendia a comunicar-se ao Oriente. Os salteadores árabes, vizinhos do Jordão e do mar Morto, vivendo anarquicamente pela destruição do reino de Petra, entreviram a perspectiva da pilhagem da Síria e do Egipto. Era geral o movimento. Os que praticavam o epispasmo, para escapar à capitulação, volveram a fazer uma operação dolorosa para não serem excluídos das esperanças de Israel. A crença do advento dos tempos messiânicos chegou ao ponto de alguns pronunciarem o nome de *Jeová* tal como ele se escreve.

Os conjurados dissimularam enquanto Adriano esteve no Egipto e na Síria; mas logo que partiu para Atenas, rebentou a revolta. Fez-se circular que o imperador fora atacado de lepra. Aelia, com a sua colónia romana, estava fortemente defendida;[1] a *Legio Decima Fretensis* conservava-se aí de guarnição; e com certeza que ficou livre a estrada entre

[1] Vide apêndice.

Aelia e Cesareia, cidade que era o centro do domínio romano. Por isso Aelia nunca sofreu a insurreição. Eram fáceis as comunicações, graças à cintura de colónias estabelecidas a oeste e ao norte da cidade e sobretudo às praças de Nicópolis e Lida, seguras para os Romanos.

É provável que a revolta, na sua marcha para o Norte, não passasse de Beter e não atingisse Jerusalém. Mas todos os burgos da Judeia, que não tinham guarnição, proclamaram a independência de Israel. Beter, particularmente, transformou-se numa espécie de pequena capital, uma Jerusalém em expectativa, junto da grande, que em breve se anelava conquistar. Formava a testa de linha, comandando os vales do país insurrecto e quase inexpugnável pelos trabalhos colossais cujas ruínas ainda hoje se vêem.[1]

A questão monetária foi o primeiro cuidado dos insurrectos. Um dos suplícios dos Judeus era serem obrigados a lidar com dinheiro que tinha cunhada a efígie do imperador e no anverso as imagens idolátricas. Procurava-se para as ofertas religiosas, quer as moedas dos príncipes asmoneus, ainda em circulação no país, quer as da primeira revolta, imitação do cunho asmoneu. A nova insurreição carecia de meios e não possuía instrumental para emitir novos tipos. Limitou-se a retirar da circulação as peças do tipo dos Flávios e de Trajano e de as cunhar com tipos ortodoxos[2] que o povo conhecia e que tinham para ele significado nacional. Alguns cunhos

[1] Clermont-Ganneau, esclarecimento oral.
[2] Cf. Talmude da Babilónia, *Aboda zara*, 52 *b*.

antigos facilitaram a operação. Para esta falsificação escolheram-se as belas moedas de Simão Macabeu, o primeiro príncipe judeu que cunhou dinheiro. Pela sua data, que era a da «liberdade de Israel» ou de «Jerusalém», estas moedas estavam a calhar. Mais apropriadas ainda eram aquelas em que se via o templo encimado por uma estrela, ou as que apresentavam a simples imagem de duas trombetas destinadas, segundo a Lei,[1] a convocar Israel para a guerra santa. O cunho foi grosseiro e num certo número de moedas ainda se vê o tipo romano primitivo. Chamou-se esta moeda «o dinheiro de Coziba» ou «o dinheiro da revolta». Como era em parte falsificado, perdeu mais tarde o seu valor.

Foi longa e terrível a guerra. Durou mais de dois anos; parece que se consumiu nela o melhor dos generais. Tineio Rufo, quase perdido, pediu socorro; o seu colega Publício Marcelo, legado da Síria, veio a toda a pressa e ambos fracassaram.[2] Para esmagar a revolta teve de vir, da Bretanha, Sexto Júlio Severo, o melhor general da época. Foi-lhe dado o título de legado da província da Judeia, no lugar de Tineio Rufo.[3] Ajudou-o Quinto Lolio Úrbico como delegado de Adriano.

---

[1] Vide *Números*, x, 1 e seg.

[2] Inscri. de Ancrira, n.os 4 033, 4 034, do *Corpus* grego. Não confundir o Tibério Severo das inscrições com Sexto Júlio Severo, a quem nos referimos. Borghesi, opp. IV, págs. 150, 165 e seg.; VIII, págs. 580-581; etc.

[3] Inscri. da Dalmácia, n.º 2 830 do *Corpus Inscript. Lat.*, t. III, primeira parte: de Bretanha, n.º 275 do tomo VII (Borghesi, IV, 166). Cf. Mommsen, *Inscript. R. N.*a n.º 2 559, 1.ª col., linha 31.

Os revoltados nunca apareceram em campo raso; mas dominavam as eminências; levantavam fortificações e abriam entre os burgos ameados comunicações subterrâneas, iluminadas por frestas que davam ar e luz. Serviam-lhes de refúgio estes corredores secretos, quando rechaçados, e permitiam-lhe a defesa em outros pontos. Pobre raça! Expulsa do seu solo, parece que queria antes afundar-se nas entranhas da sua terra do que deixá-la, ou vê-la profanada. Foi extremamente mortífera essa guerra de toupeiras. Sobrelevou em fanatismo à revolução de 70. Júlio Severo não ousou uma luta decisiva com os adversários; ao ver o seu número e o seu desespero, receou expor as pesadas massas dos legionários aos perigos de uma guerra de barricadas e de elevações fortificadas. Atacava separadamente os rebeldes; e, graças ao número dos soldados e à táctica dos seus oficiais, conseguia reduzi-los pela fome nas trincheiras.

Bar-Coziba, preso ao impossível, cada vez se tornava mais violento. O seu domínio era o de um rei. Assolava as terras em redor. Para sustentar o seu papel de Messias não recuava diante das maiores impostorices.[1] A recusa dos cristãos em reconhecer-lhe o carácter messiânico e de fazer causa comum com ele irritava-o profundamente. Moveu contra eles as maiores perseguições. O messianismo de Jesus era a negação do seu e um obstáculo capital aos seus planos. Mandava matar, flagelar e torturar os que se recusavam a blasfemar do nome de Jesus. Parece que entre as vítimas se conta Judas,

---

[1] S. Jerónimo. *In Ruf.*, II, 8.

bispo de Jerusalém.[1] Para os exaltados a indiferença política dos cristãos e a sua fidelidade leal ao Império eram faltas de patriotismo. Também parece que os judeus sensatos manifestavam o seu descontentamento. Um dia que Aquiba, em frente de Bar-Coziba, disse: «Eis o Messias» — «Aquiba, lhe volveu rabi Johanan ben Torta, a erva nascerá em tuas maxilas antes que venha o filho de David».

Roma terminava, como sempre, por ter razão. Cada centro de resistência caía por seu turno. Cinquenta das fortalezas improvisadas construídas pelos revoltados, novecentos e cinquenta e cinco burgos foram tomados e arrasados.[2] Na fronteira da Idumeia, Beth-Rimmon guardou a recordação de uma espantosa matança de fugitivos. Particularmente o cerco de Beter foi longo e difícil. Chegou-se às últimas extremidades da fome e da sede.[3] Bar-Coziba morreu aí, sem que se saiba qualquer pormenor da sua morte.[4]

Foi horrível o massacre. Foram mortos cento e oitenta mil judeus em diferentes recontros. Não se

[1] S. Justino, V, pág. 303.

[2] Talm. de Bab., Gittin, 57 *a; Tanhouama*, 67 *c*.

[3] As fábulas do *aratum templum* repetiram-se a propósito de Beter.

[4] É dada por Eusébio a data do fim da guerra. *(H. E.)*, segundo Aríston de Pela. Essa data é confirmada pelas inscrições (nota de A. Darmesteter, em Darenbourg, *Pal.*, págs. 415-416, nota) e por *Seder olam*, 30 (Ewald, *Gesch. des V.* I., VII, pág. 365, nota 2). A tradução judaica dá dois anos ou três e meio para a duração da guerra. S. Jerónimo *(In Dan.*, IX) dá também três anos e meio segundo a tradição judaica; mas na sua crónica assina-lhes três anos.

pode calcular o número dos que morreram de fome, pelo fogo e pelas doenças. Mataram-se a sangue-frio as mulheres e as crianças. A Judeia transformou-se num deserto; uivantes entravam nas casas os lobos e as hienas. Arruinaram-se para sempre muitas cidades de Darom e ainda hoje o aspecto desolado da região é o testemunho vivo da catástrofe sucedida há dezassete séculos e meio.

O exército romano também sofreu bastante. Adriano, escrevendo de Atenas ao Senado, não se serve do preâmbulo corrente aos imperadores: *Si vos liberique vestri valetis, bene est; ego quidem et exercitus valemus.* Severo teve a recompensa desta campanha tão bem dirigida; foi elevado à dignidade de legado da Síria. Obteve largas recompensas o exército da Judeia. O imperador recebeu pela segunda vez a saudação imperial. Aqueles que não foram mortos foram vendidos pelo mesmo preço que os cavalos na feira anual de Terebinto, perto de Hébron. Era o sítio presumível do acampamento de Abraão quando recebeu a visita dos três personagens divinos. O campo da feira, limitado por um recinto rectangular, ainda existe.[1] Recordações funestas evocam aos Judeus esse local, até então sagrado aos seus olhos. Nunca mais falaram sem horror da feira de Terebinto. Os que não foram aí vendidos, foram parar a Gaza e expostos à venda numa outra feira instituída por Adriano. Os desgraçados que não tiveram destino na Palestina foram mandados para o Egipto. Muitos naufragaram; outros morreram de

[1] *Missão da Fenícia*, págs. 800-802. Itinerário de Bordéus, pág. 20, Tobler.

fome; outros ainda foram trucidados pelos Egípcios que não haviam esquecido as atrocidades cometidas pelos Judeus nessas mesmas paragens, há dezoito anos. Dois irmãos que continuavam a resistir em Karouba, foram aniquilados com os demais revoltosos.[1]

No entanto os subterrâneos da Judeia ainda abrigavam muitos infelizes, que se não atreviam a sair com medo da morte. Era um horror a sua vida; cada ruído insólito parecia-lhes o inimigo; loucos de terror, precipitavam-se uns sobre os outros, esmagando-se. Para matar a fome comiam os cadáveres. Parece que a autoridade romana proibiu os enterros para aumentar ainda mais o horror da situação. A Judeia transformara-se num vasto açougue. Os desgraçados que conseguiam fugir para o deserto supunham-se favorecidos por Deus.

Nem todos haviam merecido castigo tão severo. Agora, como sempre, os prudentes pagavam pelos exaltados. Uma nação é uma solidariedade; quem não colaborou nos erros dos compatriotas, não deixa de ser castigado como os outros. O primeiro dever de uma sociedade é conter os elementos absurdos. Ora o pensamento de se isolar da grande confederação mediterrânea, que Roma organizara, era já por si só um absurdo. Tanto o judeu manso e pacífico que só almejava a liberdade de meditar a Lei, é digno da simpatia da história, tanto os nossos princípios nos obrigam a ser severos para com qualquer Bar-Coziba, precipitando a pátria num abismo de

[1] Provavelmente o Oriba de Josefo, *Ant.* XIV, I, 4, do lado da Arábia.

desventura, e para um Aquiba, apoiando com a sua autoridade a loucura popular. Só se deve respeitar a quem verteu o seu sangue por uma causa que julgou boa; mas o aplauso não lhe é devido por tal. Os fanáticos de Israel não combatiam pela liberdade; combatiam pela teocracia, pela liberdade de vexar os pagãos e de exterminar tudo o que lhes parecesse mau. O ideal que eles seguiam seria um estado insuportável, análogo pela intolerância à época asmoneana; seria o reino dos zelotes, radicais da pior espécie, seria o massacre dos infiéis, o terror. Assim o julgaram todos os liberais do século II. Um homem muito inteligente, pertencendo como os Judeus a uma raça nobre e vencida, o antiquário Pausânias, exprime-se deste modo: «No meu tempo reinou Adriano, que teve tanto respeito para com todos os deuses e levou tanto a peito a felicidade dos seus vassalos. Não fez guerras senão constrangido. Quanto aos Hebreus, vizinhos da Síria, dominou-os, porque se revoltaram».[1]

[1] Pausân., I, V, 5. Comp. Ápio, *Bell. syr.*, 50.

CAPÍTULO XII

EXTINÇÃO DA NACIONALIDADE JUDAICA

A consequência imediata da alucinada rebelião[1] foi a perseguição tenaz contra os Judeus. Pesou sobre eles um tributo ainda mais pesado do que o «*fiscus judaicus*» do tempo de Vespasiano.[2] Foram proibidas, sob pena de morte, as práticas mais essenciais da religião mosaica; a circuncisão, a guarda do sábado, a observação das festas, e até das usanças mais insignificantes. Perseguia-se pelo simples facto de ensinar a Lei. Judeus renegados, convertidos em espiões, encurralavam os fiéis que se agremiavam nos mais secretos lugares para estudar o código sagrado;[3] estavam reduzidos ao extremo

---

[1] Período chamado pela tradição judaica «época da perseguição ou do perigo». Terminou com a morte de Adriano. Graetz, IV, pág. 464 e seg.

[2] Ápio, *Bell. Syr.*, 50.

[3] Talm. de Jer., *Hagiga*, II, 1; Talm. de Bab., *Hagiga*, 15 *a* e *b*; Midrash sobre *Rute*, III, 13, etc.

de o lerem só nas suas casas. Os doutores foram encarniçadamente perseguidos. A ordinação rabínica levava ao suplício não só os confirmadores como os confirmados.[1] Houve muitos mártires na Judeia e na Galileia; foi um crime em toda a Síria o ser-se judeu. Por esse tempo, ao que parece, foram executados os dois irmãos Juliano e Papo, célebres na tradição judaica por preferirem a morte à aparente violação pública da Lei. Ofereceram-lhes água num copo de cor para se fingir que eles bebiam vinho pagão; recusaram.[2]

Foi nesta época que as escolas casuísticas mais se preocuparam com os preceitos que se podiam infringir para evitar a morte e os que se deviam cumprir embora levassem ao martírio. Os doutores admitem, geralmente, que nos tempos de perseguição se pode renunciar a todas as observâncias, não violando as três proibições, a idolatria, a fornicação (uniões ilícitas) e o assassinato.[3] Valorizou-se este prolóquio sensato: «Resistir às ordens do imperador, equivale a um suicídio». Admitiu-se a simulação das práticas do culto; em vez de praticar ostensivamente a circuncisão das crianças, passou a anunciar-se com o barulho dos moinhos.[4] Chamou-se a atenção para o ditame do *Levítico*, XVIII, 5, «a observância da Lei produz a vida; e, por conseguinte, quem morrer pela

[1] Talm. de Bab., *Aboda zara*, 8 *b*, 17 *b*, 18 *a*; *Sanedrim*, 13 *b*. Cf. Darenbourg, *ibid.*, pág. 167 e seg.
[2] Talm. de Jer., *Sanedrim*, III, 5; *Megilla*, I, 6; *Taanith*, II, 13; *Schebiit*, IV, 2, etc.
[3] Talm. de Jerusalém, *Schebiit*, IV, 2; *Sanedrim*, III, 6. Talm. de Bab., *Sanedrim*, 77 *a*, etc.
[4] Darenbourg, *Mel.*, pág. 170 e seg.

Lei é responsável pela sua morte; e colocado entre os dois preceitos, observar a Lei ou conservar a vida, o homem deve votar pelo segundo, muito mais imperioso, sobretudo quando a morte é certa; do mesmo modo por que numa doença de gravidade se administram remédios em que entram substâncias impuras».[1] Ponto assente foi que se devia suportar a morte e nunca violar publicamente o menor preceito. Acordou-se em ensinar preterindo qualquer outra obrigação. Foi sobretudo em Lida que se agitaram estas questões.[2] Foi essa a cidade célebre dos mártires, chamados «os assassinados de Lida».

O que tornou cruel a situação desses mártires foi a dúvida sobre a Providência, obsecante para o judeu, desde que ele é um vencido sem prosperidade. O cristão, visionando a vida futura, só tem confiança na sua fé quando é perseguido. O mártir judeu não possui a mesma clarividência. «Onde está então o teu Deus?», tal a pergunta que se ouve irónica na boca dos pagãos. Até ao derradeiro instante, R. Ismael ben Elisca combateu os pensamentos que se levantavam no seu espírito contra a justiça divina. Perguntava-se-lhe: «Tens ainda confiança no teu Deus?» «Mesmo que ele me matasse, eu confiaria n'Ele» — respondia Ismael, interpretando mal uma frase de Job.[3]

[1] Talm., de Babil., *Sanedrim*, 74 *a*; *Aboda zara*, 27 *b*, 54 *a*, etc.
[2] Talmude de Jer., *Schebiit*, IV, 2; Graetz, *Gesch.*, IV, págs. 170 e seg., 463 e seg. Darenbourg, *Pal.*, pág. 426, nota 2.
[3] Job., XIII, 15.

Apesar do seu cativeiro, Aquiba continuava a manter relações com os seus discípulos. «Preparai-vos para a morte; virão dias terríveis»; tais as palavras que ele seguidamente repetia. Ensinamentos íntimos, conhecidos pelos Romanos, levaram-no à execução. Foi empalado com ganchos de ferro aquecidos ao rubro, segundo reza a tradição. Quando o dilaceravam, gritava obstinadamente: «Jeová é o meu Deus! Deus é um só!» Repetiu o vocábulo *Só (éhad)* até ao último suspiro. Ouviu-se uma voz celeste: «Abençoado Aquiba, que morreu pronunciando a palavra «Só!»

Israel só tardiamente e por sucessivas experiências é que atingiu a ideia da imortalidade. Essa crença impunha-se, como uma necessidade pelo próprio martírio.[1] Como justificar a recompensa, na Terra, dos observadores escrupulosos da Lei e que por ela morriam? A resposta suficiente para os casos de Job e de Tobias não bastava neste caso. Como falar de uma vida feliz e longa para heróis que morriam ao peso de inúmeras atrocidades? Ou Deus era injusto, ou os santos assim torturados eram grandes criminosos. Viram-se mártires na Idade Média agarrar-se a esta última tese com desespero,[2] e quando a caminho do suplício, bradar que mereciam a morte, porque haviam cometido crimes de toda a ordem. Mas tal paradoxo devia ser uma raridade.

[1] Em *Pesahim,* 50 *a.* O primeiro lugar no Céu é para os mártires como Papo e Juliano. A narrativa da morte de Aquiba no *Berakoth* babéli, comparada com a narrativa do *Berakoth jeruscalmi* (passagem paralela) demonstra o progresso dessa ideia.

[2] Comparar com a ideia análoga e já citada dos gnósticos.

Para a resolução deste problema aventou-se primeiro a existência do reino de mil anos reservado aos mártires. Depois aceitaram-se as ascenções ao Céu em espírito, os apocalipses, a contemplação dos segredos sublimes da Cabala como recompensa do martírio.[1] À medida que se perdia o espírito apocalíptico, a *tikva,* isto é, a confiança invencível do homem na justiça divina, começa a semelhar-se formalmente ao paraíso eterno dos cristãos. Mas esta crença nunca foi dogma absoluto para os Israelitas; não há vestígios dela na Tora; ora não se pode supor que Deus privasse os santos antigos, propositadamente, de um dogma tão fundamental.

Perdeu-se desde agora a esperança do ressurgimento do Templo. Renunciou-se até à ideia de habitar próximo dos Lugares Santos. Para cortar a raiz de futuras guerras, o esforço do romano visou a curar o mal provocado pelo culto do judeu à terra, que ele supunha dada por Deus ao povo eleito. Os judeus de Jerusalém e dos seus arrabaldes foram expulsos por um édito, com ameaça de morte. Foi-lhes proibida a vista de Jerusalém. Só podiam vir chorar uma vez por ano, no aniversário da tomada da cidade, sobre as ruínas do Templo e ungir com óleo uma pedra funda, que eles supunham ser o local do «Santo dos santos»:[2] mas essa concessão

[1] Vê-se isto na tradição do martírio e ascensão de Isaías, no caso Aquiba, suposto criador da Cabala, nas lendas dos dez mártires, etc. Vide Jellinek, *Beth hammidrash,* VI parte, págs. 27-29, 37-38. Comp. Cântico de Azarias, v, 63.

[2] Pel. de Bordéus, pág. 17 (Tobler), *lapis pertusus,* talvez a *Sakhara.*

custava-lhes bastante dinheiro.[1] «Nesse dia, diz S. Jerónimo, tu verias agremiar-se uma multidão fúnebre, um povo miserável, votado à perseguição. Mulheres decrépitas, velhos esfarrapados... Todos choram. E enquanto as lágrimas lhes inundam as faces, erguem os braços lívidos, torcem os cabelos soltos, os soldados exigem a paga pelo direito de chorarem ainda mais algum tempo».[2] Assim foi proibido aos Israelitas o resto da Judeia, porém, com menor rigor; conservando certas localidades, como Lida, as suas judiarias.

Os Samaritanos, que não tomaram parte na revolta, sofreram como os Judeus.[3] Houve em Garizim, como em Moria, um templo de Júpiter. No livre exercício do seu culto foi proibida a circuncisão; e entre eles foi maldita a memória de Bar-Cozіba.

Continuou activamente a construção de Aelia Capitolina. Fizeram-se os maiores esforços para obscurecer um passado pleno de ameaças. Quase se esqueceu o velho nome de Jerusalém. Foi substituído em todo o Oriente pelo de Aelia. Cento e cinquenta anos depois já ninguém conhecia esse nome da geografia antiga. Pululavam na cidade os edifí-

---

[1] Orígenes, *In Josué*, hom. XVII, pág. 438, Delarue; S. Jerónimo, *In Soph.*, I, 15 e seg.; *In Jerem.*, XVIII, XX, XXX; Pel. de Bordéus, *l. c.* S. Greg. de Mar., *l. c.*

[2] *In Soph.*, l. c. A ordem de expulsão fora renovada por Constantino (Eutychius, *Ann.*, I, 466). Durante o século III quase que caíra em desuso. Græetz, IV, págs. 462-463. Darenbourg., *Mel.*, págs. 166-167.

[3] *Livro de Josué*, cap. XLVII (ed. Juynboll); *Chron. de Aboulfath*, pág. LXV-LXVI, 113.

cios profanos; foros, banhos, templos, teatros e tetraninfas, etc. Superabundavam as estátuas. O espírito subtil dos Judeus procurou intenções mordazes, que naturalmente não tiveram os engenheiros imperiais. Assim, por cima da porta que conduz a Betlém, havia uma escultura em mármore representando um porco, considerada como pungente ironia cuspida sobre os vencidos. Perdia-se a memória do facto de o javali ser um emblema romano e figurar nos estandartes legionários. Mudou do lado sul o perímetro da cidade e transformou-se quase no que é hoje. O monte de Sião ficou fora do recinto e transformou-se em hortas. A parte da cidade não reconstruída era um montão informe de pedras, servindo de jazigo para o material das novas construções. Os alicerces do Templo de Herodes espantavam pela sua solidez; os cristãos inventaram que os alicerces só se desmembrariam quando viesse o Anticristo.

Levantou-se, como dissemos, no lugar do Templo, o Templo de Júpiter Capitolino. Baco, Serápis, Astarteo, os Dioscuros, aí se encontram reunidos ao deus principal.[1] Houve imensas estátuas do imperador e até uma equestre.[2] Perto do Gólgota também se ergueram templos a Júpiter e a Vénus.[3] Quando se fixou mais tarde a topografia dos cristãos, esta vizinhança foi tida como um ultraje.

---

[1] Aparecem estes deuses nas moedas de Aelia.

[2] Houve funcionários *ad Divi Hadriani Statuas Curandas.* Inscri. de Tarrag., *Corpus Inscr. Lat.*, Esp. n.º 4 320.

[3] Euséb., *Vita Const.*, III, 26, 28; Sazomene, II, 1; S. Jerónimo, Epist. 13 (49) ad Paulinum, 3.

Imaginou-se até que o imperador tencionara profanar Betlém, criando ali o culto de Adónis.

Procuraram embelezar a cidade e melhorar as estradas Antonino, Marco Aurélio e Vero. Estas obras irritavam os judeus sinceros. R. Juda bar Ilaí dizia um dia aos seus amigos: «Apesar de tudo, estas obras são admiráveis. Os Romanos construíram foros, pontes e termas. — Que benefício! replicou Simeão; eles fazem tudo isso para seu uso; os foros para os lupanares; os banhos para seu recreio, as pontes para cobrarem a portagem». O ódio à vida grega, tão intenso nos Judeus, reduplicava-se pela vista de um renovamento material que parecia ser o seu retumbante triunfo.

Assim findou a derradeira tentativa do povo judeu para ter uma capital e um território delimitado. Foi por isso que no Talmude tão propriamente se chamou à guerra de Bar-Coziba «a guerra do extermínio». Ainda no tempo de Antonino se produziram alguns movimentos graves, que foram reprimidos com facilidade. Desde então não teve mais pátria Israel; e iniciou-se essa vida errante que durante séculos atraiu a admiração mundial. No Império Romano a situação civil do judeu desapareceu para sempre. Se a Palestina o quisesse, seria uma província, como a Síria; o seu destino não seria nem melhor nem pior do que o das outras províncias. No século I alguns judeus desempenharam funções importantes; depois só se ouve falar deles como mendigos dos arrabaldes de Roma, sentados às portas da Arícia, assaltando os carros e agarrando-se desesperados às rodas para obter uma esmola. São um bando de *raias*, com regulamento e magistrado

especiais, mas fora do Direito comum, não fazendo parte do Estado, qualquer coisa, como o são hoje os zíngaros, na Europa. Não houve um só judeu rico, notável, considerado, hombreando com as pessoas da sociedade. As grandes fortunas judias só aparecem no século VI, especialmente nos Visigodos da Espanha, em seguida às falsas ideias espalhadas pelo cristianismo sobre a usura e o comércio. O Judeu tornou-se então, e foi durante parte da Idade Média, um personagem necessário, sem o qual seria impossível praticar as mais simples transacções. Só o liberalismo moderno é que conseguiu pôr um termo a esta situação excepcionalíssima. O decreto da Assembleia Constituinte de 1791 fê-los membros de uma nação e cidadãos.

Havia alguns oásis nesse mundo devorado por um fogo vulcânico. Sobreviventes do saduceísmo, havidos como apóstatas pelos correligionários, mantinham a santa filosofia do Eclesiastes, no meio dos sonhos místicos. Os judeus das províncias, submetidos aos Arsácidas, viviam muito felizes e observavam a Lei sem serem incomodados. Foi numa destas províncias, Adiabena, que apareceu um livro de data incerta, traduzido em grego, sòmente no fim do século II. Era um pequeno romance, pleno de frescura, como só os Judeus os sabem fazer, o idílio, por excelência, da piedade judaica e das alegrias do lar.

Um tal Tobias, filho de Tobiel, originário do país de Cadés de Neftali, foi para Nínive como prisioneiro de Salmanasar. Desde criança fora considerado como um modelo. Longe de participar da idolatria das tribos do Norte, ia regularmente a Jerusalém,

único sítio do culto, escolhido por Deus; aí oferecia o dízimo aos padres oriundos de Arão, segundo os preceitos de *Teruma* e *Maaser scheni.* Era caritativo, esmoler, amável com toda a gente e não comendo nunca o pão dos pagãos; pelo que Deus lhe fez o dom da sua graça, nomeando-o Salmanasar seu mordomo. Morto Salmanasar, Senaquerib, furioso com a sua expedição a Jerusalém, começou a perseguir os Judeus; jaziam seus cadáveres insepultos; havia montões deles junto dos muros de Nínive. Tobias enterrava-os às escondidas. O rei, surpreso pela desaparição dos corpos, ordenou que se averiguasse qual o seu destino. Tobias, perseguido, perdeu os seus haveres. Salva-o o assassinato de Senaquerib. Prossegue Tobias na sua piedosa tarefa de enterrar os mortos. Riem dele os seus vizinhos. Que proveitos te advêm do teu feito? perguntam-lhe eles. Uma tarde regressa vencido de fadiga; não podendo entrar em casa pelo estado de impureza em que se achava, pelo contacto com os cadáveres, deita-se junto de uma parede no pátio da casa e adormece; cega-o um acidente. Eis o problema posto como no *Livro de Job* e com a mesma vivacidade; um justo, não só mal recompensado pela sua virtude, mas agravado; a um acto virtuoso sucede, como consequência, uma desgraça. Como asseverar depois disto que o servidor de Jeová tenha o prémio da sua fé? «Onde estão as tuas esmolas? onde estão as tuas bondades? diz-lhe sua mulher. Vê lá a paga que auferiste».

Tobias persiste na afirmação de todo o israelita: «Deus é justo e bom!» Levando o seu heroísmo ao ponto de se caluniar para justificar Deus, proclama

que mereceu a sua sorte, não só por causa dos seus pecados, dos erros cometidos por ignorância, mas ainda por causa dos pecados de seus pais. Porque os ancestrais foram culpados, a geração actual foi odiada e dispersa. Tobias só pede um favor — morrer — para se tornar terra e ir para a eternidade.

Ora, nesse mesmo dia, outra criatura aflitiva pedia a Deus, em Ecbátana, a morte; Sara, filha de Raquel, que, sete vezes casada, e sempre virgem, tivera os sete maridos estrangulados nas noites das suas núpcias pelo mau demónio *Aëschmadaëva*, que, ciumento, lhe mata aqueles que a iam possuir. Na mesma ocasião são as duas súplicas presentes ao Senhor pelo anjo Rafael, um dos sete anjos que podem entrar no santuário da glória divina, para apresentarem as súplicas dos santos. Deus exalça o rogo dos dois justos e manda a Rafael que repare o mal.

Conhece-se o encantador idílio que segue este episódio. Com justiça tem lugar entre as alegorias consagradas, que, embora reproduzidas por várias formas, nunca fatigam. A moralidade suave, o espírito familiar, a piedade filial, o amor e a união eterna dos esposos, a caridade pelo pobre, a dedicação a Israel, nunca foram mais bem expressas, numa linguagem tão dúctil. Benevolência para todos, estrita honestidade, temperança, cuidado em não fazer a outrem aquilo que se não deseja para si, cuidado com as companhias, não andando senão com pessoas de bem, espírito de ordem, regularidade nos negócios, constituição judiciosa da família, tal é a excelente moral judaica, que não sendo a moral aristocrática, nem a moral do mundo, se tornou o código

da moral da burguesia cristã no que ela tem de melhor. Nada há mais remoto da avareza! O próprio Tobias, que vive na privança dos perseguidores dos seus correligionários, porque o lugar é bom, tem como princípio que a felicidade consiste na modicidade dos haveres aliada à sã justiça; suporta alegremente a pobreza e proclama que a alegria é dar e não entesourar.

A ideia do casamento traduz-se aqui de um modo casto, sensato e delicado. O Judeu, com a memória presa aos antepassados, os profetas e os patriarcas, e certo de que a sua raça possuirá a terra, não casa senão com uma judia de boa casa, aparentada com pessoas honradas, ou tidas como tais. Não é indiferente a beleza; mas antes de tudo é preciso consultar as leis, os usos, as conveniências de família, para que a fortuna não mude de rumo. O homem e a mulher estão por toda a eternidade destinados um ao outro. Vão mal os casamentos que se estribam na sensualidade. Ao contrário, a reunião derivada de um sentimento verdadeiro é a aglutinação de duas almas; é abençoada por Deus, quando santificada pela oração de dois amantes, e torna-se seguidamente uma amizade plena de encantos, sobretudo quando o homem mantém sobre a esposa a superioridade moral que lhe cabe por direito. Onde maior felicidade, que envelhecer juntos, ser enterrados no mesmo túmulo, deixar seus filhos bem casados, ver seus netos e talvez os seus bisnetos?

O autor, afastado quase mil anos da factura do *Livro de Job*, não tem mais ideias do que as do autor do velho livro hebraico. Tudo acaba pelo melhor; porque Tobias morre com cento e sessenta e oito

anos, de posse da fortuna de seus sogros e da sua própria. Antes da sua morte sabe que Nínive foi conquistada, e exulta com tão boa nova. Que há de mais agradável do que ver o castigo dos inimigos de Israel!

Deus aparece como um pai que castiga o filho amado e de quem se compadece. Quando o justo sofre, o castigo dimana dos pecados próprios e dos dos seus antepassados. Mas se se humilha e reza, Deus perdoa-lhe e dá-lhe prosperidade. Pecar é ser inimigo de si próprio; a caridade prolonga a vida; a esmola salva.

O que sucedeu a Tobias, sucederá a Israel. Depois do castigo, Deus reparará os seus desastres. Será reconstruído o Templo, mas não do mesmo modo. Depois, os emigrados regressarão à pátria. Israel reconstruirá Jerusalém e o Templo com a magnificência anunciada pelos profetas, e por toda a eternidade. A cidade nova será de safiras e esmeraldas; seus muros e suas torres de ouro puro: as praças mosaicos de berilo e carbúnculos; as ruas dirão *Aleluia.* Serão convertidos todos os povos ao verdadeiro Deus e enterrarão seus ídolos. Felizes os que amaram Jerusalém e se compadeceram dos seus sofrimentos.

Este livro, logo que foi traduzido, teve uma grande voga entre os cristãos. Mais de um episódio devia chocar certas naturezas; o livro, em certos apectos, era muito judaico; certos pontos poderiam ainda ser mais bem tocados, de uma maneira edificante. Daí uma série de remodelações, que originaram a variedade dos textos gregos e latinos. A última, a de S. Jerónimo, feita com notável senso literário, deu

ao livro a forma que ele tem no texto latino da Vulgata. Desaparecem as imperfeições do original. Daí resultou uma obra-prima, lida e admirada nos séculos futuros.

Não tem rival o povo judeu, quando se intenta dar encanto a um ideal de justiça ou de virtude doméstica. Como livro piedoso, a *Tora* é o primeiro livro do mundo; mas é impraticável, como código. Nenhuma sociedade poderia viver defendendo uma nacionalidade com tais princípios, porque os judeus do tempo de Bar-Coziba defendiam uma utopia. A história tem por ele a compaixão que merecem os vencidos; mas estava melhor na tradição de Israel, o pacífico cristão, o autor do *Livro de Tobias,* achando tudo simples e não se revoltando contra Salmanasar.

CAPÍTULO XIII

O TALMUDE

A Lei, dando tranquilidade à alma, era como um calmante, serenando as atribuições de Israel. Não sofriam, ao que parece, as judiarias do Ocidente das insânias das suas congéneres do Oriente. Mesmo no Oriente, alguns israelitas pacíficos não entraram nas lutas e reconciliaram-se, a breve trecho, com os vencedores. Alguns chegaram até a pensar que o Céu era favorável aos Romanos, e que, observada a Lei rigorosamente e no seio da família, tinham sempre os Judeus razão de existir. Mais cedo do que se poderia imaginar, restabeleceu-se a ordem na Síria. Os fugitivos da Judeia foram, quer para o Oriente, para Palmira, Babilónia, quer para o Sul, para Iémene, quer ainda para a Galileia. Aí se fez sentir um novo impulso devido a esta emigração, o que a tornou durante alguns séculos quase exclusivamente terra de judeus.

Depois dos morticínios do ano 67, a Galileia per-

deu-se durante algum tempo para o judaísmo. Talvez que, por causa da revolta de 117, o *beth-din* passasse para aí. A população, expulsa do Sul por causa da revolta de Bar-Coziba, refugiou-se na Galileia e repovoou as aldeias. Tornou-se então definitivamente galileu o *beth-din*. Foi primeiro em Ousca e depois nas aldeias circunvizinhas de Séforis, em Squefaram, em Beth-Squearim e até em Séforis, que residiu esse tribunal; depois, passou para Tiberíades, e nunca mais daí saiu até à conquista muçulmana. Enquanto se esquecia o Dárom, e as escolas declinavam, Lida caía na miséria e na ignorância, perdendo o privilégio de fixar o embolismo, e a Galileia constituiu-se um centro do judaísmo. Meiron, Safat, Giscala, Alma, Cássion, Kafr-Baram, Kafr-Nabarta, Amouka, foram os locais dessa nova expansão e encheram-se de monumentos judaicos. Esses monumentos, reverenciados durante toda a Idade Média, como túmulos dos profetas, ainda existem, no meio de um país devastado e desolado pela quarta vez. Tiberíades foi a capital deste reino de discussão e subtilezas, onde morreu a derradeira actividade original do povo judeu.

Nesta região sossegada, adscrito à sua vida favorita, vida de recolhimento e de estudo, de família e sinagoga, renunciou Israel definitivamente à sua quimera terrestre e procurou o reino de Deus, não como Jesus, no ideal, mas na rigorosa observância da Lei. O proselitismo, a partir de então, desapareceu do seio do povo que mais intensivamente o praticara. Uma lei de Antonino deu por findas as medidas restritivas de Adriano, e permitiu a circuncisão das crianças; mas o jurisconsulto Modestino notula que essa permissão só se entendia com os filhos dos Judeus, e deixava sob o cutelo da pena última quem quer que a praticasse num indivíduo não judeu. Somente alguns frenéticos, os sicários, continuavam com as suas ciladas religiosas, e coagiam os desgraçados, surpreendidos nas suas moradas, a escolher entre a circuncisão e o punhal. A massa geral foi, porém, estranha a essas aberrações. Renunciou ao heroísmo e considerou o martírio inútil pelas hábeis distinções entre os preceitos que se podiam transgredir, a fim de salvar a vida, e aqueles pelos quais se devia sofrer a morte. Daí um espectáculo singular: o judaísmo, que fora o manancial do martirológio, cedia a palma ao cristianismo; e tanto que, em algumas perseguições, se viu cristãos passarem por judeus, a fim de gozarem as imunidades do judaísmo. O judaísmo só teve mártires enquanto foi revolucionário; desde que renunciou à política, sossegou inteiramente, contentando-se com a independência concedida. O cristianismo, pelo contrário, teve mártires até ao momento do seu triunfo e da sua transformação de perseguido em perseguidor.

Durante este longo repouso, o povo judeu fez o Talmude. Os antigos doutores tinham ensinado a Lei sem ordem lógica, ùnicamente segundo os diferentes casos ocorridos. Depois, seguiu-se no ensino a ordem dos livros do Pentateuco. Com rabi Aquiba, apareceu uma espécie de classificação por ordem de matérias, implicando divisões e subdivisões, como as de um *Corpus Juris*. Assim, juntamente com a *Tora*, houve um segundo código, a

Misxna.[1] Deixou a Escritura de servir de base, e, com franqueza, dadas as alterações que sofreu e as suas arbitrárias interpretações, a Escritura quase que era inútil. Não se cuidava de compreender a vontade do legislador; pensava-se em achar na Bíblia argumentos para as decisões tradicionais, versículos aos quais se pudessem coligar os preceitos recebidos. É do destino das religiões que o livro sagrado seja abafado pelos comentários. Não são só os livros sagrados que formam as religiões; são também as circunstâncias, a força dos factos, implicando mil coisas que os primitivos não podiam adivinhar. A coincidência entre os livros sagrados e o estado religioso de uma época, nunca é perfeita; o vestido corresponde mal ao feitio do corpo; vêem então o tradicionalista e o comentador, e procedem aos concertos. É assim que, em vez de estudar o livro sagrado no próprio texto, é melhor, a partir de certa época, lê-lo nos códigos que dele se tiraram, ou antes, que dele são adaptações.

O ensaio para codificar a lei oral judaica fez-se em vários sítios ao mesmo tempo. Já não temos nem a Misxna de rabi Aquiba nem tantas outras que existiram. A Misxna de Judas, redigida sessenta

[1] *Misxna* quer dizer «lição oral», «reprodução decorada», de onde deriva o termo *tanaim* em caldaico, que quer dizer «doutores míxnicos», em oposição com *mikra*, «texto escrito para a leitura pública». É um erro supor-se que a *Misxna*, por certas passagens do Talmude, foi escrita muito tempo depois da sua redacção. Deve ensinar-se a Misxna e não lê-la de um modo sacramental, enquanto que a Bíblia deve ser recitada com o texto sob os olhos, mesmo por quem a saiba de cor.

anos mais tarde, fez esquecer as precedentes; mas Judas nem inventou todas as divisões nem todos os títulos. Vários tratados que ele compilou já estavam completamente redigidos antes dele. Depois de Aquiba, desapareceram as escolas originais. Os doutores, agora cheios de respeito pelos seus predecessores, que lhes pareciam coroados com a auréola do martírio, já não criavam novos métodos; foram simples compiladores.

Assim, ao mesmo tempo que os cristãos, os judeus fizeram uma nova Bíblia, que deixou um pouco no escuro a primitiva. A Misxna foi o seu Evangelho, o seu Novo Testamento. A distância que vai do livro judaico ao livro cristão é enorme. Deu-se um dos fenómenos mais extraordinários da História e que foi a aparição simultânea, na mesma raça, de uma obra-prima de elegância, leveza, fina moral e de um pesado monumento de pedantismo, de miserável casuística e de formalismo religioso. Essas duas criaturas são os dois gémeos menos parecidos que gerou um ventre materno. Qualquer coisa de bárbaro e incompreensível, um desprezo desolador da língua e da forma, uma falta absoluta de distinção, de talento, fazem do Talmude o livro mais repelente dos livros conhecidos. Vêem-se nele as funestas consequências do erro máximo do povo judeu, e que consistiu em abandonar a disciplina grega, origem de toda a cultura clássica. Essa ruptura, com a própria razão, isolou lamentavelmente Israel. Foi crime a leitura de qualquer livro estrangeiro. Pareceu fútil a literatura grega, ornato de mulher, brinquedo impróprio de um homem que lê a Lei, ciência para crianças que só se deve ensinar à «hora em que

nem é dia nem noite», pois que está dito na *Tora:* «Tu a estudarás dia e noite». Considerou-se assim a *Tora* como o repositório de toda a filosofia, de toda a ciência, dispensando qualquer outro ensinamento. O cristianismo foi menos exclusivo e admitiu no seu seio parte da tradição helénica. Separado da grande fonte vital, Israel caiu na miséria, ou melhor, na aberração intelectual, de onde não saiu então senão pela influência da filosofia arábica, isto é, sob a acção de um raio luminoso helénico, singularmente refractado.

Por certo que há nessa ferragem do Talmude excelentes máximas, mais que uma gema preciosa, do género das que Jesus idealizou e que os evangelistas divinizaram escrevendo-as. No ponto de vista da individualidade do povo judeu, o talmudismo foi um partido heróico e como raro se vê na história de uma raça. O povo judeu, disperso por todo o mundo, só tinha uma nacionalidade, a *Tora;* para sustentar este agremiado esparso, sem padres, sem bispos, sem papa, sem cidade santa, sem seminário central, fora preciso um elo de ferro; ora nada liga melhor que o dever comum. O judeu, levando consigo a sua religião, não precisava, para o seu culto, nem de igrejas nem de padres, e por isso usufruiu da liberdade da emigração até aos confins do mundo. O idealismo absoluto indiferentou-o para as coisas materiais; bastavam-lhe a fidelidade à memória da sua raça, a profissão de fé *(schema)* e a prática da Lei. Quem vê uma cerimónia numa sinagoga, tem a impressão do moderno, do copiado e do banal. Nunca os Judeus procuraram nos lugares da oração estilizar com originalidade a sua arquitectura.

Os ministros do culto, com o cabeção, o tricórnio e a estola, pareciam curas; a prédica fazia-se como no púlpito católico; os lampadários, as cadeiras, o mobiliário eram do mesmo marceneiro da paróquia vizinha.[1] O canto e a música não vão além do século XV. Certos pormenores do culto são imitações do culto católico. Mas a originalidade e a tradição aparecem na profissão de fé: «Ouve, Israel: Adonai, o nosso deus, é só um; santificado seja o seu nome». Esta proclamação teimosa, este grito persistente, que acabou por arrastar e converter o mundo, concretiza o judaísmo. Este povo estatuiu Deus; e nunca povo algum se ocupou menos a discuti-lo.

Uma prova de bom senso foi ter escolhido como base da comunhão religiosa a prática e não o dogma. O cristão une-se ao cristão pela mesma crença; o judeu coliga-se com o judeu pela mesma observância. Preparando a união das almas por verdades de ordem metafísica, o cristianismo abriu o caminho aos infinitos cismas; reduzindo a profissão de fé ao *schema*, isto é, à afirmação da unidade divina e ao laço exterior do ritual, o judaísmo matou o ensejo das disputas teológicas. A excomunhão teve entre os Judeus como causa os actos e não as opiniões. A Cabala foi sempre uma especulação livre; nunca uma crença obrigatória; a imortalidade da

[1] É por isso mesmo que não há arqueologia judaica. Na Idade Média os Judeus faziam executar os utensílios religiosos pelos ourives do país onde viviam. O vestuário, que certos judeus usavam em algumas regiões, nunca foi nacional, mas era antes um traje de aviltamento, imposto pelas leis, e a que eles se habituaram com o uso.

alma foi considerada como uma consoladora esperança; e quanto à prática religiosa, confessava-se que ela desapareceria nas épocas messiânicas, quando fossem adoptados os princípios israelitas universalmente. As próprias crenças do Messias podem ser revocadas por qualquer doutor célebre, e o Talmude regista a sua opinião sem a contradizer. Isto foi altamente judicioso. Ser obrigado a acreditar qualquer coisa é um contra-senso; enquanto que o máximo rigorismo exterior pode conjugar-se com a inteira liberdade de pensar. Tal foi a causa da independência filosófica que, durante a Idade Média e nos nossos dias, reinou sempre no judaísmo. Foram racionalistas puros os oráculos da sinagoga, como Maimónides e Mendelssohn. Um livro, como os *Iccarim* (Princípios fundamentais) de José Albo, proclamando que a religião e a profecia são um simbolismo destinado à melhoria moral do homem; que a revelação é uma maneira de apresentar as lucubrações íntimas da razão, que se podem modificar todas as leis divinas, que as penas e as recompensas individuais na vida futura não são mais do que imagens, tal livro, afirmo-o eu, chegando à celebridade sem ser anatematizado uma só vez, constitui facto sem exemplo em qualquer outra religião. Nada sofria a piedade com ele. Essa gente, sem esperança numa vida futura, suportava os martírios com uma admirável coragem, morria acusando-se de crimes imaginários, para que o seu suplício não fosse objecção forte contra a justiça de Deus.

Graves inconvenientes compensaram as vantagens da disciplina severa a que Israel se submeteu para guardar a unidade da raça. O ritualismo reuniu os

correligionários; mas separou-os do resto do mundo, condenando-os a uma vida de sequestro. As prisões do Talmude foram as do Gueto. O povo judeu, até então tão pouco supersticioso, transformou-se na própria superstição, justificando as ironias de Jesus, vibradas sobre os fariseus. Rolou sobre questões de açougue e sacristia a sua literatura durante largos séculos. A segunda Bíblia transformou-se numa prisão em que o judaísmo continuou a sua triste vida de reclusão perpétua. Aprisionado nessa enciclopédia malfazeja, o espírito judaico apurou-se até à falsidade. O Talmude foi para os Israelitas uma espécie de *Organon*, muito inferior ao dos Gregos. Tiveram os doutores judeus a mesma pretensão dos juristas, que queriam encontrar, em pleno século XVI, toda a cultura intelectual no direito romano. No nosso tempo, o vasto repositório que serve de base à educação judaica na Hungria, na Polónia, pode ser considerado como a fonte de onde promanam os principais defeitos dos judeus desses países. A crença de que os estudos talmúdicos suprem os outros e tornam apto para tudo é a grande causa dessa presunção, dessa subtileza, dessa falta de cultura geral, que por vezes anula no israelita as qualidades preciosas.

O espírito jurídico é dotado de um extremo poder. Levaram-no ao delírio, apertando-o durante séculos num círculo estreito e estéril de ideias. A actividade que ele aí desenvolveu foi a mesma que se mostraria sobre um solo largo e fecundo; ora o resultado do trabalho aturado sobre assunto ingrato e árido é a subtileza. Quando se esgota o senso natural, procura-se o senso místico, contam-se

letras, computam-se algarismos, etc. As quimeras da Cabala e do Notarikon foram a derradeira consequência desse espírito de rigor e de pontualidade servil. Havia no revolver das disputas sobre o melhor modo de cumprir a Lei, a prova evidente de uma arreigada fé religiosa. Mas seja lícito acrescentar-se: havia também um jogo de espírito, uma distracção. Homens activos e engenhosos, condenados a uma vida sedentária, expulsos dos lugares públicos e da sociedade geral da época, pediam às combinações da dialéctica, aplicadas aos textos legais, o processo de matar o tédio. Ainda hoje, nos países em que os israelitas vivem consigo, é o Talmude o seu grande divertimento. Os ágapes, para discutir casos obscuros e imaginários, para esclarecer dificuldades, são para eles deleite e recreio. Essas subtilezas para nós fastidiosas pareceram e parecem ainda a alguns milhares de homens a mais atraente aplicação do espírito humano.

Desde então, tem Israel todos os defeitos dos indivíduos isolados; torna-se moroso e malevolente. Até aí não desaparecera completamente o espírito de Hillel; para o converso ainda se abriam algumas das portas da sinagoga. Agora já não há prosélito. Israel entende possuir a verdadeira lei, a lei única, e que essa lei é só para ele. Quem se quiser agremiar ao povo de Deus, será repelido com injúria. De toda a conveniência se afirmaria o facto de se advertir com discrição o neófito dos riscos a que estava sujeito. Mas não; todo o prosélito foi tido como um traidor, como um trânsfuga, que passaria pelo judaísmo, já fazendo caminho para os cristãos. Proclamou-se que os prosélitos eram a

lepra de Israel, e que não mereciam confiança até à vigésima quarta geração. A distinção prudente, sob o ponto de vista do cerimonial, feita pelos judeus do século I e os agadistas, inspirando-se em Isaías e Jeremias, se esqueceu, e até essa grande concessão de que o preceito da circuncisão não visava outros que não fossem os descendentes de Abraão. A partir daí interrompeu-se a propaganda e o «sòmente» da lei Antonina tornou-se supérfluo; porque era evidente que o mundo grego e o romano não se resignariam a uma velha prática africana, higiénica no começo, mas incómoda nos nossos climas, e que para os próprios judeus era inoportuna e despida de senso.

Os costumes também sofreram pelos ataques contra a natureza. Sem maus conselhos, mas insistindo estranhamente sobre as precauções de um pudor tímido, o Talmude fala de coisas lúbricas, o que leva a crer que os seus autores sofriam de excitações imaginativas. Nos séculos III e IV, os costumes judaicos, especialmente os dos patriarcas e dos doutores, são verdadeiras relaxações. Mas é sobretudo a razão que se entibia neste Israel decrépito. Prodigaliza-se tolamente o sobrenatural. Parece o milagre coisa simples; e tanto assim que um *hallel*, reza especial, o consagra como a coisa mais simples da vida. Nunca um povo, depois de um período brilhante de actividade, caiu tão baixo.

Uma pequena seita, enclausurada nas múltiplas prescrições que a impedem de viver a vida comum, é naturalmente insociável. Torna-se odienta e fatalmente odiosa. Não tem isto graves inconvenientes para uma sociedade imbuída dos grandes princípios

liberais, como o é a sociedade moderna e como o foi, debaixo de certos pontos de vista, a civilização árabe da primeira metade da Idade Média. Mas numa sociedade, como a Idade Média cristã, como o Oriente dos nossos dias, isto produz um refluxo de antipatias e recíprocos desdéns. Estrangeiro em toda a parte, sem pátria, sem outro interesse senão o da seita, o judeu talmudista foi por vezes um flagelo, para os países onde o destino o levou. Veja-se o judeu do Oriente e das costas da Barbaria, cheio de rancores quando perseguido, arrogante e insolente quando tem as costas quentes. Os nobres esforços dos judeus da Europa, para melhorar a sorte dos seus irmãos do Oriente, são a prova cabal da inferioridade moral dos últimos. A primeira causa do mal é por certo a detestável organização social do Oriente; mas o grande factor é especialmente o espírito judaísta exclusivo. É sempre funesto o regímen do Gueto. Ora, repito, as práticas do farisaísmo e do talmudismo faziam deste regímen de reclusão o estado natural do povo judeu. O gueto foi para o judeu menos um constrangimento oriundo do exterior do que consequência do espírito talmúdico. Morreria toda a raça se as condições morais do povo judeu não fossem excepcionalíssimas.

Não haverá espírito alto que não sinta simpatia por uma raça cujo papel no mundo foi tão extraordinário, e ninguém poderia prever os destinos da história humana, se um acaso não tivesse suspendido a marcha da pequena tribo. No julgamento da crise terrível que atravessou o povo judaico, no começo da nossa era, há muitas injustiças a reparar, crise essa que determinou de um lado o esta-

belecimento do cristianismo e por outro a ruína de Jerusalém e do talmudismo. São um pouco carregadas as cores com que os Evangelhos pintaram os fariseus; parecendo que os evangelistas os escreveram sob a impressão das rupturas violentas, feridas entre judeus e cristãos, na época do cerco de Tito. Nos actos dos apóstolos, em tudo o que sabemos da Igreja de Jerusalém e do papel de Tiago, irmão do Senhor, os fariseus têm uma feição sensivelmente diferente da que eles apresentam nas falas atribuídas a Jesus pelos *sinópticos*. Em todo o caso não se pode deixar de estar com Jesus e com S. Paulo contra Scammai, com os agadistas contra os halakistas. A agada (prédica popular) e não a halaka (estudo da Lei) foi quem conquistou o mundo. Certamente o judaísmo exclusivo, resistente, apertado na dupla capa da Lei e do Talmude, sobrevivendo à destruição do Templo, é ainda grande e imponente. Prestou um relevante serviço ao espírito humano; salvou da destruição a Bíblia hebraica, que provavelmente os cristãos deixariam perder. O judaísmo disperso deu ao mundo homens excelentes, caracteres da maior elevação moral e filosófica; foi por vezes um precioso auxiliar da civilização. Entretanto não está ali o grande judaísmo fecundo, tendo nos flancos a salvação do mundo, da época de Jesus e dos apóstolos; é a velhice respeitável de um homem que teve uma vez nas mãos o destino da humanidade, e que viu seguidamente longos anos obscuros, sempre amado, mas destituído do seu papel providencial.

S. Paulo, Fílon, o autor dos versos sibilinos e dos versículos atribuídos a Filócide, falavam verdade,

quando, apoiados no fundo judaico, relegavam as suas práticas. Essas práticas tornariam impossíveis as conversões. As práticas, escrupulosamente conservadas pela maior parte da nação, foram e são ainda a grande desgraça para as raças e para o país onde ela habita. Os profetas, com as suas largas aspirações e não a lei com as estritas determinações, foram todo o futuro do povo judeu. Jesus vem dos profetas e não da Lei. O Talmude, pelo contrário, é o culto da Lei levado até à superstição. Depois de uma guerra de morte contra a idolatria, Israel criou um feticismo — o feticismo da Tora.

CAPÍTULO XIV

O ÓDIO DOS JUDEUS E DOS CRISTÃOS

Foi quase tão útil para os cristãos a catástrofe judaica do ano 134 como o fora a do ano 70. Triunfaram definitivamente as ideias de Paulo. Pareceu aos olhos dos cristãos ab-rogado de vez o mosaísmo; de pé só ficaria a fé nos méritos da morte de Jesus. Adriano, impedindo a restauração judaica de Jerusalém, prestou um serviço inigualável à causa do cristianismo. Povoada Aelia, como todas as demais colónias, por veteranos e criaturas simples de proveniências variadas, não foi uma cidade de fanáticos, foi antes um meio favorável à aceitação do cristianismo. Geralmente as colónias tendiam a aceitar as ideias religiosas dos países onde se estabeleciam. Ninguém podia pensar em seguir o judaísmo; mas o cristianismo acolhia todo o mundo. Durante três mil anos da sua história a vida humana só se desenvolveu livremente no seu seio durante o período dos duzentos anos que vão de Adriano a

Constantino. Adoptaram complacentemente os cultos idólatras baseados nas ruínas do culto judaico mais do que uma prática judaica. A piscina Probática continuou sendo um lugar de cura, mesmo para os pagãos, e a produzir milagres como no tempo dos apóstolos e de Jesus, em nome do grande Deus impessoal. Os cristãos, por seu turno, continuavam as suas curas maravilhosas com azeite e loções sagradas, sem despertar nos veteranos que formavam a colónia mais do que uma piedosa admiração. Distinguiam-se as tradições da Igreja de Jerusalém por um carácter especial de superstição e de taumaturgia grosseira. Os lugares santos, especialmente a caverna e a gruta de Betlém, patenteavam-se aos próprios pagãos. As viagens aos locais santificados por Jesus e pelos apóstolos começaram nos primeiros anos do século III e substituíram as antigas peregrinações ao templo de Jeová. Quando S. Paulo conduz uma deputação das suas igrejas a Jerusalém, é para o templo que a guia; por certo que, no seu idealismo, nem pensou no Gólgota nem em Betlém. Contrariamente, é a vida de Jesus que se procura; é uma topografia evangélica que se cria. Conhecia-se o local do templo e junto deste ponto reverenciava-se a estela de Tiago, mártir e irmão do Senhor.

Colhiam assim os cristãos os frutos da sua conduta prudente, durante a insurreição de Bar-Coziba. Haviam sofrido por causa de Roma, a sua implacável perseguidora. Encontraram na Síria o prémio de uma fidelidade bem merecida. A Igreja de Jesus, enquanto que os Judeus sofriam o castigo da sua ignorância e da sua cegueira, fiel ao espírito do mestre e indiferente à política, desenvolvia-se tranquilamente na Judeia e nas regiões circunvizinhas. A expulsão determinada contra os judeus atingia também os cristãos circuncisos e que praticavam a Lei, mas não os incircuncisos que sòmente cumpriam os preceitos de Noé. Esta última circunstância estabelecia tal diferença por toda a vida, que era por ela que os homens se classificavam e não pela sua fé ou incredulidade a respeito de Jesus. Os cristãos helenistas, sob a presidência de um tal Marcos, constituíram um grupo na Aelia. Até então não tinha a chamada igreja de Jerusalém tido padre que não fosse circunciso; ainda mais, quase todos os fiéis dessa igreja, condescendendo com o antigo núcleo judaico, adjungiam voluntàriamente o cumprimento da Lei com a crença em Jesus. A partir desta época, a igreja de Jerusalém é tìpicamente helénica; os seus bispos são todos *gregos*, como então se dizia. Mas esta segunda igreja não herdou a importância da outra. Subordinada jerarquicamente à de Cesareia, não ocupou na igreja universal de Jesus mais do que um lugar relativamente modesto, e só se tornou a ouvir falar da igreja de Jerusalém duzentos anos depois.

Assunto capital nestes pontos era a controvérsia com os judeus. Os cristãos reputavam-nos mais difíceis de converter do que aos pagãos. Acusavam-nos de subtilezas e de má-fé nas discussões. Afirmava-se que, antecipadamente dispostos a apanhar em erro o opositor, só se prendiam com minúcias e pequenas inexactidões fáceis de impugnar e vencer. Irritava-os o que se dizia da vida de Jesus, e por certo que a antipatia que lhes provocava a narrativa do

nascimento virginal do pretendido Messias, o que originou o invento da fábula do soldado Pantera e da cortesã, dimanou de se suporem os Judeus os verdadeiros autores de um nascimento reputado irregular.[1]

Não os convenciam os raciocínios tirados das Escrituras. Perdiam a paciência quando se pretendia opor-se-lhes certas passagens em que Deus parece figurar no plural. O trecho do Génese «FAÇAMOS o homem à nossa imagem...» irritava-os sobremaneira. Inventou-se uma linda agada para obviar a esta objecção: «Quando Deus ditava a Moisés o Pentateuco, ao chegar à palavra *naasé* (façamos), Moisés, atónito, recusou-se a escrever, e censurou gravemente o Eterno por Ele dar assim um golpe de morte no monoteísmo. O Eterno sustentou, porém, a sua redacção, dizendo: «Quem se quiser enganar que se engane»! Os Judeus admiram que, em todas as passagens onde há trechos favoráveis à pluralidade das pessoas divinas, logo Deus, por uma disposição especial, distribuiu as coisas de modo a que a refutação se encontra ao lado da afirmativa.

Para os cristãos o essencial era demonstrar que Jesus cumprira os textos dos profetas e dos salmos que podiam correlacionar-se com os episódios da vida do Messias. Nada mais arbitrário do que a aplicação messiânica. Era a mesma do Talmude e dos *Midrashim* a exegese dos cristãos; era a própria

---

[1] O primeiro vestígio desta fábula aparece talvez na Mixna, *Jabamoth*, IV, 13. Essa fábula ficou tradicional nos Judeus até à actualidade. V. *Toledoth Ieschou*, escrito recente.

negação do senso histórico. Cortavam-se os textos como matéria morta. Cada frase, separada do contexto, passava, sem escrúpulos, a ser aplicada à preocupação dominante do momento. Já os evangelistas de segunda mão, especialmente o falso Mateus, tinham procurado razões proféticas para os actos da vida de Jesus. Foi-se, porém, mais longe. Não só os exegetas cristãos torturavam a versão dos Setenta, para lhes tirar o que convinha à sua tese, bolsando injúrias sobre os novos tradutores, que enfraqueciam os argumentos favoráveis, mas também falsificavam certas passagens. Pôs-se o lenho da cruz no salmo XCVI (versículo 10), onde ele nunca aparecera, a descida aos Infernos em Jeremias; e quando os Judeus protestaram que não havia tal nos seus textos, diziam-lhes que eles haviam truncado os textos por maldade e de má-fé, tendo cortado, por exemplo no *Livro de Isaías*, a narrativa em que se conta que o profeta fora serrado, porque essa passagem recordava o seu crime contra Jesus. Nada custa a qualquer apologética convicta e apaixonada. Apelou-se para os registos oficiais do recenseamento de Quirino, que nunca existiram, e para um pretenso relatório de Pilatos para Tibério, que nunca existiu.

Pareceu cómoda a forma dialogada para estas controvérsias. Um tal Aríston de Pela, o mesmo de onde Eusébio tirou a narração da guerra judaica no tempo de Adriano, escreveu uma disputa entre Jasão, judeu converso ao cristianismo, e Papisco, judeu da Alexandria, resistente na sua velha crença. Feriu-se a batalha, como sempre, com textos bíblicos; Jasão provava que Jesus cumprira com tudo o que vinha

referido nas passagens messiânicas. Os admiradores do livro pretendiam afirmar que a argumentação hebraica de Jasão era tão forte e a sua eloquência tão suasiva, que era impossível resistir-lhe. Papisco, no fim do diálogo, esclarecido em seu coração pela infusão do Espírito Santo, reconhecia a verdade e pedia o baptismo a Jasão. O consenso, porém, não foi geral. O autor parecia demasiadamente ingénuo; achou-se mesmo que ele brincava com os textos da Escritura por uma forma ridícula. Celso estigmatizou-o. Orígenes defendeu-o a custo, confessando que é um livro pouco importante para a defesa da religião, e que é melhor livro para instruir os simples do que próprio para elucidar os doutos. Eusébio e S. Jerónimo não o admitem. E como não foi copiado, perdeu-se de todo.

Outro livro medíocre, aparecido na Judeia, conservou o eco de todas estas mutilações. O autor tomou como motivo formal testamentos, ou melhor, recomendações, postas na boca de doze patriarcas, filhos de Jacob. A linguagem do original é o grego, recheado de hebraísmos, que é a linguagem adoptada na maioria dos escritos do Novo Testamento. As citações são feitas segundo a versão dos Setenta. O autor nascera judeu, mas pertencia à facção de Paulo; porque se refere ao grande apóstolo com vivo entusiasmo, e é feroz para com os seus antigos correligionários, a quem acusa de felonia e de traição. Há na obra vestígios de quase todos os escritos do Novo Testamento; as duas Bíblias estão juntas, sob o título de «livros santos», e o *Livro de Henoch* é citado como texto de grande confiança. Nunca se falou em termos mais brilhantes da divindade de

Jesus. Os Judeus foram cativos, dispersos por todo o mundo, entregues às influências do Demónio e de Satanás, porque mataram a Jesus e lhe negaram a sua ressurreição. Desde a sua apostasia, passou para os pagãos o espírito de Deus. Recolherá Israel da sua dispersão quando sentir o pejo de vir tão tardiamente agregar-se aos gentios conversos.

Uma visão palpitante exprime os sentimentos do autor para com o antigo povo. Conta Neftali que em sonhos se vira um dia sentado com seu pai e seus irmãos, à beira do mar de Iabné; ali viram eles um navio vogando à aventura. O navio estava carregado de múmias; não tinha nem equipagem, nem comandante. O seu nome era: *A nau de Jacob*. Embarca nele a família patriarcal; mas logo se levanta uma tempestade terrível; o pai, que segurava a cana do leme, desapareceu como um fantasma; José salva-se agarrado a um mastro e os outros a dez tábuas; Levi e Judá do mesmo modo. Dispersam-se os náufragos. Mas Levi, vestido com um saco, invoca o Senhor; serena o temporal; a barca vasa em terra no meio de uma calmaria perfeita; os náufragos encontram seu pai Jacob, e é unânime o seu alegre entusiasmo.

A pretensão do autor dos Testamentos dos doze patriarcas foi enriquecer a lista dos escritos contidos no Cânone sagrado; o seu livro é como o do pseudo-Daniel, do pseudo-Esdras, do pseudo-Baruch, do pseudo-Henoch. Não teve contudo o mesmo êxito. O tom declamatório de enfática banalidade e a severidade exagerada contra os prazeres sexuais e o luxo das mulheres, as terríveis objurgatórias contra os Judeus, tornariam o livro adequado à edificação de

fiéis piedosos; mas passara o tempo do grande êxito das fraudes canónicas; já uma forte trincheira defendia o livro sagrado, evitando as inserções fraudulentas. Só pequenos grupelhos da igreja admitiram o livro. Mas como era antijudaico e essencialmente cristão, não foi reprovado pela Igreja grega, como tantas outras obras da literatura judaica apócrifa e júdeo-cristã. Teve bastantes cópias e há do original grego largo número de manuscritos.

O filósofo Justino, de Neapólis, na Samaria, foi, por estes tempos, o melhor defensor da Igreja. Seu pai Prisco ou seu avô Báquio fizeram com certeza parte da colónia que Vespasiano criou em Siquém, e que deu a essa cidade o nome de Flávia Neápolis. A sua família era pagã; e a sua educação helénica foi bastante acurada. Justino tinha mais qualidades de coração e aspirações religiosas do que faculdades racionais. Lera Platão e experimentara diversas escolas filosóficas do seu tempo; e, como acontece com os espíritos ardentes mas pouco judiciosos, nenhuma o satisfez. Era impossível o que ele pedia a essas escolas. Queria a solução completa de todos os problemas que soerguem o universo e a consciência humana. A confissão sincera da impotência, confessada pelos seus mestres, levou-o para os discípulos de Cristo. Foi o primeiro cristão por cepticismo, o primeiro que adorou o sobrenatural, isto é, a negação da razão, por mau humor com a mesma razão.

Contou-nos com muita arte, para que se pense que a sua narrativa é uma rigorosa autobiografia, a sua romagem através das diferentes seitas, seus desenganos, suas desilusões, o encanto havido na

revelação judaica quando a conheceu e o modo por que os profetas o levaram para Cristo. O que sobretudo o encantou foram os costumes dos cristãos e a vista da sua fé inabalável. As outras formas do judaísmo, particularmente a seita de Simão, *o Mágico*, só lhe causaram nojo. Seduzira-o o contorno filosófico com que o cristianismo já se ia afeiçoando. Conservou o vestuário dos filósofos, esse *pallium*, indício da vida austera, votada ao ascetismo e que era tanto do agrado de muitos cristãos. A sua conversão não foi, no seu entender, uma ruptura com a filosofia. Gostava de repetir que, só a partir do dia em que foi verdadeiramente um filósofo, abandonou Platão pelos escritos dos profetas, a filosofia profana por outra nova filosofia, a única certa, a única que dá aos seus adeptos o repouso e a paz.

Fez-se sentir em Justino a atracção que Roma exerceu sobre todos os sectaristas. Pouco depois da sua conversão partiu para a capital do mundo, e foi ali que compôs as Apologias que, conjuntamente com as de Quadrato e Aristides, foram a primeira manifestação do cristianismo aos olhos do público iniciado na filosofia. A sua antipatia pelos Judeus, estimulada pela recente recordação das violências de Bar-Coziba, inspirou-lhe outro escrito de uma exegese tão estranha como a de Aríston de Pela, em que o erro e a injustiça vão ainda mais longe.

Inverteram-se, com efeito, os papéis. Os pagãos, entrando em massa na Igreja, eram cada vez mais numerosos. As duas grandes ligações do novo culto com o judaísmo, a Páscoa e o Sábado, afrouxavam dia a dia. Enquanto que, na época de S. Paulo, o cristão que não cumprisse a Lei era tolerado com

muita dificuldade e coagido a todas as concessões humilhantes, era agora mais cotado que o cristão judaizante a quem se pretendia a todo o custo expulsar do grémio da Igreja. Se ele era irrepreensível na sua fé em Jesus Cristo e na obediência aos Mandamentos, se estava convicto da inutilidade da Lei, e se observava somente parte, como recordação piedosa, se não incomodava os gentios a quem Jesus Cristo retirou do erro e verdadeiramente circuncizou, se não fez nenhuma propaganda para os convencer a adstringirem-se às suas práticas, se nunca apresentou essas práticas como obrigatórias e necessárias à salvação, deverá salvar-se. Eis o que foi admitido pelos espíritos livres. Mas havia outros que não se atreviam nem a conversar nem a viver com os que observavam qualquer preceito da Lei. «Para mim, diz Justino, creio que, quando uma pessoa, por fraqueza de espírito, quer cumprir o que pode da lei imposta aos Judeus pela dureza do seu coração, que por tal espera em Jesus Cristo, resolvida a satisfazer todos os deveres eternos e naturais de justiça e de piedade, não tendo dúvidas em viver com outros cristãos, sem os forçar à circuncisão e à observância do sábado, julgo que se pode viver muito bem com ela. Mas, se alguns judeus, pretendendo crer em Jesus Cristo, querem obrigar os gentios fiéis a observar a Lei, eu os rejeito em absoluto... Aqueles que, depois de conhecer e confessar que Jesus é o Cristo, abandonaram a sua fé, à persuasão desses obstinados em passar à lei de Moisés, seja qual for a razão que os determine, nunca mais se salvarão, a não ser que antes da hora da morte reconheçam o seu erro». Orígenes encara as coisas do mesmo

modo. Os Judeus, que se fizeram cristãos, têm por isso mesmo que abandonar a Lei. Os judeus observantes da Lei, embora sejam cristãos, são ebionitas e sectários; porque dão valor à circuncisão e a práticas proibidas por Jesus. Estatuiu-se a lógica. Já se não podia evitar que uma dualidade, impedindo que os cristãos comessem juntos, mesmo no dia de Páscoa, abrisse uma cisão completa entre eles.

A partir do meado do século II, acendeu-se o ódio entre as duas religiões. Os pacíficos discípulos de Jesus e os judeus, exilados pelo seu fanatismo terrestre, cavam entre si os mais acirrados rancores. Segundo os cristãos, um novo povo substituiu o antigo. Os judeus acusam os cristãos de apostasia e perseguem-nos rudemente. «Tratam-nos como inimigos, como se entre nós houvesse guerra aberta, matando-nos, torturando-nos, quando podem, tal como vós outros», diz Justino aos Romanos. Chicoteavam-se e apedrejavam-se nas sinagogas as mulheres que queriam converter-se. Os judeus censuravam os cristãos por não compartilharem a raiva e os desgostos de Israel. Os cristãos faziam recair sobre a nação judaica uma insinuação que não estivera nas intenções nem de Pedro, nem de Tiago, nem do autor do Apocalipse, e que era a de ter crucificado Jesus. A morte de Jesus atribuíra-se até então a Pilatos, aos grandes sacerdotes e a certos fariseus, mas não a todo o Israel. Os Judeus aparecem agora como um povo deicida, assassino dos enviados de Deus, rebelde às mais evidentes profecias. Os cristãos fazem da não reconstrução do Templo uma espécie de dogma, e consideram como seus inimigos mortais os que pretendem desmentir neste ponto as

profecias. Efectivamente, o Templo reedificou-o Omar exactamente no momento em que o cristianismo foi vencido em Jerusalém. Quando Omar quis que lhe mostrassem o lugar sagrado, encontrou-o convertido pelos cristãos num depósito de imundícies, por ódio aos Judeus.

Os ebionitas ou nazarenos, residindo na sua maioria para além do Jordão, não compartilharam naturalmente este ódio. Eram muitos e ganharam pouco a pouco Paneias, todo o país dos Nabateus, o Haurão e Moab. Tinham relações com os Judeus; conheceram Aquiba e outros doutores célebres; Aquiba foi o seu tradutor favorito; mas o modo por que erravam o tempo em que floresceram os dois mestres demonstra que a eles só chegou um eco vago da sua celebridade. Falam os escritores da Igreja católica de duas espécies de ebionitas, uns conservando todas as ideias dos Judeus e atribuindo a Jesus um nascimento vulgar, outros reconciliados com S. Paulo, não admitindo a necessidade das observâncias senão para os Israelitas de sangue, e reconhecendo em Jesus um nascimento sobrenatural, como o que é contado no início do Evangelho de S. Mateus. Os dogmas da escola ebionita seguiram a mesma linha de desenvolvimento que os da Igreja católica; pouco a pouco, em ambas elas, Jesus tendia a erguer-se acima da humanidade.

Ainda que expulsos de Jerusalém na sua qualidade de circuncisos, os ebionitas do Oriente julgavam-se sempre na cidade santa. Os ebionitas das outras partes do mundo concebem ainda a Igreja de Jerusalém tal como fora no tempo de Pedro e de Tiago, como a capital pacífica da cristandade.

Jerusalém é a *kibla* do júdeo-cristianismo; os elkasaítas, que observam essa *kibla* com rigor, simbolizam o sentimento geral. Mas tal luta contra a evidência não pôde durar muito. Bem depressa o júdeo-cristianismo não terá mais Igreja mãe, e as tradições nazarenas ou ebionitas só viverão entre os sectários esparsos pela Síria.

Odiados pelos Judeus, quase estrangeiros para as Igrejas de S. Paulo, diminuem dia a dia os júdeo-cristãos. Ao invés das outras Igrejas, todas sitas nas grandes cidades e participando da civilização geral, os júdeo-cristãos viviam nas aldeias ignoradas, onde não chegavam os ruídos do mundo. Como o episcopado foi o fruto das grandes cidades, não tiveram episcopado. Não tendo jerarquias organizadas, privados da orientação da ortodoxia católica, varridos por todos os ventos, breve se confundiram com o esseísmo e com o elkasaísmo. As crenças messiânicas desfecharam, entre eles, em teorias de anjos sem-fim. A teosofia e o ascetismo dos Essénios levou ao esquecimento os merecimentos de Jesus; tiveram importância exagerada a abstinência da carne e os antigos preceitos dos nazires. A literatura dos Ebionitas, toda em hebreu, foi pouco pródiga de obras. Só tinha valor o seu velho Evangelho análogo ao de Mateus. Amavam-no os judeus conversos que não conheciam o grego e adoptavam-no ainda no quarto século. Contrariamente, os seus Actos dos apóstolos foram mais ou menos deturpados. As viagens de Pedro, apenas indicadas nos *Actos* canónicos, tiveram desenvolvimento excessivo na sua imaginação. Juntaram-lhe miseráveis apócrifos, atribuídos aos profetas e aos apóstolos,

em que Tiago parece desempenhar um alto papel. Ressumbrava o ódio de Paulo em todos esses escritos, que têm, em Roma, seus análogos escritos em grego.

Tão falsa posição condenava o ebionismo à morte. «Querendo uma posição intermédia, diz Epifânio, com certo espírito, Ébion não foi nada e nele se cumpriu o vaticínio: "Sofri quase todas as desgraças, intermediário que quis ser entre a Igreja e a Sinagoga". — Por ter querido, comenta S. Jerónimo, ser ao mesmo tempo judeu e cristão, não foi nem uma coisa nem outra». — Assim se deu com o cristianismo nascente o que se produz em todos os movimentos religiosos. Os criadores de movimentos desse género são absorvidos e suprimidos pelos que se lhes seguem. O primeiro século da égira viu o extermínio dos companheiros, dos parentes e dos amigos de Maomet, dos que pretendiam confiscar em seu proveito a revolução que originaram. No movimento franciscano, os verdadeiros discípulos de Francisco de Assis transformaram-se ao fim de uma geração em heréticos temíveis, sendo perseguidos pelos ortodoxos e queimados vivos por centenas.

A ideia, tendo nos primeiros dias uma actividade criadora, procede a passos de gigante; o iniciador passa a ser um retrógrado, um herético dentro da própria seita, um obstáculo à ideia que caminha contra a sua vontade e que por vezes o injuria e aniquila. Como ele se não move, tudo remoinha em torno dele. Os ebionitas, para quem se estatuíra a primeira bem-aventurança (felizes os ebionitas!) são agora um escândalo na Igreja; passa por blasfémia

a sua doutrina pura. Certamente que os gracejos de Orígenes e as injúrias de Epifânio contra os verdadeiros fundadores do cristianismo, são deveras chocantes. Por outro lado sabe-se que os ebionitas de Kokaba não transformaram o mundo. Se o cristianismo se conservasse seita judaica, fazia um pequeno Talmude e não largaria a *Tora*. Os parentes de Jesus tornaram-se com o andar dos tempos uma aristocracia religiosa intolerável e funesta à obra de Jesus. Como quase todos os descendentes dos grandes homens, tiveram a pretensão de serem os herdeiros do génio e da santidade de Jesus; desdenhavam dos que Jesus mais amara como sua família espiritual. Como os herdeiros de um escritor célebre, queriam guardar só para si o que ele pensara e sentira por todos. O humilde Jesus transformou-se num princípio de vaidade em proveito de alguns doidos; os *desposyni* estavam persuadidos que era para que eles tivessem títulos religiosos e honras de sinagoga que o seu tio-bisavô pregara e morrera crucificado. Parece que Jesus já receava este mal-entendido: um dia, estendendo a mão para os seus discípulos, dissera com perfeita verdade: «Eis ali minha mãe e meus irmãos; porque todo aquele que fizer a vontade de meu Pai que está nos Céus esse é meu irmão e irmã e Mãe».

O ebionismo e o nazarismo continuaram até aos séculos v ou vi nos pontos longínquos da Síria, especialmente além-Jordão, refúgio de todas as seitas, bem como do lado de Alepo e na ilha de Chipre. Perseguido pelos imperadores ortodoxos, desapareceu na tormenta do islamismo. De certo modo pode dizer-se que se continuou com o islão. Sim; o isla-

mismo é por muitos pontos o prolongamento, ou melhor, a desforra do nazarismo. O cristianismo, tal como os gregos politeístas e metafísicos o organizaram, não podia convir aos Sírios e aos Árabes, os quais deviam separar profundamente Deus do homem e necessitavam da maior simplicidade religiosa. As heresias dos séculos IV e V, tendo por centro a Síria, são uma espécie de protesto permanente contra as doutrinas exageradas da Trindade e da Encarnação que os padres gregos fizeram prevalecer. «Como pode ser mortal quem dá a vida? pergunta Theodoret. O que sofreu foi um homem que Deus escolheu entre nós. Os sofrimentos pertencem ao homem, que é passivo; só sofre a forma escrava». — «Eu não invejo Cristo, que se fez Deus, diz Ibas de Edessa, porque eu quero ser o que ele se tornou». E no dia da Páscoa, atrevera-se a discorrer assim: «Hoje tornou-se Jesus imortal». É a doutrina nazarena ou ebionita pura. O islamismo não diz outra coisa. Maomet conheceu o cristianismo por essas comunidades ultrajordânicas, opostas ao Concílio de Niceia e aos concílios que desenvolveram as doutrinas do de Niceia. Os cristãos são para ele *nazarenos.* O docetismo dos muçulmanos enraíza-se nas mesmas seitas. Se o islamismo substitui a *kibla* de Meca à de Jerusalém, presta as maiores honras ao local do Templo; a Mesquita de Omar ergue-se sobre o local manchado pelos cristãos. O próprio Omar trabalhou na remoção dos estrumes; e o monoteísmo puro reconstruiu a sua fortaleza sobre o monte Moria. Afirmou-se muita vez que Maomet foi um árico; não é exacto. Maomet foi um nazareno, um júdeo-cristão. O monoteísmo semítico apreendeu para si os

seus direitos e vingou-se das complicações mitológicas e politeístas, que o génio grego introduzira na teologia dos primeiros discípulos de Jesus.

Há um ponto pelo qual os ebionitas judeus têm importância no trabalho literário da Igreja universal. O estudo do hebreu bíblico, tão desprezado nas Igrejas de Paulo, floresceu entre eles. Do seu seio ou das seitas vizinhas saíram os célebres tradutores, Símaco e Teodocion. Apresentam-se esses personagens ora como ebionitas, ora como samaritanos, mas sempre prosélitos trânsfugas e heréticos judaizantes. As controvérsias sobre as profecias messiânicas, especialmente sobre a *alma,* a pretensa virgem-mãe de Isaías, levavam ao estudo do texto. O Evangelho hebreu e o seu congénere, ligeiramente adulterado, o Evangelho de Mateus, com as lendas e as genealogias, são outro objecto de polémica. Especialmente Símaco, parece que foi nessas Igrejas remotas um doutor universalmente respeitado.

É nestas condições pouco diferentes das que acabamos de descrever que se fez, ao que parece, a versão siríaca, chamada *Peschito,* do Antigo Testamento. Segundo uns, tivera os Judeus por seus autores; segundo outros, júdeo-cristãos; o que é certo é que nela colaboraram judeus, pois que promana directamente do hebreu e tem notáveis paralelismos com os Targuns. Esta versão executou-se em Edessa, segundo todas as probabilidades. Mais tarde, quando nestes países dominou o cristianismo, traduziram-se os escritos do Novo Testamento num dialecto análogo ao do antigo *Peschito.*

Esta escola de hebraizantes cristãos não se prolongou além do século II. A ortodoxia das Igrejas

helénicas mostrou-se sempre desconfiada contra a *verdade hebraica;* a piedade não inspira desejos de consulta; o estudo do hebreu era quase impossível para os não judeus. Orígenes, Doróteo de Antioquia e S. Jerónimo são excepções. Os próprios judeus dos países gregos e latinos desprezavam muito o velho texto. Rabi Meir, obrigado a ir à Ásia, não encontrou, em hebreu, entre os seus habitantes, o *Livro de Ester;* escreveu-o então de memória, a fim de o poder ler na sinagoga, no dia de *purim.* É certo que, sem os judeus do Oriente, se perderia o texto hebraico da Bíblia. Conservando esse documento inestimável do velho mundo semítico, os judeus prestaram ao espírito humano um serviço idêntico ao dos brâmanes conservando os Vedas.

CAPÍTULO XV

ANTONINO, O PIO

PELO ano 135 regressou a Roma Adriano e nunca mais de lá saiu. A civilização romana exterminara um dos seus maiores inimigos, o judaísmo. Triunfava. Em toda a parte a paz, o respeito dos povos, os bárbaros aparentemente submetidos; praticavam-se as máximas adoptadas por um governo suave. Tinha Trajano razão em crer que se podem governar os homens com civilidade. Enraizava-se fortemente a ideia do Estado tutelar e benevolente. A conduta particular de Adriano originava graves censuras; pervertia-se-lhe o carácter à medida que declinava a sua saúde; mas os povos não davam por tal. Um esplendor e um bem-estar sem exemplo, envolvendo tudo numa brilhante auréola, dissimulavam os defeitos da organização social. A falar verdade, esses defeitos eram susceptíveis de correcção. Abria-se a porta a todo o progredimento. Invadia a civilização a filosofia estóica, introduzindo-lhe

a ideia dos direitos do homem, da igualdade civil, da uniformidade da administração provincial. Desapareciam dia a dia os privilégios da aristocracia romana. Os directores da sociedade trabalhavam convictos do seu progresso. Eram filósofos e filantropos, querendo sem utopias a máxima aplicação da razão às coisas humanas. Isto valia bem mais que a fanática *Tora*, inaplicável e útil sòmente para um povo muito pequeno. Havia motivo para estar contente, e a esta bela geração de estadistas, sucedia uma outra mais sábia, mais séria e ainda mais honrada.

Adriano divertia-se e tinha para isso todo o direito. O seu espírito curioso e activo sonhava ao mesmo tempo todas as quimeras; mas o seu critério não era bastante para lhe evitar as faltas de gosto. Mandou construir, no sopé das montanhas de Tíbure, uma vila que era como que o álbum das suas viagens e o pandemónio da celebridade. Dir-se-ia a feira ruidosa e contraditória de um mundo prestes a morrer. Havia de tudo: falso Egipto, falsa Grécia, o Liceu, a Academia, o Pritaneu, o Pécilo, o Canopo, o Alfeu, o Vale de Tempe, os Campos Elísios, o Tártaro, os templos, as bibliotecas, os teatros, um hipódromo, uma naumaquia, um ginásio, termas. Estranho local, embora atraente! Foi o último sítio onde houve divertimentos, onde os homens de espírito adormeceram ao ruído vão do «avaro Aqueronte». O grande cuidado em Roma do fantástico imperador, foi este túmulo disparatado, mausoléu imenso, vencendo Babilónia, e que, despojado dos seus adornos, se tornou a cidadela da Roma papal. Cobriam o mundo construções suas: entusiasmavam o coração dos letrados, os ateneus que fundou, a protecção às letras e às belas-artes, as imunidades concedidas aos mestres. Infelizmente, a superstição, a extravagância, a crueldade, sobrepujavam nele, cada vez mais, à medida que o abandonavam as suas forças físicas. Edificara um Eliseu para não acreditar nele, um inferno para se rir dele, uma sala de filósofos para os desfrutar, uma Canopa para evidenciar as imposturas dos padres e evocar as festas sem senso do Egipto, que tanto o haviam feito rir. Agora para ele tudo era oco e vazio; já nada o animava.

Talvez que alguns martírios, decretados nos últimos meses do seu reinado, não tivessem outro motivo que não fossem o desarranjo e os caprichos dos seus últimos clarões de vida. Telésforo era então o chefe da Igreja em Roma; morreu confessando o Cristo e foi glorificado pela sua fé.

A morte do césar amador foi triste e sem dignidade; porque o não animava nenhum sentimento moralmente elevado. Mas nem por isso o mundo deixou de perder nele um grande sustentáculo. Só os Judeus é que triunfavam com os seus derradeiros momentos. Usou-se, quando se lhe citava o nome, acrescentar: «Que Deus lhe quebre as pernas».[1] Adorou sinceramente a civilização e teve a nítida compreensão do que ela devia ser para o seu tempo. Com ele findaram a literatura e as artes antigas. Foi o último imperador que acreditou na glória, como Élio Vero foi o último homem que soube gozar com

---

[1] *Livro de Josué* (samaritano), c. 48, e nos Talmudes.

delicadeza. As coisas humanas são tão frívolas, que é preciso domá-las com brilho. Não se aguenta um mundo sem isso. Soube-o tão bem Luís XIV, que se viveu e ainda se vive ao calor do seu sol de cobre dourado. A seu modo Adriano marcou um vértice, depois do qual a descida foi rápida. Certamente que Antonino e Marco Aurélio o excederam em virtudes; mas nos seus reinados o mundo entristece, perde a alegria, vela-se, faz-se cristão, aumentam as superstições. A arte de Adriano, embora seja o seu verme roedor, ainda se agarra aos princípios; é uma arte hábil e cientista; em seguida a decadência vem com uma força irresistível. A sociedade antiga percebe que tudo é vão: ora no dia em que se faz tal descoberta, está-se na agonia. Os dois sábios completos que vão reinar são dois ascetas a seu modo. Lúcio Vero, Faustino serão os sobreviventes deslocados da elegância antiga. É nesta data que o mundo se despede da alegria, trata as musas de cortesãs, já não quer ouvir falar senão do que é a causa da sua melancolia e muda-se num vasto hospital.

Antonino foi um S. Luís pelo coração e pela honradez, mas com mais juízo e outro alcance espiritual. Nunca houve soberano mais perfeito. Foi até superior a Marco Aurélio, pois que as fraquezas deste último não as teve o primeiro. Enumerar as suas virtudes é enumerar todas as qualidades de um homem perfeito. Todo o mundo viu nele a encarnação do mítico Numa Pompílio. Foi o mais constitucional dos soberanos; simples, económico, sempre preocupado com boas obras, com os trabalhos públicos, estranho aos excessos, isento de retórica e de qualquer afectação de espírito. Por ele chegou a

filosofia ao poder; os filósofos foram por toda a parte largamente pensionados; a sua comitiva eram ascetas e foi obra sua a educação geral de Marco Aurélio.

Parecia ter-se atingido assim o ideal; reinava a sabedoria; o mundo foi durante vinte e três anos governado por um pai. Caíram a afectação e o falso gosto da literatura; todos se tornavam simples; mereceu grande solicitude a instrução pública. Melhorou o mundo inteiro; redigiram-se leis excelentes a favor dos escravos; foi cuidado universal o alívio dos que sofriam. Os pregadores de moral filosófica sobreexcederam os êxitos de Díon Crisóstomo; toda a gente evitava o escolho dos aplausos frívolos. Substituía a cruel aristocracia romana, uma aristocracia provinciana de pessoas honradas, não querendo senão o bem. Caíam a força e a altivez do mundo antigo; todos queriam ser bons, meigos, pacientes e humanos. Como sucede sempre, aproveitando esta amplidão de ideias, surgiam aspirações socialistas; mas o bom senso geral e a força da ordem evitavam que elas se transformassem em calamidade pública.

É flagrante a semelhança destas aspirações com as do cristianismo. Mas uma diferença profunda separava as duas escolas e abria entre elas um sulco de inimizade. O cristianismo era, no seio do império benfazejo dos Antoninos, um demolidor, que urgia combater pela esperança de um próximo fim do mundo, pelos votos mal dissimulados contra a sociedade antiga. Sempre pessimista, inexaurível em lúgubres profecias, longe de servir o progresso racional, o cristão desdenhava-o. Os doutores católicos

reputavam necessária a guerra entre o Império e a Igreja, como o derradeiro acto da luta entre Deus e Satanás; afirmavam alto e bom som que a luta duraria até ao fim dos séculos. Ainda que algumas vezes presente ao seu espírito, parece-lhes uma contradição e uma impossibilidade a ideia de um império cristão.

Enquanto o mundo vivia, obstinavam-se, como nunca, os judeus e os cristãos — a querer que ele acabasse. Vimos como o pseudo-Baruch se esgotou em vaticínios vagos. Trovejava durante esse tempo a sibila júdeo-cristã. O esplendor crescente de Roma era um ultraje sanguinolento feito à verdade divina, aos profetas e aos santos. Todos os flagelos naturais,[1] que foram imensos, eram dados como sinais evidentes da cólera divina. Exploravam-se os terramotos da Ásia, passados e presentes, no sentido mais sinistro e terrificante. Essas calamidades só tinham uma causa no dizer dos fanáticos, a destruição do Templo de Jerusalém. A Roma cortesã entregava-se nos braços dos mil amantes que a desvairavam; por seu turno será sua escrava. A Itália, embebida no sangue das guerras civis, será o repasto dos animais ferozes. Para exprimir a ruína de Roma, empregavam os nossos profetas quase as mesmas imagens que serviam ao vidente de 69, para pintar o seu sombrio furor.

Difícil se torna a uma sociedade o não responder a tais ataques. Os livros sibilinos onde se liam,

[1] Os tremores de terra e os flagelos naturais continuam a ser frequentes depois do espantoso tremor de terra que destruiu Antioquia e todo o Amano em 115.

atribuídos ao pretenso Histaspe, e que anunciavam a destruição do Império, foram condenados pela autoridade romana; decretou-se a pena de morte para quem os lesse ou os possuísse. Constituía um delito, na época imperialista, o inquieto auscultar do futuro; quase sempre a curiosidade não ocultava o desejo das revoltas e o incitamento do assassinato.

Por certo que seria digno do sábio imperador, que introduziu tantas reformas, cheias de humanidade, o desprezar as intemperanças imaginativas sem alcance verdadeiro e ab-rogar as duas leis que o despotismo romano fazia pesar sobre a liberdade dos cultos e a liberdade de associação; mas ninguém pensou nisso nem no tempo de António, nem no de Marco Aurélio. Só um livre-pensador é que poderia ser tolerante; mas Antonino observava e fazia cumprir rigorosamente todas as cerimónias do culto romano. A política dos seus antecessores fora imutável neste ponto. Todos haviam visto no cristianismo uma seita concreta, anti-social, visionando a destruição do Império; como todos os homens ligados aos velhos princípios romanos, supunham-se na obrigação de o reprimir. Não eram precisos éditos especiais; as leis contra o *coetus illiciti,* e os *illicita collegia,* eram inúmeras. Os cristãos estavam dentro destas leis, da maneira mais formal. Convém observar, primeiro, que o verdadeiro espírito de liberdade, como nós o entendemos, não era então compreendido por ninguém e que o cristianismo, quando dominava, o não teve mais amplo do que qualquer imperador pagão; e em segundo lugar que a ab-rogação da lei das sociedades ilícitas foi provavelmente a causa da ruína do Império, fundado

sobre o princípio de que o Estado não pode admitir no seu seio qualquer sociedade diferente da sua constituição. O princípio seria mau, segundo as nossas ideias; mas o que é certo é que ele foi a pedra angular da constituição romana. Considerar-se-ia abalado o Império nos seus fundamentos se se relaxassem as leis repressivas, consideradas como condição essencial da solidez do Estado.

Parece que os cristãos assim o compreenderam. Longe de odiarem Antonino, consideravam-no como um melhorador da sua sorte. Um facto altamente honroso para este soberano foi o de um advogado do cristianismo se lhe dirigir, com confiança plena, para obter a reforma de uma situação legal que, com razão, reputava injusta e mal cabida em reinado tão feliz. Foi-se mais longe, e, nos primeiros anos de Marco Aurélio, fabricaram-se escritos vários, com o nome de Antonino, reputados dirigidos aos Larissenses, Tessalonicenses, Atenienses, a todos os gregos, aos estados da Ásia, e tão favoráveis ao cristianismo que, se Antonino os tivesse realmente contra-assinado, seria muito inconsequente não se fazendo cristão. Estes documentos só provam a opinião que os cristãos formavam do excelente imperador. Antonino não foi menos benevolente para os Judeus que não ameaçavam o Império. As leis proibindo a circuncisão, que foram a consequência da revolta de Bar-Coziba, revogaram-se no que elas tinham de vexatório. O judeu pôde livremente circuncisar os seus filhos; mas, praticando a operação em qualquer não-judeu, a sua pena era a da castração total, isto é, a pena de morte. Só mais tarde é que foi dada aos Israelitas a jurisdição civil dentro da comunidade.

Tal era o rigor da ordem legal estabelecida, tal a efervescência popular contra os cristãos, que, mesmo neste reinado, se tem o desgosto de haver muitos mártires. São Policarpo e Justino os mais ilustres; mas não os únicos. Ensanguentaram a Ásia Menor assassinatos jurídicos numerosos, todos dimanados de tumultos; veremos como o montanismo nasceu, como uma alucinação, da embriaguez do martírio. Em Roma, o livro do falso Hermas aparecerá como saindo de um banho de sangue. A preocupação do martírio, as questões referentes aos renegados, ou aos que se mostravam fracos, enchem o volume inteiro. Descreve Justino, em cada página, os cristãos como vítimas que só esperam morrer; até o seu nome, como no tempo de Plínio, é um crime. «Perseguem-nos por todos os lados os judeus e os pagãos, privam-nos dos nossos bens e só nos deixam a vida quando não no-la podem tirar. Cortam-nos a cabeça, crucificam-nos, lançam-nos às feras, atormentam-nos com cadeias, com o fogo, com os mais atrozes suplícios. Mas quanto mais mal nos fizerem mais crescerá o número de fiéis. O viticultor poda a vinha para a fazer rebentar; arranca-lhe os ramos que deram o fruto, para que cresçam outros mais vigorosos e mais fecundos; sucede o mesmo ao povo de Deus, que é como a vinha fértil, plantada pela sua mão e pela de Nosso Senhor Jesus Cristo».[1]

---

[1] Justin., *Dialog.*, 110.

CAPÍTULO XVI

OS CRISTÃOS E A OPINIÃO PÚBLICA

QUERENDO ser justos, devemos relembrar os prejuízos que eivavam o público desta época. Conhecia-se muito mal o cristianismo. O vulgacho não permite que alguém dele se distinga, vivendo isolado, que seja mais puritano e que se furte às suas festas e se exima aos seus usos. Quando alguém se esconde, logo se presume que há motivos fortes para tal. Os cultos secretos provocaram em todas as épocas calúnias, que são invariavelmente as mesmas. Cercados de mistério, pressupõem libertinagens contra a natureza, infanticídios, incestos, e até a antropofagia. Tende-se a ver neles uma camorra contra as leis. A delação tinha no direito antigo, apesar da boa vontade dos imperadores, uma importância que, felizmente, não conserva hodiernamente. Daí uma série de libelos redigidos de opinião antecipada, alcançando todos os cristãos, sem excepção.

Tudo seriam falsidades no murmurar da plebe;

factos mal interpretados pareciam dar certa razão aos aleives. Algumas investigações prejudicaram os cristãos. Os apologistas não o negam; sustém-nos o respeito pelo tribunal; mas imputam o mal a outras seitas dissidentes, e pedem para que ao geral se não torne extensivo o delito de alguns. As reuniões nocturnas, os sinais de reconhecimento, certos símbolos bizarros, o que se referia ao mistério eucarístico, as frases sacramentais sobre a carne e o sangue de Cristo levantavam suspeitas. O pão comido às escondidas pela mulher cristã, antes das refeições, parecia indicar um crime de magia, punido com a morte. Deviam provocar as mais malévolas interpretações, o hábito dos fiéis se chamarem entre si irmão e irmã, o beijo sagrado, o beijo de paz que se dava, sem distinção de sexo, no momento mais solene da assembleia, especialmente diante de um público incapaz de compreender a idade de ouro da pureza dos costumes. A ideia de conciliábulos em que todas as intimidades e todas as promiscuidades se permitiam, derivava naturalmente de semelhantes factos pervertidos pela malevolência e pelo sarcasmo.

Mas mais terrível ainda era a acusação de ateísmo. Levava à pena de morte, como o parricídio, alvorotando ao mesmo tempo todas as superstições. A aversão patente dos cristãos pelos templos, altares, estátuas, provocava contínuos incidentes. Não havia flagelo, tremor de terra, que lhes não fosse atribuído. Responsabilizavam-nos pelos incêndios dos templos e outros sacrilégios. Confundiam-se neste ponto de vista os cristãos e os epicuristas, e a sua presença secreta numa cidade era o melhor

espantalho para agitar as multidões. A ralé era assim o foco do ódio contra os cristãos. Os mais malvistos nos autos autênticos dos mártires, como os maiores inimigos dos santos, pertenciam à canalha das grandes cidades. Os fiéis não se julgavam gente do povo; constituíam nas cidades uma pequena burguesia honesta, muito respeitadora da autoridade e até disposta a entender-se com esta. Os bispos tinham como uma vergonha, o defenderem-se diante do povo; só queriam argumentar com as autoridades. Vê-se já bem que o cristianismo e o Governo se deverão entender às mil maravilhas no dia em que este afrouxar o seu rigor. Como se sente o quanto desvanecerá o cristianismo o ser a religião do Estado!

Coisa singular! a única entidade pagã de quem os cristãos mais se aproximam pela analogia das opiniões é com os epicuristas. Tanto se dava o nome de ateus aos discípulos de Jesus, como aos de Epicuro. Tinham como princípio comum negar, por uma ordem de razões bem diferentes, o sobrenatural pueril e as maravilhas ridículas em que o povo acreditava. Os epicuristas viam neles fraudes dos padres; os cristãos obra do Diabo. Mas o que agravava a causa dos cristãos era o supor-se que eles, com os exorcismos, pudessem fazer cessar os prodígios locais e impor silêncio aos oráculos que faziam a fortuna de uma cidade e de um país. Quando Alexandre de Abotonica viu desmascaradas as suas fraudes, diz: «Não é surpreendente que o Ponto está cheio de ateus e de cristãos!» Esta frase aterrou o povo e restituiu momentâneamente ao impostor a sua popularidade. Queima os livros de Epicuro e

manda lapidar os partidários das duas seitas. Odiava especialmente a cidade de Amástris, por ser cidade cristã e epicurista. No início dos seus mistérios, proclamava-se: «Se há aí algum ateu, algum epicurista, algum cristão, que saia!» Ele mesmo dizia: «Rua com os cristãos!» A multidão respondia: «Rua com os epicuristas!» O nome de epicurista nos países supersticiosos era sinónimo de maldito. Como o dos cristãos, punha em risco a vida ou pelo menos relegava um homem da sociedade.

Os cristãos serviam-se dos argumentos dos livre-pensadores, dos incrédulos, para ridicularizar as crenças populares e combater o fatalismo. Os oráculos foram o objecto do riso dos homens de espírito e de bom senso; os cristãos aplaudiam essas zombarias. Um facto curioso é o de um tal Enómao de Gádaros, filósofo cínico que, tendo sido enganado por um falso oráculo, mal-humorizou-se e escreveu um livro intitulado: *A Fraude Desmascarada*, em que ridiculariza com graça, como uma impostura, a superstição de que ele foi vítima momentânea. Este livro foi acolhido com entusiasmo pelos cristãos e pelos judeus. Eusébio inseriu-o todo na sua *Preparação Evangélica* e parece que os Judeus puseram o seu autor a par de Balaão, na categoria dos apologistas involuntários de Israel e dos apóstolos entre os pagãos.

Os cristãos e os estóicos, semelhando-se muito mais entre si do que os cristãos e os epicuristas, nunca foram comparados nem confundidos. Não desdenhavam os estóicos ostensivamente o culto público. Parecia-lhes doida obstinação a coragem dos mártires cristãos, afectação de heroísmo trágico, vontade firme de morrer que só merecia doestos. Irritavam-nos esses bandos de doidos asiáticos que pediam a morte. Confundiam-nos com os cínicos vãos e orgulhosos que procuravam a morte teatral e se queimavam vivos para que se falasse deles.

Por certo que não há semelhança exterior entre o filósofo cristão e o cínico; vestuário austero, declamação perene contra o século, vida desleixada, resistência fraca às autoridades. Os cínicos, além do vestuário análogo ao dos monges mendicantes da Idade Média, tinham uma certa organização, noviços, superiores. Eram professores públicos de virtude, censores, bispos, «anjos dos deuses», mas a seu modo; atribuía-se-lhes uma vocação pastoral, uma missão celestial para pregar e dar conselhos, missão exigindo o celibato e uma renúncia completa. Por causa do mesmo desprezo da morte, cristãos e cínicos disputavam a mesma antipatia dos espíritos moderados. Celso recrimina a Jesus, como Luciano a Peregrino, por terem espalhado este erro funesto. «O que será da sociedade, dizia-se, se vai arrastada nesta ordem de ideias, e se os celerados já não se arreceiam do suplício?» Mas a imoralidade, a grosseira impudência dos cínicos não acentuavam confusões senão entre observadores muito superficiais. Pelo que se sabe dos cínicos, parece que eles não foram outra coisa senão pedantes e ordinários.

Não se pode pôr em dúvida que, muitas vezes, a provocação partiu dos mártires. Mas a sociedade civil faz mal em ser rigorista, mesmo com os que parecem desejar rigorismo. A crueldade atroz do código romano vai criar o *martyrologio*, fonte de uma vasta literatura lendária, plena de inverosimi-

lhança e de exageros. A crítica, desmascarando o que a narrativa dos *Actos dos Mártires* tem de insustentável, caiu algumas vezes no excesso contrário. Os documentos ao princípio apresentados como as peças originais do processo dos mártires eram apócrifos; os textos dos escritores propriamente ditos, relativos às perseguições, eram raros e curtos; o colectâneo das leis romanas pouco trazendo sobre o assunto, é natural que houvesse uma prudente reserva. Tudo leva a crer que as perseguições foram de pouca monta e que não fosse avultado o número de mártires, e que todo o sistema eclesiástico neste ponto não passe de uma construção artificial. Pouco a pouco fez-se a luz. Mesmo desprendidas dos exageros da lenda, as perseguições são uma das páginas mais sombrias da história e a vergonha das antigas civilizações.

Seguramente que, se para conhecer as perseguições só tivessemos os *Actos dos Mártires*, poderíamos ser cépticos à nossa vontade. A composição dos *Actos dos Mártires* foi, durante um certo tempo, uma espécie de literatura religiosa, animada antes pela imaginação e por uma exaltação piedosa, do que orientada pelos documentos autênticos. Exceptuando a carta referente à morte de Policarpo, a da narração dos suplícios dos heróis de Leão, os *Actos dos Mártires* da África, e outras narrativas de carácter sério, não se pode deixar de confessar que as outras narrativas, classificadas de sinceras, não passam de romances piedosos. Reconhece-se também que os historiadores do Império são pobres em pormenores, no respeitante a cristãos, como em muitos outros assuntos. Os verdadeiros documentos

concernentes às perseguições da Igreja são as obras que compõem a literatura cristã primitiva. Essas obras não precisavam ser dos autores a quem se atribuem para terem autoridade em tal questão. O gosto pelas substituições de escritos de toda a natureza estava tão generalizado nesta época, que a maioria dos livros dos dois primeiros séculos são de procedência incerta; o que não impede que esses livros não sejam o espelho fiel do tempo em que foram escritos. A primeira Epístola atribuída a S. Pedro; o *Apocalipse de S. João*, o trecho que se chama Epístola de Barnabé, a Carta de Clemente Romano, dado que não fossem dele, as Epístolas totalmente ou parcialmente apócrifas de Santo Inácio e S. Policarpo, os poemas sibilinos que pertencem aos séculos I e II, todos os trechos originais conservados por Eusébio sobre as origens do montanismo, as controvérsias de gnósticos e montanistas sobre o martírio, o *Pastor de Hermas*, as Apologias de Aristides, de Quadratos, de S. Justino, de Taciano, de Atenágoras, revelam a cada página um estado violento, que pesa sobre o pensamento do escritor, o obseca e o não deixa ter uma apreciação justa da situação.

De Nero a Cómodo, com raros intervalos, dir-se-ia que o cristão viveu com a perspectiva do suplício sempre ante os olhos. O martírio é a base da apologética cristã. É o sinal da verdade do cristianismo, no dizer dos controversistas do tempo. Só a Igreja ortodoxa tem mártires; as seitas dissidentes, por exemplo os montanistas, fazem esforços ardentes para provar que não são destituídos de um critério supremo de verdade. Os gnósticos são rele-

gados de todas as Igrejas, sobretudo quando negam a eficácia do martírio. É que, com efeito, como o quer Tertuliano, a perseguição era o estado natural do cristão. Podem ser falsos os pormenores dos *Actos dos Mártires* na sua maioria; mas não foi menos uma realidade o medonho quadro que eles apresentam. Se se fez uma errada imagem da luta terrível, que orlou as origens cristãs de uma auréola brilhante e imprimiu uma mancha de sangue nos mais belos séculos do Império, não se lhe exagerou contudo a gravidade. As perseguições foram um elemento de primeira ordem na formação dessa grande associação de homens que primeiro do que ninguém fez triunfar o seu direito contra as pretensões tirânicas do Estado.

Morre-se com efeito por opiniões, não por certezas, pelo que se crê e não pelo que se sabe. O sábio que descobriu um teorema, não tem necessidade de morrer para atestar a verdade desse teorema. Dá a sua demonstração e é quanto basta. Contrariamente, quando há crenças, o grande sinal e a mais eficaz demonstração é morrer por elas. Eis a explicação do êxito extraordinário que obtiveram algumas das tentativas religiosas do Oriente. «Vós outros, Europeus, não sabeis nada de religiões, dizia-me o mais inteligente dos Asiáticos, porque vós nunca as vistes fazer; nós, pelo contrário, vemos isso todos os dias. Eu estava presente quando pessoas cortadas aos pedaços, queimadas, sofriam durante dias suplícios atrozes, dançavam, saltavam contentes, por morrerem por um homem que nunca conheceram (o Bab), e eram homens dos mais considerados da Pérsia. Eu, que vos falo, fui obrigado a deter a minha lenda,

para evitar que se deixassem matar por mim...» O martírio não prova a verdade de uma doutrina; mas prova a sua acção sobre as almas e é o que basta para o seu êxito. As mais belas conquistas do cristianismo, a conversão de um Justino, de um Tertuliano, deveram-se ao espectáculo da coragem dos mártires, da sua alegria nos suplícios e da espécie de raiva infernal que levou o mundo a persegui-los.

CAPÍTULO XVII

AS SEITAS DE ROMA. OS «CERYGMOS». O ROMANCE CRISTÃO. RECONCILIAÇÃO DEFINITIVA DE PEDRO E PAULO.

CHEGARA Roma ao mais alto grau do seu esplendor; parecia incontestado o seu poder sobre o mundo; nenhuma nuvem empanava o horizonte. Em vez de afrouxar, cada vez era maior o êxodo dos provincianos, especialmente orientais, para a grande cidade. Nunca foi aí tão considerável a multidão dos indivíduos que falassem grego. O *graeculus* insinuante, apto para todos os misteres, expulsava o italiano para fora da domesticidade das grandes casas; decaía dia a dia a literatura latina; o grego passava a ser a língua literária, religiosa, filosófica das classes ilustradas, como o fora a do baixo povo. A importância da Igreja de Roma provinha da da própria cidade. Essa Igreja, ainda inteiramente grega, tinha sobre as outras uma superioridade incontestada. Higino, seu chefe, era respeitado pelo

mundo inteiro. Roma tinha o papel da Paris dos grandes dias, cidade de todos os contactos e de todas as fecundações. Quem queria um lugar ao sol partia para lá; só era consagrado o que tinha a marca dessa exposição permanente dos produtos do mundo inteiro.

O gnosticismo, com a ambição de fazer moda na prédica cristã, cedeu a esta tendência. Nenhuma escola gnóstica nasceu em Roma, mas todas soçobravam em Roma. Valentim foi o primeiro a tentar a aventura. Este sectarista audacioso teve mesmo a ideia de sentar-se na cadeira episcopal da cidade sem rival. Apresentou-se com todas as aparências do catolicismo e pregou no estilo bizarro por ele inventado. Foi medíocre o êxito; escandalizaram os fiéis a sua filosofia pretensiosa e a curiosidade inquieta. Higino expulsou o inovador da cadeira cristã. Desde então a Igreja romana indicou a tendência puramente prática que sempre a distinguiu, mostrando-se apta para sacrificar lentamente à edificação, a ciência e o talento.

Apareceu por esse tempo em Roma outro doutor ortodoxo, por nome Cérdon. Natural da Síria, apresentou teorias pouco diferentes das dos gnósticos desse país. O seu modo de distinguir o Deus do Criador, de pôr, além do Deus Pai de Jesus, outro Deus ignoto, apresentando um como justo e outro como bom, produziram mau efeito e com razão. Cérdon achava o mundo uma obra tão imperfeita como o próprio Jeová a quem se atribuía, e que se apresentou com todas as paixões humanas. Rejeitou ele todos os livros judaicos, assim como as passagens de onde pudesse deduzir-se que o Cristo se

tinha feito carne verdadeira. Isto era muito simples; a matéria parecia-lhe uma falha, um mal. Repugnava-lhe pelas mesmas razões a ideia da ressurreição. A Igreja excomungou-o; ele submeteu-se, retractou-se das suas opiniões e continuou a dogmatizar, quer em particular quer em público. Daí uma posição falsa. Passava a vida a sair da Igreja para voltar a ela, fazendo penitência dos seus erros e a sustentá-los novamente. Era muito forte a unidade da Igreja em Roma para que Cérdon pudesse pensar em formar aí uma congregação à parte, como lhe seria fácil na Síria. Exerceu a sua influência sobre algumas pessoas isoladas, a quem seduziu pela aparente profundeza da sua linguagem e das novas doutrinas. Houve entre os seus discípulos um tal Lucano ou Luciano, que, como veremos, e sem falar do célebre Márcion, veio directamente dele.

Teve pouca aceitação o gnosticismo abstracto da Alexandria e da Antioquia, na capital do mundo, por se apresentar sob a forma de uma filosofia temerária. A seu modo, os ebionitas, nazarenos, elkasaítas, esénios, eram heresiarcas gnósticos, mas de um gnosticismo moderado e júdeo-cristão nas suas afinidades e todas essas heresias pululando em Roma, formaram a lenda de Pedro e criaram o futuro da grande Igreja. As fórmulas misteriosas do elkasaísmo eram correntes no seu seio, especialmente na cerimónia do baptismo. O neófito, primeiramente apresentado na margem de um rio ou de água corrente, tomava o céu e a terra, a água e o ar, como testemunhas do seu firme propósito de não pecar. Os dois anjos da Igreja de Jesus eram, para estes sectaristas originários da Judeia, Pedro e Tiago.

Roma, como o fizemos sentir, foi o foco principal do júdeo-cristianismo. Refreava-se o espírito novo, representado pela escola de Paulo como um espírito altamente conservador. Apesar dos esforços das criaturas conciliadoras, tinha o apóstolo dos gentios teimosos adversários. Feriam Pedro e Paulo o derradeiro combate, antes de se reconciliarem definitivamente no seio da Igreja universal por toda a eternidade.

Começa a tornar-se desconhecida a vida dos dois apóstolos. Tinham morrido há cerca de setenta e sete anos; os que os conheceram tinham também desaparecido, sem que a maioria deixasse qualquer escrito. Sobre este esboço virgem, havia inteira liberdade de bordar os mais extraordinários conceitos. Formou-se em Roma uma lenda ebionita e fixou-se pouco mais ou menos por estes tempos que vamos atravessando. As viagens e as prédicas de Pedro foram o seu principal assunto. Contavam-se as missões do príncipe dos apóstolos, especialmente ao longo da costa da Fenícia, as conversões que fizera, as lutas contra o grande Anticristo, Simão de Giton, que fora nesse tempo o espectro da consciência cristã. Mas por vezes sob este nome odiado escondia-se outro personagem: era o falso apóstolo Paulo, o inimigo da Lei, o destruidor da verdadeira Igreja.[1] A Igreja verdadeira era a de Jerusalém, presidida por Tiago, irmão do Senhor. Nenhum

[1] É fora de dúvida que Simão de Giton foi um personagem verdadeiro e que figura muitas vezes no romance pseudo-cristão; mas as passagens citadas não podem convir ùnicamente a Simão de Giton.

apóstolo era válido sem as cartas emanando do colégio central. Paulo não as tinha, logo não passava de um intruso. Era o inimigo que vinha atrás do semeador a semear o joio. Com que violência Pedro punha a nu as suas embusteirices, as falsas alegações de revelações pessoais, a sua ascensão ao terceiro céu, a sua pretensão de saber, acerca de Jesus, coisas que os ouvintes do Evangelho não tinham ouvido, o modo exagerado com que ele e os seus discípulos compreendiam a divindade de Jesus! Sobretudo em Antioquia era completo o triunfo de Pedro. Simão conseguira desviar o povo dessa cidade da verdade. Por uma série de artimanhas, Pedro leva uma das vítimas do sortilégio de Simão, a quem o mágico emprestara a própria figura, a apresentar-se em Antioquia. Qual não foi o espanto dos Antioquenos ao ouvirem aquele que supunham ser o mago da Samaria, retractar-se nestes termos: «Eu menti acerca de Pedro; ele é o verdadeiro apóstolo do profeta enviado por Deus para salvar o mundo. Porque o caluniei, flagelaram-me os anjos esta noite. Se eu falar contra ele, não me ouçais». Naturalmente que Antioquia em peso volveu a Pedro e renegou o seu rival.

Continuou assim o verdadeiro apóstolo as suas viagens, seguindo na pista do impostor samaritano, e chega atrás dele à capital. Aí o impostor redobra de artifícios, inventa mil prestígios e apodera-se do espírito de Nero. Consegue mesmo fazer-se passar como Deus e ser adorado. Levantam-lhe altares os seus adoradores, e, segundo o autor, ainda no seu tempo se vêem esses altares. Na ilha do Tibre houve um colégio do deus sabiano Semo Sancus; lá se

encontram inúmeros cipos votivos SEMONI-DEO-SANCTO nos quais, com complacência, se pode ler: SIMONI--DEO-SANCTO.

A luta decisiva devia ter lugar diante do próprio imperador. Simão anunciara no seu programa que subiria aos Céus e pairaria como um deus. Com efeito ascencionou; mas a um sinal de Pedro rebentou o odre dos sortilégios; caiu vergonhosamente e rebentou. Acontecera um acidente similar no campo de Marte e no tempo de Nero. Um indivíduo que pretendeu elevar-se no ar, como Ícaro, caiu sobre o ângulo do camarote real; este ficou molhado de sangue. Talvez que a vida do charlatão tivesse factos verdadeiros que servissem de base a estes contos. Em todo o caso a desgraça do impostor foi considerada como a grande glória de Pedro; foi por ela que ele se apoderou da Cidade Eterna. Segundo a lenda, a sua morte seguiu de perto a sua vitória; Nero, enfurecido com a desgraça do seu jogral favorito, condenou o apóstolo ao último suplício.

Tal a lenda que, afastando-se no ano 125 das paixões e dos rancores da parte judaica da Igreja romana, se adoçou gradualmente e produziu, no fim do reino de Adriano, a obra em dez livros intitulada «A Prédica de Pedro» ou as «Viagens de Pedro». Na redacção foi dividida em três partes. A «Prédica» continha a narração do apostolado de Pedro na Judeia; os *Periodi* compreendiam as viagens de Pedro e as suas controvérsias na Síria e na Fenícia contra Simão. A estada em Roma e as lutas diante do imperador foram o objecto dos «Actos» de Pedro, outra composição que é por assim dizer a continuação do *Cerygmo* e dos *Periodos*. Essas narrativas das viagens apostólicas, plenas de encanto pela imaginação cristã, originaram inúmeras composições, bem depressa transformadas num romance. Entremeou-se a narração com sermões pios; fazia-se Pedro o pregador de todas as boas doutrinas; reaquecia o quadro a pintura do amor casto; criava-se o romance cristão; já não precisava que se lhe juntasse de futuro qualquer trecho essencial.

Toda esta primeira literatura dos *Cerygmos* e dos *Periodos*, foi a obra dos Ebionitas, dos Essénios e dos Elkasaítas. Pedro era sempre o herói, apresentado como o apóstolo dos gentios; Tiago como o presidente invisível de um cenáculo cheio de espírito divino, com sede em Jerusalém.[1] Via-se nela toda a animosidade contra Paulo. Roma esforçava-se, como os Essénios e os Elkasaítas do Oriente, em possuir uma literatura secreta e reservada aos iniciados. Empregavam-se as mais grosseiras fraudes para dar uma autoridade imerecida a esses produtos tardios da inspiração cristã.

Perdeu-se a redacção mais antiga dos *Cerygmos* de Pedro. Só possuímos dois trechos que são como que o prefácio da obra. A primeira é uma carta dirigida por Pedro a Tiago «mestre e bispo da Santa Igreja, oferecendo-lhe os *Cerygmos* e pedindo-lhe que os não comunique a nenhum pagão, nem a judeu

[1] Não se pode tirar por isto qualquer conclusão sobre a data destes livros. Mesmo depois de Adriano, quando já não havia a igreja júdeo-cristã de Jerusalém, pode-se apresentar este quadro como um ideal realizado na idade apostólica.

sem prova prévia. É preciso, diz Pedro, imitar a admirável política judaica, que, embora tenha a Escritura diversas interpretações, conservaram a unidade da fé e da esperança. Posto em circulação, esse livro originaria cismas. Pedro acrescenta:

«Não é como profeta que sei isso; mas, porque vejo o início do mal. Alguns de origem pagã repeliram, com efeito, a minha prédica, conforme com a Lei, e se entregaram ao ensino, contrário à Lei e frívolo, do Homem inimigo. Em vida minha, ousaram ensaiar, com várias interpretações, a deturpação das minhas palavras no sentido da destruição da Lei. Ao ouvi-los pareceria que essa fora a minha intenção, que eu não teria a coragem de tornar patente. Que não praza a Deus! seria blasfemar da lei proclamada por Moisés e cuja duração eterna foi atestada pelo Senhor quando ele disse: "Acabarão o céu e a terra; mas não acabarão nem uma letra, nem um sinal da Lei". "Eis a verdade; mas há indivíduos que se julgam autorizados, não sei como, a expor o meu pensamento e a interpretar o meu discorrer, ouvido por eles, mais pertinazmente do que eu mesmo. Eles vão apresentando aos seus catecúmenos, uma opinião, reputada à minha, sobre certas coisas e na qual eu nunca pensei. Se em minha vida se produzem tantas mentiras, o que não será depois da minha morte?"»

Tiago, com efeito, decide que os *Cerygmos* não poderão ser conhecidos por homens maduros e circuncisos, aspirando ao título de doutor e que tenham dado provas cabais durante seis anos, pelo menos. Far-se-á a iniciação pouco a pouco, para que se possa suspender logo que sejam maus os resultados de uma primeira experiência. Deve fazer-se a comunicação com mistério, no sítio onde se confere o baptismo, com as fórmulas das promessas baptismais segundo os ritos essénico ou elkasaísta. O iniciado deverá ter o maior empenho em submeter-se a quem lhe transmitir os *Cerygmos*, não os passando a ninguém, nem os copiando, nem tão-pouco deixando-os copiar. Se, por acaso, o livro que se lhe der com o título de *Cerygmos*, não lhe parecer verdadeiro, entregá-lo-á imediatamente a quem lho houver dado. Quando for viajar restituí-lo-á «ao seu bispo, professando a sua fé e partindo dos mesmos princípios». Fará o mesmo em perigo de vida se os seus filhos não estiverem aptos para a iniciação; quando o forem, o bispo dar-lhos-á como se fossem um depósito paterno. O que há de mais singular é o sectário dever prever o caso em que mude de crenças e passe a exercer o culto de qualquer deus ignoto. Nesse caso é preciso que jure pelo seu deus eventual[1] e se à parte da escapatória de dizer em seguida, para estabelecer a nulidade do juramento, que o seu deus não existia. «Se eu faltar aos meus compromissos, deve acrescentar o neófito, que o universo me seja hostil, assim como o éter que tudo penetra e o deus que está acima de tudo e que é o melhor e o maior dos seres. E se eu conhecer outro deus, eu juro por ele, que manterei os meus compromissos, quer esse deus exista, quer não». Como sinal de sociedade secreta, o iniciador e o iniciado comiam em seguida o pão e o sal.

[1] O cristão essénio não jura; somente toma a criação como testemunha; mas se passar para o culto de outro deus, pode jurar. Compare-se com as reservas que se faziam para os deuses ignorados. *S. Paulo*, 173 e seg.

Estas extravagâncias de sectaristas pouco ilustrados não teriam consequências em outro ponto, além de Roma; mas tudo o que dizia respeito a Pedro atingia proporções notáveis na capital do mundo. Apesar das suas heresias, os *Cerygmos* interessavam altamente os ortodoxos. Proclamava-se neles a primazia de Pedro. S. Paulo era injuriado; mas alguns retoques atenuariam o que ataques análogos tinham de frisante. Também se fizeram várias tentativas para diminuir as singularidades de um livro novo e adaptá-lo às necessidades dos Católicos. Estes processos de remodelação dos livros no sentido da seita que se seguia eram correntes na ordem do dia. Pouco a pouco impunha-se a força das circunstâncias; os homens de senso viam bem que a salvação da obra de Jesus estava na reconciliação dos dois chefes da prédica cristã. Paulo teve ainda os Nazarenos, por largo tempo, como seus inimigos encarniçados, e discípulos exagerados como Márcion. Houve uma fusão das massas moderadas, fora destas esquerda e direita obstinadas, que embora filiassem o cristianismo numa das escolas e sendo-lhe devotadas, reconheceram plenamente o direito que os outros tinham ao nome de cristãos. Sacrificou-se Tiago, partidário de um judaísmo absoluto; posto que fosse o verdadeiro chefe dos cristãos circuncisos, preferiram-lhe Pedro, muito menos irritante para os discípulos de Paulo. Tiago não teve partidários fogosos senão entre os júdeo-cristãos.

É difícil dizer quem ganhou com a reconciliação. As concessões foram sobretudo do lado de Paulo; todos os seus discípulos admitiram Pedro sem grandes dificuldades, enquanto que a maioria dos cristãos de Pedro repeliam a Paulo. Mas ordinàriamente as concessões são feitas pelo mais forte. Acentuava-se realmente, por cada dia passado, a vitória de Paulo. A balança pendia para o seu lado por cada gentio converso. Fora da Síria os júdeo-cristãos pareciam afogados pela onda dos novos conversos. Professavam as Igrejas de Paulo; tinham um bom senso, sobriedade de espírito, recursos pecuniários, que as outras não possuíam. Empobreciam dia a dia as Igrejas ebionitas. O dinheiro das Igrejas de Paulo fornecia elementos de vida a pobres gloriosos, incapazes de ganhar coisa alguma, mas que possuíam a tradição viva do espírito primitivo. Admiravam, imitavam e assimilavam as comunidades cristãs de origem pagã, o que havia nestes últimos de piedade elevada e de severidade de costumes. Bem depressa se chegou a não estabelecer distinção sobretudo para os personagens eminentes da Igreja de Roma. Prevaleceu o espírito suave e conciliador já representado por Clemente Romano e S. Lucas. Selou-se o contrato de paz. Convencionou-se, segundo o sistema do autor dos *Actos*, que Pedro convertera as primícias dos gentios e que antes de outro os desligara do jugo da Lei. Admitiu-se que Pedro e Paulo foram os dois chefes, os dois fundadores da Igreja de Roma. Pedro e Paulo tornaram-se as duas metades de um todo inseparável, as duas luminárias, como que o Sol e a Lua. O que um ensinou foi também ensinado pelo outro; estiveram sempre de acordo, combatendo os mesmos inimigos, sendo ambos as vítimas de Simão, *o Mágico;* viveram em Roma como dois irmãos; e a Igreja romana foi obra comum dos dois. — A supre-

macia desta Igreja estabeleceu-se assim por largos séculos.

Uma grande unidade, a Igreja Católica, a Igreja simultaneamente de Pedro e de Paulo, extrínseca às rivalidades que marcaram o primeiro século do cristianismo, ressaltou da reconciliação dos partidos e do apaziguamento das lutas primitivas. E, como as Igrejas de Paulo manifestaram mais evidentemente o espírito de conciliação, foram elas que triunfaram. Os ebionitas teimosos quedaram no judaísmo, participando da sua imobilidade. — Roma foi o ponto onde se operou esta grande transformação. Já se escrevia em caracteres luminosos o alto destino desta extraordinária cidade. Efectuou-se aí a trasladação da Páscoa para o dia da Ressurreição, desde o tempo de Adriano, o que significava a proclamação da autonomia do cristianismo.

A fusão operada entre os grupos, dava-se nos escritos. Trocavam-se os livros de parte a parte. Os escritos passavam da escola júdeo-cristã para a escola de Paulo com ligeiras modificações. O *Cerygmo de Pedro*, tão agressivo na forma primitiva para os discípulos de Paulo, tornou-se o *Cerygmo de Pedro e de Paulo*. Foi corrente que Pedro e Paulo tinham viajado juntos, navegado de conserva e pregado o Evangelho por toda a parte na melhor harmonia. A Igreja de Corinto, especialmente, teve a pretensão de haver sido fundada pelos dois. A grande dificuldade estava nesse personagem de Simão, *o Mágico* que, nas primeiras redacções ebionitas do *Cerygmo* e dos *Períodos de Pedro*, era o próprio Paulo visado com os mais injuriosos epítetos. O nome de Simão foi conservado no *Cerygmo de Pedro e de Paulo*,

reduzindo-o à sua significação própria. Como não era evidente o simbolismo do panfleto ebionita, Simão passou a ser o adversário comum que Pedro e Paulo perseguiram de mãos dadas.

A condição fundamental do êxito do cristianismo está agora posta de parte definitivamente. Nem Pedro nem Paulo triunfariam separados. Pedro era o conservantismo, Paulo a revolução; eram indispensáveis os dois. Conta-se na Bretanha que, quando S. Pedro e S. Paulo vieram pregar o cristianismo para a Armórica, chegaram diante de um braço de mar estreito e profundo. Ainda que de acordo sobre os pontos essenciais, resolveram estabelecer-se um de um lado e o segundo do outro, para ensinarem o Evangelho segundo a vontade de cada um; porque parece que, apesar da sua íntima confraternidade, eles não poderiam viver juntos. Ambos, segundo os hábitos dos santos da Bretanha, construíram a sua capela. Tinham os materiais numa margem e na outra; mas só possuíam um martelo, de modo que o santo que trabalhava com ele todo o dia passava-o à noite por cima do braço de mar, atirando-o ao seu companheiro. Graças ao trabalho alternado, resultante desta combinação, a obra fez-se rapidamente e construíram-se as duas capelas que ainda hoje se vêem.

O que preocupava os partidos e originava combinações diversas era sobretudo a morte dos dois apóstolos. Formava-se a este respeito a trama da lenda por um trabalho instintivo, quase tão imperioso como o que precedera a confecção da lenda de Jesus. Encomendava-se *a priori* o fim da vida de Pedro e de Paulo. Afirmou-se que o Cristo pre-

dissera a morte de Pedro, como predissera a dos filhos de Zebedeu. Havia necessidade de associar na morte os dois personagens reconciliados à força. Quis-se que eles tivessem morrido juntos ou pelo mesmo motivo. Consagrou-se nas *memórias* e fixaram-se muito cedo os lugares santificados pelo drama sanguinolento. Em tais casos o que o povo quer termina por vencer. Não há lugar popular em Itália onde se não vejam lado a lado os retratos de Vítor Manuel e Pio IX, e a crença geral quer que esses dois homens, representantes dos dois princípios cuja reconciliação importa ao bem da Itália, segundo a opinião geral, estão muito bem juntos. Se, agora, tal imoralidade se impusesse à História, ler-se-ia um dia, em documentos reputados sérios, que Vítor Manuel e Pio IX (talvez até Garibaldi) se viam secretamente, se entendiam e se amavam. Por necessidades análogas, se fez a associação «Voltaire-Rousseau». A Idade Média, para sufocar os ódios entre franciscanos e dominicanos, por várias vezes tentou igualmente provar que os fundadores dessas Ordens tinham sido dois irmãos, vivendo nas mais afectuosas relações, que as suas regras ao princípio foram só uma, que S. Domingos se cingiu com o cordão de S. Francisco, etc.

O *Cerygmo de Pedro e de Paulo* teve tanta importância que preencheu as lacunas desagradáveis dos *Actos dos Apóstolos*. Neste último livro a prédica de Pedro era muito reduzida, e nada se dizia sobre a morte dos apóstolos. Com certeza que estava garantido o êxito a um livro que mostrasse Pedro e Paulo indo para toda a parte juntos, para converterem os gentios, vindo a Roma e pregando ali

e sendo lá também martirizados. A doutrina que eles ensinavam, a dar crédito ao livro, afastava-se igualmente do judaísmo e do helenismo. Os Judeus eram tratados por eles como inimigos de Jesus e dos apóstolos. Pedro e Paulo, em Roma, anunciavam aos filhos de Israel a destruição da sua cidade, o exílio perpétuo da Judeia, porque eles haviam tripudiado alegremente sobre o martírio de Jesus.

Parece, à primeira vista, que uma obra tão capital teria lugar no cânone seguidamente aos *Actos dos Apóstolos*. Mas a redacção era incoerente e incapaz de contentar, por uma maneira estável, o conjunto da comunidade cristã. Eram muito incompletos os conhecimentos evangélicos do autor. Admitia as mais pueris ingenuidades do Evangelho dos Hebreus. Jesus confessava os seus pecados; fora sua mãe Maria quem o forçara a baptizar-se; na ocasião do baptismo, a água parecia fogo. Paulo, nos discursos aos gentios, citava, como autoridade que devia convencer, a sibila apócrifa dos judeus de Alexandria e Histaspe, profeta pagão, anunciando a liga dos reis contra o Cristo e os cristãos, a paciência dos mártires e a aparição final do Cristo. Enfim, contrariamente às asserções formais de Paulo, na Epístola aos Gálatas, Pedro e Paulo eram dados como encontrando-se pela primeira vez em Roma. Por outras opiniões singulares, foi condenada esta redacção pelos doutores ortodoxos. Teve um lugar pouco seguro entre os escritos canónicos, o *Cerygmo* de *Pedro e de Paulo*. O romance de Pedro maculara-se de começo com uma nódoa sectarista, que o devia impedir, mesmo corrigido, de entrar nos quadros do dogma imposto.

A narração da morte dos dois apóstolos, como a narrativa da sua prédica e das suas viagens, foi entregue ao capricho, pelo menos quanto à forma. O que assegura a fortuna eterna de um texto narrativo, a simplicidade do estilo, qualquer coisa de decisivo no contorno, fazendo crer o leitor que as coisas só se podiam passar assim, todas essas qualidades que constituem a beleza dos Evangelhos e dos Actos canónicos, faltam por completo na lenda da morte de Pedro e de Paulo. Houve redacções antigas desaparecidas, mas não diferindo essencialmente das que se conservaram e que fixaram a tradição sobre este ponto importante. O trabalho da lenda foi rápido e fértil. Roma e os seus arredores, sobretudo a Via de Óstia, encheram-se de recordações referidas aos últimos dias dos dois apóstolos. Uma série de circunstâncias comoventes, a fuga de Pedro, a visão de Jesus levando a cruz, o *iterum crucifigi*, o último adeus de Pedro e de Paulo, o encontro de Pedro e de sua mulher, Paulo nas águas Salvianas, Plantilha mandando o lenço que segurava os seus cabelos para vendar os olhos de Pedro, tudo isto constituiu um lindo conjunto a que não faltou senão um hábil e ingénuo redactor. Era muito tarde, porém; esgotara-se a veia da primitiva literatura cristã; a serenidade do narrador dos *Actos* liquidara; o tom genérico não o elevava acima do conto ou do romance. Não houve meio de escolher entre tantas redacções, por igual apócrifas; em vão se procurou cobrir estas narrativas com nomes autorizados (pseudo-Lino, pseudo-Marcel); ficou sempre no estado esporádico a lenda de Pedro e de Paulo. Os guias piedosos contaram-na mais vezes do que aquelas em

que foi lida a sério. Não passou de um facto local; nenhum texto se viu consagrado pela leitura nas Igrejas e teve autoridade.

Enfraquecia a olhos vistos a veia criadora em factos de literatura evangélica; mas não estava ainda esgotada em absoluto. Diversifica-se em tantos textos quantos os manuscritos, o Evangelho dos Nazarenos, ou dos Hebreus, ou dos Ebionitas. Deles tirou o Egipto o seu «Evangelho dos Egípcios», onde a exaltação da castidade doentia confinava com a imoralidade. Uma combinação que teve muito tempo um grande êxito foi o Evangelho de Pedro, provavelmente redigido em Roma. Parece que se utilizara dele Justino e o autor do romance pseudo-clementino. Diferia pouco do Evangelho ebionita e já evidenciava a preocupação de Maria, que é a característica fundamental dos apócrifos. Cada vez se reflectia mais no papel que melhor convinha à Mãe de Jesus; pretendia-se ancestralizá-la na raça de David; criavam-se em torno do seu berço maravilhas análogas às que acompanharam o nascimento do Baptista. Satisfez essas ânsias imaginativas um livro mais tarde cheio de absurdos pelos gnósticos, mas que talvez se não afastasse muito da nota média da Igreja católica, o *Genna Marias*, diferindo pouco do escrito chamado *Proto-Evangelho de Tiago*. Materializava-se a lenda dia a dia. Já preocupava o testemunho da parteira que assistiu a Maria e que atestou a sua virgindade. Já não bastava que Jesus tivesse nascido num estábulo; queria-se, segundo as ideias judaicas, que se vêem na lenda agádica de Abraão, que ele tivesse nascido numa caverna. Buscava-se estilidade na viagem ao Egipto, e como o

Egipto era o país onde os ídolos são mais numerosos, supôs-se que a simples vista da criança fez cair, com a face contra a terra, todas as imagens profanas. Sabia-se precisamente qual o ofício de Jesus. Pretendia-se conhecer o nome da hemorroíssa curada (Berenice ou Verónica), e mostravam-se as estátuas por ela, agradecida, levantadas em honra de Jesus.

O desejo de produzir argumentos impossíveis de refutar pelos pagãos levou a pias fraudes, cujo êxito foi rápido no mundo dócil que se quis abalar. A sibila monoteísta de Alexandria, que, há séculos, anunciava a ruína da idolatria, fazia-se cada vez mais cristã. Dava-se-lhe uma autoridade primacial. Engrossavam com aditamentos as antigas colecções sibilinas, em que não havia rebuços para salvar a verosimilhança. Indignavam-se os pagãos com o que eles tinham como interpolações dos velhos textos. Respondiam-lhes maliciosamente os cristãos: «Mostrai-nos os velhos exemplares onde se não encontrem essas passagens». Os espirituosos zombavam das sibilas pagãs e cristãs, parodiando-as espirituosamente e de tal modo que Orígenes nunca se serve desses argumentos depreciados.

A estes oráculos juntavam-se os de um tal Histaspe, sob cujo nome corriam entre os pagãos pretensos livros sobre os mistérios da Caldeia. Fazia-se-lhe anunciar o Cristo, as catástrofes apocalípticas, o fim do mundo pelo fogo, com uma certeza que supunha nos ouvintes uma extrema credulidade.

Pelo mesmo tempo fabricaram-se outros trechos supostos oficiais da administração de Pôncio Pilatos e relativos a Jesus. Era de grande valor na contro-

vérsia com os pagãos e os judeus apelar para os relatórios guardados nos arquivos do Estado. Tal a origem dos *Actos de Pilatos*[1] que alegam já S. Justino, os quartodecimanos, Tertuliano, e que tiveram bastante importância para que o imperador Maximino II, no começo do século IV, considerasse como boa guerra deturpá-los para fazer cair sobre os cristãos o desprezo e o ridículo. Logo que se admitisse que Tibério tivera comunicação oficial da morte de Jesus, era natural que essa notificação produzisse seus efeitos. Daí, nasceu a opinião de que Tibério propusera ao Senado para que Jesus Cristo entrasse na categoria dos deuses.

Continuava, como se vê, a ser Roma o centro de um movimento extraordinário. Os heréticos de toda a espécie juntavam-se ali e vinham fazer-se anatematizar. Também era lá que estava o centro de uma futura ortodoxia católica. Sucedera Pio a Higino, pondo a mesma firmeza do antecessor ao serviço da pureza da Fé. Pio já é um bispo, na verdadeira acepção do vocábulo. Continuavam em Roma, embora condenados por Higino, Valentim e Cérdon, procurando ganhar o terreno perdido, retractando-se por momentos, admitidos à penitência e depois volvendo aos seus devaneios e continuando a ter partidários. Terminaram por ser excomungados sem remissão. Valentim, ao que parece, retirou para a ilha de Chipre. Não se sabe qual o final de Cérdon.

[1] Existe provàvelmente este trecho na *Gesta Pilati*, primeira parte dos Evangelhos de Nicodemus. Aí se encontram citações de Justino, Tertuliano e Epifânio.

Ficaria ignoto o nome deste se não se lhe seguisse um discípulo seu que o sobreexcedeu em actividade, força de espírito, e que foi para a Igreja, no século II, o maior embaraço que ela jamais encontrou.

CAPÍTULO XVIII

EXAGERO DAS IDEIAS DE S. PAULO. MÁRCION.

A singularidade do cristianismo e o facto de ser uma nova religião, saindo de outra religião e transformando-se pouco a pouco na negação da que a precedeu, deveria originar, até à completa separação dos dois cultos, fenómenos mais contraditórios, e produzir duas espécies de reacções nos que não se mantivessem num equilíbrio perfeito sobre o gume cortante da ortodoxia. Uns avançando os princípios de Paulo, imaginavam que a religião de Jesus se não coadunava com o mosaísmo. Outros, os júdeo-cristãos, consideravam o cristianismo como a sequência da religião judaica. Para o primeiro modo de ver inclinavam-se geralmente os gnósticos; mas esses sonhadores pareciam afectados de incapacidade prática. Apareceu um homem entusiasta e inteligente para completar os elementos dissidentes, dando-lhes a coesão que lhes faltava

e para formar uma Igreja durável, ao lado da que se chamava já a «Igreja universal, a grande Igreja de Jesus».

Márcion nascera em Sinope, cidade muito activa, que já dera às lutas religiosas do tempo os dois Aquiba, e ia dar agora Teodócion. Este era filho do bispo da cidade e parece que exercera o mister de marítimo. Ainda que nascido cristão, examinara seriamente a sua fé e entregara-se ao estudo da filosofia grega, especialmente do estoicismo. A um exterior ascético, juntava uma grande austeridade. Seu pai foi, segundo consta, obrigado a expulsá-lo da sua Igreja, por causa do perigo que ele fazia correr à ortodoxia dos seus fiéis.

Já vimos a espécie de atracção que fazia vir para Roma, no pontificado de Higino e nos primeiros anos de Pio, todos os que se deixavam seduzir pelos lampejos fosforescentes do gnosticismo nascente. Chegou Márcion à Cidade Eterna no momento em que Cérdon abalava os crentes mais sinceros com a sua brilhante metafísica. Márcion, como todos os sectaristas, mostrou-se, no começo, como um fervente católico. A Igreja de Roma tinha tal importância que aspiravam a governá-la todos os que tinham ambições eclesiásticas. Parece que o rico Sinopeano doara à comunidade uma avultada quantia de dinheiro; mas sofreu uma grande decepção nas suas esperanças. Não tinha o espírito que a Igreja exigiu sempre aos seus padres. Valia pouco para ela a superioridade intelectual. Pareceu um perigo a sua vivacidade de pensamento e a sua instrução. É fácil concluir que lhe não consentiriam ficar tranquilamente nos limites estreitos da orto-

doxia. Cérdon, como ele, expiava no isolamento as suas pretensões à originalidade dogmática. Márcion foi seu discípulo. As teorias transcendentes do gnosticismo, ensinadas por este mestre, pareciam, a um espírito imbuído de doutrinas filosóficas, a fórmula suprema do cristianismo. O dogma cristão ainda se não fixara, de modo que cada individualidade se esforçava por lhe imprimir o seu cunho pessoal. E isto é quanto basta para explicar os meandros por onde se internou este homem notável, sem que haja urgência de acreditar nas calúnias banais com que todos os escritores eclesiásticos pretendem mostrar que todos os chefes da seita obedeceram aos motivos mais vis, separando-se da maioria dos fiéis.

A teoria de Márcion diferia da dos gnósticos do Egipto e da Síria pela sua simplicidade. Formavam a base do sistema, as distinções entre o Deus bom e o Deus justo, o Deus invisível e o Demiurgo, o Deus dos Judeus e o Deus dos cristãos. A matéria era o eterno mal. A lei antiga, obra de Jeová, obra essencialmente material, interesseira, severa, cruel, descaroável, só visava a um fim; submeter os outros povos, Egípcios, Cananeus, etc., ao povo de Jeová; ora ela não conseguiu fazer a felicidade desse povo, porque Jeová era coagido a consolá-lo com a promessa constante de lhe mandar um filho. Em vão se esperaria a salvação por Jeová, se o Deus supremo, bom e invisível, até aí estranho ao mundo, não mandasse seu filho Jesus, isto é, a própria doçura, sob a forma aparente de um homem, para combater a influência do Demiurgo e espalhar a lei da caridade. Os Judeus terão o seu Messias, filho do seu Deus, isto é, do Deus demiurgo. Jesus não

é de modo algum esse Messias; a sua missão foi abolir a Lei, os profetas, as obras do Demiurgo; mas os seus discípulos compreenderam-no mal; só Paulo é que foi um verdadeiro apóstolo. Márcion esforçava-se por encontrar o pensamento de Jesus, obliterado e ineptamente reconduzido ao judaísmo pelos que se lhe seguiram.

Aparecia já o maniqueísmo, com as suas perigosas antíteses, no campo das crenças cristãs. Márcion admite dois deuses; um bom e doce; o outro severo e cruel. A condenação absoluta da carne levara-o a considerar a continuação da espécie humana como um meio de prolongar o reino do demiurgo; maldizia o casamento e não admitia ao baptismo pessoas casadas. Nenhuma outra seita levou mais longe o fervor do martírio e, com as devidas proporções, teve mais confessores da fé. Segundo os marcionitas, o martírio era a libertação suprema do cristão, a mais bela forma de libertação da vida, desta vida que é um mal. Os corpos não ressuscitam; só ressurgem as almas dos verdadeiros cristãos. As almas não são iguais e só atingem a perfeição por uma série de transmigrações.

Ultrapassavam-se, como se vê, as doutrinas das epístolas aos Colossenses e aos Efésios e as do quarto Evangelho. Pretendeu-se eliminar tudo o que era judeu, uma escória na Igreja. Márcion considerava o cristianismo como uma religião nova e sem antecedentes. Nisto, era bem um discípulo de Paulo e discípulo exagerado. Paulo acreditava que Jesus abolira o judaísmo, mas não desconhecia o carácter divino da antiga Lei. Pelo contrário, Márcion pretendia que a primeira aparição de Deus na História

se fizera por intermédio de Jesus. A lei de Moisés fora obra de um demiurgo particular (Jeová), que os Judeus adoravam, e que para os manter nos liames da teocracia, lhes deu padres e procurou segurá-los por promessas e ameaças. Esta lei, sem carácter superior, foi impotente contra o mal. Representava a justiça, mas não a bondade. A aparição do Cristo foi a manifestação do Deus completo, bom e justo ao mesmo tempo. O Antigo Testamento não era somente diferente do cristianismo; era-lhe antagónico. Márcion compôs uma obra, *Antítese*, em que se prova a contradição dos dois Testamentos. O seu discípulo, Apele, escreveu um livro para provar que tudo o que Moisés dissera de Deus foi falso e malfazejo.

Dimanava dos diferentes Evangelhos então em voga uma objecção contra esta teoria, Evangelhos esses mais ou menos conforme com os que nós chamamos *Sinópticos*. Era pouco vulgarizado o quarto Evangelho, e Márcion desconhecia-o; sem o que, ele o preferiria a todos os outros. Nota-se a cada página a impressão judaica, quando se conta a vida de Jesus; Jesus age e fala como um judeu, nas narrativas igualmente admitidas. Foi o que Márcion se propôs mudar. Fez um Evangelho em que Jesus não era um judeu, ou, melhor, não era um homem; quis uma vida de Jesus que fosse a vida de um puro éon. Tomando por base o Evangelho de Lucas, e que até certo ponto se pode chamar o Evangelho de Paulo, refundiu-o segundo as suas ideias, e só se satisfez quando Jesus não teve nem ancestrais, nem precursores, nem mestres. Se Jesus fosse só conhecido por um texto desta natureza, dever-se-ia duvidar da sua existência, ou pensar que ele fora

uma ficção *a priori*, extrínseca a toda a realidade. Neste sistema, Cristo não nascia (para Márcion, nascer era uma mácula), não sofria, não morria. Suprimiu todas as passagens em que Jesus reconheceu o Criador como seu pai. Na sua descida aos Infernos, levava para o Céu os personagens malditos do antigo Testamento, Caim, os Sodomitas, etc. Estes desgraçados, interessantes como todos os revoltados de um antigo regimen decaído, vinham a ele e salvavam-se. Jesus, pelo contrário, deixava nos lugares sombrios Noé, Abraão, servos do Demiurgo, isto é, do deus do Antigo Testamento, cujo merecimento fora obedecer às ordens do tirano. Foi o deus do Antigo Testamento que deu a morte a Jesus e coroou dignamente uma era que fora a era do mal.

É impossível ser-se mais oposto às ideias de Pedro, de Tiago e de Marcos. Estavam tiradas as derradeiras consequências dos princípios de Paulo. Márcion não dava ao Evangelho o nome do autor; mas no seu entender era bem o «Evangelho segundo S. Paulo». Jesus já não era um homem; era a primeira aparição ideal do Deus bom, tal como o concebeu dezasseis séculos depois Schleiermacher. Uma esplêndida moral, resumindo-se no esforço para o bem, saía desse cristianismo racionalista e espiritualista. Foi Márcion, segundo o autor dos escritos pseudo-joânicos, o mais original dos mestres cristãos do século II. Mas o diteísmo, base do seu sistema, e o colossal erro histórico em o apresentar como antagónico do judaísmo, uma religião que dele promanava, constituía um vício profundo que evitou que tal doutrina se transformasse na do catolicismo.

Ao princípio o êxito foi extraordinário; as doutrinas de Márcion difundiam-se rapidamente por todo o mundo cristão; mas a oposição também foi enérgica. Justino, em escritos que não possuímos, combateu em Roma o inovador. Policarpo indignou-se com as ideias novas. Melitão escreveu contra elas. Vários padres anónimos da Ásia também as atacaram e forneceram armas de que mais tarde se serviu Ireneu. Foi das mais falsas a posição de Márcion na Igreja. Como Valentim e Cérdon, quis fazer parte de uma Igreja de Roma e pregar; ora a Igreja de Roma preferia a docilidade e a mediocridade ao originalismo e aos rigores da lógica. Como Valentim, Márcion fez concessões, recuou, quase se retractou; tudo foi inútil, porque era muito sensível a incompatibilidade. Depois de duas condenações, foi expulso da Igreja por uma excomunhão definitiva. Reintegraram-no do dinheiro que dera como primícia da sua fé. Partiu novamente para a Ásia Menor, onde continuou a desenvolver uma grande actividade na propaganda do erro. Parece que, nos últimos anos, entabulou negociações para volver à Igreja católica, mas a sua morte não deixou ver um fim ao seu desejo. Às vezes acompanha as grandes empresas especulativas uma certa timidez de carácter, e por isso mesmo foi que Márcion se contradisse. Por outro lado tal fim correspondia tão perfeitamente às urgências da polémica ortodoxa, que não espanta a suspeita de que ele fosse uma invenção. Apele elevará a escola marcionita até ao deísmo quase ortodoxo.

Márcion quedara, em todo o caso, como o mais audaz inovador do cristianismo, incluindo o próprio

S. Paulo. Este nunca negou a relação dos dois Testamentos; e Márcion opunha-os um ao outro como duas antíteses. Chegou a atribuir-se o direito de refazer a vida de Jesus a seu modo e a alterar sistematicamente os Evangelhos. Até as Epístolas de S. Paulo, adoptadas por ele, sofreram remodelações e mutilações, com o fim de lhe apagar as citações do Velho Testamento e o execrado nome de Abraão.

Foi esta a terceira tentativa para fazer da vida de Jesus a vida de um ser abstracto, em vez de uma verdade galileana. Frutos de várias tendências, igualmente necessárias — da urgência de idealizar a vida, que deveria ser a de um deus — do desejo de negar a esse deus uma família, uma raça, uma nacionalidade na Terra — da impossibilidade do cristão grego em admitir pontos comuns entre o cristianismo e o judaísmo, que ele desprezara, essas três tentativas tiveram um êxito diferente. O autor dos escritos pseudo-joânicos procedeu de um modo inconsequente, incoerente, mas com a vantagem de deixar subsistir, ao lado da teologia do *Logos*, uma biografia de Jesus de um carácter histórico. Foi esta a única tentativa que vingou, porque, considerando o judaísmo moderno como um inimigo, e supondo que a verdade desceu do Céu toda com o *Logos*, admite também que o verdadeiro Israel teve uma missão, e que o mundo, longe de ser a obra de um Demiurgo hostil a Deus, foi criado pelo *Logos*. Os gnósticos afogaram o Evangelho na metafísica: eliminaram-lhe todo o elemento judeu, descontentaram os próprios deístas e cortaram os próprios voos para o futuro. Márcion foi mais sóbrio de especulação; mas o cristianismo já se consolidara, os seus textos estavam

assentes, os seus Evangelhos assaz computados para que se modificasse a opinião católica. Por isso Márcion não passou de um mero chefe de seita. É certo que a sua seita foi a mais numerosa antes de Ario. A raiva com que os ortodoxos o perseguiram constitui a melhor prova da impressão profunda que causou no espírito dos contemporâneos.

CAPÍTULO XIX

A APOLOGIA CATÓLICA.
S. JUSTINO.

Um facto dominante, desenhando-se com evidência, é o de, no meio da agitação de todas essas vagas, persistir um rochedo inabalável, uma doutrina média, resistindo a todos os ataques, aos exageros júdeo-cristãos, aos exageros gnósticos, formando uma ortodoxia central, triunfando de todas as seitas. Esta doutrina universal, com a pretensão de ser anterior a todas as doutrinas particulares e de remontar aos apóstolos, foi o fundamento da Igreja católica em oposição às heresias. Especialmente o gnosticismo encontrou um obstáculo invencível neste tribunal eclesiástico. Para a religião cristã era uma questão de vida ou de morte. As tendências desordenadas dos inovadores arrastariam à destruição de toda a unidade. Foi como sempre a anarquia quem criou a autoridade. Pode-se afirmar que, na formação da Igreja católica, o gnosti-

cismo e o marcionismo tiveram por antítese o papel principal.

Um homem altamente cotado pelos seus estudos profanos e o seu conhecimento das Escrituras, Justino de Neápolis na Samaria, residindo há muitos anos em Roma, dirigia uma escola de filosofia cristã e combatia energicamente em pró da maioria ortodoxa. Estava-lhe a polémica nos hábitos e no gosto. Atacou sucessivamente valentinianos, marcionitas, judeus, samaritanos e filósofos pagãos. Justino não era um espírito elevado; faltava-lhe a crítica filosófica; a sua exegese seria hoje muito defeituosa; mas deu provas de um grande bom senso; tinha uma espécie de credulidade medíocre que permite raciocinar sensatamente sobre premissas pueris, e de parar a tempo de não parecer absurdo. Perderam-se o seu tratado geral contra as heresias, os seus escritos particulares; mas tiveram um êxito único entre os fiéis as suas obras que defendiam o cristianismo; copiaram-nas e imitaram-nas; e assim Justino foi o primeiro doutor cristão, no sentido clássico da palavra, e cujas obras, relativamente completas, ainda hoje se conservam. Justino, como o dissemos, foi um espírito fraco; mas possuiu um nobre e excelente coração. A sua maior demonstração do cristianismo era a própria perseguição de que essa doutrina era vítima incessante, embora fosse a mais benfazeja de todas. O facto de as outras seitas, especialmente a judaica, não serem perseguidas, a alegria dos cristãos durante os suplícios, a monstruosidade dos mesmos suplícios, as calúnias espalhadas acerca dos fiéis, o número dos delatores, o ódio peculiar votado pelos príncipes do mundo à

religião de Jesus, ódio inexplicável para Justino, somente pela raiva dos espíritos malévolos, tudo parecia constituir para a Igreja um signo brilhante de verdade divina. Tal presunção encorajou-o para um passo audacioso, animado pelos exemplos anteriores de Quadrato e de Aristides. Dirigiu-se ao imperador Antonino e aos seus dois associados Marco Aurélio e Lúcio Vero, para obter a melhoria de uma situação que ele justificadamente reputava iníqua e em contradição com os princípios liberais do governo. A perfeita sabedoria do imperador, o gosto filosófico, pelo menos de um dos seus associados, Marco Aurélio, da idade então de vinte e nove anos, davam-lhe a esperança de que seria reparada uma tão grande injustiça. Tal foi a ocasião da súplica eloquente que começa assim:

«Ao imperador Tito Élio Adriano Antonino, Pio, Augusto, César — e a Veríssimo, seu filho, Filósofo, — e a Lúcio, Filósofo,[1] filho de César por natureza e de Pio por adopção, amigo da sabedoria — e ao sagrado Senado, — e a todo o povo romano, em prol de um grupo de homens de uma raça odiada e perseguida injustamente, eu, um dos da mesma, Justino, filho de Prisco, neto de Báquio, cidadãos da Flávia Neópolis da Síria Palestina, — fiz esta súplica e este requerimento.»

Os dois títulos de *Pio* e de *Filósofo* obrigam os que os usam a amar a verdade e a renunciar a

[1] Lúcio Vero não merecia este epíteto; Justino dá-lho, ao que parece, para que se não pense que o respeita menos do que ao irmão e para dar mais força ao seu raciocínio.

velhas opiniões, se elas lhes parecem más. Os cristãos foram vítimas de um prejuízo inveterado e das calúnias postas em voga pela ligação de todas as superstições. Devem castigar-se, se são culpados de crimes ordinários, mas não se deve fazer obra por malévolas insinuações. Só por si, um nome não é um delito; só o será quando prevarique por actos associados. Ora os cristãos são punidos pelo seu nome, que não implica ideias desonestas. Quem for perseguido e declarar que não é cristão, é absolvido sem mais fórmulas de processo; quem se afirmar cristão, é condenado. Haverá coisa mais inconsequente? Deve-se inquirir da vida de quem confessa e de quem renega para ver se eles fizeram bem ou mal.

A causa do ódio contra os cristãos é muito simples; advém dos Demónios. O politeísmo não passa do reino dos Demónios. Foi Sócrates o primeiro que pensou em destruir esse culto; mas os Demónios conseguiram fazê-lo condenar como ímpio e como ateu. O que Sócrates fizera na Grécia em nome da razão, a própria Razão, tomando forma, feita homem e chamando-se Jesus Cristo, o fez também entre os bárbaros. Eis a razão por que se chama ateus aos cristãos. São-no se entendermos por ateísmo a negação dos falsos deveres da opinião; mas não o são no sentido próprio, porque a sua religião é a religião pura do Criador, admitindo, em segundo lugar, o culto de Jesus, Filho de Deus, e em terceiro lugar o culto do Espírito profético. O reino que eles esperam não é deste mundo; é divino. Então por que é que a autoridade não vê que tal crença lhe é um poderoso auxiliar para manter a ordem no meio

social? Haverá acaso mais forte barreira para o crime do que o cristianismo?

Justino traça o quadro da moral de Cristo, segundo os textos de Mateus, de Marcos, de Lucas, e sobretudo de Mateus. Demonstra-lhe a inocuidade e o quanto deve ser útil ao Estado. Não há dogma cristão que não fosse ensinado por qualquer das escolas filosóficas e nenhuma dessas escolas foi no entanto perseguida. O título de Filho de Deus não é tão insólito como parece. Não é arrojada a existência de um Deus crucificado, nascido de uma virgem. Piores coisas disseram-nas os mitólogos gregos e as mil religiões do mundo. Não se viu um homem chamado Simão, da aldeia de Giton, na Samaria, passar por um deus em Roma, no reinado de Cláudio, por causa dos seus milagres realizados pelo poder dos Demónios? Não se lhe ergueu, na ilha do Tibre, entre as duas pontes, uma estátua com esta inscrição em latim: SIMONI DEO SANCTO? Todos os samaritanos e alguns de outras nações adoraram-no como o primeiro deus e consideraram como sua primeira *Ennoia* uma tal Helena, prostituta no seu tempo e que andava com ele por toda a parte. Um dos seus discípulos, Menandro, da aldeia de Capareteia, por artes do Demónio, operou estranhas seduções em Antioquia. Márcion, oriundo do Ponto e que ainda vive, outro endemoninhado, ensina à maioria dos seus discípulos a tirar ao Pai o título de Criador e a dar este nome a outro pressuposto deus. Todas essas pessoas se apelidam de cristãos, como se dá o nome comum de filósofos a indivíduos que professam doutrinas heterogéneas. Praticam porventura as monstruosidades atribuídas aos cristãos,

lâmpadas apagadas, abraços às escuras, promiscuidades, festins de carne humana? Ignoramo-lo, responde Justino; em todo o caso, não as perseguem pelas suas opiniões.

Contrasta admiravelmente com a corrupção da época a pureza dos costumes cristãos. Os fiéis que se proibiam o casamento eram de uma castidade perfeita. Viu-se um exemplo frisante em Alexandria. Um cristão ainda jovem, querendo opor uma resposta peremptória às calúnias espalhadas sobre os pretensos mistérios obscenos das reuniões nocturnas, dirigiu um requerimento a Félix, prefeito do Egipto, para que certo médico designado por ele tivesse licença para lhe fazer a ablação dos testículos. Félix recusou; e o mancebo persistiu na sua virgindade, satisfeito com o testemunho da sua consciência e com a estima dos seus irmãos. Que contraste com o deus Antínoo!

É belo o quadro das reuniões dos cristãos e cheio de castidade. Primeiro a apresentação dos «iluminados» que acabaram de receber o baptismo. Depois as longas rezas por todo o género humano.

«Quando nós acabamos de rezar, beijamo-nos uns aos outros. Depois leva-se ao que preside pão, e um copo de água com vinho. Este, erguendo-os nas mãos, oferta louvores e glórias ao Pai de todas as coisas, e ao Filho e ao Espírito Santo: depois dá longas graças a Deus pelos dons com que Ele nos quis beneficiar. O povo dá o seu assentimento dizendo *Amém*. Então os que se chamam *diáconos* apresentam a cada um dos assistentes o pão e o vinho e a água, sobre que se pronunciaram as acções de graças, e levam-nos aos ausentes.

Entre nós chama-se a este alimento a *Eucaristia*. Só podem comungar os que acreditam na verdade das nossas doutrinas, que se lavaram no banho purificador dos pecados e que vivem segundo os preceitos do Cristo. Porque estes alimentos não são para nós nem pão nem bebida ordinários; mas, assim como Jesus Cristo, nosso salvador encarnado, tomou a carne e o sangue para a nossa salvação pela palavra de Deus, também se nos ensina que o alimento sobre o qual se pronunciaram em acções de graças as palavras de Jesus, que esse alimento, do qual a nossa carne e o nosso sangue se nutrem por uma transformação íntima, não passa do sangue e da carne de Jesus encarnado. Porque os apóstolos, nas suas memórias por eles compostas e chamadas Evangelhos, nos dizem que Jesus fez a seguinte recomendação. Tomando nas suas mãos o pão, deu graças e disse: "Fazei isto em minha memória; este é o meu corpo"; do mesmo modo tomando o cálix deu graças e disse "Este é o meu sangue"; e este dogma, conservou-o somente para eles. Se tal se passa nos mistérios de Mitra, é porque os maus Demónios, imitando a instituição do Cristo, o ensinaram a fazer; porque vós sabeis ou podeis saber que o pão e o cálix cheio de água, com certas palavras que sobre eles se dizem, fazem parte das cerimónias da iniciação.

Durante os dias que se seguem às reuniões, nós lembramos uns aos outros incessantemente o que se passou; e os que têm com quê subvencionam às necessidades dos indigentes, e nós vivemos habitualmente uns com os outros. Nas nossas ablações abençoamos o Criador de todas as coisas por seu filho Jesus Cristo e pelo Espírito Santo. E no dia que se chama do Sol, todos os que habitam as cidades ou campos reúnem-se num mesmo local e lêem as memórias dos apóstolos ou os escritos dos profetas, tanto quanto o tempo lho permite. Quando o ledor acabou, o presidente dirige aos assistentes palavras de admoestação e de exortação, para os interessar nesses belos ensinamentos. Depois erguemo-nos todos e enviamos ao Céu as nossas orações e, como já dissemos, terminada a reza, circula o pão, o vinho e a água; por seu turno, o que preside reza bem alto as orações e as acções de graças, ao que o povo responde com o *Amém*. Então distribuem-se as oferendas sobre que se pronunciaram as

acções de graças; cada um recebe a sua parte e mandam-se as que sobram, pelos diáconos, aos ausentes. Os que são abastados dão o que querem, cada um na medida que fixou. O produto da colecta deixa-se nas mãos do que preside; este socorre os órfãos e as viúvas, os que estão na aflição por doença ou por qualquer outra causa, os encarcerados e os estrangeiros que aparecem; a breve trecho, tem a seu cuidado todos os necessitados.

Esta reunião faz-se em comum, no dia do Sol; primeiro, porque foi nesse dia que Deus, tirando a matéria das trevas, fez o mundo; segundo, por Jesus Cristo, nosso Salvador, ressuscitar dos mortos nesse dia. Crucificaram-no efectivamente no dia que precede o de Saturno,[1] e no dia que se segue ao de Saturno, isto é, no dia do Sol, tendo aparecido aos seus apóstolos e aos seus discípulos, ensinou as coisas que acabamos de submeter ao vosso exame.»

Justino terminava a sua defesa citando a carta de Adriano a Minício Fundânio. Crente, como o era, devia causar-lhe espanto que não convencessem argumentos tão claros, e o modo como fala comprova que ele pensava converter os próprios Césares. É claro que o frívolo Lúcio Vero não tocou com um dedo em semelhante escrito. Talvez que Antonino e Marco Aurélio o tivessem lido; mas seriam tão culpados, como o queria Justino, por se não converterem? Não se podia ter tal pretensão. Justino esforçou-se por bater a fábula do paganismo; demonstrando sem dificuldade que as religiões grega e romana não passavam de vergonhosas superstições. Mas seria mais sensata a demonologia desenfreada constituindo o fundo de todos os sistemas? É singularmente ingénuo o seu argumento, tirado das profecias. Antonino e Marco Aurélio não conheciam a literatura hebraica; se a houvessem conhecido, com certeza achariam bem leviana a exegese do bom Justino. Notariam, por exemplo, que os salmos XXII (XXI) só citam os pregos da paixão, por uma interpretação pueril dos contra-sensos dos Setenta. Deixá-los-ia incrédulos a asserção de que os gregos haviam cedido aos Judeus toda a sua filosofia. Achariam pelo menos extravagante a passagem em que o piedoso escritor, querendo provar que a cruz é a base de todas as coisas, encontra esta forma misteriosa no mastro dos navios, na charrua e na enxada dos lavradores, na ferramenta do artista e no corpo humano, quando os braços estão abertos, nas insígnias e troféus dos Romanos, na atitude dos imperadores falecidos e consagrados pela apoteose. O ponto em que reputa contemporâneos Herodes e Ptolomeu Filadélfio deveria inspirar dúvidas sobre a exactidão da narrativa relativa à *Versão dos Setenta*, versão que serve de base a todos os raciocínios messiânicos de Justino. Se pensassem em procurar nos arquivos do Império os registos de Quirinio, os actos de Pilatos, referentes a Jesus, teriam bastante dificuldade em encontrá-los. Finalmente, os escritos da Sibila e de Histaspe parecer-lhes-iam autoridades de pouca monta! Ficariam surpresos ao saber que os Demónios, atemorizados com o mal que esses livros lhes causariam, condenaram com a pena de morte aqueles que os lessem.

Parece que Justino juntou à sua súplica exemplares das apologias apócrifas, supondo que elas exerceriam uma influência decisiva no espírito dos

[1] Evita assim por modéstia dizer: o dia de Vénus.

Césares. As suas esperanças foram mais além, pedindo que a sua súplica fosse comunicada ao Senado e ao povo romano, e particularmente que se reconhecesse a mentira da divindade de Simão, *o Mágico* e que fosse oficialmente destruída a estátua erigida em Roma (algum cipo *Semo Sanctus*).

Não descansava Justino na sua ardente convicção, imaginando-se responsável por todos os erros que não combatia. Foram objecto eterno das suas preocupações os Judeus que persistiam em não se converter ao cristianismo. Escreveu contra eles e sob a forma dialogada, à imitação de Aríston de Pela, uma obra de polémica que marca entre os mais curiosos monumentos de literatura do cristianismo nascente.

Supõe Justino que, na sua viagem da Síria até Roma, no tempo da guerra de Bar-Coziba, retido em Éfeso por um acidente de navegação, passeava nas áleas do Xyste, quando um desconhecido, cercado de discípulos, surpreso pelo seu vestuário, lhe disse: «Salve, filósofo!» Também acrescentou que um socrático, cujas lições ouvira em Argos, lhe ensinara a respeitar a toga dos filósofos e o aconselhara a instruir-se com aqueles que a usavam. Entabulara-se a conversa num tom acentuadamente literário e descobre que o desconhecido é o célebre rabino Trífon ou Tárfon, que fugira da Judeia para evitar os furores da guerra de Bar-Coziba, e se refugiara na Grécia, morando o maior tempo em Corinto. Falam de Deus, da Providência e da imortalidade da alma. Justino conta como, depois de ter seguido todas as escolas e todos os sistemas, nada achou melhor do que as doutrinas de Cristo. Estabelece-se uma viva

controvérsia. Justino acumula contra os Judeus os mais sangrentos doestos. Não se contentando com matar a Jesus, ainda perseguem os cristãos. Se não os matam, é porque não lho consentem as autoridades, mas bolçam sobre eles injúrias, expulsam-nos da sinagoga e, sempre que podem, maltratam-nos, assassinam-nos, supliciam-nos. Foram os Judeus que inspiraram os prejuízos dos pagãos contra os cristãos; sendo assim mais culposos das perseguições que os próprios pagãos que as determinam. Mandaram de Jerusalém homens escolhidos para espalharem as calúnias com que se vituperam os cristãos por todo esse mundo. Fizeram pior; mutilaram a Bíblia para lhe truncar as passagens que demonstram o messianismo e a divindade de Jesus. Rejeitam a tradução dos Setenta unicamente porque estão nela as provas dessa mesma divindade! Gritam alto nas controvérsias sobre argúcias e mínimos pormenores, que eles não compreendem, sem querer ver a evidência do conjunto.

Obriga-nos a dizer a imparcialidade que, se Justino fosse nas disputas orais o que é no livro (e infelizmente o que conhecemos das suas polémicas com Crescente leva a acreditá-lo), tinham os Judeus razão de queixa contra as suas inexactidões. Nunca se interpretou pior o Antigo Testamento. Não só Justino desconhecia o hebraico, mas foi um péssimo crítico, admitindo interpolações das mais evidentes. São tudo o que há de mais arbitrário as suas aplicações messiânicas dos textos da Bíblia, fundamentadas nos erros dos Setenta. O seu livro com certeza que não converteu um só judeu; mas estatuiu no seio do catolicismo a exegese apologética. Quase

que todos os raciocínios deste jaez foram invento seu; nada mais se ajuntou ao que ele escreveu.

Será inútil acrescentar que é neste livro absoluta a cisão entre o cristianismo e o judaísmo. O judaísmo e o cristianismo são dois inimigos procurando fazer um ao outro o maior mal possível. Ab-rogou-se a Lei, porque foi sempre impotente para produzir uma justificação. Aboliram-se a circuncisão e o sábado que passavam a ser tidos como coisas más. A circuncisão fora imposta por Deus aos Judeus, já prevendo os seus crimes contra o Cristo e os cristãos: «Deu-se-vos este sinal para ficardes separados das outras nações e de nós mesmos, e para sofrerdes o que estais padecendo agora, e com toda a justiça, para que a vossa terra fique deserta, para que sejam incendiadas as vossas cidades, para que os estrangeiros comam os vossos frutos na vossa presença e para que mais nenhum de vós possa voltar a Jerusalém». Esta pretensa prova de honra foi para os Judeus um carácter visível, denunciando-os à penalidade. A lei e as instituições mosaístas instituíram-se somente por causa das iniquidades e da dureza do coração do povo. Não tiveram outra origem o sábado e os sacrifícios. A impossibilidade dos Judeus, aferrados à velha Escritura, admitirem que Deus pudesse nascer e fazer-se homem, era coisa incompreendida por Justino. Tárfon reconciliar-se-ia, se, depois de tal controvérsia, o seu adversário confessasse, como o queria Justino, que aproveitara imenso com a discussão!

As conversões eram cada vez mais raras. Estavam definidos os campos. O momento em que se organizara a disputa é aquele em que já cada um

se endureceu no seu sentimento. Foram numerosos os trânsfugas, enquanto o cristianismo foi uma colónia mal definida, ainda pouco separada do judaísmo. Quando em frente da metrópole há uma praça de guerra bem fortificada, ninguém se passa de um lado para o outro. O judeu, como o muçulmano, virá a ser o mais inconvertível dos seres e o mais anticristão.

Justino viveu ainda anos, sempre em disputa com os judeus, com os hereges e os pagãos, escrevendo inúmeras obras de polémica. Um acto de severidade jurídica de Q. Lólio Úrbico, prefeito de Roma, põe-lhe novamente nas mãos a pena de advogado, nos derradeiros anos do reinado de Antonino. Como quase todos os apologistas, não foi membro da hierarquia. E essa situação sem responsabilidade convinha melhor aos voluntários da fé, e permitia, sendo preciso, que a Igreja os não reconhecesse. Justino foi sempre muito estimado pelos católicos. O seu afastamento das seitas livrou-o das aberrações não evitadas por Taciano e por Tertuliano. A sua teologia está longe da teologia ortodoxa dos séculos seguintes; mas causou simpatias a sua extrema sinceridade. Aparece em Justino a Trindade em embrião mal conformado; os seus anjos e os seus demónios são concebidos por uma forma prodigiosamente materialista e infantil; o seu milenarismo é tão ingénuo como o de Papias, desconhecendo integralmente S. Paulo. Crê que Jesus nasceu de um modo sobrenatural; mas conhece cristãos que não admitem isso. O seu Evangelho diferia consideravelmente dos textos hodiernamente consagrados; não fazia uso do Evangelho chamado de S. João; o escrito que cita,

ainda que muito aproximado do de Mateus e algumas vezes de Lucas, não é precisamente nenhum dos três sinópticos. Fora provavelmente o Evangelho dos Hebreus chamado o «Evangelho dos doze Apóstolos» ou de «Pedro», com analogias com a *Genna Marias* ou proto-Evangelho de Tiago, talvez idêntico ao Evangelho dos Ebionitas. Abundam contudo as fábulas, chegando a dois passos das puerilidades que enxameiam os Evangelhos apócrifos. Mas um certo bom senso faz-lhe evitar os erros extremos. A sua erudição pagã, ainda que adulterada, chamava a atenção das pessoas muito instruídas. Era, em resumo, um precioso advogado. Todos os apologistas que se lhe seguiram nele se inspiraram.

Não podia agradar a todo o mundo a sua admiração pela filosofia grega; mas parecia de boa táctica. Ainda não chegara o tempo das injúrias para com os sábios da Antiguidade; procurava-se o bem onde ele estava; via-se em Sócrates o precursor de Cristo e uma espécie de precristianismo no idealismo platónico. Justino foi tanto um discípulo de Platão e de Fílon como de Moisés e de Cristo; sendo Moisés mais antigo que os sábios gregos, estes cederam-lhe os seus dogmas da religião natural; e esta foi a sua superioridade. Nunca nenhum outro teólogo abriu mais patentes as portas da salvação. No seu critério, a revelação foi na humanidade um facto permanente, o fruto eterno do *Logos spermaticos*, que naturalmente esclarece a inteligência humana. Tudo o que os filósofos e os legisladores, os estóicos, por exemplo, viram de bom, deveram-no à contemplação do *Logos*. O *Logos* é a razão universalmente espalhada; todos os que em qualquer tempo e em qualquer país amaram e cultivaram a razão, foram *ipso facto* cristãos. Sócrates ocupa o primeiro lugar dessa falange de cristãos existentes antes de Jesus. «Só conheceu parcialmente o Cristo». Não viu a verdade inteira; mas viu uma fracção do cristianismo; combateu o politeísmo, do mesmo modo que os cristãos, e perdeu como eles a vida nesse combate. O *Logos* desceu e residiu inteiramente em Jesus. Disseminou-se nas almas humanas que amaram a verdade e praticaram o bem; em Jesus condensou-se completamente.

Com estas ideias sobre a razão, era natural admitir a filosofia como um elemento na composição dos dogmas cristãos. São fracos os vestígios da filosofia grega em S. Paulo e nos escritos pseudo-joânicos. Na gnose, ao contrário, em Márcion, o autor do romance pseudo-clementino, em Justino, trasborda a filosofia grega. Era muito natural misturar à teoria do *Logos* judaico ideias análogas às de Platão ou até do estoicismo. Longe de renunciar à razão, pretende entregar-se-lhe de corpo e alma. Pensava-se ser a santa filosofia a melhor aliada do cristianismo; os grandes homens do passado foram considerados como discípulos antecipados do Cristo, vindo não para destruir, mas para depurar, completar e acabar a sua obra. Admiravam-se Sócrates e Platão; orgulhavam-se com a coragem dos grandes contemporâneos como Musónio. Dizia-se com largo e justo sentimento de verdade: «Tudo o que sentiram e pensaram de bom os gregos e os bárbaros, tudo isso nos pertence».

Uma espécie de eclectismo, baseado num racionalismo místico, tal o carácter da primeira filosofia

cristã. Propunha-se a apologia demonstrar que os pontos fundamentais do cristianismo não foram estranhos à antiguidade pagã, que os dogmas sobre a essência divina, sobre o *Logos*, sobre o espírito divino, sobre a providência especial, a oração, os anjos, os demónios, a vida futura, o fim do mundo, poderiam estabelecer-se, baseados nos textos profanos. Até os ensinamentos especialmente cristãos sobre a vida, a morte e a Ressurreição de Jesus Cristo, tiveram congéneres na Antiguidade. Sustentava-se que Platão exprimira no *Timeu* a doutrina do Filho de Deus. Fez-se notar que, em todas as religiões, são semelhantes as cerimónias, e que a moral é a mesma em toda a parte. Longe de ver aí objecções, concluía-se desta universalidade a existência de uma revelação permanente, cujo acto mais brilhante fora o cristianismo.

CAPÍTULO XX

O ABUSO DA PENITÊNCIA. NOVAS PROFECIAS

SEMELHAVA-SE a Igreja ao pio Israel no tempo em que edificava o novo templo; com uma mão construía, com a outra batalhava. Preocupavam um número reduzido as divagações filosóficas. A grande obra cristã era moral e popular. Particularmente, a Igreja de Roma mostrava-se cada vez mais indiferente às especulações várias em que se compraziam os espíritos plenos da actividade intelectual dos Gregos, mas gastos pelos devaneios do Oriente. Para Roma, o trabalho capital era a organização disciplinar; esta cidade extraordinária aplicava nisso o seu génio prático e a sua forte energia moral.

A penitência fora sempre uma instituição fundamental do cristianismo. Devia ser de uma pureza absoluta o eleito da futura cidade de Deus. Sendo impossível evitar as culpas, era preciso arranjar meio de reentrar na graça perdida. Muito cedo a Igreja se constituiu em tribunal e transformou o

arrependimento em penitência pública, imposta ao delinquente pela sua autoridade. Estabeleceram-se então muitas questões que perturbaram a Igreja durante século e meio. Depois de ter caído muita vez, podia-se voltar à resipiscência? Aplicar-se-iam esses meios de reconciliação a todos os crimes? Não estava assente a hipótese do assassinato; mas o adultério era frequente nas pequenas congregações de irmãos e irmãs vivendo quase sempre juntos. Não era rara também a apostasia, dada a aspereza das perseguições. Uns, para evitar o suplício, chegavam a amaldiçoar o Cristo; outros denunciavam os seus irmãos; e ainda alguns se contentavam com uma simples renúncia: «Eu não sou cristão». Envergonhavam-se do Cristo, sem blasfemarem.

Nesta última categoria é que estava a maior dificuldade. Mas a Igreja era uma fonte perene de doçura de tal modo que, no dia seguinte ao da sua queda, os apóstatas e os denunciadores dos seus irmãos sentiam remorsos cruéis. Queriam voltar novamente ao grémio que haviam atraiçoado. A sua situação era desgraçadamente lancinante. Avassalavam-nos fundos terrores, pelo desespero da sua salvação perdida. Viam-nos circular, com o ar sombrio, em torno da Igreja, onde haviam experimentado tanta íntima alegria. Nenhuma relação entre eles e os fiéis. Com uma severidade que Jesus não aprovaria, mas que a força das circunstâncias desculpava, apodavam-nos de sarnosos, chamando-lhes, num gracejo cruel, «os selvagens, os solitários». Muitos iam visitar os confessores às prisões e tinham uma alegria austera em lhes ouvir as palavras duras com que eram reprimendados. A maioria dos fiéis con-

siderava-os mortos para a Igreja, e não admitiam para eles penitência possível. Alguns menos ásperos distinguiam entre os que blasfemaram do Cristo e denunciaram aos seus irmãos e os que haviam renegado simplesmente a sua fé; únicos que poderiam ser novamente admitidos pelo seu arrependimento. Outros, mais indulgentes ainda, concediam a penitência aos que renegavam por palavras, mas não pelo seu coração. Havia perigos num rigor extremo; porque os Judeus esforçavam-se por apanhar para a sinagoga os expulsos pela Igreja.

Ao lado dos criminosos havia os fracos, os incertos, os mundanos, cristãos dissimulados, com vergonha do seu estado, e que eram forçados habitualmente a meias apostasias. A profissão cristã era de tal modo acanhada, que, a não ser no espaço restrito do círculo dos seus irmãos, o cristão era o alvo de uma eterna chacota. Não vivendo senão para além do fim do mundo, o cristão estava sequestrado da vida social. Os que entravam nos negócios temporais afastavam-se da companhia dos santos, e bem depressa os desdenhavam, envergonhando-se, como confrades, ao ouvir sem responder os motejos que a eles se dirigiam. Caíam na dúvida pela carência de vida espiritual. Se chegavam a ricos, faziam vida à parte, por esse princípio de que o homem é constrangido a procurar a sociedade dos que têm uma fortuna igual à sua. Evitavam os servos de Deus, com receio de que estes lhes pedissem esmola. Parecia humilhante a companhia dos fiéis, e abandonavam-nos para fazer, com os gentios, uma vida mais brilhante. Os mundanos não abandonavam a Deus, mas desertavam da Igreja;

tinham ainda crenças, mas não as praticavam. Alguns penitenciavam-se, entregando-se a obras de caridade; outros, porém, arrastados pelos pagãos, caíam, como eles, numa vida de gozo. O meio equívoco não dispunha para o martírio. Ao menor rebate de perseguição, fingiam regressar aos ídolos, para evitar incómodos.

Quantas imperfeições no próprio seio da Igreja! Uns frequentavam assìduamente a reunião, sem deixar de ser maledicentes, invejosos, intrigantes, vaidosos e orgulhosos. Tornavam-se frequentes as questões por causa das precedências. Cometiam-se abusos com a gestão dos dinheiros da Igreja; alguns diáconos apossavam-se em seu favor das fortunas das viúvas e dos órfãos. Finalmente, pululavam os mestres de doutrinas estranhas, seduzindo os fiéis. Os santos, arvorados em juízes, no meio destas misérias, ora pendiam para a indulgência ora para o rigor. O mais grave era o facto de certos doutores sectários penhorarem os pecadores, com a mira do interesse pessoal. Vendiam-lhe por certo modo a sua relaxação; e, esperançados na casuística, diziam-lhes que não precisavam penitenciar-se, porque os pastores eram rigorosos de mais. O que é certo é que em tal reunião de santos não cabe a tibieza. A piedade exaltada leva a acreditar em tudo. Floresciam como nos seus melhores dias, a profecia e as revelações. Daí gravíssimos abusos. Os profetas individuais tornaram-se o flagelo da Igreja. Iam-nos interrogar sobre o futuro, mesmo quando se tratava de negócios temporais. Essa gente recebia dinheiro e dava sempre a resposta desejada. Admitiam os ortodoxos que os Demónios revelavam aos impostores algumas verdades para tentarem melhor os justos; mas sustentavam que sempre se podiam distinguir os profetas de Deus dos profetas frívolos. Naturalmente daqui surdiam grandes embaraços; porque o que um julgava frívolo, reputava-o outro ditado pelo «anjo do espírito profético».

Os ortodoxos, como os heterodoxos, não escrupulizavam em dar ao público piedoso as revelações mais atrevidamente fabricadas, e essas revelações eram avidamente recebidas. Tal foi, particularmente, uma profecia, cujo título acentuava bem a tendência do seu espírito. Conta-se no livro dos *Números* que Eldad e Modad, investidos de uma parte dos poderes proféticos de Moisés, profetizavam a torto e a direito e em condições perfeitamente individuais. Josué mandou-os calar, mas Moisés intervindo, disse: «Tens tu inveja por mim? Prouvera a Deus que todo o povo de Jeová fosse profeta e que o espírito de Jeová vivesse em todos!» Eldad e Modad foram assim os representantes, entre os antigos, da profecia individual. Atribuiu-se-lhes um livro que causou certa impressão e que foi citado como uma Escritura inspirada.

Parece-nos estranho e de mau gosto o simbolismo desses novos profetas. Sentia-se o assunto esgotado. Todas essas máquinas estafadas davam-nos a sensação do desgosto e da fadiga. Mas sucedia o contrário com os simples; tais profecias aqueciam os hesitantes e animavam os tíbios. Supunha-se ouvir o aviso de Deus.

Teve um grande êxito o Apocalipse atribuído a Pedro, sendo admitido no cânone ao lado do de João e lido na maioria das Igrejas. Como todos os apocalipses, falava aos fiéis de terrores e calamidades

futuras; como o *Pastor*, de que nos ocuparemos em breve, insistia sobre o castigo de diferentes pecados; como o Apocalipse de Esdras, versava sobre o destino das almas depois da morte. Uma ideia extravagante do autor é que o anjo da guarda protegia os abortos, encarregando-se da sua educação religiosa e da sua evolução. Sofrem a quota-parte do que sofreriam se tivessem vida e salvam-se. O leite que as mulheres perdem coagula-se e transforma-se em pequenos animálculos que os devoram em seguida. Logo no começo as extravagâncias do livro provocaram uma forte oposição e muitos não quiseram que fosse lido em público. Cresceu com o tempo esta oposição. Conservou-se porém, em algumas Igrejas, para a leitura da Semana Santa, por causa das sombrias imagens que contém. Mas foi expulso e destruído pela antipatia da Igreja grega ortodoxa contra os apocalipses, antipatia, aliás, impotente contra o *Apocalipse de S. João*.

O hábito da leitura pública dos escritos apostólicos e proféticos nas Igrejas consumia, se é lícita esta expressão, muitos livros; percorria-se rapidamente o ciclo dos escritos recebidos e os leitores procuravam avidamente os novos livros, mesmo até quando os seus títulos não concordavam com as regras da teopneustia. Quando o livro passava de moda, restringia-se a sua leitura a uma só vez por ano.

Isto vê-se claramente num pequeno escrito desse tempo que ainda se conserva; é uma espécie de sermão,[1] para uso da Igreja romana que o anagnosto

[1] É o trecho conhecido pelo nome de *Segunda Epístola de S. Clemente* e conhecido actualmente na íntegra graças à publicação do metropolita Filóteo Briénio. Constantinopla, 1875, cf. *Patres Apost.* de Gebhardt.

lia depois das leituras das páginas sagradas. Essa prática é um amontoado de citações dos Evangelhos, dos antigos profetas e de escritos que nós não podemos determinar. As passagens mais comprometedoras do Evangelho dos Egípcios, são lá citadas ao lado de Mateus e de Lucas e amontoadas numa alocução destinada a excitar a piedade dos «irmãos e irmãs». O escrito ficou junto, como documento romano, à Epístola de Clemente e foi copiado num grande número de Bíblias.

CAPÍTULO XXI

O PIETISMO ROMANO. O PASTOR DE HERMAS.

Neste género houve um livro com um êxito perdurável e que alimentou largos séculos a piedade cristã.[1] O seu autor foi um irmão de Pio, então bispo de Roma. Este personagem, que tinha na Igreja um alto lugar, concebeu o projecto de um grande lance, apropriado a despertar os santos. Fingiu uma revelação havida, cinquenta ou sessenta

---

[1] Texto capital no fragmento de *Muratori: Pastorem vero nuperrime temporibus nostris in urbe Roma Herma conscripsit, sedente cathedra urbis Romae ecclesiae Pio episcopo fratre ejus. Et ideo legi eum quidem oportet, se publicare vero in ecclesia neque inter profetas, completo numero, neque inter apostolos in finem temporum potest.* O fragmento de Muratori foi escrito (em grego) em Roma pelos anos de 170 ou 175. Esta narração não deve ser inteiramente falsa. No entanto, a intenção do autor do *Pastor*, sendo colocar o seu romance no tempo de S. Clemente, não se admite que Hermas fosse o nome verdadeiro do irmão de Pio.

anos antes do tempo da perseguição de Domiciano, de um tal Hermas, ancião da Igreja de Roma. Clemente, o fiador de todas as fraudes piedosas do ebionismo romano, patrocinava o livro com a sua autoridade e atribuía-se-lhe a ideia de o haver endereçado a todas as Igrejas do mundo.[1]

Hermas, exposto ou nado na escravatura, fora vendido pelo proprietário de escravos, que o criara, a uma dama romana, chamada Rode. Conseguira por certo resgatar-se e estabelecer-se; porque no começo da obra lamenta-se dos pesares causados por sua mulher, pelos seus filhos, pelos seus negócios mal parados, em consequência dos desvarios da sua família. Os seus próprios filhos cometeram o maior pecado que um cristão poderia perpetrar: para fugir às perseguições, blasfemaram do Cristo e denunciaram os seus pais. No meio destas desventuras, encontra Rode, que não vira há muitos anos. O desconforto do seu lar fizera-lhe o coração sensível; e começa a amar a sua antiga senhora como a uma irmã. Vendo-a um dia a tomar banho no Tibre, dá-lhe a mão, ajuda-a a sair do rio e diz-lhe: «Como eu seria feliz se tivesse uma mulher tão bonita e tão bem educada!» Não foi mais além seu pensamento; e esta reflexão é tanto mais desculpável, quanto a sua mulher era azeda, desagradável, cheia

[1] O *Pastor* fora conhecido por uma versão latina, cuja fidelidade se corrompeu pelos sucessivos retoques. Dressel encontrou nos nossos dias e no Vaticano uma versão latina muito menos alterada; Abbadie (Leipzig., 1800), publicou uma edição etiópica; finalmente a maior parte do texto grego foi descoberta, primeiro nos manuscritos sofísticos de Simónides, depois no *Codex Sinatticus*.

de defeitos. Mas a severidade dos costumes cristãos era tão exigente, que o amor de Hermas, embora platónico, chamou a atenção, no Céu, do vigilante cioso das almas puras, e foi considerado como um pecado.

Algum tempo depois, como partisse para a sua horta, perto de Cumas, a dez estádios da Via Campaniana, e admirasse as belezas das obras de Deus, adormeceu em marcha. Atravessou em sonhos rios, ravinas, montanhas cheias de precipícios, e achou-se numa planície, onde começou a rezar e a confessar os seus pecados.

«Ora, enquanto rezava, abriu-se o céu e viu a mulher desejada dizer-lhe: "Bons dias, Hermas". Olhando-a, volveu ele: "Senhora, que fazeis aí?" Ao que ela lhe respondeu: "Estou aqui para acusar os teus pecados diante do Senhor. — Como? sois vós que me acusais? — Não; mas ouve o que te vou dizer. O Deus que está nos Céus, e que tirou do nada tudo o que existe e o engrandeceu para honra da santa Igreja, zangou-se contigo, porque tu pecaste a meu respeito. — Eu pequei por vossa causa? — replicou Hermas. — E de que modo? Disse-vos eu alguma inconveniência? Não vos tratei como a uma irmã? Não vos respeitei como senhora? Porque, oh mulher, me censuras sem motivos de actos maléficos e impuros?" Ela disse-lhe, sorrindo-se: "Para um homem justo como tu, só o desejo é já um grande pecado; mas reza a Deus e Ele te perdoará, a ti, aos teus e aos da tua casa e a todos os santos". Logo que ela proferiu estas palavras, fecharam-se os Céus e Hermas quedou aterrado: "Se isto é um pecado, o que fazer para ter a salvação?"»

Mergulhado nestas reflexões, viu ante si uma grande cadeira, onde se sentou uma mulher velha, mas luxuosamente vestida, com um livro nas mãos

e que, saudando-o, lhe disse: «Por que estás, Hermas, tão triste, tu que és tão paciente, tão igual e sorridente? — Eu estou sob o castigo das censuras de uma mulher muito virtuosa, que me disse que eu pequei por seu respeito. — Ah! isso não seria próprio, diz ela, de um homem temente a Deus, de um homem respeitável e experimentado; do casto, do simples, do inocente Hermas. Talvez que houvesse algumas afeições no teu coração. Não é por isso que Deus se irritou contigo...». O bondoso Hermas respira quando a mulher lhe faz ver que a verdadeira causa da cólera de Deus é a sua fraqueza como pai de família; porque ele não mantém na ordem a sua mulher e os seus filhos com severidade; porque os não admoesta suficientemente; sendo eles a causa da sua ruína temporal. Em seguida a velha lê no livro palavras terríveis de que Hermas se não lembra e termina por palavras agradáveis que ele compreende bem.

No ano seguinte, e em igual época, indo à horta de Cumas, Hermas vê a mesma velha, andando e lendo num livrinho. A velha explica-lhe o assunto do livro, exortando o mundo à penitência, porque estão próximos os tempos e vai iniciar-se a perseguição. Um mancebo aparece: «Pensas tu que foi essa velha que te deu o livro? — Talvez a sibila, diz Hermas, preocupado com a vizinhança de Cumas. — Não, foi a Igreja. — Por que é ela velha? — Porque se criou primeiro e o mundo foi feito para ela». A velha induz Hermas a mandar dois exemplares do livro, um a Clemente e o outro à sacerdotisa Grapté. «Clemente, diz ela, mandará o livro às cidades estrangeiras; Grapté avisará os órfãos e as viúvas e tu lê-lo-ás na cidade aos anciãos que presidem a Igreja». Este livro deve ser obra do pretenso Hermas, atestando-se assim a sua origem divina.

É mais misteriosa a terceira visão. Aparece novamente a velha depois dos jejuns e da penitência. O ponto do encontro é o campo; Hermas chega primeiro; com grande espanto seu, vê na sua frente um banco de marfim; no banco uma almofada de linho, coberta com gaze fina. Começa a rezar e a confessar os seus pecados. Chega a velha com seis mancebos. Manda sentar Hermas à sua esquerda (a direita é para os que sofreram o chicote, a prisão, as angústias, a cruz ou as feras). Hermas vê então os seis mancebos construir uma torre quadrada, emergindo do seio das águas. Servem-nos milhares de homens trazendo pedras. Das pedras, umas saem já aparelhadas do fundo das águas; são as mais perfeitas; juntam-se tão bem que a torre parece um monólito. Os mancebos escolhem entre as outras; em volta da torre há um montão de materiais rejeitados, ou por terem defeitos ou por não terem a forma requerida.

«Diz a velha: a torre é a igreja, sou eu, que te apareci e aparecerei ainda... Os seis mancebos são os anjos primeiro criados, aos quais o Senhor confiou a tarefa de desenvolver e governar a Criação; os que trazem as pedras são os anjos inferiores. As lindas pedras brancas tão bem aparelhadas são os apóstolos, os bispos, os doutores, os diáconos, vivos ou mortos, que foram castos e viveram sempre bem com os fiéis. As pedras tiradas do fundo das águas significam os que sofreram a morte pelo Senhor. As que se rejeitam e ficam junto da torre, são os que pecaram e quiserem fazer penitência. Se a fazem durante a construção, ainda têm cabimento na edificação; mas

quando o edifício estiver pronto, nunca mais poderão ser utilizadas. As pedras partidas e rejeitadas são os maus; não têm cabimento. As lançadas para longe da torre, que rolam no caminho e no deserto, são os dúbios, que depois de haverem crido, deixaram o bom caminho. As que caem junto da água e que não podem lá entrar são as almas que desejam o baptismo, mas recuam diante da santidade da religião e da necessidade de renunciar aos seus desejos. Quanto às lindas pedras brancas, mas redondas, sem aplicação num edifício quadrado, são os ricos que abraçaram a fé. Quando vem a perseguição, a sua riqueza e os seus interesses levam-nos a abandonar o Senhor. Não serão úteis ao edifício senão quando dividirem as suas riquezas, da mesma maneira que para fazer entrar uma pedra redonda num edifício quadrado é preciso afeiçoá-la tirando-lhe uma parte. Julga-te por ti próprio, Hermas; quando eras rico eras inútil; agora que estás arruinado és útil e apto para a vida.»

Interroga Hermas a sua interlocutora sobre a proximidade maior ou menor da consumação dos tempos. Responde-lhe a velha: «Insensato, não vez que a torre está ainda em construção? Quando se acabar, será o fim; ora ela caminha para o seu acabamento. Não me perguntes mais nada».

A quarta visão é ainda na estrada Campaniana. A Igreja, que até aqui apareceu despojando-se dos sinais da velhice e com todas as marcas do rejuvenescimento, apresenta-se agora com o esplendor de uma rapariga maravilhosamente adornada. Um monstro pavoroso (naturalmente Nero) devorá-la-ia, sem o socorro do anjo Thegri, que preside às feras. Este monstro é o presságio de uma espantosa perseguição. Sofrer-se-ão angústias às quais será impossível escapar senão pela pureza do coração. O mundo morrerá em fogo e em sangue.

Isto é cenário, por assim dizer, preliminar; a parte essencial do livro começa com a aparição de um personagem venerável, com o vestuário dos pastores, uma pele branca, um surrão aos ombros e um cajado na mão. É o anjo da guarda de Hermas, vestido como um anjo da penitência enviado pelo anjo venerável para ser o seu companheiro no resto da sua vida.[1] Este *pastor* que, doravante, tem a palavra na narrativa, recita um pequeno tratado de moral cristã recheado de símbolos e apólogos. A virtude preferida pelo autor é a castidade. Pensar em outra mulher que não a sua é um crime. O homem deve retomar a sua mulher depois do primeiro adultério expiado pela penitência, mas não depois do segundo. São permitidos os segundos noivados; mas o melhor é não fazer por tal. Expande-se a boa consciência de Hermas na sua apologia da alegria. A alegria é uma virtude; a tristeza aflige o Espírito Santo e expulsa-o da alma; porque o espírito é alegre no homem. Não sobe a Deus a reza de um homem triste. A tristeza é como a gota de vinagre que azeda o melhor vinho. Deus é bom; e as suas ordens, impossíveis sem o seu auxílio, são-no fáceis com ele. O Diabo é poderoso; mas nada pode sobre o verdadeiro crente.

Um ascetismo comovente enche plenamente a vida

---

[1] O anjo venerável é talvez Miguel, que tem a seu cuidado todos os fiéis ou talvez um segundo Cristo, conforme com as fantasias dos elkasaítas ou o grande arcanjo dos ebionitas. A cristologia de Hermas é extremamente confusa. São para ele quase sinónimas as designações de filho de Deus, Espírito Santo, anjo Miguel, anjo ilustre, venerável, anjo do Senhor, príncipe dos arcanjos.

do cristão. A ânsia dos negócios estorva o serviço de Deus; é preciso pô-la de lado. Recomenda-se o jejum; ora o jejum consiste em se isolar desde o romper do dia, em purificar o seu pensamento das lembranças do mundo, em não comer senão pão e água todo o dia, em calcular o que se poderia gastar e dá-lo por inteiro às viúvas, aos órfãos, que rezarão por vós. É precisa a penitência mesmo aos justos, pelos seus pecados veniais. Severos anjos têm a seu cargo vigiá-los, puni-los, não só pelos seus pecados como pelos da sua família. Todos os contratempos da vida devem considerar-se como castigos infligidos por esses anjos ou «pastores da penitência». O penitente deve afligir-se voluntariamente, humilhar-se, procurar a adversidade e os trabalhos, ou aceitar os males sofridos, como uma expiação. Parecia por isto que a penitência se impõe a Deus e lhe força a mão. Mas não; a penitência é um dom de Deus. Aos que Deus calcula que pecarão ainda, não lhes concede este favor.

Hermas evita o rigorismo exagerado, nas graves questões relativas à penitência pública; tem piedades que irritarão Tertuliano e lhe valerão deste fanático apodos injuriosos, como o de «amigo dos adultérios». Explica a demora da aparição do Cristo por um decreto da misericórdia de Deus, que quer ainda deixar aos pecadores a probabilidade de um último e definitivo apelo. O que blasfemou do Cristo para escapar aos suplícios, os que denunciaram os seus irmãos, morrerão para sempre, e são como os ramos secos onde não sobe a seiva. E no entanto será irrevogável a sua sorte? Em certos casos move o espírito do autor a misericórdia; porque os filhos

de Hermas, que blasfemaram do Cristo e traíram a Igreja, foram perdoados por causa de seu pai. Os que renegaram vocalmente a Jesus podem ser perdoados. «Agora, os que renegaram convictos, diz Hermas, não sei se poderão viver». É preciso também distinguir o passado do presente. Os que agora renegassem o Cristo, não teriam perdão; mas os que tiveram em outro tempo essa desgraça, podem ainda penitenciar-se. Os pecadores que não blasfemaram de Deus nem traíram os seus servos, podem vir à resipiscência; mas depressa; ameaça-os a morte; vai acabar-se a torre e serão irrevogavelmente rejeitadas as pedras não utilizadas. Para os grandes crimes só há uma penitência; para as pequenas culpas, pode ser-se admitido mais de uma vez ao arrependimento; mas o que cai sem cessar, depois de se ter levantado, é um penitente suspeito e para nada lhe servirá a penitência.

Exala-se da visão da montanha de Arcádia e das doze virgens um perfume de castidade doentia. Dir-se-ia festas aí realizadas no sonho de um mísero abstinente. Doze lindas raparigas, direitas e fortes como cariátides, estão à porta do futuro templo e passam as pedras da construção com os braços abertos.

«Disseram-me elas: o teu pastor não virá esta tarde. Se ele não chegar, ficarás connosco. — Não, lhes volvi eu; se ele não vier, voltarei para a minha casa e tornarei amanhã de manhã. — Confiaram-te a nós e tu não podes deixar-nos. Eu lhes disse: "Onde quereis que eu fique? — Tu dormirás connosco como um irmão, e não como um homem, responderam-me elas, porque tu és o nosso irmão; daqui para o futuro ficarás connosco, porque é

muito grande o nosso amor". Eu envergonhava-me de ficar com elas; mas a que parecia mais velha começou a beijar-me; o que, sendo visto pelas outras, estas fizeram-me o mesmo, obrigando-me a dar a volta ao edifício e brincando comigo. Eu também brinquei com elas, como se tivesse rejuvenescido. Umas cantavam coros; outras cantavam e dançavam. Quanto a mim passeava com elas, silenciosamente, em torno do edifício e sentia-me contente. Quando anoiteceu, quis voltar a casa; mas elas não mo consentiram; demoraram-me e passámos a noite junto da torre. As virgens tinham estendido por terra as suas túnicas de linho, e obrigando-me a deitar no meio delas, passaram a noite a rezar. E eu rezava com prazer, o que lhes dava inefável beatitude. E eu fiquei até às duas horas do outro dia com as virgens. Então chegou o *Pastor* e disse-lhes: "Não lhe fizestes mal? — Perguntai-lho, responderam elas. — Senhor, lhe disse eu, o meu prazer foi ficar com elas. — O que comeste? — Eu alimentei-me, toda a noite, com as palavras do Senhor. — Receberam-te elas bem? — Sim, Senhor", respondi eu...»

Estas virgens são os «espíritos santos», os dons do Espírito Santo, os poderes espirituais do Filho de Deus e também as virtudes fundamentais do cristão. O homem só por elas pode ser salvo. O anjo da guarda de Hermas dando bom testemunho da pureza da sua casa, as doze virgens, que querem em torno de si uma extrema limpeza e se indignam com a mais pequena mácula, aceitam a sua hospitalidade. Hermas promete que elas terão em sua casa sempre uma morada a seu gosto.

O autor de Hermas é um *ébion* puro. O único emprego razoável da fortuna é resgatar escravos e cativos. O cristão é por si mesmo um pobre; praticar a hospitalidade para com os pobres, servos de Deus, eis o que dilui os mais nefandos crimes. «Não

se figura maior tormento que o da miséria; pior que a prisão; e é por isso que tanta gente se suicida por a não poder suportar. Quando se dá tal desgraça, aquele que, conhecendo o desgraçado, não o salvou, é réu de morte». É espantosa a antipatia de Hermas contra os mundanos. Só está bem entre gente simples, desconhecendo a maldade, sem distinções, entre si alegrando-se com as recíprocas virtudes, sempre prontos a dividir com os que não têm o fruto do seu trabalho. Vendo Deus a simplicidade e a santa infância destes trabalhadores, abençoa as suas obras e compraz-se com a sua caridade. A infância é para Hermas, como para Jesus, o título de preferência diante de Deus.

A cristologia do autor de Hermas lembra o gnosticismo. Nunca chama a Jesus nem pelo seu nome nem pelo de Cristo. Chama-lhe sempre «Filho de Deus» e faz d'Ele um ser anterior às criaturas, um conselheiro sobre cujos desígnios Deus criou o mundo. E ao mesmo tempo que este assessor divino criou tudo, também sustenta todas as coisas. O seu nome não pode comparar-se com qualquer outro nome. Por vezes, no seguimento dos elkasaítas, Hermas concebe o Cristo como um gigante. Outras vezes identifica-o com o Espírito Santo, fonte de todos os dons. Hermas, como todos os gnósticos, joga com abstracções. Noutros momentos, o Filho de Deus é a lei pregada em todo o mundo. Os mortos receberão o selo do Filho de Deus, o baptismo, quando os apóstolos e os pregadores cristãos, depois da morte, descerem aos Infernos e baptizarem os mortos.

Uma parábola explica esta cristologia singular e

dá-lhe muita analogia com a que originou mais tarde o arianismo. Um senhor (Deus) planta num canto da sua propriedade (o mundo), uma vinha (o círculo dos eleitos). Partindo para uma viagem, confia-a a um servo (Jesus), que a cuida maravilhosamente, arranca-lhe as ervas más (apaga os pecados dos fiéis), sofrendo extremamente (alusão aos tormentos de Jesus). O senhor, doido de alegria no seu regresso (dia do juízo), convoca o seu único filho e os seus amigos (o Espírito Santo e os anjos), e comunica-lhes a ideia que teve de associar este servo como filho adoptivo aos privilégios do Filho único (o Espírito Santo). Todos consentem por aclamação. Jesus entra pela ressurreição no círculo divino; Deus manda-lhe uma parte do festim e Ele, recordando os seus colaboradores, partilha com eles os dons celestes (os carismas). É assim concebido o papel divino de Jesus como uma espécie de adopção ou cooptação que o coloca ao lado de um filho de Deus anterior a Ele. Hermas, além disto, expõe uma teologia análoga à que nós encontramos entre os Ebionitas. O Espírito Santo preexiste a tudo e criou tudo. Deus escolheu-lhe uma encarnação onde Ele se mantivesse puro, realizando uma vida humana completa; é a vida de Jesus. Deus aconselha-se com Seu Filho e com os anjos para que essa carne que serviu o espírito sem mácula tenha um lugar de repouso, para que o corpo sem mancha, no qual viveu o Espírito Santo, não pareça ficar sem recompensa.

Chocavam-se todas as quimeras do tempo, sem, como se vê, concordarem, na cabeça do pobre Hermas. Algumas teorias extravagantes, como a descida

dos apóstolos aos Infernos, são seus originais. É ebionita pelo modo como concebe o reino de Deus e o papel de Jesus. É gnóstico pela tendência a multiplicar os seres e dar anjos a quem nunca existiu. Não lhe basta um anjo da guarda; cada homem tem dois anjos, um que o leva ao bem, outro ao mal. Ele é, em muitos pontos de vista, um montanista. Não há nele vestígios do episcopado.[1] São, na sua opinião, iguais todos os anciãos da Igreja; parece ter sido daqueles que fizeram oposição à instituição nascente, tendendo a destruir a igualdade dos *presbyteri*. Hermas é um pneumático experimentado; é um *encrate*, um abstémio. Mostra-se ríspido para com o clero. Queixa-se da relaxação geral. Só o nome de cristão não basta para se ser salvo; a salvação está nos dons espirituais do homem. A Igreja é um corpo de santos; urge desembaraçá-la de toda a aliança impura. O martírio alçaprema o cristão. A profecia é um dom individual, livre, não sujeito à Igreja; comunica-se aos chefes a revelação logo que se recebe; mas não se lhe pede licença. Eldad e Modad foram verdadeiros profetas, sem missão, e fora da autorização dos superiores. A grande objecção feita pelos ortodoxos ao *Pastor*, como a outras revelações montanistas, é o ter aparecido já demasiado tarde e «estar completo o número dos profetas».

Fora intenção do pseudo-Hermas de inserir um novo livro no corpo das escrituras sagradas. Talvez que seu irmão Pio lhe prestasse o seu apoio. A ten-

[1] Tal a largueza de ideias desse tempo, que essa opinião não deve surpreender num irmão do *papa* Pio. O autor põe a cena do seu romance sessenta anos atrás, numa época em que só havia *presbyteri*.

tativa do falso Hermas foi a última do género. Não colheu resultado, por ser conhecido o seu autor; era muito transparente a origem do livro. O escrito agradou pelo que tinha de edificante; os melhores espíritos aconselharam a sua leitura particularmente, mas não o deixaram ler na Igreja, nem como escrito apostólico (era muito moderno), nem como escrito profético (fechara-se já o ciclo desses escritos). Roma especialmente nunca o admitiu. Algumas Igrejas tiveram-no como canónico e deram-lhe as honras da leitura do púlpito. Homens eminentes, Ireneu, Clemente de Alexandria, deram-lhe um lugar na Bíblia depois dos escritos apostólicos. Os mais reservados concederam-lhe uma revelação angélica e uma autoridade eclesiástica de primeira ordem. Contudo, houve sempre dúvidas e protestos; alguns chegaram até ao desprezo. A partir do século IV o *Pastor* passa a ser somente um livro edificante e bom para o ensinamento elementar. A piedade e a arte beberam nele motivos inspirativos.[1] O Concílio romano de 494, sob Gelásio, condenou-o como apócrifo, mas não o tirou das mãos dos fiéis por conservar a sua piedade.

A obra é por vezes encantadora; mas falta-lhe gosto e talento. O simbolismo, tão enérgico e justo nos velhos apocalipses, é no *Pastor* mole, desajeitado, sem a precisa adaptação. Enfraquece-se a veia do profetismo cristão. A linguagem simples e chata

[1] Vida de Santa Genoveva, IV, 15, nos *Acta SS. Jan.*, I, pág. 139. Pintura das catacumbas de Nápoles. Cemitério de S. Calisto, seg. Dressel, *Patres Apost.*, pág. 424. As representações do Bom Pastor, a procissão das palmas, etc.

é quase grego moderno pela sintaxe; mas a escolha da expressão é bastante feliz. É a eloquência de um pároco da aldeia, bonacheirão e resmunguento, aliada à preocupação de um sacristão cuidando de gases, coxins e alfaias próprias a endomingar a sua igreja. Hermas, apesar das tentações e dos pecadilhos, é a própria castidade, ainda que o modo como ele insiste neste ponto, desperta o riso. Às imagens terrificantes dos velhos apocalipses sucedem as dúlcidas imaginações de um romancezinho devoto, comovedor e piegas, cujo estilo infantil é por vezes fastidioso.

Não foi um facto isolado a tentativa profética do pseudo-Hermas. Radiava-se ao estado geral da consciência cristã. Num período de quinze anos as mesmas causas produziram, nos países remotos da Ásia Menor, factos da mesma natureza, contra os quais desenvolverá uma forte repressão a hierarquia episcopal.[1]

[1] Trata-se do montanismo, a que mais tarde nos referiremos.

CAPÍTULO XXII

A ÁSIA ORTODOXA. POLICARPO.

AINDA que eivada do espírito sectarista, não deixava a Ásia de ser, depois de Roma, a província onde mais florescia o cristianismo. Era a região mais piedosa do mundo, o país onde a credulidade oferecia às novas religiões o melhor campo para a sua disseminação. Ser deus era coisa fácil; as encarnações, as descidas dos imortais à terra passavam a ser factos correntes; tinham êxito todos os embustes. Vivia-se ainda na remembrança de Apolónio de Tiana; a sua lenda avolumava dia a dia. Narrações maravilhosas foram escritas por um autor chamado Mœragene; mais tarde, um tal Máximo d'Ege escreveu um livro unicamente sobre as coisas extraordinárias que Apolónio fizera em Ege, na Cilícia. Apesar da troça de Luciano, teve a «tragédia», como lhe chamaram, um enorme êxito. Mais tarde, aí pelo ano 200, escreveu Filostratro, a pedido da siríaca Júlia Dona um romance insípido que passou

por ser um livro esquisito e que, na opinião de um abalizado pagão, se deveria chamar: «Viagem de um deus à Terra». Teve também um imenso êxito. Apolónio foi considerado como o maior dos sábios, como um verdadeiro amigo dos deuses, como um deus. Via-se a sua imagem nos santuários; chegou a ter igrejas. Edificavam todo o mundo as suas palavras e os seus milagres. Foi uma espécie de Cristo do paganismo, e não foi por certo estranha à sua apoteose a ideia de contrapor um ideal de santidade beneficente à dos cristãos. Nas últimas lutas do cristianismo e do paganismo, nitidamente se comparou Jesus e se preferiu a sua vida, escrita por literatos, aos Evangelhos, obra de espíritos grosseiros.

Um charlatão paflagónio, Alexandre de Abonótica, obteve, pela sua firmeza, um triunfo não menos decisivo. Era um belo homem, de uma soberba aparência, voz suave, enorme cabeleira, dizendo-se descendente de Perseu, e tido como profeta do futuro, com os acessos frenéticos dos antigos adivinhos. Fechou uma cobra num ovo de pata, quebrou o ovo diante do auditório, para o convencer que estava ali a encarnação de Esculápio, que escolhera para sua morada a cidade de Abonótica. Cresceu o deus em poucos dias. Os habitantes de Abonótica ficaram maravilhados por verem sobre um canapé uma serpente enorme, esplendidamente vestida e com cabeça humana, abrindo e fechando a boca e brandindo o dardo lingual. Era o próprio Alexandre que assim se disfarçara, enroscando o peito e o pescoço como uma serpente domesticada, cuja cauda caía pela sua frente. Arranjara uma cabeça de cartão, caracterizada com muita arte, e por meio de molas fazia mover o dardo e as maxilas. Chamou-se ao novo deus *Glícon*, e vieram-no consultar de toda a parte. A Abonótica transformou-se no centro de uma desenfreada taumaturgia. O resultado foi o fabrico colossal de imagens pintadas, de ídolos em bronze e prata, que tiveram uma magnífica venda. Alexandre tinha bastante poder para atiçar uma guerra sem tréguas contra os cristãos no seu rincão. Criou um culto que, apesar do seu carácter absolutamente charlatanesco e até obsceno, teve uma grande voga e atraiu imensas pessoas religiosas. O mais singular é que foram iludidos pelo impostor romanos de nomeada, tais como o legado de Capadócia, Severiano e o consular Rutiliano, um dos personagens mais grados da época, obtendo a transformação do seu nome de Abonótica em Ionópolis. Pediu também para que as moedas da cidade tivessem de um lado a efígie de Glícon e do outro a sua própria com os atributos de Perseu e de Esculápio. Efectivamente, as moedas dos Abonóticos, no tempo de Antonino e de Marco Aurélio, têm uma figura de serpente com uma cabeça humana, cabeluda e barbuda, e por baixo a palavra ΓΛΥΚΩΝ. As moedas da mesma cidade, do tipo de Lúcio Vero, têm a serpente e o nome [ΩΝΟΗΟΛΕΙΓΩΝ. No tempo de Marco Aurélio, veremos a importância capital dessa religião ridícula que persistiu até à segunda metade do século III.

Nerulino, em Troas, foi feliz numa empresa fraudulenta do mesmo teor. A sua estátua formulava oráculos, curava doentes; ofereciam-se-lhe sacrifícios e coroavam-na com flores. Sustentavam os espíritos neste estado de superstição as ideias absurdas da

medicina, a crença nos sonhos médicos, nos oráculos de Esculápio, etc. Pasma-se de ver Galeno metido em tal devaneio.[1]

Mais estranha ainda é a carreira de Élio Aristides, sofista religioso, devoto pagão, espécie de bispo ou de santo, levando o materialismo piedoso e a credulidade até aos últimos limites; o que o não impediu de ser um dos homens mais venerados e admirados do seu século. Os epicuristas eram os únicos que repeliam tais dislates. Riam-se destas infantilidades alguns espíritos superiores como Celso, Luciano e Demónax. Mas bem depressa desapareceram os ironistas, e baixando o nível intelectual, reinará dominadora a maior credulidade. Era um perigo o nome de ateu; aquele que assim se apodava estava logo fora da lei e corria o risco de ser supliciado; ora considerava-se ateu quem negasse a superstição local e se insurgisse contra os charlatães.

Concebe-se quanto este meio seria favorável à propaganda do cristianismo. Não se exagera dizendo-se que meia população se reputava cristã. Em algumas cidades, como Hierápolis, era pública a profissão do cristianismo. Há ainda inscrições legíveis atestando as fundações beneficentes, cujas distribuições se faziam pela «Páscoa e Pentecostes». Organizaram-se associações cooperativas de operários e de socorros mútuos. Abriam-se a todas as ideias sociais do tempo as cidades manufactureiras que

[1] Acreditou em Esculápio e nos sonhos *(De Moro. Diff.*, 9; *De Diagnotione ex Somn.*, Opp., VI, 833, Kühn). Marco Aurélio não tem sobre isto a menor dúvida.

tinham colónias judaicas, que para lá levavam as indústrias do Oriente. Desenvolvia-se nelas a caridade. Havia creches e rodas de expostos. O operário, tão desdenhado na Antiguidade, atingia pela associação o direito da existência e do bem-estar.

Esta vida interna activa e não perturbada pela política fazia da Ásia Menor o campo cerrado de todas as lutas religiosas do tempo. Em parte alguma como aí se tornava visível a direcção seguida pela Igreja; porque também em nenhum outro ponto era maior a sua labuta, nem com mais franqueza se patenteava o seu fomento interno. Opunham-se como dois exércitos, que, depois do combate, rotas as fileiras, se misturassem, os conservadores e os progressistas, os júdeo-cristãos e os inimigos do judaísmo, os milenários e os espiritualistas. Lá vivera ou vivia ainda um mundo que desconhecera Paulo: Papias, o mais tacanho dos Padres do seu tempo, Melitão, quase tão materialista como este, o ultraconservador Policarpo, os *presbyteri* que ensinaram a Ireneu o seu ciliasmo grosseiro, os chefes do movimento montanista, que pretendiam fazer reviver as cenas do primeiro cenáculo de Jerusalém. Lá se encontravam ou de lá vieram os mais arrojados inovadores: o autor do quarto Evangelho, Cérdon, Márcion, Práxeas, Noeto, Apolinário de Hierápolis, os alogios, que, adversos ao Apocalipse, o milenarismo e o montanismo, davam a mão ao gnosticismo e à filosofia. Continuavam a viver na Ásia os exercícios espirituais, já desaparecidos em toda a parte. Havia profetas, um tal Quadrato e uma Amia de Filadélfia.

Glorificava-se um sem-número de mártires e con-

fessores. Na Ásia Menor houve inúmeras execuções e particularmente crucificações. Orgulhavam-se com isso as Igrejas, pretendendo que a perseguição é o privilégio da verdade; facto contestável, porque não há seita que não tenha os seus mártires. Algumas vezes os marcionitas e os montanistas deram maior contingente do que os ortodoxos. Serviam-se de todas as calúnias para rebaixar os mártires dos seus rivais. As cisões iam até à morte. Viam-se confessores morrendo pelo mesmo Cristo de costas voltadas uns para os outros, evitando qualquer sinal de comunhão. Dois mártires, nados em Euménia, Caio e Alexandre, supliciados em Apameia Kibotos, tomaram até à hora derradeira as mais cautelosas precauções para que ninguém se persuadisse que eles haviam aderido às inspirações de Montano e das suas mulheres. Se isto fere a nossa atenção, deve lembrar-se que, segundo a opinião da época, tinham incalculável alcance as últimas palavras e as últimas acções dos mártires. Eram vistos como encarregados na Igreja do papel pacificador e de uma espécie de missão doutrinária.

Estas divergências, longe de prejudicar a propaganda, serviam-na admiravelmente. As Igrejas tinham riquezas e eram imensas. Em nenhum outro ponto o episcopado era representado por homens tão hábeis, corajosos e moderados. Citavam-se Trásea, bispo da Euménia; Ságaris, bispo da Laodiceia; Papírio, cuja terra natal se não conhece; Apolinário de Hierápolis, com um alto papel nas discórdias que em breve cisionarão as Igrejas da Ásia; Polícrates, o futuro bispo de Éfeso, oriundo de uma família que já dera sete bispos à Igreja. Sardes possuía um verdadeiro

tesouro, o sábio bispo Melitão, preparando os trabalhos que deviam celebrizar o seu nome. Como depois o fez Orígenes, ele desejava que a sua castidade fosse comprovada materialmente. Tinha a sua erudição muita analogia com a de Justino e Taciano, apresentando o ar pesado característico da teologia destes dois doutores, por pensar que Deus tinha corpo, e aproximando-se, ao que parece, de Papias, pelas suas ideias apocalípticas. — Milcíades, por seu turno, foi um escritor fecundo, um polemista zeloso, lutando contra os pagãos, contra os judeus, contra os montanistas, contra as profecias dos extáticos e fazendo uma apologia da filosofia cristã oferecida às autoridades romanas.

Gozava especialmente o velho Policarpo de uma grande autoridade em Esmirna. Passava dos oitenta anos e considerava-se como herdeiro da longevidade do apóstolo João; concedia-se-lhe o dom da profecia, pretendendo-se que era decisivo o efeito da sua palavra. Ele próprio vivia na crença de que o mundo está cheio de visões e de presságios. Rezava noite e dia e rogava em suas orações pelas necessidades do mundo inteiro. Como era geralmente admitido que vivera com o apóstolo João, cria-se ser ele o derradeiro representante da idade apostólica. Procuravam com insistência agradar-lhe; uma prova de estima sua quantivalia a um alto favor. Encantava a sua pessoa. Adoravam-no os cristãos dóceis; em volta dele havia sempre um núcleo de discípulos e admiradores diligentes em lhe prestar serviços; mas não era nada popular na cidade. Magoava muito os judeus e os pagãos a sua intolerância e orgulho ortodoxo não disfarçado e que Policarpo comunicava aos

seus discípulos, fazendo sentir que o velho os desdenhava como miseráveis.

Policarpo, com manias senis, actuava e falava de modo a chocar a jovem assistência. A sua conversa era fluente; e, quando se sentava no sítio favorito, um dos terraços da vertente do monte Pago, de onde se avista o golfo brilhante e o lindo circuito de montanhas, já se sabia qual o assunto da sua palestra. «João e os outros que tinham visto ao Senhor», eis o ponto fundamental da divagação. Contava a sua familiaridade com eles, o que lhes ouvira acerca de Jesus e das suas prédicas. Ouvia-se assim um eco da Galileia a cento e vinte anos de distância, na outra margem do mar. Repetia incessantemente que foram testemunhas oculares e que ele as conhecera. Dava-lhe pouco cuidado o pôr na boca desse *presbyteri* máximas que melhor se adaptavam ao século II do que à época provável em que viveram. Assim se juntou uma nova fonte, mais turva do que as outras, originárias das tradições obscuras do cristianismo.

Não fora menos profunda a impressão causada por Policarpo. Muito tempo depois os seus discípulos relembravam o banco em que se sentara, o seu modo de andar, os seus hábitos, as suas feições, o seu modo de falar. Gravavam no seu coração cada uma das suas palavras. Entre os do seu círculo havia um moço grego de quinze anos, destinado a desempenhar mais tarde um papel primacial na história eclesiástica, Ireneu, que devia transmitir-nos a imagem, muitas vezes falseada, mas bastante viva em certos pontos de vista, do derradeiro mundo apostólico de que vira o ocaso. Ireneu nascera

cristão, o que o não impedia de frequentar as escolas da Ásia, onde colheu largos conhecimentos sobre os poetas e os filósofos profanos, especialmente Homero e Platão. Teve por amigo de infância e condiscípulo, se isto se pode dizer de um velho, um tal Florin, ocupando um alto cargo na corte e abraçando mais tarde as ideias gnósticas de Valentim.

Policarpo passava aos olhos de todos como o modelo perfeito da ortodoxia. A sua doutrina era o milenarismo naturalista da velha escola apostólica. Longe de romper com o judaísmo, conformou-se com as práticas dos júdeo-cristãos moderados. Repelia os falsos adornos com que os gnósticos haviam embelezado o ensino cristão e parecia ignorar o Evangelho que circulava com o nome de João. Aferrava-se a seu modo à maneira simples e untuosa da catequese apostólica, e não admitia acréscimos de qualquer natureza. Punha fora tudo o que tivesse visos de ideia nova. Era intenso o seu ódio aos heréticos, e algumas anedotas que gostava de contar a propósito de João destinavam-se a fazer ressaltar a violenta intolerância que, na sua opinião, constituiu o fundo do carácter do apóstolo. Quando alguém se atrevia, na sua presença, a emitir qualquer doutrina análoga à dos gnósticos, ou teoria destinada a introduzir uma parcela de racionalismo na teologia cristã, erguia-se, tapava os ouvidos, e fugia, clamando: «Oh! Deus bom, em que época eu vivo para ouvir tais dislates!» Ireneu compenetrava-se do mesmo espírito, embora o dulcificasse na prática pela brandura do seu carácter. Tornou-se base da ortodoxia o aferro ao ensinamento apostó-

lico, em contraposição às presunções dos gnósticos e dos montanistas, convencidos do verdadeiro sentido das palavras de Jesus, alteradas, na sua opinião, pelos discípulos imediatos.

Policarpo, seguindo o exemplo de Paulo, Inácio e outros pastores célebres, escreveu muitas cartas às Igrejas vizinhas e a particulares, para as instruir e exortar. Só se conservou uma dessas cartas. É dirigida aos fiéis de Filipes a propósito dos confessores votados ao martírio e que por lá passaram, indo da Ásia para Roma. Como todos os escritos apostólicos ou pseudo-apostólicos, é um tratado reduzido dos deveres da cada uma das classes componentes da Igreja. Grandes dúvidas surgiriam sobre a autenticidade da Epístola,[1] se se não soubesse que Ireneu a conhecera e a julgara como obra de Policarpo.[2] Sem esta autoridade o opúsculo ficaria, com as Epístolas de Santo Inácio, na classe dos escritos do fim do século II, com os quais se pretendeu cobrir, dan-

[1] O escrito tem apertadas relações com as Epístolas inacianas. Mas isto não constitui objecção insolúvel. A maior objecção provém da carta ser dirigida aos Filípicos, sobre os quais Policarpo não exercia autoridade.

[2] O argumento perderia a sua força, se se admitisse que Ireneu fora enganado pelas Epístolas pseudo-inacianas. Podia ser tradicional a palavra citada de Inácio (V, XXVIII, 4). Em todo o caso, supondo que Ireneu lera a Epístola de Inácio aos Romanos, não conheceu o colectâneo das sete cartas pseudo-inacianas; porque se ele o conhecesse, tê-lo-ia citado mais vezes. O paralelo da Epístola atribuída a Policarpo e das Epístolas pseudo-inacianas provém de que o autor das últimas foi imitador da obra que interpolou. Parece que Ireneu conheceu a Epístola de Policarpo, separada, e não fazendo parte, como hoje, do *Corpus* inaciano e alterada no sentido desse *Corpus*.

do-lhe por autores os mais reverenciados nomes, as doutrinas antignósticas favoráveis ao episcopado. O livro banal nada tinha que conviesse especialmente ao carácter de Policarpo. A imitação dos escritos apostólicos, sobretudo das epístolas falsificadas de João, é aí bastante sensível. O autor não distinguiu entre os escritos autênticos dos apóstolos e os que se lhe atribuem. É evidente que sabia de cor a Epístola de S. Clemente. É suspeito o modo por que lembra aos Filípicos que eles possuem uma Epístola de Paulo. Facto singular em qualquer hipótese: o Evangelho atribuído a João nunca é citado, enquanto que se cita uma frase da Epístola pseudo-joânica. As ideias dominantes do autor são a docilidade, a submissão ao bispo, o entusiasmo pelo martírio, imitando Inácio, o horror pelas heresias que, como o docetismo, abalam a fé na realidade de Jesus. Se Policarpo não é o autor, pode-se dizer que, se ressuscitasse alguns anos depois da sua morte e vendo as páginas subscritas com o seu nome, não só não protestaria, mas até acharia admiravelmente interpretadas as suas ideias. Ireneu poder-se-ia enganar em Lião, como toda a gente, se engano houve. Reconheceu no trecho o carácter perfeito da fé e do ensinamento do seu mestre.[1]

Policarpo foi como que o presidente das Igrejas da Ásia, nos seus anos de extrema velhice. Agitavam essas Igrejas graves questões, até então mal esboçadas. Com as suas ideias de hierarquia e de unidade eclesiástica, Policarpo pensava em apelar

[1] Ireneu, III, III, 4. A Epístola foi lida publicamente na Ásia no século IV. S. Jer., *De Viris*.

para o bispo de Roma, a quem quase todo o mundo reconhecia autoridade para conciliar as Igrejas divididas. Eram inúmeros os pontos controversos; parece até que Policarpo e Aniceto, chefes das duas Igrejas, se queixavam de mútuos agravos. Um dos dissentimentos era a celebração da Páscoa. Ao princípio todos os cristãos faziam da Páscoa a sua festa primacial. Celebravam-na no mesmo dia da dos Judeus, 14 nisã, em qualquer ocasião em que caísse esse dia. Persuadidos pelos dados de todos os Evangelhos que Jesus comera, na véspera da sua morte, a Páscoa com os seus discípulos, consideravam essa solenidade como uma comemoração da ceia e não como rememoração da Ressurreição. Quando o cristianismo se cindiu mais do judaísmo, modificou-se este critério. Espalhou-se primeiro uma nova tradição, pela qual Jesus, antes da morte, não comera a Páscoa, mas morrera no Dia da Páscoa judaica, substituindo-se assim ao cordeiro pascal. Além disso essa festa puramente judaica molestava a consciência cristã, sobretudo nas Igrejas de Paulo. A grande festa cristã era a Ressurreição de Jesus, em todo o caso, um domingo depois da Páscoa judaica. Segundo este modo de ver, celebrava-se a festa no domingo seguinte à sexta-feira depois do 14 nisã.

Prevalecia em Roma esta prática, pelo menos depois dos pontificados de Xisto e de Telésforo (por 120). Na Ásia dividiam-se as opiniões. Iam pela velha prática judaica, conforme com os Evangelhos e com o uso dos apóstolos João e Filipe, os conservadores como Policarpo e Melitão e toda a escola antiga. Assim sucedia rezar-se e jejuar-se em dias diferentes. Só passados vinte anos é que esta con-

trovérsia assumiu na Ásia as proporções de um cisma. Na época em que estamos despontava apenas, e era, indubitavelmente, uma das menos importantes entre as questões sobre as quais Policarpo entendeu dever ouvir em Roma o papa Aniceto. Talvez que Ireneu e Florin tivessem acompanhado o velho nessa viagem, que, empreendida no Verão, segundo os hábitos de navegação da época, nada tinha de fatigante.

Foi muito cordial a entrevista entre Policarpo e Aniceto. Parece que a discussão em certos pontos foi acesa; mas chegaram a um acordo. Não chegara à maturação a questão da Páscoa. Desde muito tempo, mostrava a Igreja de Roma uma grande tolerância a este respeito. Os conservadores da lei judaica, quando em Roma, praticavam o seu rito, sem que isto levantasse recriminações e sem interromper a comunhão com eles. Os bispos de Roma mandavam a eucaristia a bispos que, a este propósito, seguiam uma regra diferente. As relações entre Aniceto e Policarpo mantiveram-se nesse pé. Não conseguiu Policarpo persuadir Aniceto que renunciasse a uma prática que fora a dos bispos de Roma, seus antecessores. Aniceto, por seu turno, não discutiu mais quando Policarpo lhe disse que recebera a sua regra de João e dos outros apóstolos com quem vivera familiarmente. Os dois chefes religiosos entraram em plena comunhão um com o outro, e Aniceto dispensou a Policarpo uma honra invulgar. Quis que Policarpo, em seu lugar e na presença dos fiéis, proferisse as palavras da consagração eucarística. Esses homens apaixonados tinham um sentimento muito radicado para fazer repousar a unidade

das almas na uniformidade dos ritos e do culto externo. Mais tarde, Roma é que se obstinará em manter o seu rito. Não se trata, falando com verdade, simplesmente de uma questão de calendário acerca da Páscoa. O rito romano, tomando por base da grande festa cristã os aniversários da morte e da Ressurreição de Jesus, criava a Semana Santa, isto é, o ciclo dos dias consagrados às comemorações misteriosas, durante as quais se prolongava o jejum. Pelo contrário, no rito asiático, o jejum terminava na noite de 14 nisã; a Sexta-Feira Santa já não era dia de nojo. Se prevalecesse este costume, pararia no seu desenvolvimento o sistema das festas cristãs.

Como os bispos ortodoxos tinham ainda muitos inimigos comuns, não podiam ocupar-se de mesquinhas rivalidades da liturgia; inundavam Roma as seitas gnósticas e marcionitas, ameaçando reduzir a Igreja ortodoxa a ficar em minoria. Policarpo declarara-se adversário intransigente dessas ideias. De acordo com Justino, e tal como ele, pregou fogosamente contra os sectaristas. O privilégio raro de ter visto os discípulos imediatos de Jesus dava-lhe uma grande autoridade. Segundo o seu costume, alegava o ensinamento dos apóstolos, de que se dizia derradeiro ouvinte ainda vivo, e sustentava como regra única da fé a tradição remontando por uma cadeia não interrompida até ao próprio Jesus. Não se coibia de nenhuma rudeza. Um dia encontrou num lugar público um homem pelo qual, por mil razões, ele deveria ter uma respeitosa atenção, o próprio Márcion. — «Não me conheces tu? disse este. — Sim, volveu o velho, tu és o primogénito de Satanás». Ireneu não se desvanece com esta resposta, que demonstra quanto se amesquinha o pensamento cristão. Dizia melhor Jesus: «Quem não é contra vós, é por vós». Quem pode afirmar que não seja o primogénito de Satanás? Como seria mais prudente, em vez de anatematizar o que vai por caminho diferente do nosso, tentar descobrir em que é que tem razão, por que lado encara as coisas, e se no seu modo de ver não haverá alguma verdade a assimilar!

Mas este ar de certeza produz um belo efeito nas pessoas de cultura mediana. Volveram, por ver Policarpo em Roma, à igreja ortodoxa muitos valentinianos e marcionitas. Policarpo deixou um nome venerado na capital do mundo. Talvez que Ireneu e Florin ficassem em Roma junto do mestre; estes dois espíritos, tão diferentes um do outro, destinavam-se a seguir caminhos bem diversos.

Produzira-se um óptimo resultado. Pusera-se a regra da prescrição. Será doutrina verdadeira, daqui para o futuro, a professada pelas Igrejas apostólicas e que sempre o foi. *Quod semper, quod ubique.* Eram claras as coisas entre Policarpo e Valentim. Policarpo tem a tradição apostólica; Valentim não a tem, por mais que se diga. As Igrejas particulares formam, pela sua reunião, a Igreja católica, depositária absoluta da verdade. Quem preferir o seu sentimento próprio a esta autoridade universal, é um sectarista e um herege.

CAPÍTULO XXIII

MARTÍRIO DE POLICARPO

Voltou Policarpo para Esmirna, segundo a nossa opinião, no Outono de 154. Esperava-o uma morte digna do seu nome. Professava a doutrina de que nunca se deve procurar o martírio; mas outros, que não tinham a sua virtude, não foram tão prudentes como Policarpo; era perigosa a sombria vizinhança dos entusiastas da Frígia. Um frígio chamado Quinta, antecipadamente montanista, veio a Esmirna e arrastou alguns exaltados que se denunciaram a si próprios, provocando suplício. Censuravam-nos as pessoas prudentes e diziam, com razão, que o Evangelho não mandava tal coisa. Foram presos outros esmirneus cristãos além destes fanáticos; havia também alguns filadelfienses levados casualmente a Esmirna ou para aí transferidos depois de presos pelas autoridades em Filadélfia, por ser cidade mais populosa e onde se davam grandes espectáculos. Eram doze os presos. Teve lugar o suplício,

segundo o horrendo costume dos Romanos, no estádio, à falta de anfiteatro. Foram espantosamente atrozes as torturas sofridas por esses desgraçados.

Alguns foram de tal modo chicoteados, que as veias, as artérias, todas as partes internas do seu corpo ficaram a nu. Havia um clamor de choro em volta deles, mas eles não soltaram um murmúrio nem uma queixa. Espalhou-se então a ideia de que os mártires cristãos eram arrebatados do próprio corpo e que o Cristo lhes assistia aos suplícios falando com eles. Para eles, o fogo era de uma deliciosa frescura. Expostos às feras, arrastados numa areia de seixos agudos, a sua insensibilidade era a mesma.

Só um desfaleceu; e foi precisamente o que denunciou os outros. Pagou cara a sua jactância. À vista das feras, desatou a tremer. As gentes do procônsul convidaram-no a ceder; prestou juramento e sacrificou. Os fiéis viram nisto um sinal do Céu e a condenação dos que propositadamente se votavam à morte. Tal procedimento, imbuído de orgulho, foi considerado como uma provocação ao próprio Deus. Admitiu-se que a coragem do martírio vinha do Céu, e que Deus, querendo mostrar que é a origem de toda a força, compraz-se em mostrar os maiores exemplos de heroísmo nos que, antes da expiação, desconfiam de si próprios numa quase timidez.

O mais admirado foi um mancebo chamado Germânico. Deu aos seus companheiros de agonia um exemplo de coragem sobre-humana. Foi superior a sua luta com as feras. O procônsul Tito

Estácio Quadrato, filósofo e moderado, amigo de Élio Aristides, exortava-o à piedade, atendendo à sua idade. Mas ele começou a excitar as feras, a chamá-las, a contrariá-las para que o tirassem o mais depressa possível do mundo perverso. O seu heroísmo, longe de comover, irritou. «À morte os ateus! Onde está Policarpo?» foi o grito uníssono de todos os lados. Policarpo, ainda que censurando o acto da loucura de Quinto, não quis ao princípio fugir. Cedendo a vivas instâncias, retirou-se para uma pequena casa de campo perto da cidade, onde permaneceu alguns dias. Vieram prendê-lo. Abandonou precipitadamente a casa e escondeu-se noutra; mas um escravo moço, posto a tratos, denunciou-o. Chegou um pelotão de cavalaria para o agarrar. Era uma sexta-feira à tarde, a 22 de Fevereiro, pelas horas do jantar. O velho estava à mesa no andar superior; podia ainda fugir, mas disse: «Seja feita a vontade do Senhor!» Desceu tranquilamente, falou com os soldados, deu-lhes de comer, e pediu uma hora apenas para rezar à sua vontade. Fez então uma das suas habituais orações, muito demoradas, e em que visava toda a Igreja católica. Passou-se assim a noite. No dia seguinte de manhã, sábado 23 de Fevereiro, montaram-no num burro e partiram.

Antes de chegar à cidade, apareceram de carro o irenarca Herodes e seu pai Niceto. Tinham relações com os cristãos. Parece que Alcea, irmã de Niceto, estava filiada na Igreja. Levaram, segundo se diz, o velho no meio deles e suplicaram-lhe que renegasse. «Que mal havia, para salvar a vida, em dizer *Kyrios Kaesar* e em fazer um sacrifício e o

resto?» Policarpo foi inflexível. Parece que então os dois magistrados se enfureceram e lhe disseram palavras ásperas e o atiraram fora do carro, ao ponto de ferir uma perna...

Levaram-no para o estádio sito na meia encosta do monte Pago. Lá estava aglomerado o povo; faziam um barulho infernal. Logo que o velho entrou, redobrou o tumulto; só os cristãos ouviam uma voz vinda do Céu: «Sê forte, sê viril, Policarpo!» Levaram o bispo ao procônsul,[1] que disse as frases sacramentais: «Pelo respeito que deves à tua idade, jura pela fortuna do César, grita como toda a gente: *Fora os ateus!*» Policarpo então, lançando um olhar ríspido sobre a multidão que enchia os varandins e apontando-a com a mão, disse: «Sim, fora com os ateus!» e ergueu os olhos ao Céu com um profundo suspiro. «Insulta o Cristo, mandou Estácio Quadrato. — Há oitenta anos que O sirvo e Ele nunca me fez mal, volveu Policarpo. Eu sou cristão; e se tu queres saber o que é um cristão, dá-me uma demora de um dia e escuta-me com atenção. — Convence o povo, respondeu-lhe Quadrato. — Vale a pena discutir contigo, retorquiu Policarpo. É preceito nosso honrar, como lhes é devido, aos poderosos e às autoridades estatuídas por Deus, logo que essa manifestação de respeito não fira a nossa fé. Quanto a essa gente, eu nunca descerei a fazer a minha apologia diante deles».

[1] Pela carta dos Esmirneus parece que o interrogatório se fez no estádio, o que não é admissível. Podia, porém, o tribunal do cônsul ser próximo do estádio. Parece que o cônsul não assistiu ao suplício.

Em vão o procônsul o ameaçou com as feras e com o fogo. Não houve remédio senão anunciar ao povo que Policarpo confessava teimosamente a sua fé. Os judeus e os pagãos soltaram então gritos de morte: «É esse o doutor da Ásia, pai dos cristãos», diziam os primeiros. «É o destruidor dos nossos deuses, o que ensina a não sacrificar, a não adorar!» vociferavam os segundos. Pediam ao mesmo tempo a Filipe de Trales, asiarca e grão sacerdote da Ásia, que soltasse um leão sobre Policarpo. Filipe observou-lhes que findara o espectáculo das feras. «Então, à fogueira!» gritaram de toda a parte. E o povo dispersou pelas lojas e casas de banhos à procura de lenha. Nesta tarefa salientavam-se os Judeus, com um zelo activo, segundo o seu costume, no ódio contra os cristãos.

Enquanto se preparava a fogueira, Policarpo tirou o cinto e o vestuário e tentou descalçar-se. Fê-lo com alguma dificuldade, porque, correntemente, eram os fiéis que tinham esse cuidado, para que ele se não incomodasse, tal era a ânsia de o tocarem com suas mãos. Deitaram-no no centro do cavalete que servia para fixar o paciente e iam-no pregar: «Deixai-me assim, disse ele; aquele que me dá coragem para suportar o fogo, há-de dar-me a força para que eu não me mexa na fogueira, sem precisar dos vossos pregos». Não o pregaram; ataram-no apenas. Assim, com as mãos apertadas atrás das costas, parecia uma vítima, e os cristãos, que o viam de longe, julgavam-no um cordeiro escolhido no rebanho para ser ofertado em holocausto a Deus. Ele rezava sempre, agrade-

cendo ao Senhor o tê-lo admitido no número dos seus mártires.

Começavam a erguer-se as labaredas. Chegara ao cúmulo a exaltação dos fiéis que assistiam ao espectáculo. Como estavam longe, imaginaram as coisas mais extraordinárias. O fogo parecia arredondar em abóboda por sobre o corpo do mártir e semelhar a vela de um navio inflada pelo vento. O velho, no centro da câmara ardente, não lhes parecia carne a arder, mas pão que coze, ou massa de ouro e prata num forno. Imaginaram que se evolava um perfume delicioso, como o do incenso ou das mais preciosas essências (talvez que os aromatas existentes entre a lenha seca produzissem seu efeito). Mais tarde afirmaram que Policarpo não ardera, que o *confector* o apunhalara e que da ferida correra tanto sangue que a fogueira se apagou.[1]

Os cristãos ligavam a maior importância a possuírem o corpo do mártir. Mas a autoridade não queria dar-lho, com medo que o supliciado viesse a ser o motivo de um novo culto. «Seriam capazes, diziam rindo, de abandonarem por este o seu crucificado». Os Judeus guardavam a fogueira a ver o que se fazia. O centurião de serviço mostrou-se favorável aos cristãos e deixou levar os ossos, «mais preciosos que as pedras preciosas e que o mais puro ouro». Estavam calcinados; para conciliar o facto com a maravilhosa narrativa, fez-se

[1] A imaginação recusava a ideia de que os corpos se consumiram integralmente, com receios materialistas que se tinham pela ressurreição dos corpos totalmente destruídos.

correr que fora o centurião quem queimara o corpo. Puseram as cinzas num lugar consagrado e todos os anos celebravam o aniversário do martírio do velho, excitando-se a caminhar nas peugadas do santo varão.

Muitos pagãos se abalaram com a coragem de Policarpo. Suspenderam-se os suplícios, porque as autoridades não quiseram que tais cenas se renovassem. Ficou célebre em Esmirna o nome de Policarpo; ao passo que muito ràpidamente se esqueceram os onze ou doze Esmirneus ou Filadelfienses que padeceram o martírio antes dele. Pediram pormenores do que se passara às Igrejas da Ásia e da Galácia, ao saberem a nova da morte deste pastor. Mostraram sobre todos um comovente interesse os habitantes de Filomélio, na Frígia Paroreia. A Igreja de Esmirna fez redigir por um dos seus anciãos a narrativa do martírio, sob a forma de carta circular, que foi mandada a diferentes Igrejas. Pedia-se aos fiéis de Filomélio, ponto já afastado, que transmitissem a carta aos seus irmãos de além.

Serviu de base à edição original o exemplar dos Filomelianos, copiado por um tal Evaristo e levado por um chamado Márcion. Como sucede muita vez na publicação das cartas circulares, os finais dos diferentes exemplares foram postos a seguir uns aos outros. Este lindo trecho constitui o mais antigo exemplo conhecido dos Actos do martírio. Foi o modelo imitado e que forneceu a directriz e a essência desta espécie de composições. Somente as imitações não tiveram a naturalidade e a simplicidade do original. Parece que o autor das falsas cartas

imaginárias lera a Epístola aos Esmirneus. Há laços íntimos entre esses dois escritos e uma notável similitude de espírito. Depois de Inácio, foi Policarpo a grande preocupação do autor das cartas falsas e o seu ponto de apoio encontrou-o na Epístola verdadeira ou pressuposta de Policarpo. Encontrou a sua mais perfeita expressão na encíclica esmirneia a ideia de que o martírio é o favor supremo que se deve desejar ou pedir ao Céu. Mas o entusiasmo do martírio é restrito nos limites da moderação. O autor não perde nunca a ocasião de mostrar, no admirável escrito, que o verdadeiro martírio, o martírio conforme o Evangelho, não é o que se procura, mas o que se espera. Parece-lhe tão condenável a provocação, que experimenta um certo gozo em mostrar o Frígio fanático, cedendo às obsessões do procônsul e apostatando.

A Ásia, leviana e estouvada, curiosa do bizarro, transformou as tragédias em histórias e produziu a caricatura do martírio. Por esse tempo vivia um certo Peregrino, filósofo cínico, de Pario, no Helesponto, que se apelidava de *Proteo*, e que se gabava da facilidade com que mudava de fisionomia e corria todas as aventuras. Entre elas entra a de bispo e a de mártir. Iniciando a vida por crimes pavorosos, pelo parricídio, fez-se cristão e foi padre, escriba, profeta, tiasarca, chefe de sinagoga. Interpretou os livros sagrados e escreveu-os ele mesmo; passou por um oráculo e por autoridade suprema em regras eclesiásticas. Prenderam-no por esse delito[1] e puseram-no a ferros. Tal o começo da sua apoteose. A partir de então, foi adorado; revolveu-se céu e terra para o livrar; tiveram-se as maiores atenções para com ele. De manhã, às portas da prisão, as viúvas e os órfãos esperavam vê-lo. Os notáveis, a peso de dinheiro, obtinham licença para passarem a noite com ele. Era um vaivém de mesas e de festins sagrados; celebraram-se ao pé dele mistérios; chamavam-lhe «o excelente Peregrino», qualificando-o de moderno Sócrates.

[1] Não há dúvida que esta farsa sacrílega atribuída a Peregrino, foi uma ficção de Luciano.

Tudo isto se passou na Síria. São a alegria dos cristãos estes escândalos públicos; não se poupam para que seja ruidosa a manifestação. Chegam de todas as cidades da Ásia, enviados com a incumbência de se porem ao serviço do confessor e de o consolarem. Aflui o dinheiro em torno dele. Sucede que o governador da Síria era um filósofo; entra no segredo da loucura do nosso homem, vê que tem uma ideia fixa, morrer para celebrizar o seu nome, e solta-o sem o castigar. Peregrino nada na abundância; os cristãos rodeiam-no e fazem-lhe um cortejo de honra. Acrescenta Luciano: «Esses imbecis persuadem-se que serão imortais e viverão eternamente; por isso desprezam a morte a que muitos deles se votam espontaneamente. O seu primeiro legislador convenceu-os de que são todos irmãos uns dos outros desde que, renegando os deuses helénicos, adorem o crucificado, seu sofista, e vivam segundo as leis. Desdenham os bens terrestres e têm um quarto comum para todos. É inútil demonstrar que não há razão séria para crer nisto. Se um impostor, manhoso, sabe tirar partido disto, ei-lo rico e a rir-se nas bochechas destes patetas».

Peregrino, sem dinheiro, procura, por uma morte teatral nos Jogos Olímpicos, satisfazer a insaciável urgência de fazer falar de si. O suicídio pomposo e reclamado, como se sabe, foi a grande censura lançada pelos filósofos conscientes aos cristãos.

CAPÍTULO XXIV

O CRISTIANISMO NAS GÁLIAS. A IGREJA DE LIÃO.

Pensou-se um momento que a morte de Policarpo pusera termo à perseguição e parece que houve com efeito um intervalo de sossego. Redobrou o zelo dos Esmirneus; por essa época, deslocou-se uma colónia cristã que, partindo provavelmente de Esmirna, levou, num impulso vigoroso, o Evangelho a países distantes, onde nunca chegara o nome de Jesus. O chefe da caravana devia ter sido um esmirneu, Potino, discípulo de Policarpo.

De há muito se estabelecera uma corrente de comunicações recíprocas entre os portos da Ásia Menor e as costas mediterrâneas da Gália. Não se tinham apagado de todo as velhas linhas de navegação dos Fócios. As populações da Ásia e da Síria, inclinadas às emigrações para o Ocidente, gostavam de subir o Ródano e o Saona, levando consigo um bazar portátil de mercadorias diferentes, ou parando

nas margens desses grandes rios, nos sítios onde havia recursos prováveis de vida. Viena e Lião eram os pontos de mira habituais dos emigrantes, que traziam à Gália mercadores, criados, operários e médicos, que os aldeãos alóbrogos e segusiavos não tinham indubitavelmente no mesmo grau. A população laboriosa ou industrial das grandes cidades das margens do Ródano era parcialmente constituída por Orientais, mais mansos, mais inteligentes e menos supersticiosos que a população indígena, e susceptíveis, pelas suas maneiras insinuantes e afáveis, de exercerem uma profunda influência. O Império Romano fizera cair as barreiras do espírito nacional que estorvavam o contacto dos diferentes povos. Tornaram-se possíveis propagandas que as antigas instituições gaulesas sustariam à primeira tentativa. Roma perseguia, mas não se prevenia; de modo que, em vez de prejudicar, servia o desenvolvimento de uma opinião que aspirava a ser universal. Esses sírios e asiáticos vindos do Oriente só sabiam o grego e falavam-no sempre entre si, servindo-se dele nos seus escritos e em todas as suas relações; mas aprendiam facilmente o latim e o celta. O grego, além disso, continuava a falar-se nas regiões do baixo Ródano e era bastante conhecido em Viena e em Lião.

Oriundos de uma região bem delimitada, a Ásia e a Frígia, quase todos compatriotas, instruídos pelos mesmos livros e ensinamentos, tinham uma invulgar unidade os cristãos de Lião e de Viena. Eram frequentes as suas relações com as Igrejas da Ásia e da Frígia; era a essas Igrejas que escreviam nos lances angustiados. Como todos os Frígios,

eram pietistas ardentes; mas não tinham a mácula sectarista que, em breve, faria dos montanistas um perigo, quase um flagelo na Igreja. Potino, reconhecido como chefe na Igreja de Lião, foi um velho respeitável e moderado na sua própria exaltação. Átalo de Pérgamo, tão velho como ele, foi depois dele a coluna da Igreja e a sua principal autoridade. Era um cidadão romano e personagem de consideração; sabia latim; toda a cidade o conhecia como principal representante da comunidade. Um frígio, chamado Alexandre, e exercendo a medicina, era conhecido e estimado por todos. Filiado nos piedosos segredos dos santos da Frígia, tomava parte nos carismas, isto é, nos dons sobrenaturais da idade apostólica que a sua pátria fazia renascer; como Policarpo, chegara ao mais alto grau do fervor interno. Era um rincão da Frígia transplantado para as Gálias. Capitais trazidos da Ásia entretinham as primeiras reservas e conservavam o espírito de misticismo que lhes dera o carácter primitivo. Logo que pôde, Ireneu, cansado das lutas com Florin e Blasto, abandonou Roma por essa Igreja composta por amigos, discípulos e compatriotas de Policarpo.

Foram contínuas as comunicações entre Lião e Viena; as duas Igrejas faziam uma; dominava em ambas o grego; mas também nas duas havia íntimas relações entre os emigrados da Ásia e a população indígena, falando latim ou celta. Foi rápido e profundo o efeito da prédica íntima na casa e na oficina. As mulheres sentiam-se vivamente arrastadas. Naturalmente simpática e religiosa, abria-se às novas ideias, trazidas pelos estrangeiros, a natureza gaulesa. Iam bem a essas raças, enlevadas no sonho

religioso, insatisfeitas pelos cultos das Gálias e de Roma, a religião idealista e simultâneamente realista, a crença nas visões perpétuas, o hábito de transformar sensações vivas e finas em intuições sobrenaturais. O ministério evangélico exercia-se por vezes em língua céltica. Deve notar-se que entre os conversos, a maioria era de cidadãos romanos.

A melhor aquisição foi a de um tal Vétio Epágato, nobre lionês, ainda moço, que apenas filiado na Igreja sobreexcedeu toda a gente em piedade e caridade e foi um dos espíritos mais elevados da época. A sua vida era tão casta, tão austera, que o comparavam, apesar da idade, ao velho Zacarias, asceta visitado a toda a hora pelo Espírito Santo. Votado às obras de misericórdia, fazia-se servo de todos e empregava a sua vida a consolar o próximo, com um zelo e um fervor admiráveis. Acreditavam que ele fosse o Paracleto, que as suas obras fossem guiadas pela inspiração do Espírito Santo. Ficou na tradição popular a lembrança das virtudes de Vétio, tradição que intentou ligar à sua família a evangelização dos países limítrofes. Na verdade, foi ele o primicério de Cristo na Gália. O diácono Santo, de Viena, e especialmente a boa serva Blandina, apesar de inferiores em categoria social, igualaram-no em boa vontade. Blandina fez milagres. Era tão débil de corpo, que se receou que não pudesse confessar o Cristo. No dia do combate, pelo contrário, desenvolveu uma energia inaudita, fatigando os carrascos um dia inteiro; dir-se-ia que, a cada nova tortura, recrudesciam a vida e a fé.

Tal foi essa Igreja, que de entrada atingiu os privilégios das mais altas Igrejas cristãs da Ásia e

se ergueu no centro de um país semibárbaro, como um luminoso farol. Ébrios com o Evangelho de João e o Apocalipse, os cristãos de Viena, sem necessidade das escolas rudimentares que o cristianismo atravessara, atingiram de começo o cume da perfeição. Em parte alguma houve vida mais austera, entusiasmo mais sério, mais intensa vontade de criar o reino de Deus. Não se proclamava o ciliasmo, menos em Lião do que no seu foco principal na Ásia Menor.

Entrou triunfal a Gália na Igreja de Jesus. Lião foi a capital religiosa desse país. Os pontos sagrados das origens cristãs francesas foram Fourvière e Ainai. Na época dos anais eclesiásticos que vimos referindo, Fourvière é uma cidade pagã; quanto a Ainai *(Athanaeum)*, deve supor-se que aí se ligam recordações cristãs. Este burgo, situado nas ilhas do confluente, em aval da cidade romana e gaulesa, devia ser uma cidade onde desembarcavam os orientais e onde se demoravam até conseguir colocação. Deveria ser esse o primeiro bairro cristão, e a vetustíssima igreja que aí se vê é o mais antigo monumento da França cristã que o arqueólogo deve visitar com mais respeito. Desenhava-se o carácter lionês com a sua característica actual; necessidade de sobrenatural, calor de alma, gosto do irracional, falsidade de raciocínio, imaginação ardente, misticismo profundo e sensual. Nesta raça apaixonada derivam os instintos morais não da razão mas das entranhas e do coração. As origens da escola lionesa em arte e literatura resumem-se na admirável carta sobre o drama horrível de 177. É o belo, o bizarro, o comovente e o doentio; há nela uma ligeira aber-

ração de sentidos, qualquer coisa do tremor nervoso dos santos de Pepuse. Sente-se a cidade dos espiritistas nas relações de Epágato com o Paracleto, onde, no século passado, Cagliostro teve uma igreja. As anestesias de Blandina, as conversas íntimas com o Cristo, enquanto o touro a arremessa ao ar, a alucinação dos mártires acreditando ver Jesus na sua irmã, ao fundo da arena, amarrada nua ao poste, toda a lenda, que nos leva além do estoicismo e que atinge a catalepsia e as experiências da Salpetrière, parece um assunto para poetas, pintores e pensadores originais e idealistas, supondo pintar a alma e afinal fraudados sempre pelo corpo. Portou-se melhor Epicteto; mostrou na luta da vida tanta coragem, como Átata ou Sancto; mas não ficou lendário. O *hegemonikon* por si nada diz à humanidade. O homem é muito complexo. Ninguém encantou multidões com verdades puras; nunca foi herói um eunuco, nem houve romance sem amor.

Veremos acolhidas com rapidez as mais perigosas quimeras do gnosticismo, e quase que ao lado de Blandina, fugirem da Igreja e confessar a sua falta cobertas de dó, as vítimas das seduções de Marcos. Produziram-se cenas, no reinado de Marco Aurélio, que parecem passadas nos nossos dias: o encanto da Lionesa, residindo numa terna decência e numa casta voluptuosidade, e a sua sedutora reserva, despertando a ideia secreta de que a beleza é coisa santa, e a estranha facilidade de cair nas aparências do misticismo e da piedade.

Houve prédicas cristãs no tempo de Antonino em Marselha, Arles e seus arredores. Parece que Nimes se conservou muito tempo fechada ao culto do Oriente.

Por essa época, formaram-se Igrejas estáveis na África, que deveriam constituir em breve o mais original do mundo religioso. Entre os primitivos fundadores do cristianismo africano, o colorido místico que em breve se chamará montanismo não é menos forte que o de Lião. É provável que o fermento do reino de Deus fosse importado de Roma e não da Ásia. Os Actos de Santa Perpétua e em geral os *Actos dos Mártires* da África, Tertuliano e outros tipos de cristianismo africano, têm muita semelhança com o *Pastor de Hermas*. Os primeiros anunciadores da boa nova deveriam falar o grego em Cartago como em toda a parte. Estava nesta cidade tão espalhado o grego como o latim; serviu-se a comunidade cristã das duas línguas; mas bem depressa só se serviu da língua de Roma. Deu assim a África o primeiro exemplo de uma Igreja latina. Em alguns anos aparecerá uma brilhante literatura cristã no bizarro idioma que o rude génio púnico tirou, sob a dupla influência da barbaria e da retórica, da língua de Tácito e de Cícero. Uma tradução do Antigo e do Novo Testamentos corresponderá, neste enérgico dialecto, às necessidades dos novos fiéis e será por longo tempo a Bíblia do Ocidente.

CAPÍTULO XXV

A LUTA EM ROMA. MARTÍRIO DE S. JUSTINO. FRONTÃO.

POR todos os lados se davam cenas desoladoras, no reinado do melhor dos soberanos, mercê de uma legislação viciosa. Multiplicavam-se as condenações à morte e a negação da justiça. Os cristãos andavam às vezes mal. A severidade, o ardente amor do bem que os animavam, levavam-nos muitas vezes além da moderação e tornavam-nos odiosos àqueles a quem censuravam. Vingavam-se denunciando-os, o pai, o filho, o marido, a esposa, o vizinho, furiosos contra tanta vigilância austera.

A consequência de tantos ódios acumulados era a calúnia. Foi por esse tempo que avolumaram e se enraizaram na opinião boatos até aí inconsistentes. Originaram as mais loucas fantasias, o mistério das reuniões cristãs, a mútua afeição reinante na Igreja. Acreditou-se numa sociedade secreta, em segredos só conhecidos dos adeptos, em promiscui-

dades vergonhosas, em pecados contra natura. Falavam alguns na adoração de um Deus com a cabeça de burro, outros em homenagens ignóbeis rendidas aos padres. Corria a seguinte versão: «Apresenta-se ao que se inicia uma criança coberta de gesso para o iniciar no assassinato. O noviço fere, corre o sangue, dividem-se os membros palpitantes, cimentando-se assim uma aliança na cumplicidade e obrigando a um silêncio absoluto. Depois, embriagam-se, apagam-se as luzes, e nas trevas há abraços vergonhosos». Roma era uma cidade mexeriqueira; noveleiros e palradores andavam à cata de novidades. Repetiam-se estas atoardas imbecis, traduzindo-se em ultrajes e caricaturas. O mais grave foi o ter-se posto à tortura, por causa destas acusações, escravas, mulheres e crianças das casas cristãs, que, vencidas pelos tratos, diziam o que se queria e deram fundamento jurídico a invenções odientas.

Eram recíprocas as calúnias; e os cristãos retorquiam aos adversários com mentiras inventadas. Quem praticava orgias sanguinolentas eram eles, os pagãos. Não davam os seus deuses o exemplo de todos os vícios? Não se faziam aspersões do sangue humano, em alguns dos ritos mais solenes do culto romano, nos sacrifícios de Júpiter Latiaris? Embora o facto fosse inexacto, nem por isso deixou de ser uma das bases da apologética cristã. Oferecia fácil triunfo aos controversistas a imoralidade dos deuses do Olimpo. Quando Júpiter era só o céu azul, era imoral como a Natureza, mas não tinha consequências a sua imoralidade. Mas agora, que a moralidade se estatuíra como base da religião, pedia-se aos deuses o exemplo da honestidade burguesa; os

exemplos da mitologia pareciam escândalos e irrefutáveis objecções.

Azedavam os espíritos as discussões públicas entre filósofos e apologistas, levando a graves inconvenientes. Insultavam-se, e felizmente a partida não era igual. Os filósofos tinham uma espécie de posição oficial e funções do Estado, recebiam honorários para ensinarem o que tantas vezes não praticavam com o seu exemplo. Não corriam risco; e faziam sentir aos seus adversários que os podiam perder com uma simples palavra. Os cristãos troçavam os filósofos e tudo o que lhes dizia respeito. Sensaborias idênticas às que hoje se produzem contra os filósofos assalariados. «Não se podia, diziam eles, usar barba de graça». Fingia-se saber que eram muito ricos e apodavam-nos de avarentos e parasitas; opunham-se as suas doutrinas sobre a necessidade de saber dispensar todo o género de vida que parecesse opulência a pessoas ainda mais pobres do que eles.

À frente destas batalhas ruidosas estava o impetuoso Justino, ajudado no fim da sua vida por um discípulo mais impetuoso do que ele, o assírio Taciano, alma sombria cheia de ódios contra o helenismo. Pagão, estudara muito, e dirigindo uma escola filosófica, gozava de certa reputação. Servido por uma imaginação doentia, Taciano queria ter ideias claras sobre coisas interditas ao saber do homem pelo seu próprio destino. Percorreu, como o seu mestre Justino, o ciclo das religiões e filosofias existentes, viajou, quis iniciar-se nos pretensos segredos religiosos e frequentou diferentes escolas. Achou o helenismo mau pela sua aparente leviandade moral.

Desnudo de todo o sentimento literário, era incapaz de compreender-lhe a divina beleza. Só os escritos dos Hebreus o satisfizeram. Agradaram-lhe pela severa moralidade, pelo tom simples, convicto, pelo carácter monoteísta, pela maneira peremptória como afastam, no meio do dogma da criação, as curiosidades inquietas da física e da metafísica. Encontrara o que procurava o seu espírito tacanho e pesado. Feito cristão, S. Justino foi o melhor doutor para a compreensão da sua filosofia apaixonada; ligou-se-lhe profundamente e foi o seu ajudante nas lutas contra os sofistas e os retóricos.

O seu opositor era um filósofo cínico, de nome Crescente, personagem bastante desprezível, que conseguira uma posição em Roma pelo seu ar ascético e pela sua longa barba. As suas declamações contra o temor da morte não o impediam de ameaçar Justino e Taciano de denunciá-los: «Ah! tu confessas então que a morte é um mal!» diziam-lhe espirituosamente os outros. Por certo que Crescente fazia mal em abusar assim da protecção do Estado contra os seus adversários. Mas deve confessar-se que Justino pouco se lhe dava. Tratava os adversários de lambazes e impostores, censurando-lhes sobretudo a paga que recebiam. Pode-se ser apaixonado, sem ser avarento e interesseiro. Um facto passado nesse tempo em Roma demonstrou quanto é perigoso opor a perseguição ao fanatismo, mesmo quando ele é agressivo e impertinente.

Havia um casal em Roma em que marido e mulher rivalizavam em infâmias. A mulher, conversa ao cristianismo por um tal Ptolomeu, abandonou a vida desordenada, e fez todo o possível para converter o marido; e, não o conseguindo, pensou em divorciar-se, receando ser cúmplice das impiedades do seu companheiro de leito e de mesa. Apesar dos conselhos da sua família, mandou-lhe o aviso judicial obrigado por lei e abandonou o domicílio conjugal. O marido, irritado, intentou uma acção alegando que a mulher era cristã. A mulher obteve uma moratória. O marido, irritado, volveu, como era de prever, a sua cólera contra Ptolomeu.

Conseguiu fazê-lo prender por um centurião, a quem convenceu para lhe perguntar simplesmente se sim ou não era cristão. Ptolomeu confessou e foi preso. Depois de uma pequena detenção, foi chamado à presença de Quinto Lólio Úrbico, prefeito de Roma. Novo interrogatório, nova confissão. Ptolomeu foi condenado à morte. Um cristão, chamado Lúcio, assistindo ao julgamento, interpela Úrbico: «Como podes tu condenar um homem que não é adúltero, nem ladrão, nem homicida e que é tão-somente cristão? A tua sentença está em desacordo com a piedade do nosso imperador e com os sentimentos do Filósofo, filho de César». Úrbico condena-o igualmente à morte. «Obrigado, respondeu Lúcio; graças a ti vou trocar os maus senhores da Terra por um pai que é o rei do Céu». Apoderou-se de terceiro espectador a mesma fúria de martírio. Proclamou-se cristão e foi supliciado com os outros dois.

Comoveu-se imenso Justino com este drama sanguinolento. Não pôde protestar enquanto foi prefeito de Roma Lólio Úrbico; mas logo que outro passou a desempenhar esta função, Justino endereçou ao Senado uma nova apologia. Tornava-se difícil

a sua posição. Sentia o perigo de ter por inimigo um homem como Crescente, que com uma palavra o podia perder. Redigiu essa eloquente petição contra a excepcional situação dos cristãos com o pressentimento de uma morte certa.

Alguma coisa de altivo se vê na atitude de tão obscuro filósofo diante do corpo que os provincianos chamavam *hiéra syncletos*, «a santa assembleia». Justino chama esses orgulhosos ao sentimento da justiça e da verdade. O brilho da sua pretendida dignidade pode iludi-los; mas, quer queiram quer não, são irmãos e semelhantes daqueles que perseguem. A prova da verdade do cristianismo está nessa perseguição. Os bons entre os pagãos também foram perseguidos, por exemplo Mausónio; mas que diferença! Enquanto Sócrates não teve um discípulo que se deixasse morrer por sua causa, Jesus tem um mundo de artistas filósofos e literatos que por ele se oferecem à morte.

Foi pena que alguns homens ilustres que compunham o Senado não meditassem estas belas páginas. Talvez que eles reflectissem mais noutras páginas menos filosóficas, e em particular na absurda demonomania que ressalta em toda a petição. Justino desafia os seus leitores a que tragam aos cristãos os possessos que os exorcistas pagãos não conseguiram curar. Considera isto uma prova decisiva dos fogos eternos, em que os Demónios serão castigados um dia conjuntamente com aqueles que os adoraram. Uma página que deveria impressionar os que Justino queria converter é a que, estatuindo que as medidas violentas da legislação romana são obra dos Demónios, anuncia que Deus vai vingar o sangue dos seus

servos, aniquilando o poder dos génios do mal e consumindo o mundo pelo fogo (ideia que os maiores celerados exploram para a desordem e para o roubo). Se Deus espera é só para que o número dos eleitos esteja preenchido. Até lá sofrerá que os Demónios e os maus façam tudo o que quiserem.

O requerimento com que finaliza a sua apologia demonstra bem que dose de simplicidade de espírito Justino juntava à sua rara sinceridade. Pede uma aprovação oficial para o seu escrito, a fim de modificar-se a opinião no que diz respeito ao cristãos. «Pelo menos tal aprovação, diz ele, terá menos inconvenientes do que a que recebem todos os dias as farsas sotadianas, fileneanas, os bailes, os livros epicuristas e outras composições do mesmo género que se representam e lêem com plena liberdade». Sente-se quanto o cristianismo se mostrará favorável ao exercício mais imoderado da autoridade, quando esta lhe pertencer.

Justino comove-nos mais quando olha a morte com impassibilidade.

«Eu espero, diz ele, ver-me denunciado qualquer dia e espostejado pelas pessoas que disse e especialmente por Crescente, a quem se deveria chamar o amigo do fausto e do ruído em vez de filósofo, e que cada dia atesta de nós o que não sabe, acusando-nos publicamente de ateísmo e impiedade para ganhar popularidade numa multidão embusteira. É preciso que a sua alma seja perversa, para nos vilipendiar, pois que qualquer homem de moralidade corrente teria escrúpulos em julgar coisas que não conhece. Se afirma que está a par da nossa doutrina, é preciso que a sua baixeza de espírito o impeça de lhe alcançar a majestade. Se a compreendeu, quem o obriga a vilipendiá-la, a não ser que receie passar por cristão? Sabei

que, quando lhe propus algumas questões a este respeito, reconheci claramente e fiquei convencido que ele nada percebia. E para demonstrar que o que eu digo é verdade, declaro que se não sabeis desta disputa, eu estou pronto a recomeçá-la na vossa presença. Seria uma obra real. Mas se vistes as perguntas que lhe fiz e as respostas que ele deu, não podeis duvidar da sua ignorância, ou do seu nenhum amor à verdade.»

Justificaram-se demasiadamente as previsões de S. Justino. Crescente denunciou aquele que deveria somente refutar e foi morto o corajoso doutor. Escapou Taciano às emboscadas do cínico. É lamentável para a memória de Antonino (ou se se quiser de Marco Aurélio) que o advogado impertérrito de uma causa que era a da liberdade da consciência fosse supliciado durante o seu reinado. Se Justino chama «impostor» e «parasita» ao seu rival, como no-lo atesta Taciano, só deveria sofrer a pena correccional por injúrias públicas. Mas Crescente injuriou-o e fê-lo impunemente. Justino foi vítima como cristão. A lei era formal e os conservadores romanos hesitavam em revogá-la. Quantos precursores do futuro não sofrerão igualmente no reinado do justo e pio S. Luís!

Os ataques de Crescente não foram um facto isolado. No século I os homens instruídos podiam ignorar o cristianismo; agora já não era possível. Toda a gente tinha a sua opinião a este respeito. O primeiro retórico do tempo, L. Cornélio Frontão, escreveu uma invectiva contra os cristãos. Perdeu-se o trecho; ignoramos como foi composto; mas faz-se uma ideia pelo que Minúcio Félix põe na boca do seu Cecílio. A obra não se destinava, como a de

Celso, à discussão exegética; não era um escrito filosófico; eram considerações de um mundano e de um político. Frontão admitia sem exame os boatos mais caluniosos contra os cristãos e cria ou afectava acreditar o que se dizia dos seus mistérios nocturnos e dos seus repastos sanguinolentos. Homem honrado, mas homem oficial, tinha horror a uma seita de indivíduos sem posição social. Satisfazendo-se com uma crença vaga na Providência, associada à devoção politeísta, era pela religião oficial, não que a reputasse verdadeira, mas porque era antiga e fazia parte dos prejuízos do verdadeiro romano. Não há dúvida que na sua declamação ele se punha no campo do patriotismo, pregando o respeito pelas instituições nacionais, erguendo-se, conservador zeloso, contra a louca pretensão desses iletrados de baixa condição, aspirando a reformar as crenças. Talvez terminasse por uma ironia contra a impotência de um Deus único, que, muito ocupado em governar todas as coisas, abandonava aos suplícios os seus adoradores, e por alguma troça sobre a ressurreição da carne.

O escrito de Frontão era para literatos; no entanto, prestou um mau serviço ao cristianismo inculcando as suas ideias a um discípulo que educava com esmero e se chamou Marco Aurélio.

CAPÍTULO XXVI

OS EVANGELHOS APÓCRIFOS

Exceptuando os apologistas, como Aristides, Quadrato, Justino, que se dirigem aos pagãos, e os tradicionalistas puros como Papias, Hegesipo, que consideram a nova revelação como consistindo essencialmente na palavra de Jesus, quase todos os escritores da idade que vai findar têm a pretensão de aumentar a lista das Escrituras sagradas, susceptíveis de ser lidas na Igreja. Cônscios de não o conseguirem pela sua autoridade peculiar, cobrem-se com o nome de qualquer apóstolo ou personagem apostólico e não escrupulizam em atribuir-se a inspiração de que gozarão indistintamente os discípulos imediatos de Jesus. Esgotava-se esta veia literária apócrifa. O pseudo-Hermas não teve senão um êxito restrito. Veremos os *Reconhecimentos* do pseudo--Clemente e as pretensas *Constituições* dos doze apóstolos, feridos de suspeição no ponto de vista do canonicato. Os numerosos Actos dos Apóstolos que

apareciam por toda a parte tiveram um êxito parcial. Nenhum apocalipse conseguiu revolver as massas. O êxito nas leituras públicas, tal foi o critério da canonicidade. Uma Igreja admitia tal escrito, atribuído a um apóstolo ou a um personagem apostólico, à leitura em comum. Saíam os fiéis edificados; espalhava-se o boato nas Igrejas vizinhas que uma linda comunicação se fizera em tal comunidade, em certo dia; logo se desejava ver o novo escrito e assim, de mão em mão, vulgarizava-se, a menos que não tivesse algum tropeço maior. Mas com o tempo aumentaram as exigências; os êxitos das Epístolas a Tito e a Timóteo, a segunda Epístola de Pedro, já se não renovavam.

A fecundidade evangélica esgotara-se realmente; passara a idade da criação lendária e nada se inventava de notável; fora o último, o êxito do pseudo-João. Mas subsistia ainda a liberdade das remodelações, pelo menos fora das Igrejas de S. Paulo. Posto que os quatro textos, mais tarde canónicos, já tivessem uma certa voga, não excluíam os textos paralelos. Mantinha a sua autoridade o Evangelho dos Hebreus. Serviram-se provavelmente dele Justino e Taciano. O autor das Epístolas de Santo Inácio (segunda metade do século II) cita-o como texto canónico aceite. Nenhum texto esgotava a tradição nem suprimia os seus rivais. Os livros eram raros e mal guardados. Fala de falsificadores das «Escrituras do Senhor», Dinis de Corinto, no final do século II, o que prova que continuaram os retoques cem anos depois da redacção do nosso Mateus. Daí a forma indecisa das palavras de Jesus, sensível nos Padres apostólicos. A fonte é sempre vagamente

indicada; há muitas variantes nas citações até Santo Ireneu. Algumas das palavras de Isaías e de Henoch são citadas como palavras de Jesus. Não havia distinção entre a Bíblia e o Evangelho, e sempre as palavras de Lucas são precedidas da locução: «Deus disse».

Ficaram assim os Evangelhos, até ao ano de 160 ou ainda além, escritos privados destinados a círculos restritos. Cada um tinha o seu e durante muito tempo não houve rebuços em completar e combinar os textos recebidos. Não era exacta a redacção; acrescentava-se, truncava-se; discutia-se tal ou tal passagem, amalgamavam-se os Evangelhos em circulação para formar um volume portátil. Continuava ainda a tradição oral. Não se escreviam muitas palavras; era preciso fixar a tradição; eram ainda esporádicos muitos elementos evangélicos. Assim, a linda anedota da mulher adúltera correu até se fixar no quarto Evangelho. A palavra «Sede bons mutuadores» citada como sendo do «Evangelho» e da «Escritura», não houve meio de a inserir em qualquer canto.

Eram mais graves os cortes que ameaçavam dar-se. Todos os trechos que apresentavam o Cristo como um homem pareciam escandalosos. Os sectaristas sem gosto condenaram o lindo versículo de Lucas em que Jesus chora sobre Jerusalém; porque para eles chorar é prova de fraqueza. Provocavam objecções e mutilações análogas o anjo consolador e o suor de sangue do Jardim das Oliveiras. Mas a ortodoxia reinante impedia que estas fantasias individuais comprometessem seriamente a integridade dos textos já consagrados.

Havia ordem, contudo, através de todo este caos.

Cada vez tendiam mais a tornarem-se canónicos quatro textos, com exclusão dos outros, à medida que uma ortodoxia se afirmava no meio dessa aluvião de Evangelhos. Caminhavam para a consagração oficial Marcos, pseudo-Mateus, Lucas e pseudo-João. O Evangelho dos Hebreus, que ao princípio os igualou em valor, começava a perder a voga, evangelho esse de que os Ebionitas e os Nazarenos abusaram imoderadamente. Foram suprimidos pelos bispos os Evangelhos de Pedro, dos doze apóstolos, por parecerem variantes defeituosas. Porque se não chegou mais longe, reduzindo os Evangelhos a um só, quer suprimindo três, quer harmonizando os quatro, à maneira do *Diatessaron* de Taciano, ou redigindo, como Márcion, um Evangelho *a priori?* Foi o momento em que melhor se viu a honradez da Igreja. Entrou nos piores embaraços de coração alegre. Era impossível que algumas contradições do Evangelho se lhe não metessem pelos olhos. Celso anula-as com finura. Antes se quis expor às fulminantes objecções futuras do que condenar escritos atribuídos a tantas pessoas. Se é lícito exprimir-se assim, cada Evangelho tinha a sua clientela. Seria impossível arrancá-los das mãos dos que tanto os estimavam. Seria condenar ao esquecimento um número avultado de belos trechos, onde se sentia Jesus, embora o arranjo fosse diferente. Prevaleceu o *tetractys,* embora não conseguisse impor à crítica eclesiástica a pior das torturas — fazer um trecho concordante com quatro textos discordantes.

Em todo o caso, a Igreja católica não deu a ninguém o direito de refundir inteiramente os textos anteriores, como o fizeram Lucas e o pseudo-João.

Passara-se da idade da tradição viva à idade da tradição morta. O livro que até aí pouco fora, tornou-se tudo para as pessoas que estavam afastadas das testemunhas oculares duas ou três gerações. Será completa a revolução no ano de 180. A Igreja católica determinará encerrado o ciclo da lista dos Evangelhos. Diz Ireneu: Há quatro Evangelhos; devia haver quatro; não podia haver mais de quatro; porque há quatro climas, quatro ventos, quatro cantos do mundo, reclamando cada um uma coluna; quatro revelações, a de Adão, a de Noé, a de Moisés e a de Jesus; quatro animais no *querube,* quatro animais místicos no Apocalipse. Tornou-se o emblema dos quatro textos aceites cada um desses monstros que para o vidente do ano 69 foram simples ornamentos animados do trono de Deus. Admitiu-se que o Evangelho fosse, como o *querube,* um ser tetramorfo. Concordar os quatro textos, harmonizá-los entre si, tirar deles um único som, foi a árdua tarefa que seguirão doravante os que quiserem ter de Jesus um conceito razoável da sua vida.

A mais original tentativa para sair desta confusão foi a de Taciano, discípulo de Justino. O seu *Diatessaron* realizou o primeiro ensaio de harmonia entre os Evangelhos. Os *Sinópticos* combinados com o Evangelho dos Hebreus e o Evangelho de Pedro constituíram a pedra angular do seu trabalho. O texto resultante assemelhava-se ao do Evangelho dos Hebreus, faltando-lhe as genealogias, assim como tudo o que ligava Jesus à raça de David. Foi ao princípio enorme o êxito do livro de Taciano; adoptaram-no muitas Igrejas como um resumo cómodo da história evangélica; mas as heresias do autor cria-

ram suspeitas à ortodoxia; o livro saiu da circulação e a diversidade dos textos levou-o a ser abandonado definitivamente pela Igreja católica.

Não se deu o mesmo com as seitas que pululavam por toda a parte; não admirando que a produção evangélica cristalizasse, por assim dizer, não havendo lugar para escrever novas vidas de Jesus. As seitas gnósticas queriam os textos sempre renovados para satisfazer a sua ardente fantasia. Quase todos os chefes da Igreja tiveram Evangelhos com o seu nome, a exemplo de Basilídio, ou compilados à moda de Márcion, segundo o seu gosto especial. O de Apeles, como tantos outros, derivava do Evangelho dos Hebreus. Marcos misturou tudo, autêntico e apócrifo. Como vimos, Valentim pretendia remontar aos apóstolos por tradições pessoais. Citava-se também um Evangelho segundo Filipe muito apreciado por certos sectaristas, e um outro chamado «Evangelho da perfeição». Os nomes dos apóstolos garantiam amplamente todas estas fraudes. Apenas um dos Doze é que não teve Evangelho atribuído. É verdade que se não inventava; mas queria saber-se os pormenores que os quatro inspirados omitiram. Aguçava a curiosidade especialmente a infância de Cristo. Não se admitiu que nascesse e vivesse anos obscuro nazareno aquele cuja vida fora um prodígio.

Tal a origem dos «Evangelhos apócrifos», série de obras mesquinhas, cuja primeira aparição deve ser pelo meado do século II. Seria injuriar a literatura cristã, pôr estas composições banais no mesmo pé das obras-primas de Marcos, Lucas e Mateus. São os Puranas do cristianismo os Evangelhos apócrifos; têm por base os Evangelhos canónicos. O autor toma

os Evangelhos como tema de que se não aparta, e que intenta desenvolver e completar pelos processos ordinários da lenda hebraica. Já Lucas entrará nesse caminho. A sua enumeração sobre o nascimento de João Baptista e a infância de Jesus, os seus processos de amplificação, o seu cenário piedoso, são o prelúdio dos Evangelhos apócrifos. Os autores destes últimos exageram a retórica sagrada que Lucas empregara discretamente. Pouco inventam; imitam e exageram. Fazem para os Evangelhos canónicos o que os autores dos *Post-homerica* fizeram para com Homero, o que os autores relativamente modernos dos *Dionisíacos* e os dos *Argonáuticos* fizeram para com a epopeia grega. Cuidam dos pormenores que os canónicos abandonaram com razão, juntam-lhe o que poderia ter sucedido e que parecia verosímil, desenvolvem as situações por aproximações artificiais, tiradas dos textos sagrados. Finalmente, procedem por monografias e procuram fazer lenda com os personagens evangélicos, reunindo os trechos esparsos que lhes dizem respeito. Tudo se reduz a bordar sobre um esboço já feito.[1] Muito longe da convicção dos antigos evangelistas, falando como inspirados do Céu, e desabrochando, como os ramos de uma árvore, no curso da sua narrativa, não cuidando de se contradizerem uns aos outros, são tímidos os fabricadores dos Evangelhos apócrifos. Citam as suas autoridades; estão ligados pelos canónicos.

[1] Um escrito actual, a *Dolorosa Paixão,* redigida por Brentano, segundo as visões de Catarina Emmerich, tem o mesmo carácter e é talvez considerado o último dos Evangelhos apócrifos. Compare-se com a *Cidade Mística* de Maria de Agreda.

Empobrece-se a faculdade criadora dos mitos; já se não inventa um milagre. Quanto à minúcia é impossível conceber-se coisa mais mesquinha e mais miserável. É a verborreia familiar de uma coscovilheira, o tom grosseiramente familiar de uma literatura para as amas de leite e criadas de servir. Como no catolicismo degenerado dos tempos modernos, os autores dos Evangelhos apócrifos caem na vertente pueril do cristianismo, o Menino Jesus, a Santa Virgem, S. José. Vai além do seu critério, atemorizando-os, o verdadeiro Jesus, o Jesus da praça pública.

A causa real deste abaixamento é uma mudança total no modo de interpretar o metafísico. Os Evangelhos canónicos sustentam-se com equilíbrio invulgar sobre o gume de uma situação falsa, mas plena de encanto. O seu Jesus não é deus, porque a sua vida é a de homem; chora e enternece-se; mas está cheio de Deus; a sua atitude é aceitável pela arte, pela imaginação, pelo senso moral. Especialmente a sua taumaturgia é a que mais convém a um enviado divino. Nos Evangelhos apócrifos, Jesus é pelo contrário um espectro sobrenatural, sem entranhas. A humanidade é para ele uma intriga. No seu berço tomá-lo-íeis por uma criança; esperai; os milagres explodem em volta dele; a criança clama: «Eu sou o Logos». É material a taumaturgia do novo Cristo, mecânica e imoral; são as farsas de um mágico. Por onde passa, parece uma força magnética: a Natureza endoida, desarrazoa-se pelo efeito da sua presença. Cada palavra é seguida por efeitos miraculosos; «pelo bem como pelo mal». Os Evangelhos canónicos também sofreram do mesmo defeito; os episódios dos porcos de Gérgesa, da figueira maldita,

só poderiam inspirar aos contemporâneos uma reflexão moralmente estéril: «Que poderoso é o autor de tais actos!» Mas esses casos são raros: ao passo que nos apócrifos, está obliterada a verdadeira noção da consciência de Jesus, humana e divina; Jesus perde o que o fazia amável e comovedor, tornando-se um *deva*. É-se levado a negar lògicamente a sua identidade pessoal, a fazer dele um fantasma intermitente que aparece aos discípulos, ora moço ora velho, ora criança ora ancião, grande ou pequeno, e algumas vezes tão alto que chegava ao céu com a cabeça.

A mais antiga e menos má das rançosas rapsódias é a narração do nascimento da Virgem, do seu casamento, do nascimento de Jesus, reputado escrito de um certo Tiago, conhecido pelo título de *Proto-Evangelho de Tiago*. Serviu-lhe de base um livro gnóstico, *Genna Marias*, talvez conhecido por S. Justino. Nenhum livro teve melhores consequências do que este para a história das festas cristãs e da arte cristã. Os pais da Virgem, Ana e Joaquim, a Apresentação da Virgem no Templo, a ideia de ela ter sido educada como num convento, o casamento da Virgem, o concurso dos viúvos, a circunstância das varas mágicas, de que a pintura tirou tão admiráveis efeitos, tudo derivou desse escrito. A Igreja grega considerou-o como inspirado e admitiu-o à leitura pública nas igrejas pelas festas de S. Joaquim, de Santa Ana, da Conceição, da Natividade, e da Apresentação da Virgem. É muito justo ainda o colorido hebraico; alguns quadros de costumes judaicos lembram por instantes o livro de Tobias. Há traços sensíveis de júdeo-cristianismo ebionita e de docetismo; ali quase se reprova o casamento.

Algumas passagens do livro singular têm graça e até uma certa sinceridade. O autor aplica os processos narrativos, cujo gérmen existiu em Lucas e Mateus, ao nascimento de Maria e a todas as circunstâncias da infância de Jesus. São decalques habilidosos do que vinha nos livros antigos e nas ágadas modernas sobre o nascimento de Samuel, Sansão, Moisés, Abraão e Isaac, as anedotas sobre a infância de Jesus. Havia lugares comuns sempre os mesmos, tópicos de piedosas invenções, nas várias narrativas que servem de introdução habitual à história de todos os grandes homens. O menino predestinado ao altíssimo papel era sempre filho de pais velhos e largo tempo estéreis, «a fim de provar que ele era dom de Deus e não o fruto de uma paixão desordenada». Cria-se que o poder divino explodia melhor com a ausência dos meios humanos. O futuro grande homem era sempre anunciado por um anjo, num momento solene, como fruto de uma demorada expectativa e da assiduidade das orações. Foi assim para Sansão e para Samuel. João Baptista nasceu, segundo Lucas, em condições idênticas. Supôs-se o mesmo de Maria. O seu nascimento, como o de João e de Jesus, foi precedido de uma Anunciação, com acompanhamento de rezas e cânticos. Ana e Joaquim são a mesma chapa de Isabel e Zacarias. Vai-se mesmo mais longe, e imaginou-se uma lenda sobre a infância de Ana. Esta aplicação retrospectiva dos processos da lenda evangélica foi um manancial fecundo de fábulas, correspondendo às necessidades nascentes da piedade cristã. Maria e José não podiam ser considerados como personagens vulgares. Alastrava então o culto da Virgem, que devia mais tarde assumir proporções enormes.

Muitos pormenores, por vezes pueris, sempre conformes com os sentimentos da época, ou susceptíveis de levantar as dificuldades sugeridas pelos antigos Evangelhos, espalharam-se por essas composições, ao princípio não aceites e até criticadas, mas vencendo finalmente. Completou-se o presépio da Natividade; ficaram lá definitivamente o boi e a jumenta. Figurou-se José como viúvo, com oitenta anos e simples protector de Maria; quis-se que esta ficasse virgem antes e depois do nascimento de Jesus. Deram-lhe raça real e sacerdotal, descendendo de David e de Levi. Não se admitiu que morresse como mulher; já se falava do seu rapto para o Céu. Nascia no ciclo dos apócrifos a Assunção, como tantas outras festas.

Distingue todas as composições citadas um acento de viva piedade, enquanto que, sem desgosto, se não lê o *Evangelho de Tomás*, obra insípida, que não honra a família cristã, embora bastante antiga. É o ponto de partida das chatas maravilhas da infância de Jesus, que, por causa da sua banalidade, não conseguiram êxito no Oriente. Jesus figura aí como uma criança terrível, mau, rancoroso, fazendo medo aos pais e a toda a gente. Mata os seus companheiros, muda-os em bodes, cega os pais, confunde os mestres, e mostra-lhes que não sabem nada dos mistérios do alfabeto, obrigando-os a pedir-lhe perdão. Fogem d'Ele como da peste; em vão José lhe suplica que se aquiete. Esta imagem grotesca, um traquinas omnipotente e omnisciente, é a maior caricatura inventada, e quem a fez tinha muito pouco espírito

para que se possa pensar que ele aí meteu uma ponta de ironia. Não foi sem intenção teológica que, contra o sistema cheio de tacto dos antigos evangelistas sobre os trinta anos de vida ignorada, se procurou mostrar que a natureza de Jesus nunca esteve ociosa, e que d'Ele proveio incessantemente o milagre. Tornou-se impostura tudo o que fazia da vida de Jesus uma vida humana. «Esta criança não é um ser terrestre, dizia d'Ele Zaqueu; pode domar o fogo, talvez que fosse feito antes da criação do mundo. Tem alguma coisa de grande, de deus ou de anjo, nem eu sei de quê». Parece obra dos marcosianos este Evangelho deplorável. Apropriando-o, os naassenos e os maniqueus espalharam-no por toda a Ásia. O inepto Evangelho oriental, conhecido pelo Evangelho da infância, posto em voga pelos nestorianos da Pérsia, não é mais que o Evangelho de S. Tomás desenvolvido. Passou no Oriente como obra de Pedro e como o Evangelho por excelência. Se a Índia conheceu algum, foi este. Se o kricnaísmo tem elementos cristãos, daí lhe vieram. O Jesus de que Maomet ouviu falar é o desses evangelhos infantis, um Jesus fantástico, um espectro provando a natureza sobre-humana por uma extravagante taumaturgia.

Tendia a desenvolver-se a Paixão de Cristo num ciclo de lendas. Os pretensos Actos de Pilatos foram o quadro de que se serviu para agrupar estas fantasias, às quais se associavam facilmente as polémicas amargas contra os Judeus. Só no século IV é que os episódios, de um carácter quase épico, se escreveram, e que se supõem passados quando Jesus desceu aos Infernos. Mais tarde, essas lendas sobre

a vida subterrânea de Jesus, unidas aos falsos Actos de Pilatos, formaram a obra célebre chamada *Evangelho de Nicodemos.*

Esta baixa literatura cristã, eivada de um espírito popular, foi a obra das seitas judaizantes e gnósticas. Não entraram nisso os discípulos de S. Paulo. Nasceu na Síria, segundo as aparências. Não a conheceu o Egipto. Os apócrifos egípcios, por exemplo a *História de José, o Carpinteiro,* são mais recentes. Posto que de origem baixa e cheios de ignorância sórdida, os Evangelhos apócrifos tiveram rapidamente uma grande importância. Agradaram à plebe, ofereceram ricos temas à prédica, alargaram o círculo do pessoal evangélico. Vêm desta fonte turva Santa Ana, S. Joaquim, a Verónica e S. Longino. Não saíram dos Evangelhos canónicos as mais lindas festas católicas, a Assunção, a Apresentação da Virgem, mas sim dos apócrifos. A cinzeladura rica de lendas que fez do Natal a jóia do ano cristão, foi talhada em grande parte nos apócrifos. A mesma lenda criou o Menino Jesus. A devoção da Virgem encontra aí os seus argumentos. Daí vem toda a importância de S. José. A arte cristã deve a essas composições, muito fracas literariamente, mas singularmente ingénuas e plásticas, algumas das suas obras-primas. Enraízavam-se nela a iconografia bizantina e a latina. Não haveria *Sposalizio* na escola perusina; nenhuma Assunção, nem Apresentação, na escola veneziana, nem nenhuma Descida de Jesus aos limbos na escola bizantina, sem os apócrifos. Faltaria o presépio nos seus mais interessantes pormenores. A sua vantagem está na própria inferioridade. Os Evangelhos canónicos eram leitura forte para o

povo. Vão melhor à plebe narrações vulgares, ainda que baixas, do que o Sermão da Montanha ou os do quarto Evangelho.

Foi imenso o êxito desses escritos fraudulentos. Adoptaram-nos sem reservas desde o século IV os Padres gregos mais instruídos, Epifânio e Gregório de Nissa. A Igreja latina tenta arrancá-los das mãos dos fiéis, mas não o consegue. Aí se dessedenta a lenda dourada. Na Idade Média os Evangelhos apócrifos têm uma grande voga; têm mesmo vantagens sobre os canónicos; é que por não serem Escritura Sagrada, podem ser traduzidos em língua vulgar. Enquanto a Bíblia está quase que fechada à chave, os apócrifos andam em todas as mãos; apoderam-se deles os rimadores, e os mistérios aparecem dramatizados nos pátios das igrejas. Fez deles o seu principal documento o primeiro autor de uma vida de Jesus, Ludolfo, *o Cartuxo.* Sem pretensões teológicas, esses Evangelhos populares supriram até certo ponto os canónicos; foi por isso que o protestantismo lhes declarou guerra acesa e se esforçou por provar que eram obra do Diabo.

CAPÍTULO XXVII

ACTOS E APOCALIPSES APÓCRIFOS

A literatura dos falsos Actos seguiu um caminho diferente do dos falsos Evangelhos. Os *Actos dos Apóstolos,* obra individual de Lucas, não provocaram, como a narrativa da vida de Jesus, diferentes redacções paralelas. Enquanto os Evangelhos *sinópticos* servem de base às amplificações dos apócrifos, os actos apócrifos têm pequenas ligações com os *Actos* de Lucas. Nunca se redigiram definitivamente as narrativas da prédica e da morte de Pedro e de Paulo; pseudo-Clemente fará delas antes um pretexto literário do que um objecto directo de narração. A história apostólica foi assim a trama de um tecido romanesco, que nunca teve forma literária definida e que nunca deixou de ser remodelada. Uma espécie de resumo dessas fábulas, carregado de cor gnóstica e maniqueana, apareceu sob o nome de um pretenso Lêucis ou Lúcio, discípulo dos apóstolos. Os Católicos, que comentavam o não poderem

servir-se dele, procuraram depurá-lo. O último resultado desta depuração sucessiva foi a compilação feita no V ou VI século, sob o nome do falso Abdias.

Os que compuseram essas obras foram heréticos na sua maioria, mas cedo eram adoptados pela ortodoxia, depois de algumas correcções. Os heréticos eram criaturas muito piedosas, e ao mesmo tempo muito imaginativas. Depois de excomungados, achavam-lhes os livros edificantes e tentava-se adaptá-los à leitura piedosa. Foi assim que muitos livros, muitos santos e muitas festas da Igreja tiveram uma origem herética. O melhor dos exemplos a este respeito era o quarto Evangelho. Este livro singular tinha um grande êxito. Cada vez era mais lido; e, exceptuando algumas igrejas da Ásia que lhe não conheciam bem a origem, todas o adoptavam com admiração como a obra do apóstolo João.

Não têm mais originalidade os falsos Actos dos apóstolos do que os Evangelhos apócrifos. Aqui também não conseguiu impor-se a imaginação individual. Viu-se o que significava a lenda de S. Paulo. Um padre da Ásia, grande admirador do apóstolo, imaginou satisfazer a sua piedade, inventando um romancezinho cheio de encanto, em que Paulo convertia uma linda rapariga, filha de Icónio e chamada Tecla, a prendia a si por uma atracção invencível, e fazia dela uma mártir da virgindade. O padre não escondeu bem o seu jogo, interrogaram-no, meteram-no entre a espada e a parede, e ele acabou por confessar que fizera tudo aquilo «por amor de S. Paulo». Mas nem por isso se minorou o êxito do livro e entrou no Cânone com outros apócrifos no V ou no VI século.

S. Tomás, o apóstolo dilecto dos gnósticos e mais tarde dos maniqueus, também inspirou os Actos, onde se exprimia o horror de certas seitas pelo casamento de um modo assaz enérgico. Tomás chega à Índia quando se preparam as bodas da filha do rei. Convence de tal modo os noivos das inconveniências do casamento, dos maus sentimentos que desenvolve o facto de se ter filhos, dos crimes que são a consequência do espírito da família e dos enfados do casal, que os nubentes passam a noite sentados ao lado um do outro. No dia seguinte os seus pais pasmam de os ver assim, ingenuamente alegres, sem o enleio próprio dessas ocasiões. Os noivos explicam que não existe o pudor, porque a sua causa desapareceu neles. Trocaram o noivado passageiro pela alegria de um paraíso eterno. Pintam-se com vivacidade em todo o livro as alucinações estranhas que originam os erros morais. Está nele esboçado o primeiro inferno cristão com a sua categoria de suplícios. Este escrito singular, que entra em certas bíblias, lembra a teologia do romance pseudo-clementino e a dos elkasaítas. O espírito é aí, como para os Nazarenos, um princípio feminino, «a mãe misericórdia». A água representa o elemento purificador da alma e do corpo; a unção com o azeite é o selo do baptismo, como para os gnósticos. O sinal da cruz já tem todas as virtudes sobrenaturais e mágicas.

Têm também os Actos de S. Filipe uma cor teosófica e gnóstica bastante acentuada. Os de André foram uma das partes compiladas pelo pretenso Lêucio e a mais causticada de anátemas. Ficou ao princípio a Igreja ortodoxa estranha a essas fábu-

las; depois adaptou-as, pelo menos, para uso popular. A iconografia, como nos Evangelhos apócrifos, encontrou ali vasto campo para assuntos e símbolos.

Servia a forma apocalíptica para exprimir o que havia de insubordinado, indisciplinado, insatisfeito nas seitas cristãs heterodoxas. Teve muita voga uma ascensão ou *Anabaticon* de Paulo, exposição dos mistérios que o mesmo Paulo julgara desvendar quando em êxtase. Espalhou-se imenso um Apocalipse de Elias. Pululavam os apocalipses, especialmente entre os gnósticos, com o nome dos apóstolos e dos profetas. Precaviam-se os fiéis; e a Igreja média, a que se receava dos excessos gnósticos e dos excessos pietistas, só admitia dois apocalipses, o de João e o de Pedro. Além destes, circulam outros escritos atribuídos a José, Moisés, Abraão, Habacuc, Sofónio, Ezequiel, Daniel, Zacarias, pai de João. Dois zelosos cristãos, preocupados com a substituição de um mundo antigo por um mundo novo, exaltados pelas perseguições, ávidos, como todos os fazedores de apocalipses, das más notícias que vinham dos quatro cantos do horizonte, vestiram a capa de Esdras, e, sob este nome reverenciado, escreveram páginas novas que juntaram às do pseudo-Esdras de 97, já então aceites. Pensou-se que houve adições cristãs nos livros apocalípticos atribuídos a Henoch, pelo século II. Mas isto é pouco provável; os livros de Henoch, outrora tão apreciados, e que provavelmente Jesus leu com grande entusiasmo, haviam por esta época caído em grande descrédito.

Os gnósticos apresentavam também salmos, trechos de profetas apócrifos, revelações sob o nome de Adão, Seth, Nória, mulher imaginária de Noé, nar-

rativas cheias de inconveniências sobre a natividade de Maria, de grandes e pequenas Interrogações de Maria. O seu Evangelho de Eva era uma trama de quimeras equívocas. O Evangelho de Filipe apresentava um pietismo perigoso, revestido de fórmulas copiadas do ritual egipcíaco. Foi do mesmo fabrico a Ascensão ou *Anabaticon* de Isaías, no século III, e foi também um grande manancial de heresias. Dele nasceram os arcônticos, os hierácitos, os messalianos. O autor da *Ascensão* de Isaías é, como o autor dos *Actos de Tomás*, um dos precursores do Dante, pela complacência com que explana a descrição do Céu e do Inferno. Esta obra singular, adoptada pelas seitas da Idade Média, foi o livro querido dos bogomilos da Trácia e dos cátaros do Ocidente.[1]

Também Adão teve revelações apócrifas. Circulou com o seu nome um testamento dirigido a Seth, apocalipse místico, eivado de ideias zoroástricas. Belo livro, lembrando muito os *Ieschts Sadés* e o *Sirouzé* dos Persas e algumas vezes os livros dos mendaítas. Adão expõe a Seth, depois da evocação do paraíso e a indicação do anjo Uriel, a liturgia mística do dia e da noite que todas as criaturas celebram hora a hora diante do Eterno. A primeira hora é a da adoração dos Demónios; desde esse momento já não tornam a fazer mal ao homem. A segunda hora é a da adoração dos peixes; depois a adoração dos abismos e o triságio dos serafins; antes do pecado,

---

[1] Há uma edição em latim e outra em etíope. Lourenço, Oxford, 1819.

o homem ouvia a essa hora o bater cadenciado das suas asas. À quinta hora da noite, é a adoração das águas Ouvia Adão a essa hora a grande oração das vagas. Marca-se o meio da noite pela acumulação das nuvens e por um grande terror religioso. Seguidamente, repouso da natureza inteira e sono das águas. Curam-se os doentes se o sacerdote mistura com água captada a essa hora os santos óleos e unge os que não dormem. Quando cai o rocio matutino, ergue-se o hinário das ervas e das sementes. À décima hora, ao romper da alva, é a vez do homem. Abre-se a porta do Céu para que entrem as súplicas dos que vivem. Entram e prostram-se diante do trono e saem. Tudo o que se pede no momento em que os serafins batem as asas e canta o galo é pela certa satisfeito. Grande é a alegria da terra quando o sol sobe do paraíso de Deus sobre a Criação. Depois, uma hora de silêncio e de espera, até que os padres deponham os perfumes diante de Deus.

A cada hora do dia, anjos, aves e todas as criaturas se erguem igualmente para adorar o ser supremo. À sétima hora, nova cerimónia de entrada e de saída. Voltam as súplicas de todos os viventes, entram, prostram-se e saem. À décima hora, tem lugar a inspecção das águas. Desce o Espírito Santo, paira sobre as águas e sobre as fontes; sem o que, bebendo-se água, estar-se-ia sujeito à acção maléfica do Demónio. A essa hora a água misturada com os santos óleos cura todas as doenças. Este naturalismo lembra o dos elkasaítas. Atenuou-o a Igreja católica; mas o princípio não foi rejeitado. Os exorcismos da água e dos diferentes elementos, a divisão do dia em horas canónicas, o emprego dos Santos

Óleos, conservados pela Igreja ortodoxa, tiveram a sua origem nas ideias análogas às desenvolvidas complacentemente pelo Apocalipse adamita.

A sibila cristã repetia, sem os compreender, os oráculos antigos e particularmente os do Apocalipse. Continuava vaticinando e apregoando a ruína do Império Romano. Era ideia favorita dessa época a de que o mundo antes de acabar seria governado por uma mulher. Mudara-se em ódio a simpatia dos antigos sibilistas pelo judaísmo e por Jerusalém; mas era o mesmo o horror pela civilização pagã. A mais funesta das dominações sobre o mundo era a da Itália; mas por isso mesmo seria a última. Aproximava-se o fim. O mal parte dos grandes e dos ricos que roubam os pobres. Roma arderá; andarão lobos e raposas pelas suas ruínas; e ver-se-á se os seus deuses de bronze serão capazes de a salvar. Adriano, saudado com tantas esperanças pelo sibilista do ano 117, foi um rei iníquo, avarento, espoliador do mundo inteiro, pensando só em artes frívolas, inimigo da verdadeira religião, criador sacrílego de um culto infame, fautor da idolatria mais abominável.

Como o sibilista de 117, este de que falamos dá a Adriano só três sucessores. O seu nome (Antonino) lembra o Todo-Poderoso (Adonai). O primeiro dos três reinará muito tempo. Vê-se a referência evidente a Antonino, *o Pio*. Este príncipe, na realidade um rei excelente, é tratado como um «miserável» que, pela sua avareza, espoliou o mundo inteiro e amontoou em Roma tesouros que o terrível exilado, o assassino de sua mãe (Nero o Anticristo) entregará à rapina dos povos da Ásia.

«Oh! como tu chorarás então, despojada da tua brilhante lactilavia, e vestida de luto, oh rainha orgulhosa, filha do velho Latino! Cairás para nunca mais te levantares. A glória das tuas legiões de águias soberbas desaparecerá para todo o sempre. Onde está a tua força? Que povo será teu aliado, dos que escravizaste às tuas loucuras?»

Anunciaram a desforra de Deus em pró dos seus eleitos, todos os flagelos, guerras civis, invasões e fomes. O julgador mostra-se sobretudo severo para com a Itália. A Itália ficará reduzida a um montão de cinzas, vulcânicas e negras, mistura de nafta e asfalto. A sua partilha será o Adés. Aí reinará finalmente a igualdade; não haverá nem escravos, nem senhores, nem reis, nem chefes, nem advogados, nem juízes corruptos. Sofrerá Roma o mal que fez aos outros; triunfarão por sua vez os que ela venceu. Há-de passar-se isto no ano em que, somados os algarismos, a soma corresponda ao valor numérico do nome de Roma, isto é, no ano de Roma 948 (198 da era de Cristo).

Invocava o autor esse dia com todo o fervor. Tem entusiasmos épicos, celebrando Nero o Anticristo, preparando na sombra, além dos mares, a ruína do mundo romano. Virão em seguida as lutas do Anticristo e do Messias. Crescerão os homens em malícia e diminuirão em bondade. Finalmente, o Anticristo será vencido e precipitado no abismo. Coroará o ciclo apocalíptico a ressurreição e a eterna ventura dos justos. Ligando as iniciais dos versos que exprimem estas terríveis imagens, descobre-se um acróstico em que as letras iniciais das cinco primeiras palavras dão juntas a palavra «peixe», designação

pela qual os iniciados, quase de começo, se habituaram a reconhecer Jesus. Como se persuadia que o acróstico era o processo que as velhas sibilas empregavam para deixar adivinhar os subentendidos, todo o mundo se espantava por ver uma revelação tão clara do cristianismo desenhar-se nas margens de um escrito composto pela sétima geração vinda depois do Dilúvio. Fez-se desse trecho singular uma velha tradução latina em verso bárbaro, originando-se nova fábula. Chegou até a afirmar-se que Cícero achara o trecho eritreu tão belo, que o traduziu em verso latino, antes do nascimento de Cristo.

Tais as imagens que no tempo dos melhores imperadores assaltaram os sectaristas fanáticos. Não se deve censurar a polícia romana por ter sido severa contra tais livros, actualmente pueris, mas então agressivos de ameaças; nenhum estado moderno toleraria coisa parecida. Os visionários sonhavam incêndios. Era aceite pela maioria a ideia de um dilúvio de fogo oposto ao dilúvio de água e distinto da conflagração final. Também se falava de um furacão. Mesmo fora do cristianismo essas quimeras perturbavam mais de uma cabeça. Quis, no tempo de Marco Aurélio, um embusteiro provocar tumultos conducentes à pilhagem da cidade, explorando terrores dessa natureza. Não é salutar o repetir muita vez: *Judicare seculum per ignem.* O povo sofre de estranhas alucinações. Tenta realizar por si as cenas trágicas que imagina que se demoram. O povo fez a comuna em Paris, porque não acabava de chegar o quinto ano do cerco, que lhe estava prometido.

Fora o Anticristo a grande preocupação dos fau-

tores de Apocalipses. Ainda que a morte de Nero tivesse sido um facto consumado, nem por isso se deixava de anunciar o seu regresso, excitando a sua sombra a imaginação cristã. Às vezes não era Nero que se via por detrás do personagem imaginário, era Simão, *o Mágico.*

«Sairá Beliar de Sebasto,[1] mandando as montanhas, o mar, o Sol flamejante, a Lua brilhante e os próprios mortos e fará inúmeros sinais diante dos homens. O erro estará com ele e não a verdade. Desviará muitos mortais do bom caminho, uns hebreus fiéis e escolhidos, outros pertencentes a raças que não ouviram ainda falar de Deus. Mas quando se cumprirem as ameaças do grande Deus e as chamas alastrarem em ondas de fogo, será queimado Beliar e os homens insolentes que nele acreditarem.»

Choca no Apocalipse o personagem misterioso do falso profeta, taumaturgo sedutor de fiéis e de pagãos, aliado de Nero, e seguindo-o ao país dos Partos, ser devorado juntamente com ele pelo fogo de um mar de enxofre. Suspeitamos que o personagem simbólico seja Simão, *o Mágico.* Vendo, no Apocalipse sibilino, «Belial de Sebasto» ter um papel quase idêntico, confirma-se esta hipótese. Não são tão fabulosas como parecem as relações pessoais de Simão, *o Mágico* e de Nero. Em todo o caso a associação dos dois maiores inimigos do cristianismo nascente condiz com o espírito da época e com o gosto da poesia apocalíptica em geral. Na *Ascensão de Isaías,* Beliar é Satanás e Satanás encarna-se num rei assassino de sua mãe e que reinará no mundo para implantar o mal. Acredita o autor do romance pseudo-clementino que Simão reaparecerá como Anticristo no fim do mundo. Nestas ideias bizarras surgem novas perturbações no século III. Reconhecem-se dois Anticristos: um para o Oriente, outro para o Ocidente, Nero e Belial. Mais tarde Nero passa a ser para os Cristãos o Cristo dos Judeus. Completava estas quimeras o cômputo das semanas de Daniel. Aí se afundou Santo Hipólito no reinado dos Severos. Provava um tal Juda por Daniel que o fim do mundo seria no ano 10 de Séptimo Severo (202-203 da era de Cristo). Parecia confirmar o amontoado de profecias tétricas cada nova perseguição. De todos estes dados confusos tirou a Idade Média o mito grandioso que ficou, no meio do cristianismo transformado, como resto incompreendido do messianismo primitivo.

[1] Sebasto era o novo nome de Samaria. Simão, *o Mágico* nascera em Gitton ao pé de Samaria. Cf. *Asc. de Is.,* II, 12.

FIM D'A IGREJA CRISTÃ

APÊNDICES

I

Foi Jerusalém na verdade assaltada e destruída terceira vez no tempo de Adriano?

ESTÁ geralmente admitido que houve na guerra judaica do tempo de Adriano um cerco e uma última destruição de Jerusalém. São tantos os textos que se referem a este facto, que parece à primeira vista temerária a intenção de o contestar. No entanto rejeitaram-no os primeiros críticos que reflectiram e viram as dificuldades de tal asserção: Scaliger, Henrique Valois e P. Pagi.

O que é que Adriano cercou e destruiu? A demolição de Jerusalém por Tito fora completa, especialmente no que respeita a obras militares. Mesmo admitindo que as suas ruínas alojassem alguns milhares de pessoas, é claro que tais ruínas não podiam suportar um cerco. Admitindo que de Tito a Adriano, houvesse tentativas de restauração judaica, apesar da *Legio X.ª Fretensis*, acampada nessas ruínas, não é crível que essas tentativas dessem à praça sombra de importância militar.

É certo que muitos sábios, com quem concordamos, pensam que a restauração de Jerusalém com o nome de Aelia Capitolina, se começou no ano 122 pouco mais ou menos. De pouco vale este argumento para os adversários da nossa tese, pois que é corrente que só se começou

a construir Aelia Capitolina depois da última destruição de Jerusalém por Adriano. Pouco importa. Se, como pensamos, Aelia Capitolina já tinha dez anos de existência quando explodiu a revolta de Bar-Coziba, em 133, que necessidade tinham os Romanos de a conquistar? Aelia não devia possuir muralhas capazes de aguentar um cerco. E como supor que a *Legio X.ª Fretensis* abandonasse as suas posições, sabendo que teria de as reconquistar de novo? Aduzir-se-á talvez que tal facto se deu no reinado de Nero, quando Géssio Floro abandonou Jerusalém; mas a situação era outra. Géssio Floro encontrava-se numa cidade em revolta. A *Legio X.ª Fretensis* encontrar-se-ia no meio de uma população de veteranos e de colonos, favoráveis à causa romana. Não se podia de forma alguma explicar a retirada e o cerco, que assim não teria razão de ser.

Quando se examinam os textos, aliás raros, relativos à guerra de Adriano, chega-se a uma distinção capital. Os textos verdadeiramente históricos não só não falam de uma tomada e destruição de Jerusalém, mas, pelo modo como foram concebidos, excluem tal facto. Os textos oratórios e apologéticos que referem a segunda revolta dos Judeus, *non ad narrandum, sed ad probandum*, servindo aos raciocínios e declamações do pregador ou do polemista, contrariamente dão a perceber que as coisas se passaram no tempo de Adriano como no reinado de Tito. É claro que só a primeira série de textos é que tem a preferência. Renunciou a crítica há muito tempo a tirar a precisão a documentos concebidos num estilo cuja essência é a inexactidão.

Desgraçadamente, os textos históricos reduzem-se a dois, na questão que nos interessa; mas são ambos admiráveis. Primeiro, a narração de Díon Cássio, que parece não ter sido resumida por Xifilino; segundo, a de Eusébio, que copia Aríston de Pela, escritor contemporâneo dos acontecimentos e vivendo próximo do teatro da guerra. Concordam entre si estas duas narrativas. Não falam nem do cerco nem da destruição de Jerusalém. Ora um leitor atento não pode admitir que tal facto passasse desapercebido. Díon Cássio pormenoriza imenso; sabe que foi a edificação de Aelia Capitolina que originou a revolta; explica muito bem o carácter da guerra, que foi uma guerra de cidades pequenas, de burgos fortificados, de minas subterrâneas, uma guerra de guerrilhas, em suma; insiste em factos tão somenos como a ruína do templo de Salomão. Como deixaria então de falar na catástrofe da cidade principal?

Ainda menos se concebe a omissão de qualquer pormenor sobre Jerusalém na narrativa de Eusébio ou antes de Aríston de Pela. O grande facto da guerra foi, para Eusébio, o cerco de Béter, cidade limítrofe de Jerusalém; mas acerca desta última não diz palavra. Se é certo que há referência num capítulo da *História Eclesiástica*, essa referência, pela natureza dos vocábulos, é a mesma da guerra de Vespasiano e de Tito; mas o vocábulo que poderia confundir também traduz o conjunto das campanhas de Júlio Severo, que foi sempre um cerco pegado das cidades pequenas; e esse mesmo vocábulo designa no capítulo da guerra de Adriano o cerco de Béter.

Segue Eusébio na sua crónica o mesmo sistema. Na *Demonstração Evangélica* e na *Teofânia*, em que se não apoia nos próprios termos de Aríston de Pela, vai na corrente da assimilação que demonstrou quase toda a tradição judaica e cristã. Figura os êxitos do ano 135 pelos modelos do ano 70, e fala de Adriano, como se com Tito contribuísse para o cumprimento das profecias, anunciando a destruição de Jerusalém. Esta dupla destruição tem a vantagem de confirmar uma passagem de Zacarias e de fornecer uma base para a concepção de uma Igreja de Jerusalém, continuando de pé desde Tito até Adriano.

Tem S. Jerónimo a mesma contradição. Na sua crónica decalcada na de Eusébio, segue historicamente este autor. Depois, esquecendo esta base sólida, fala, como todos os padres oradores, do cerco e da destruição de Jerusalém, no tempo de Adriano. Exprimem-se do mesmo modo Tertuliano e S. João Crisóstomo. Todo o mundo sabe o perigo que há em intercalar na história frases vagas, familiares nos pregadores e apologistas de todos os tempos.

Menos conceito merecem as passagens talmúdicas em que aparece a mesma asserção de mescla com monstruosidades históricas que lhes tiram todo o valor. A descrição de Béter tem o mesmo decalque da de Jerusalém, sendo também a mesma a duração do cerco. Não será a prova real de que, não havendo recordações distintas do novo cerco de Jerusalém, nunca ele se tivesse dado? Quando este cerco foi criado pela lenda, por uma espécie de trabalho *a priori*, fez-se o que se pôde *a posteriori* com o fim de lhe dar uma base que ele não tinha. Naturalmente que se procurou o ponto de apoio no primeiro cerco para chegar a esse resultado. E essa confusão originou toda a história popular das catástrofes judaicas. Como preferiram tais embusteirices às fortes induções aduzidas nos testemunhos históricos, únicos que possuímos, Díon Cássio e Aríston de Pela?

Ficam duas objecções importantes a rebater. E são as únicas que põem sombra de dúvida na tese que sustento.

A primeira sai de uma passagem de Ápio. Enumerando as destruições sucessivas das muralhas de Jerusalém, põe a seguir as duas destruições, a de Tito e a de Adriano, «que teve lugar no seu tempo». A passagem de Ápio faz crer que os muros de Jerusalém estavam de pé no tempo de Adriano, o que é uma grave inexactidão. Ápio parece acreditar que os Judeus, depois de Tito, ergueram a cidade e a fortificaram. Foi a aproximação errónea dos dois factos, enganando toda a gente pela sua grosseira assimilação, que o desnorteou. Explicam-se os erros de qualquer coevo que não presenciasse o facto pelas dificuldades da campanha e pelos episódios que a encheram.

Pior é a objecção derivada da numismática. Não se pode duvidar que os Judeus deixassem de cunhar moeda durante a revolta. Tal operação só poderia ser feita em Jerusalém. Levam a essa ideia os tipos das moedas. Quase sempre a legenda é «Da Libertação de Jerusalém»; e em algumas o cunho é um templo encimado por uma estrela.

Está cheia de incertezas a numismática judaica. Prejudica opô-la à história, porque pertence a esta esclarecê-la. A objecção apontada por nós não impediu que alguns sábios modernos negassem formalmente a ocupação de Jerusalém pelos adeptos de Bar-Coziba. Deve admitir-se que os Judeus cunhassem moeda em Béter ou em qualquer ponto como em Jerusalém, se se pensar no estado de miséria em que se encontrava a cidade. Parece também que os tipos das moedas da segunda revolta foram imitados ou saíram directamente dos das primeiras e das dos Asmoneanos. Este ponto é importante e merece a atenção dos numismatas; porque pode ser esse o ponto de partida para a solução das dificuldades que existem para grupos inteiros da amoedação autónoma de Israel.

Falamos especialmente das moedas do tipo *Simeão, nazi de Israel*. Cai-se em espantosas inverosimilhanças quando se pretender achar esse Simeão em Bargioras, em Bar-Coziba, em Simão, filho de Gamaliel, etc. Nenhum destes personagens cunhou moeda. Ou foram revolucionários, ou homens de escola, mas nunca soberanos. Se algum pusesse o seu nome nas moedas, provocaria o espírito republicano e cioso dos revoltosos, e até as suas ideias religiosas (lembrem-se os princípios de Judas, *o Gaulonita*). Tal facto seria mencionado por Josefo na primeira revolta e não seria confusa, como o é, a identidade desse *Simeão nazi*. Já alguém se lembrou de perguntar se na Revolução Francesa apareceram moedas com as efígies de Robespierre ou de Marat? Para mim esse Simeão é o Simão Macabeu, o primeiro soberano judeu que cunhou moeda, muito procurada pelos ortodoxos. Como o fim proposto era obviar os escrúpulos dos devotos, tal contrafacção bastaria às exigências da época. Ao mesmo tempo tinha a vantagem de pôr em circulação só os tipos adoptados por todos. Acredito que nem numa, nem noutra das revoltas se cunhou dinheiro com o nome de pessoas vivas. O *Eleazar haccohen* de certas moedas deve ter análoga explicação, que será dada pelos numismatas.

Estou convencido que a última revolta não teve tipo próprio, imitando somente os tipos anteriores. Esta hipó-

tese confirma-a uma circunstância material. Nas moedas o que se lê mais vezes é *Simeão*, havendo contudo moedas com o vocábulo «*exalça-nos*». Ora a queda de letras na primeira forma e a sua aparição na segunda levam a crer que a alteração do nome se fizesse para significar uma súplica. O que é inverosímil é pretender-se ver nesse *Simeão* o nome verdadeiro de *Bar-Coziba*. Como não o conheceriam, ao nome real do falso Messias, inscrito em milhares de moedas, S. Justino e Aríston de Pela, falando como falam da moedagem de Bar-Coziba? E muito menos aí se veria qualquer presidente do sinédrio de autoridade reconhecida por Bar-Coziba.

Assim a amoedação de Bar-Coziba não passou de um sobrecunho, feito com intenção religiosa; e que os tipos novos eram os velhos tipos com sobrecenhos, do que nada se conclui para a revolta no tempo de Adriano. Foi por isso que se levantaram grandes dificuldades da numismática judaica: 1.º que esses personagens ignorados pela História ou esses revolucionários cunharam moeda, como se fossem reis; 2.º que é inverosímil tais misérrimos revoltosos terem emitido moedas tão belas e de tanto valor; 3.º que o emprego do hebreu arcaico já se não fazia no século II da nossa era; 4.º que se se tivesse querido afectar o carácter nacionalista, não se lhe teria dado uma forma tão bela, nem no cunho apareceria um templo tetrastilo, encimado por uma estrela. Essa forma não corresponde de modo algum à forma do templo de Herodes. Ora não se desconhece o meticuloso escrúpulo que tinham os moedeiros antigos em figurar com a maior exactidão o templo principal da cidade, de o caracterizar com traços sumários, mas extremamente rigorosos. O templo das moedas judaicas, com a frente triangular e a porta de um gosto singular, deve ser o segundo templo, o dos Macabeus, que era bastante mesquinho.

Repelindo a hipótese e apegando-nos à segunda revolta para lhe referir os tipos que têm a efígie do tempo e era a da «liberdade de Jerusalém», nós diremos que a libertação de Jerusalém e a reconstituição do Templo eram os únicos objectivos dos revolucionários. Não é verosímil fazer figurar nas moedas as ideias que não

estavam realizadas. Era ter como facto consumado aquilo a que se aspirava com tanto esforço. Além disso, Béter era uma espécie de Jerusalém provisória, de asilo sagrado de Israel.

Dá-se o mesmo fenómeno com a numismática das Cruzadas. Depois da perda de Jerusalém, a autoridade latina, ocupando São João de Acre, continuou a cunhar moedas com a efígie do Santo Sepulcro, com as legendas + SEPVLCHRI: DOMINI ou REX IERLM. Também as moedas de João de Bienne, que nunca possuiu Jerusalém, têm a imagem do Santo Sepulcro. Esse tipo eminentemente característico parece ser da parte dos reis desapossados um protesto contra a invasão e um sustento dos seus direitos no infortúnio e no exílio (Vogué, *Revue Numismatique*, 1865). Houve até moedas com a legenda TVRRIS DAVIT, cunhadas muito depois da tomada de Jerusalém pelos Muçulmanos.

Em qualquer hipótese, não se pode deixar de admitir que muitas moedas da segunda revolta se cunharam fora de Jerusalém. Toda a gente concorda em que, se os revoltados foram senhores de Jerusalém, pouco tempo lá estiveram. Ora, encontram-se moedas do segundo e terceiro anos da revolta. Cavedoni explicava, por esta diferença de situação, a diferença das legendas em que só uma correspondia à época em que os revoltados foram senhores de Jerusalém. Seja como for, não se pode duvidar da possibilidade de uma cunhagem de moeda em Béter.

É pouco provável que, no momento da revolta e no meio dos numerosos incidentes da guerra que preencheram dois ou três anos, os revoltosos se apoderassem de Aelia Capitolina, sendo logo daí expulsos; e que a ocupação de Jerusalém fosse um breve episódio da dita guerra, porque a *Legio X.ª Fretensis*, que Tito deixou de guarda às ruínas, ainda lá estava no século II e no III, e ainda no tempo do baixo Império, como se nada tivesse ocorrido nesse intervalo. Se os revoltosos fossem um dia senhores do recinto sagrado, ter-se-iam aí enraizado ferozmente; acorreriam para aí de toda a parte; todos os combatentes da Judeia aí acorreriam; seria ali o forte

*

da guerra; o Templo seria reedificado e o culto restabelecido; aí se feriria a última batalha e os revoltosos se deixariam trucidar sobre as ruínas do Templo. Ora nada disto sucedeu. A grande operação poliorcética teve lugar em Béter junto de Jerusalém; nenhum vestígio de luta no local do Templo; e nem uma repetição de cerimónias, como recordação do quarto tempo na tradição judaica.

Parece que o cerco do tempo de Adriano não foi aturado, nem houve nova destruição. Repito: o que havia para destruir? Na hipótese de que Aelia só começou a existir em 122, pouco mais ou menos, destruir-se-iam os alicerces da cidade nova com que os Romanos queriam substituir a velha cidade. Para que tal destruição, pois que os Romanos retomaram, a partir dessa época, com mais entusiasmo, a ideia de uma nova Jerusalém profana? O que levianamente se repetiu sobre a charrua que os Romanos fizeram passar sobre o solo da cidade e do Templo teve por base a pretensa tradição judaica, em que se confundiu Terêncio Rufo, encarregado por Tito de demolir Jerusalém, com Tineio Rufo, o legado imperial do tempo de Adriano. Ainda o erro nasceu da miragem histórica que transportou à guerra de Adriano, de que tão pouco se sabe, circunstâncias melhor conhecidas da guerra de Tito. Pretendeu-se que os dois bois que figuram no anverso da medalha da fundação de Aelia Capitolina são uma representação do *aratum templum.* Esses dois bois não passam de um emblema colonial e representam as esperanças dos novos *coloni* na agricultura da Judeia.

II

Sobre a data do Livro de Tobias

É difícil fixar a data em que foi composto o Livro de Tobias. Críticos distintos modernos, Hitzig, Volkmar, Græetz, referem este escrito ao tempo de Trajano ou de Adriano. Græetz adjunge-o às circunstâncias que seguiram a guerra de Bar-Coziba e particularmente à interdição que os Romanos decretaram de serem enterrados os cadáveres dos judeus trucidados. A importância característica da obra de misericórdia de enterrar os mortos, dada pelo nosso livro, explica-se de um modo mais acentuado do que por um mero cumprimento das interdições, baseadas em certas passagens do Talmude, desprovidas de valor histórico. Impedem de aceitar uma data para o Livro de Tobias mais baixa que o ano de 70 três grandes razões:

1.ª: A profecia de Tobias (XIII, 9 e seg., XIV, 4 e seg.), considerada como *prophetia post eventum*, menciona claramente a destruição de Jerusalém por Nabucodonosor (XIV, 4), a volta de Zorobabel, a construção do segundo templo, nada semelhante ao primeiro e bem pouco digno da majestade divina (XIV, 5). Mas terá um termo a dispersão de Israel, e então será reconstruído o Templo com toda a magnificência descrita pelos profetas, para servir

de centro à religião do universo inteiro. Para o velho profetizante não haverá destruição do segundo templo; o Templo verá o advento da glória de Israel e só desaparecerá para dar lugar ao templo eterno. Volkmar, Hitzig observam que no quarto *Livro de Esdras*, em Judite e na maioria dos apócrifos, a destruição do Templo por Nabucodonosor se identifica com a destruição do Templo por Tito, e que as reflexões postas na boca do vidente fictício condizem com as apropriadas à época posterior ao ano 70. Mas este princípio de aplicação tão fecunda, não tem aqui cabimento. Por certo que o versículo XIV, 5, se refere ao segundo templo. A reflexão de que o novo templo era muito diferente do primeiro, que era mais do que majestoso, é uma alusão a Esdras, III, 12, interpretado à moda de Josefo, *Ant.*, XI, IV, 2. Há mais: essa passagem capital levaria a crer que no momento em que se escreveu o *Livro de Tobias* ainda Herodes não tinha começado a reconstruir o segundo templo, facto que tem lugar no ano 19 antes de J. C.

Os críticos por mim combatidos adoptam aqui o sistema, muito em voga, pelo qual se pretende basear sobre uma passagem da Epístola de Barnabé, o projecto de reconstituição do Templo no reinado da Adriano. A passagem XIV, 5, de *Tobias* seria apontada como indicativa da reconstrução. Já mostrei, porém *(Evangelhos)* que essa passagem era falsa. Se fosse verdadeira, seria singular que uma tentativa falha e sem consequências originasse um sistema apocalíptico inteiro.

2.ª: O versículo XIV, 10, tem outra prova da composição antiga do *Livro de Tobias*. «Meu filho, vê o que fez Amã a Akiakar, que o alimentara, como ele o precipitou da luz nas trevas e como o recompensou; mas Akiakar salvou-se e Amã teve o justo castigo. Manassés foi esmoler e também escapou do laço armado por Amã; este é que caiu nele e morreu». Este Akiakar é um sobrinho de Tobias pai, que figura na obra como intendente e cozinheiro de Asaradon. O seu papel é episódico e singular. A maneira por que se fala dele leva a crer que era conhecido em outros sítios. O versículo citado só se explica admitindo paralelamente ao livro de Tobias um

outro livro em que um infiel Amã, tendo por protector um bom judeu chamado Akiakar, lhe pagasse com a ingratidão e fazendo-o encarcerar; e que depois Amã fosse punido e Akiakar fosse salvo. Este Amã devia ser, nos romances judeus, um homem com o papel de armar ciladas aos outros, em que ele próprio caía, pois que nas narrações às quais Tobias alude, o mesmo Amã sofria a sorte que destinava a um tal Manassés. Não se pode, quanto a mim, deixar de ver nisto um paralelo do Amã do *Livro de Ester* enforcado na força que destinava a Mardoqueu, pai adoptivo de Ester. Tudo isto era pouco concebível num livro composto no ano 100 ou 135 da nossa era. É preciso reportar-se ao tempo e ao meio judaico, em que o *Livro de Ester* existia sob uma forma diferente da das nossas bíblias e em que o papel de Mardoqueu era desempenhado por um tal Akiakar, analogamente criado do rei. Ora o *Livro de Ester* existiu tal como nós o conhecemos no século I da nossa era, porque Josefo já o conheceu interpolado.

3.ª: Uma objecção menos grave contra o sistema de Grætz é que, se o *Livro de Tobias* fosse posterior à derrota de Bar-Coziba, os cristãos não o adoptariam. No intervalo de Tito a Adriano, era suficiente a fraternização de cristãos e judeus, para que os livros recentemente aparecidos na comunidade judia, tais como Judite, o Apocalipse de Esdras, e de Baruch, passassem da sinagoga para a Igreja. Tal não sucederia depois do rompimento que acompanha a revolta de Bar-Coziba. Daí por diante, judaísmo e cristianismo foram inimigos irreconciliáveis; não há ponte sobre o fosso que os separa. A sinagoga não criou livros iguais, calmos, idílicos, sem fanatismo nem ódio. Depois de 135, o judaísmo deu à luz o Talmude, casuística áspera e seca. Crenças profanas e de origem persa, como a cura dos demoníacos e dos cegos por vísceras de peixes, a sobriedade de maravilhoso pela qual dois indivíduos se curam, sem milagres, com receitas cujo segredo possuem os privilegiados de Deus, tudo isto está bem remoto do segundo século depois de J. C. O estado do povo, especialmente no país onde o livro foi escrito, era relativamente feliz e tranquilo. Os Judeus

aparecem-nos ricos, domésticos dos grandes, intermediários de todas as vendas, em lugares de confiança, empregados como intendentes, mordomos, camaristas, tal como nos *Livros de Ester e Neemias.* A consciência do autor está serena no mais alto grau, contrariamente à dos outros escritores judeus, a partir do século I, obsecados por sonhos e cóleras. Não é messiânico. Acredita num futuro glorioso de Jerusalém, sem milagres do Céu nem reis messiânicos.

O livro é anterior ao século I da nossa era. Pelo sentimento pio, é posterior ao *Livro de Ester,* livro onde não há sentimento religioso. Lembraria o Egipto como local onde o livro fosse composto, se o facto de ser escrito em hebraico não abalasse esta opinião. Os judeus do Egipto não escreviam nunca nessa língua. Não creio que o livro fosse composto nem em Jerusalém nem na Judeia. A pretensão do autor foi ilustrar o judeu provinciano que tem horror ao cisma e comunga em Jerusalém. As ideias persas expressas na obra, o conhecimento relativo que o autor possui das grandes cidades do Oriente, posto que erre as distâncias, levariam a pensar na Mesopotâmia, e especialmente em Adiabena, onde os Judeus floresceram a partir do meado do século I da nossa era.

Satisfazem-se as exigências do problema, supondo o livro composto pelo ano 50 e na alta Síria. O estudo das práticas e das ideias judaicas, sobretudo no que respeita ao pão pagão, recorda os tempos que precedem a revolta na época de Nero. A descrição de Jerusalém eterna é decalcada sobre o Apocalipse (cap. XXI); não que um autor copiasse o outro; mas a origem imaginativa foi-lhes comum. A demonologia, sobretudo a circunstância do Demónio preso nos desertos do alto Egipto, lembra o evangelista Marcos. A forma de memórias pessoais, apresentadas pelo texto grego, evocam o *Livro de Neemias;* a sua forma já se não usa nos apócrifos posteriores ao ano 70. As induções que levariam a recuar a data da composição, induções que não dissimulamos, são contrabatidas por considerações que desviam de atribuir ao livro uma grande antiguidade.

Ora um facto capital é nem judeus nem cristãos

fazerem menção do livro antes do século II. Se os cristãos dos séculos I e II possuíssem o livro, achá-lo-iam conforme com os seus sentimentos. Se, por exemplo: Clemente Romano possuísse esse livro, citá-lo-ia como o faz ao *Livro de Judite.* Se o livro fosse anterior a J. C. não se compreenderia que caísse em tal obscurantismo. Pelo contrário, se se admitir que o livro foi composto em Osrhoêne ou em Adiabena, poucos anos antes das catástrofes da Judeia, concebe-se que os Judeus, empenhados na luta, o esquecessem. Como não estava traduzido em grego, não podia ser lido pela maioria dos cristãos. Talvez que Símaco ou Teodócio apanhassem o original e o traduzissem. Seria assim o começo da fortuna do livro entre os cristãos.

Um elemento capital da questão, não empregado pelos exegetas, são as relações que uma crítica sagaz descobriu entre a narrativa judaica e essa literatura de historietas que correu mundo sem distinção de língua ou de raça. Nesse ponto de vista, o *Livro de Tobias* é como uma tradução hebraica e piedosa de um conto conhecido na Arménia, na Rússia, pelos Tártaros e pelos Tziganos, naturalmente de origem babilónica. Um viajante encontra no seu caminho o cadáver de um homem judicialmente insepulto, por estar endividado. Detém-se a enterrá-lo. Logo um branco se lhe oferece para o acompanhar. Este companheiro livra-o de maus percalços, procura-lhe riquezas, e uma linda mulher que arranca aos Demónios. Ao separarem-se, o viajante oferece-lhe metade do que ganhou por sua intervenção, à excepção da mulher. O companheiro exige também metade da mulher; há um grande embaraço. Quando se vai proceder à estranha partilha, revela-se o companheiro; é a alma do sepultado.

Não há dúvida que o *Livro de Tobias* é uma adaptação às ideias judaicas dessa velha narrativa oriental. O que explica a importância bizarra dada à sepultura dos mortos é que constitui o traço especial do livro. Em mais nenhum livro judaico o enterro dos mortos se põe ao par da observância da Lei. Esta aproximação é que nos leva a supor a origem mesopotâmica do livro.

Os judeus da Palestina cerravam os ouvidos a estas fábulas pagãs. Só os de Osrhoène escutavam os boatos estranhos. Mas há mais: o *Livro de Ester* não podia aí subsistir com a forma que tinha na Judeia, e só assim se explica a passagem estranha sobre Amã e Akiakar.

A nossa hipótese é que o *Livro de Tobias* foi composto em hebreu na Síria do Norte, pelo ano 40 ou 50 depois de J. C.; que foi pouco conhecido dos judeus da Palestina; que foi traduzido em grego, pelo ano 160, por tradutores júdeo-cristãos e imediatamente adoptado pelos cristãos.

FIM

ÍNDICE

	Págs.
Prefácio	v
I — Adriano	1
II — Reconstrução de Jerusalém	15
III — Tolerância relativa de Adriano. Primeiros apologistas	21
IV — Os escritos joânicos	31
V — Começo de uma filosofia cristã	43
VI — Progressos do episcopado	57
VII — Falsos escritos apostólicos. A bíblia cristã	73
VIII — O milenarismo. Papias	85
IX — Início do gnosticismo	97
X — Basilides, Valentim, Saturnino, Carpócrates	111
XI — A última revolta dos Judeus	131
XII — Extinção da nacionalidade judaica	149
XIII — O Talmude	163
XIV — O ódio dos Judeus e dos Cristãos	177
XV — Antonino, *o Pio*	195
XVI — Os cristãos e a opinião pública	205
XVII — As seitas de Roma. *Os Cerygmos.* O romance cristão. Reconciliação definitiva de Pedro e Paulo	215
XVIII — Exagero das ideias de S. Paulo. Márcion	235
XIX — A apologia católica. S. Justino	245
XX — O abuso da penitência. Novas profecias	261
XXI — O pietismo romano. *O Pastor de Hermas*	269

Págs.
XXII — A Ásia ortodoxa. Policarpo 285
XXIII — Martírio de Policarpo 301
XXIV — O Cristianismo nas Gálias. A igreja de Lião . 311
XXV — A luta em Roma. Martírio de S. Justino. Frontão 319
XXVI — Os evangelhos apócrifos 329
XXVII — Actos e apocalipses apócrifos 343
APÊNDICE — I 355
— II 363